


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL



**Operários em construção: As experiências
sindicais dos trabalhadores da construção civil de
Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990**

YURI HOLANDA DA NÓBREGA

FORTALEZA
DEZEMBRO 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990

YURI HOLANDA DA NÓBREGA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História Social à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. Luigi Biondi

FORTALEZA
DEZEMBRO 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990

YURI HOLANDA DA NÓBREGA

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e demais membros da banca examinadora, composta pelos professores:

Prof. Dr. Luigi Biondi (Orientador – UFC)

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBA)

Prof. Dr. Frederico Castro Neves (UFC)

FORTALEZA
DEZEMBRO 2006

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos

Aos professores do Departamento de História da UFC pela dedicação e conhecimentos compartilhados.

Ao professor Luigi Biondi pela orientação preciosa durante o desenvolvimento da pesquisa e paciência histórica com os atrasos nos prazos que estabelecíamos.

Ao professor Frederico Castro Neves pela orientação fundamental quando ainda tateávamos na constituição do projeto de pesquisa, pela disciplina ministrada no Programa, pelas reflexões feitas na banca de qualificação e ainda por participar da banca de defesa.

À professora Edilene Toledo pelo incentivo dado no momento da constituição do projeto de pesquisa, pelas disciplinas ministradas no Programa, pela ajuda dada em alguns momentos pessoais difíceis, pelo conhecimento e pela gentileza demonstrada no trato pessoal.

Aos professores Eurípides Funes e Ruth Needleman, pelas disciplinas ministradas e pelo interesse demonstrado por nossas pesquisas.

Ao professor Frank Ribard, por ter gentilmente aceitado em fazer parte da banca de defesa.

Ao professor Antonio Luigi Negro por ter aceitado fazer parte da banca de dissertação e compartilhar suas experiências e conhecimentos conosco.

Aos companheiros dessa jornada trilhada, particularmente Lindercy, Tácito e Teresa, pelas risadas coletivas e preocupações compartilhadas diante da pressão em desenvolver nossas pesquisas.

A todos os funcionários do Departamento de História: sem eles, o desenvolvimento da pesquisa seria impossibilitado.

A todos os intelectuais relacionados na dissertação, que nos ajudaram a refletir e expandir a nossa compreensão do mundo em que vivemos.

À minha família querida: Tainá (luz de minh'alma), Erika (companheira pro que der e vier), meus irmãos Marcos, Ana e Júlio e meus sobrinhos: são à base de tudo.

À minha mãe (mulher extraordinária) e ao meu pai, que nos deixou durante o desenvolvimento da pesquisa, deixando as nossas percepções diferenciadas quanto aos valores que realmente importam nessa vida.

Aos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, seus exemplos de vida, de lutas e sonhos que nos fazem acreditar nas enormes possibilidades de construirmos uma sociedade diferente.

A você, que está lendo essas linhas. O conhecimento não é um fim em si, mas um processo dialogado que deveria sempre ser desenvolvido para transformar e melhorar as vidas das pessoas.

Resumo

Esta dissertação analisa as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza no período compreendido entre meados da década de 70 e 90. Analisando as peculiaridades do mundo do trabalho na construção civil, particularmente o cotidiano operário nos canteiros de obras, o estudo procura destacar o desenvolvimento da oposição sindical no ano de 1988 com uma proposta de reorganização das relações sindicais que eram desenvolvidas pela direção do sindicato desde 1976, e assim refletir sobre o estabelecimento de uma convergência de interesses em relação aos operários da categoria. Assim, analisamos como foram construídas as primeiras experiências nessa categoria a partir das concepções político-sindicais da nova diretoria: o I congresso dos trabalhadores da construção civil, as primeiras greves gerais, a elaboração do novo estatuto e suas diretrizes político-jurídicas, o projeto de educação popular, a construção do jornal operário, as atividades de lazer e o desenvolvimento de redes de solidariedade nos momentos de agudização nos embates com os empresários do setor são algumas dessas experiências que, ao serem construídas pelos operários, eles acabavam por se construir enquanto agentes protagonistas no seu mundo de trabalho.

Abstract

This composition analyzes the syndical experiences of the workers of the civil construction of Fortaleza in the period between the 70's and the 90's. Analyzing the peculiarities of the world of the work in the civil construction, particularly the daily laborer in the seedbeds of workmanships, the study wants to detach the development of the syndical opposition in 1988 with a proposal of reorganization of the syndical relations that were developed by the direction of the union since 1976, and this way reflect on the establishment of a convergence of interests in relation to the laborers of the category. Thus, we analyze how the first experiences in this category from the politician-syndical conceptions of the new direction had been constructed: the I congress of the workers of the civil construction, the first general strikes, the elaboration of the new statute and its politician-legal lines of direction, the project of popular education, the construction of the laboring journal, the leisure activities and the development of nets of solidarity at the moments when the conflict with the entrepreneurs of the sector became hard are some of these experiences that, when being constructed by the laborers, finished for constructing themselves agents protagonists in their world of work.

quem faz a história da vida com ela rompeu as entranhas no chão
quem quer saber do que está escondido procura no fundo dos olhos do povo
e dentro do seu coração
vão com o vento as palavras, são como pombos-correio...
mas estão sempre atrasadas pois o seu vôo é lento
e o meu pensamento é ligeiro!
(Ednardo – Pastora do tempo)

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I – O mundo do trabalho na construção civil: história,cotidiano e identidade operária.....	26
1.1 - Um perfil histórico da indústria da construção e do trabalhador.....	27
1.2 - As (aviltantes e perigosas) condições de trabalho.....	42
1.3 - As relações sindicais desenvolvidas na categoria na década de 1970 até 1988.....	59
Capítulo II – Novo tempo na construção civil de Fortaleza.....	83
2.1 - A formação da oposição sindical: organização, programas e propostas.....	84
2.2 - As eleições sindicais de 1988: entre manobras e denúncias, a disputa... palmo a palmo?.....	103
2.3 - Operários sendo e tornando-se.....	115
2.3.1 - O I Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil.....	116
2.3.2 - As diretrizes político-sindicais presentes no novo estatuto.....	122
2.3.3 - As primeiras experiências de campanha salarial e greve geral da categoria.....	136
2.3.4 - O Projeto de Educação Popular dos trabalhadores da construção civil.....	151
2.3.5 - O jornal <i>A Voz do Peão</i>	160
2.3.6 - Espaços de lazer, espaços de organização e luta: entre festas, jogos, cinema e discursos políticos, o lazer operário ressignificado.....	171
Capítulo III – As relações extra-muros estabelecidas pelo sindicato.....	178
3.1. – As relações de alianças e/ou conflitos do sindicato com os partidos políticos.....	187
3.2 – Um mais um é sempre mais que dois: a construção de alianças entre trabalhadores e as relações com a CUT.....	209
3.3 – As relações entre trabalhadores e capitalistas na Construção Civil: concepções e estratégias políticas entre 1990 e 1995.....	223
Conclusão.....	276
Arquivos e fontes.....	279
Bibliografia.....	283

Introdução

Em 2004, o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza divulgava na primeira página aos trabalhadores da categoria os resultados do dissídio coletivo julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. Nesse julgamento, “a jornada de trabalho continua de segunda a sexta, sem os sete sábados, como era anteriormente”; permaneceria o “desconto de um e meio por cento do vale transporte e a maioria das cláusulas anteriores” e obrigava os patrões à “colocarem no nosso contracheque o nome da seguradora na qual foi feito o nosso seguro de vida. Quanto ao dia do Trabalhador da Construção Civil, esse nós vamos comemorar como todos os anos fazemos, independente que seja feriado ou não”.¹ A comemoração seria com um “torneio de futebol de campo, de dominó em dupla, banda de forró, sorteio de brindes e banho de piscina no Clube do BIC Banco, em Messejana”;² nessa edição havia também outra informação: com o título “A CUT mudou de lado!”, o “Sindicato foi desfilado da CUT em assembléia no dia 29 de Setembro de 2004, com a participação de mais de 300 trabalhadores presentes”.³

No ano seguinte, durante uma greve da categoria, dois trabalhadores foram baleados por seguranças privados ao fazerem piquetes num canteiro de obras; a consequência foi imediata: os trabalhadores invadiram o canteiro e “balançaram a obra” com vigor, deixando-a em estado desolador.⁴

Essas experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, pautadas em disputas judiciais com os empresários por interesses econômicos ou pelo direito de dispor para si o dia do trabalhador da categoria, na busca por se organizar com os movimentos sindicais e sociais que consideravam combativos e os métodos de ação direta radicalizados nos conflitos dentro dos

¹ Jornal *A Voz do Peão*, outubro de 2004. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza - STICCF.

² Idem.

³ Idem.

⁴ “Balançar a obra” é um código utilizado pelos trabalhadores da construção civil de Fortaleza indicando a destruição de equipamentos, instalações elétricas, paredes, materiais de construção etc.

canteiros de obras, são desenvolvidas desde o final da década de 1980, período caracterizado pela pujança dos movimentos sociais e sindicais no país, constituindo-se um novo cenário por onde os sujeitos engendravam suas concepções políticas e buscavam reorganizar-se para encontrar estratégias profícuas para a realização de suas demandas.

Este contexto histórico, no entanto, possui suas raízes na reorganização e ascensão dos movimentos sociais e sindicais brasileiros no final da década de 70, período de transição política e redemocratização da sociedade brasileira após décadas de repressão estatal. O movimento de reorganização do sindicalismo brasileiro deste período ficou conhecido como “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”, termos cujo sentido contém uma idéia de ruptura com algumas práticas e concepções que, segundo Eder Sader,⁵ para estes “novos personagens que entravam em cena” vinham marcando pejorativamente a estrutura sindical no país durante a segunda metade do século XX.

As propostas desses sujeitos histórico-sociais estão centradas na construção pela base de um instrumento forte, capaz de satisfazer os anseios dos trabalhadores no que diz respeito às suas demandas trabalhistas através de poderosas mobilizações de sua categoria - condenando o assistencialismo de suas entidades e ressaltando a importância da autonomia operária sindical frente ao Estado, à burguesia e aos projetos políticos dos partidos numa crítica ácida às concepções da “velha” estrutura sindical construída desde o período do varguismo: todas as experiências sindicais de meio século seriam, portanto, alocadas neste único sentido, traduzindo as relações entre o Estado e os sindicatos a partir do conceito de “populismo” e que, segundo Jorge Ferreira, pelo alargamento dos seus significados atribuídos as diversas experiências e concepções as quais procura dar inteligibilidade, acaba por se constituir num conceito *a-histórico*.⁶

As concepções propostas pelo “novo sindicalismo” e pelas oposições sindicais influenciaram profundamente os movimentos sindicais do país,

⁵ Ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

⁶ Ver FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

fazendo com que surgissem diversas oposições em muitas e diferentes categorias de trabalhadores e culminando com a construção, no início da década de 80, do Partido dos Trabalhadores, em 1982, e da Central Única dos Trabalhadores, em 1983.

Da mesma forma, o processo de formação da oposição sindical na construção civil de Fortaleza encontra elementos que também se diferenciam da proposta (ao menos inicial) de autonomia frente a partidos políticos. Enquanto que a reorganização dos movimentos sociais e sindicais culminaria com a construção do PT e da CUT, a construção da oposição sindical na construção civil de Fortaleza é desenvolvida a partir do apoio efetivo do Coletivo Gregório Bezerra - CGB.

Este coletivo tem a sua gênese a partir das divergências internas do PCB no final de 1979: com a volta do exílio dos dirigentes do partido, explodem as lutas políticas internas que já existiam, mas que eram abafadas devido a sua estrutura clandestina. O tom das divergências incluía a posição do partido sobre as greves do ABC paulista, já que vários membros do Comitê Central condenavam essas greves operárias na “Voz da Unidade” (semanário legal do PCB), defendendo o “não acirramento de tensões” que poderia ocasionar um fechamento do regime, sob o governo do então presidente João Figueiredo.⁷ O momento de ruptura ocorre no início do ano de 1980, quando Luiz Carlos Prestes escreve a sua “Carta aos Comunistas”, cujo conteúdo denunciava o controle do que chamava de “oportunismo, carreirismo e da política a reboque da burguesia” e, portanto, da “incapacidade (desta) de compreender a realidade brasileira” e conclamando a uma mudança na política do partido por uma nova direção que pusesse fim a estas concepções. A resposta da direção teria sido inequívoca, proibindo a discussão do documento e ameaçando de expulsão os militantes que não se submetessem a sua decisão.

A partir da impossibilidade dessa discussão interna, há um rompimento nacional de militantes com a intenção de organizar coletivos estaduais que iniciariam uma discussão interna e com outros indivíduos e organizações políticas objetivando a construção de um partido revolucionário, organizado na

⁷ A trajetória histórica do CGB, a sua versão sobre a saída do PCB, sua auto-definição política e todo o seu programa de “táticas e estratégia”, aqui mencionadas, são compreensões e citações das *Resoluções do II Congresso Estadual do Coletivo Gregório Bezerra do Rio de Janeiro*, sem editora, de 1987.

concepção entendida como leninista (de vanguarda, com um rígido controle interno através do centralismo democrático) e desenvolvendo uma intervenção nos movimentos sociais e sindicais defendendo a revolução proletária socialista como a solução das contradições da sociedade brasileira.

Assim, surgiram os Coletivos Gregório Bezerra, em 1986, de onde saíram três militantes que iniciariam a construção da oposição no sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, derrotando em 1988 o grupo político que estava à frente da diretoria desde 1975.

Esse contexto histórico em que ocorreu a reorientação das relações sindicais na construção civil de Fortaleza e o desenvolvimento das suas experiências sindicais é diferenciado daquela conjuntura política em que se iniciou o “novo sindicalismo”. De fato, se no final da década de 70 o país vivia um processo de redemocratização política ainda marcado pela violência do Estado ditatorial e pelos grupos paramilitares formados principalmente por membros do exército e da polícia civil, que tentavam inviabilizar a abertura política através de diversos atos terroristas, o final da década de 80 foi caracterizado pela consagração das liberdades políticas e civis (dentro das limitações de um sistema capitalista, como se percebe claramente no episódio do massacre dos operários da siderúrgica de Volta Redonda, em 1988, e o assassinato sistemático de trabalhadores no campo, além de esquadrões da morte, tortura contra presos comuns nas delegacias etc.), cujo marco simbólico é a Constituição de 1988 e o recrudescimento dos conflitos promovidos pelos trabalhadores do campo e da cidade contra a burguesia.

Nesse período, há também outros elementos que condicionam as experiências dos operários da construção civil de Fortaleza: a queda dos regimes socialistas no Leste Europeu e o final da experiência de um modelo de sociedade, as dificuldades de reprodução do capital no âmbito da produção, provocando o redirecionamento cada vez maior dos investimentos para o mercado financeiro e atingindo o poder de pressão dos sindicatos, explicitando as contradições dessas instituições, a fragilização crescente das instituições estatais com o fim do período entendido por Hobsbawm como a “época de ouro” do capitalismo (1946-1973), e assim as dificuldades dos capitalistas em realizar as condições para o movimento de auto-valorização do capital, provocando um recrudescimento da exploração sobre os trabalhadores: todos

esses elementos que fazem parte do processo de recomposição orgânica do capitalismo mundializado, demandando uma reflexão maior dos movimentos sociais e sindicais nesse processo.

As experiências sindicais desenvolvidas pelos operários da construção civil são condicionadas por todos esses elementos acima expostos, e assim, o nosso tema será a reconstituição das experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre meados da década de 1970, quando se inicia a redemocratização do país, até o ano de 1995, quando a aprendizagem obtida por meio das tais experiências desenvolvidas culminaria na organização de uma greve geral que se tornaria um marco simbólico para toda a categoria.

Reflexões sobre estudos do movimento operário sindical na história recente

A pesquisa realizada possui uma clara inspiração nas tradições da historiografia inglesa recente, representada particularmente pelos historiadores Edward Thompson e Eric Hobsbawm, e também nos historiadores brasileiros cujos estudos em história social do trabalho partem de um esforço em repensar algumas interpretações cristalizadas na historiografia brasileira, tais como Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Cláudio Batalha, e Paulo Fontes, entre outros, e também da história política, tais como Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, além de intelectuais na área de sociologia do trabalho e ciência política, como Ricardo Antunes e Eder Sader, respectivamente.

Dos historiadores brasileiros mencionados, seus estudos apresentam a necessidade de contextualizações que envolvam uma interdisciplinaridade, por exemplo, entre a história, a economia política e a sociologia, cujo propósito seria reconstituir as experiências do movimento sindical brasileiro do século XX que fujam de explicações generalizantes e simplificadoras, como por exemplo, a influência da “Teoria da Modernização” e o fenômeno do “populismo”, produtores de percepções estruturalistas e fatalistas sobre os sindicatos atrelados ao Estado, manipulando-os a seu bel-prazer e padronizando a consciência dos trabalhadores frente a esta situação.

Analisando a produção historiográfica sobre a classe operária brasileira dentro do período da nossa pesquisa, Cláudio Batalha⁸ identifica mudanças significativas na trajetória dessa produção. O final da década de 70 e início de 80 foi marcado por um grande alento à história operária, devido ao “novo sindicalismo”, a liberdade acadêmica, o interesse dos editores, a produção historiográfica vinda do exterior (Thompson, Hobsbawm, Castoriadis etc.), e a mudança de enfoques. Uma grande transformação seria a história operária deixando de ser confundida como a do movimento organizado: sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixariam de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe, momentos excepcionais que cederiam espaço para o cotidiano operário, a história operária, que ultrapassaria os anos 30, e temas anteriormente não colocados ou tratados como secundários ganhariam um novo espaço, tais como condições de trabalho, de vida do operariado, cultura operária, mulheres operárias etc. Entretanto, segundo Batalha, o campo da história operária chegaria ao final dos anos 80 em crise devido a fragmentação do seu campo de estudos e sua aproximação com outras áreas, conduzindo-a para uma crise de identidade, além da diminuição do interesse acadêmico, a mudança na conjuntura, com o final das experiências do “socialismo-estatista” do Leste europeu, e o declínio do movimento operário sindical, com alguns intelectuais defendendo inclusive o desaparecimento da classe operária.

Essa crença última, no entanto, é por ele refutada: as modificações na composição orgânica do capital provocam significativas alterações na classe operária, mas nada indica, neste momento, o seu desaparecimento, mas a sua reestruturação que desafiaria as práticas e discursos sindicais e políticos.

De fato, Ricardo Antunes⁹ também analisa que tais modificações tiveram repercussões não apenas na sua materialidade, mas também na sua subjetividade, no seu construir-se. O grande desenvolvimento científico-tecnológico se traduziria também em modificações racionalizantes em prol de uma maior produtividade, com conseqüências nefastas para o trabalhador e seus direitos trabalhistas. Porém afirma que se poderia presenciar um processo

⁸ Ver BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

⁹ Ver ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999; e *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

múltiplo, com uma necessidade de requalificação profissional em alguns ramos da indústria e diminuição da classe operária tradicional (trabalho manual), por um lado, e sua expressiva terceirização, concomitante a heterogeneização (trabalho feminino) e subproletarização (precarização), do outro.

Sua análise nos remete a uma percepção da própria lógica de reprodução capitalista, pois esta só se realiza dentro da esfera trabalho-consumo e, portanto, a impossibilidade de se extinguir a classe operária enquanto perdurar a lógica do capital.

Assim, o que nos interessa, a partir das reflexões de Cláudio Batalha e Ricardo Antunes, seria tentar entender os significados dessas tendências no mundo do trabalho da construção civil em relação à atividade produtiva, as transformações de práticas e discursos dos trabalhadores e na intersubjetividade das suas relações sindicais e políticas.

A tendência majoritária dos sindicatos diante desse processo, segundo Antunes, seria o de abandono das perspectivas de transformação social e controle da produção, institucionalizando-se e se distanciando de suas bases, aderindo ao sindicalismo de participação e negociação com o Estado e os patrões, dentro do ideário capitalista.

Também analisando a trajetória teórico-conceitual da historiografia dos movimentos sindicais, Alexandre Fortes afirma que

"do final da década de 70 e início da de 80 enfatizou a importância do resgate da autonomia operária, focalizando os processos de resistência à exploração e de luta espontânea contraposta às orientações de partidos e sindicatos. No que diz respeito ao sindicalismo corporativista, este deixava de ser entendido apenas como uma imposição do Estado ao movimento operário, passando a ser também encarado como o resultado de contradições internas desse movimento, como aquele entre base e direção".¹⁰

O autor enfatiza que na

¹⁰ FORTES, Alexandre. Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931 – 1945). In *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999, p. 21.

"medida (em) que a década de 80 caminhava para o seu final, a situação vivenciada no interior do movimento sindical passava a colocar em questão as teses que estabeleciam uma associação excessivamente estreita entre projetos políticos e características organizacionais dos sindicatos. De um lado, consolidava-se a hegemonia das correntes sindicais que pretendiam operar uma ruptura radical com o modelo corporativista. De outro, a transformação da estrutura sindical esbarrava tanto nos hábitos e concepções sedimentados nas rotinas internas como nas expectativas e demandas dirigidas pelas próprias categorias profissionais às suas entidades".¹¹

O desenvolvimento do seu raciocínio o leva a problematizar, porém, a persistência de

"muitas das características institucionais consagradas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT): unicidade, fornecimento de assistência, sustentação por meio do imposto sindical etc. Estas contradições (...) traziam à tona os limites das abordagens historiográficas sobre o processo de implantação daquela estrutura. À medida que bases mobilizadas e direções combativas não representavam condições suficientes para a sua superação, difícil seria sustentar que sua gênese se devesse apenas à imposição de um poderoso agente heterônimo, fosse ele Estado ou partido político".¹²

Sua conclusão, portanto, é que se torna necessário um reexame de tais processos "dando ênfase na relação entre a formulação de demandas sociais pelos trabalhadores e seu impacto na definição da prática sindical".¹³

Assim, dialogando com Hardman,¹⁴ a construção e o desenvolvimento das instituições da classe operária só podem ser percebidas dentro do sistema de significações culturais dos operários e que, portanto, a burocratização do

¹¹ Idem, p. 22.

¹² Idem, pp. 22 e 23.

¹³ Idem, p. 23.

¹⁴ Ver HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão!*: Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

sindicalismo brasileiro ocorreria de forma complexa e múltipla. Sua análise o leva a problematizar as relações entre a cultura das classes dominantes e a das classes subordinadas, pois a primeira seria o modelo prático desta, sendo a única que elas conhecem. Esta percepção nos parece extremamente estimulante, pois redimensiona os estudos de fenômenos presentes nos movimentos sociais, como as contradições de suas práticas e discursos pelo condicionamento dos valores dominantes. Assim, a persistência de características do sindicalismo corporativista, tais como a contribuição sindical compulsória e a questão da autonomia sindical podem ser refletidas como resultado não somente de uma imposição do Estado, mas de contradições internas do próprio movimento operário sindical, como mentalidades coletivas e hábitos cristalizados historicamente através da internalização subjetiva de valores da burguesia.

Já o historiador Fernando Teixeira da Silva faz uma análise crítica da chamada "teoria cupulista" de cooptação e manipulação de classe, questionando a abordagem de Francisco Weffort, que apesar do mérito de ser o pioneiro na desconstrução do modelo interpretativo das teorias da "modernização" e da "dependência", acabou por deslocar o foco das análises dos eixos econômico e culturalista para o político. Assim, se tal perspectiva teria acenado para a apresentação da classe operária como sujeito histórico, enterrando as análises deterministas desenvolvidas a partir de "automatismos estruturalistas", por outro lado o desempenho dos trabalhadores passava a depender "fundamentalmente das avaliações e opções políticas de suas lideranças".¹⁵

Essa expectativa estaria dialogando com Eder Sader, cujas reflexões sobre os movimentos sociais operários que surgem no final da década de 70 significam a criação de um novo sujeito social e histórico coletivo e descentralizado porque criam e são criados pelos próprios movimentos a partir de suas práticas e discursos, sem a moral individualista burguesa ou tutela partidária, mas ligados à Igreja, aos sindicatos e às esquerdas, instituições estas em crise e que procuravam refazer suas ligações com estes movimentos.

¹⁵ SILVA, Fernando Teixeira. Direitos, política e trabalho no Porto de Santos. In *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 56.

Eder Sader utiliza o conceito de sujeito coletivo no sentido de uma coletividade protagonista da sua identidade, organizando práticas nas quais seus membros defendem seus interesses e expressam suas vontades, constituindo-se nessas lutas e recriando espaços políticos novos: a experiência do cotidiano.¹⁶

Por último, algumas reflexões de Hélio Costa nos parecem pertinentes para algumas concepções que possuímos do novo sindicalismo. Analisando o que chama de “progressivo processo de ‘enquadramento’ da memória dos trabalhadores no período anterior a 1964”, ele tece críticas à visão historiográfica da ‘era populista’: “tratar-se-ia de um sindicalismo em que os trabalhadores seriam ‘reféns’ da política ditada por suas lideranças”.¹⁷ E, referindo-se a Marcelo Badaró, argumenta que este

“salienta como a imagem cupulista do sindicalismo no pré-64 cristalizou-se ainda mais a partir do reaquecimento das lutas operárias no final da década de 70, que mais tarde desembocaram no fortalecimento e na consolidação do chamado ‘novo sindicalismo’. Conforme o autor, a idéia do ‘novo’ foi cunhada em dois sentidos: primeiro, no contraponto ao peleguismo então predominante no movimento sindical e segundo, na oposição ao ‘velho sindicalismo’ vigente até 64. Carregada de juízos de valor, a oposição entre ‘velho’ e ‘novo’, foi sendo paulatinamente cristalizada no meio acadêmico”.¹⁸

Todavia, o chamado “novo sindicalismo” não teria sido capaz, segundo sua análise, de acabar com muitos dos fundamentos que caracterizam o sindicalismo pré-64, preservados até hoje; citando novamente Marcelo Badaró, este observa que

“as distintas expectativas sobre suas novidades, manifestadas sobretudo entre 1978 e meados de 1980, bem como as mais ríspidas críticas a não efetivação de seu potencial transformador, que emergiram nos anos 90, pautaram-se igualmente pela construção de

¹⁶ Ver Sader, Eder. Op. Cit.

¹⁷ COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 90.

¹⁸ Idem, ibdem.

uma caracterização negativa do movimento sindical anterior ao golpe. Este era tomado como parâmetro, do qual o novo sindicalismo primeiro se distanciaria (despertando esperanças), para mais tarde se mostrar pouco diferente (gerando decepção).¹⁹

Metodologias, fontes e capítulos

Se a fragmentação do campo de estudo e a aproximação com outras áreas conduziu a história operária a uma crise de identidade, por outro lado, segundo Cláudio Batalha,²⁰ esta se beneficiou da diversificação das fontes tradicionais (jornais, textos literários e outras fontes escritas), com o recurso às fontes judiciais, documentação policial, aos arquivos de empresa, à história oral etc. e a própria forma de utilizá-las, em relação à abordagem do tema.

Além disso, por se tratar de um tema recente, a enorme variedade de fontes por nós verificadas constituiu-se num grande desafio em cruzá-las, e assim poderemos obter o conhecimento pretendido. Dentre essas fontes, destacamos aquelas que teriam sido emitidas pelo sindicato dos trabalhadores da construção civil, tais como atas de reunião, de assembléia, de eleição sindical, relatório do projeto de educação popular, o jornal do sindicato *A Voz do Peão*, três estatutos da entidade, feitos nos anos de 1975, 1989 e 1993, panfletos informativos por ocasião de greves ou convocação para eventos e boletins propagandísticos da oposição sindical nas eleições para a renovação da diretoria do sindicato no ano de 1988; também utilizamos depoimentos transcritos de trabalhadores, diretores e ex-diretores por ocasião do I Congresso da categoria, em 1989, e de uma entrevista com o então diretor sindical Jânio Vidal, em 1994, feitas pelo pesquisador José Ernandi Mendes, que doou esse material para o sindicato dos trabalhadores.

Outras fontes arquivadas no sindicato seriam aquelas emitidas pela Justiça do Trabalho, como um processo de expulsão de um trabalhador do quadro de associados, em 1982, acordos, convenções e dissídios coletivos por ocasião de greves e das campanhas salariais da categoria.

¹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró apud COSTA, Hélio. Op. Cit., p. 91.

²⁰ Ver BATALHA, Cláudio. Op. Cit.

Pesquisamos também na Biblioteca Menezes Pimentel edições de jornais da grande imprensa, tais como *O Povo*, *Diário do Nordeste* e *Tribuna do Ceará*, compreendidos entre o ano de 1982 a 1995.

No Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT/CE, pesquisamos estatísticas de dados econômicos e sociais sobre o setor da construção civil em Fortaleza e sobre seu trabalhador. Estas estatísticas versam sobre a quantidade de trabalhadores, o gênero, o número de trabalhadores divididos por funções, idade, escolaridade, a representação perante a economia geral e o número de desempregados em Fortaleza, no período entre 1988 a 1993. E por último, do Anuário Estatístico do Brasil, produzido pelo IBGE, pesquisamos dados sobre a participação da construção civil no PIB do país.

Deste modo, ao reconstituir as experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, partimos de sinais e indícios deixados intencionalmente ou não por aqueles que vivenciaram o processo sobre o qual nos debruçamos. Estas fontes também são relacionadas a elementos subjetivos, como comportamentos, hábitos, rituais, aspirações etc., exigências protocolares, forma de condução de reuniões, de assembléias, o modo como dialoga um diretor com outro, ou com um trabalhador, a construção das experiências sindicais, as exigências de uma conduta a ser obedecida (ou não) tornaram-se indícios que proporcionaram um determinado tipo de conhecimento histórico.

Assim procuramos desenvolver cuidados em não cairmos em armadilhas que poriam em risco a inteligibilidade do processo histórico; uma delas, comum à história do tempo presente segundo Chartier, seria a liberdade voluntária de mulheres e homens no fazer-se histórico, desprezando as circunstâncias e os condicionamentos (em uma palavra, processo e estrutura) que limitam as possibilidades de suas escolhas e desejos.

Também nos utilizamos da memória e da história oral como partes da problemática, e assim percebendo-as como matrizes de significados. A importância delas não estaria necessariamente na veracidade daquilo que os sujeitos históricos lembram ou dizem, mas como e porque lembram, compreendendo que, mesmo quando as lembranças estão “erradas”, elas estão psicologicamente “certas”. A construção de múltiplas maneiras de recordá-las em desafio à história, o que de fato teria acontecido, tornando a

memória como um campo de tensões, uma arena de conflitos que envolvem a própria identidade individual e coletiva dos sujeitos.

Refletindo a partir das considerações de Alessandro Portelli,²¹ não se trata de esnobar os depoimentos das pessoas porque constroem versões que não refletem o que teria acontecido, mas tentar explicar o porquê dessa construção, os rituais e os símbolos que emergem desse processo, problematizando a memória e extraíndo significados da percepção que os indivíduos possuem de si e da sua história. Nesse sentido, perceber a memória em constante movimento, que constitui processos sociais compartilhados e conflituosos e que se assume, portanto, como um fato da história.

A construção de memórias, pois, demanda uma escolha de valores, uma tomada de posição e a inserção política do indivíduo no mundo. Há, portanto, um forte componente de identidade pessoal e pertencimento social.

Quando a memória foi redimensionada como uma arena de lutas políticas, a história oral adquiriu um status de respeitabilidade cada vez maior entre a comunidade dos historiadores.

A utilização da história oral se desenvolve na medida em que se alargam os objetos e os campos de estudo da história. A vida cotidiana, a história doméstica, das mulheres ou da família são exemplos que podem ser melhor refletidos com a sua utilização. Isso não foi feito de maneira pacífica: os historiadores sociais que utilizavam fontes orais tiveram que enfrentar a desconfiança e as críticas de muitos historiadores, algumas bem pertinentes, principalmente quando alguns trabalhos utilizavam-nas de forma não-rigorosa, sem o entrecruzamento com outras fontes, ou percebendo-as de maneira objetiva, como se os relatos demonstrassem a veracidade dos fatos por si, ou quando se perde a visão totalizante do processo histórico, ou ainda como uma alternativa à história oficial, como se a mera utilização das fontes orais produzisse uma outra versão necessariamente diferente. Da mesma forma, algumas dessas utilizações careciam de um maior refinamento para o seu

²¹ Ver Portelli, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia, MG: n° 25 e 26, 2001; Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Revista Projeto História*, n° 10. São Paulo: 1993; Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Revista Projeto História*, n° 14, 1997.

desenvolvimento plenipotenciário, e os historiadores sociais passaram então a refletir sobre a sua metodologia.

As fontes orais não devem ser pensadas como alternativas aos documentos escritos, mas ambos devem interagir continuamente de forma a ampliar os seus significados. Alessandro Portelli reflete que a história oral nos informa menos sobre eventos que sobre significados (o que não quer dizer que ela não tenha validade factual). Portanto o maná da história oral está na possibilidade de entender a subjetividade das pessoas, não apenas o que elas fizeram, mas o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fez. Dessa forma, as narrativas podem abstrair significados que seriam mais difíceis de obter nos documentos escritos.

Seguindo o raciocínio de Walter Benjamin, um dos problemas intrínsecos à história oral é a tensão entre a narrativa oral, livre e selvagem, e a escrita, presa e domada. De fato, o surgimento da narrativa escrita ocorre historicamente a partir do advento da civilização, da perspectiva da construção da ordem, do controle das experiências humanas, da administração das relações de exploração e suas conseqüentes diferenciações sociais.

Essa reflexão histórico-filosófica é pertinente se refletirmos na contradição entre os relatos orais e a transcrição escrita. O discurso oral, por envolver elementos da tradição e da memória das pessoas, torna-se impossível de ser plenamente captável quando se torna um texto escrito. Isso ocorre simplesmente porque não se pode transcrever plenamente as experiências dos narradores. Quando o relato é retirado do contexto em que ele foi produzido, ele passa a ser responsabilidade do historiador, que irá moldá-lo e interpretá-lo a partir da sua subjetividade (e é legítimo que isso seja feito, caso contrário não haveria a produção do conhecimento). No entanto, por possuírem lógicas dimensionais distintas, a narrativa perde a sua característica selvagem: os signos se transformam em sinais, e a narrativa situa-se como um peixe fora d'água.

Isso é ainda mais explícito se a transcrição for feita por outra pessoa, ou se um historiador utilizar fontes orais de uma outra pesquisa, já que a performance, as exaltações, as entonações, os lapsos, as divagações, o que é dito ou não e com que ênfase, a hesitação, enfim, os elementos psicológicos e psicossociais que envolvem o diálogo entre o historiador e os narradores

também são de grande importância. Assim, sabendo da importância disso, percebemos que as entrevistas transcritas de trabalhadores e diretores do sindicato da construção civil e citações que também fizemos de outras pesquisas possuem estas importantes limitações.

Por último, a escolha do historiador em utilizar fontes orais é também uma opção política. Como a maior parte dos documentos escritos foi emitida por instituições e entidades que mantêm o controle em suas sociedades (o que não quer dizer que não se possa criar estratégias para perceber os setores oprimidos nesses documentos), os relatos podem possibilitar um encontro direto com eles. Para Mikhail Bakhtin,²² a perspectiva dialogal da narrativa possui uma dimensão social importantíssima, pois o próprio trabalhador iria pensar sobre si, idéia esta que nos remete à proposta marxiana de acabar com a separação entre o pensar e o trabalhar.

Nessa perspectiva do materialismo histórico, a fala é, portanto, práxis. Ela é a palavra (sinais) em movimento (signos), adquire um potencial subversivo por sua dimensão libertária. Ela é práxis porque remete a dimensão da vida concreta, pois no trabalho com a história e a memória orais, estas partem de uma atmosfera social concreta.

O capítulo 1 da dissertação procura adentrar o mundo do trabalho na construção civil em geral e em Fortaleza, particularmente. Os subsetores da construção, a caracterização manufatureira do subsetor de habitações e a divisão social do trabalho nos canteiros de obras são de grande relevância para a familiarização das peculiaridades inerentes ao trabalho e ao próprio trabalhador da categoria, particularmente a questão da sua rotatividade nesse setor produtivo e as frágeis relações estabelecidas com os empresários. Assim, desenvolvemos um perfil histórico-social dos trabalhadores que compõem o nosso objeto de estudo: os profissionais e os serventes, cuja maioria é formada por migrantes com pouco conhecimento escolar, sendo esta característica o principal motivo para a sua entrada neste setor de produção, além do cotidiano de trabalho nos canteiros, as condições de trabalho e as relações dos trabalhadores com os engenheiros e mestres de obras. O capítulo termina com

²² Ver BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.

a reconstituição das relações sindicais desenvolvidas entre a categoria e a sua direção sindical a partir de meados da década de 1970 a 1988.

No capítulo 2, reconstituímos o contexto histórico da sociedade e a formação da oposição sindical na construção civil em 1988, desenvolvendo um perfil histórico de alguns membros e suas experiências de vida, os embates entre as concepções político-sindicais da diretoria e da oposição, as eleições sindicais e o desenvolvimento das relações sócio-políticas com os trabalhadores da categoria, as primeiras experiências sindicais dos trabalhadores, tais como a discussão do novo estatuto da entidade, as primeiras experiências de greve geral e os embates contra os empresários, a construção d'*A Voz do Peão*, do projeto de educação popular e os espaços de lazer desenvolvidos pela diretoria sindical, compreendendo, portanto, como tais experiências teriam sido gestadas, quais as intencionalidades dos sujeitos envolvidos e como se desenvolviam as relações entre a direção e a base.

E por último, no capítulo 3, desenvolvemos uma compreensão sobre as relações estabelecidas pelos membros do sindicato e a categoria com outras entidades, instituições e movimentos sociais e sindicais. Assim, analisamos as relações entre forças políticas e o sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza e sua categoria, compreendendo as tensões, as influências e o estabelecimento dos espaços sociais entre si. A concepção político-sindical que os membros do sindicato iriam procurar expressar objetivava o desenvolvimento por parte dos trabalhadores de uma consciência de classe anticapitalista e a construção de estratégias de embates que variavam de alianças com outros segmentos da sociedade, através do estabelecimento de redes de solidariedade, imprescindíveis nos momentos de embates mais agudos, e também de manobras, blefes, falsas deferências e mesmo ações diretas radicalizadas; assim, analisamos como os operários da construção civil compreendiam essa concepção norteadora das intencionalidades da sua direção e como teriam construído uma greve que faz parte do seu imaginário político: a greve de 1995.

O início dos capítulos vem acompanhado de citações musicais do período por nós refletido e que nos remetem às análises que serão feitas – um tributo pela companhia feita durante as madrugadas em que escrevíamos a pesquisa.

Capítulo I

O mundo do trabalho na construção civil: história, cotidiano e identidade operária

Quem é o trabalhador da construção civil de Fortaleza na segunda metade do século XX? Como e por que ele entrou para este mundo do trabalho? Quais são as peculiaridades deste setor da produção e como elas se relacionam com as mentalidades dos operários, criando e recriando um imaginário psicossocial de si mesmos e do próprio trabalho que realizam?

Estas são algumas das problematizações que procuramos explicar neste momento. Compreender quem são os trabalhadores, o seu cotidiano de trabalho nos canteiros de obras e as relações de poder dentro deles são importantes, já que desejamos saber sobre a identidade operária que constroem de si e da categoria que fazem parte.

Esses elementos são imprescindíveis para a compreensão de suas demandas relacionadas ao trabalho que executam, tendo assim o seu sindicato assumindo um papel estratégico (mas não único) para a realização delas. Deste modo, entender como os trabalhadores se relacionavam com os membros da diretoria da sua entidade no contexto do regime militar e da progressiva redemocratização da sociedade, a percepção que estes possuíam dos trabalhadores, as concepções político-sindicais e os encaminhamentos com os quais pretendiam responder às demandas da categoria possibilitou-nos entender o contexto e o processo histórico-social desenvolvido nas relações sindicais na categoria e o momento de ruptura verificado nas eleições sindicais de 1988.

1.1 – Um perfil histórico da indústria da construção e do trabalhador

“(...) chegando de madrugada na chapada de cimento
procurando com os olhos o que não é fingimento
assustado de ver o medo no olhar do
companheiro
procurando saber dos segredos desse curral
grande de gado sem boiadeiro (...)”
(Ednardo – Boi Mandigueiro)

A partir da segunda metade do século anterior a cidade de Fortaleza experimentava um rápido processo de crescimento populacional e urbanístico, alcançando a condição de região metropolitana com a incorporação das chamadas “cidades-dormitório” (Caucaia, Maranguape, Maracanaú e Pacatuba), concentrando 28% da população do estado, com quase um milhão e 800 mil habitantes, segundo o censo demográfico de 1991²³.

Nesse processo de crescimento acelerado, a cidade passou por inúmeras transformações de sua feição: bairros novos emergiram como que do nada - com ou sem o apoio das instâncias governamentais, com novas ruas e avenidas cortando a cidade, além do recrudescimento dos problemas infra-estruturais, tais como o saneamento público, os transportes, a saúde e educação públicas, as moradias populares, o sistema de empregos etc.

Todo esse processo de crescimento urbano foi em grande parte estimulado pelas correntes migratórias interioranas do próprio estado, fenômeno social cujas raízes estão ligadas ao processo de concentração e centralização urbanas que se verificou não apenas em Fortaleza, mas também em outras cidades brasileiras da época, corroborando para o desenvolvimento de grandes metrópoles a partir da segunda metade do século passado.

Assim, é por demais evidente que também em Fortaleza, dentre os diversos ramos da produção, a indústria da construção civil torna-se um dos

²³ Censo demográfico da cidade de Fortaleza. Dados do IBGE de 1991.

setores estratégicos para o crescimento e desenvolvimento do país. Quando verificamos os dados do IBGE para a formação do PIB nacional, temos²⁴:

ANO	Participação da CONST. CIVIL no PIB
1988	6,92%
1989	7,38%
1990	6.89%
1991	6,53%

Tabela 1. Fonte: Anuário estatístico do IBGE, Rio de Janeiro, 1992.

Segundo Marta Farah, este ramo industrial está dividido no Brasil em três subsetores:

“O subsetor construção pesada inclui entre suas atividades a construção de infra-estrutura viária, urbana e industrial (terraplanagem, pavimentação, obras ligadas à construção de rodovias, de aeroportos e da infraestrutura ferroviária, vias urbanas etc.); a construção de obras estruturais e de arte (pontes, viadutos, contenção de encostas, túneis etc.); de obras de saneamento (redes de água e esgoto); de barragens hidroelétricas; a perfuração de poços de petróleo etc. O subsetor montagem industrial, por sua vez, é o responsável pela montagem de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, de sistemas de telecomunicações, pela montagem de sistemas de exploração de recursos naturais etc. O subsetor edificações, finalmente, inclui entre suas atividades a construção de edifícios – residenciais, comerciais, institucionais e industriais; a construção de conjuntos habitacionais; a realização de partes de obras, por especialização, tais como fundações, estruturas e instalações, e ainda a execução de serviços complementares, como reformas”.²⁵

²⁴ Além da construção direta desses valores, este ramo de atividade também é responsável pelo desenvolvimento de outros setores, como a indústria de transformação, que fornece matérias primas para a realização da construção civil.

²⁵ FARAH, Marta F. S. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Editora ANNABLUME, 1996, p. 52.

Como a nossa pesquisa tem como objeto de estudo os trabalhadores da construção habitacional de Fortaleza, é sobretudo este último subsetor que assume uma importância maior de reflexão. Citando Isleíde Arruda sobre algumas especificidades deste:

“A construção de edificações tem como mercado alvo o setor privado, sendo que grande parte destas construções só se torna acessível à população caso haja participação do Estado, mediante concessão de financiamentos, através da utilização de recursos provenientes de suas fontes de capacitação: cadernetas de poupança e FGTS. Este subsetor é caracterizado como o segmento da construção onde as mudanças no plano tecnológico e organizacional se processam de forma mais lenta”.²⁶

Esta citação é importante porque, como analisaremos posteriormente, as políticas governamentais para o setor da construção influenciam decisivamente na sua oferta de empregos, alterando fortemente os aspectos relacionados ao mundo do trabalho do subsetor da construção habitacional – inclusive as relações sindicais.²⁷ Assim, procurando compreender como as mudanças técnicas e organizacionais provocam tais modificações nas relações de trabalho no setor da construção civil a partir da segunda metade do século XX, a socióloga faz uma reflexão a partir da análise de Nilton Vargas sobre este subsetor, registrando que neste segmento ocorre

“um processo produtivo onde há o predomínio do trabalho manual, configurando-se, assim, como uma base manufatureira. Nesse processo de construção convencional não se pode dizer que a base técnica seja artesanal, dado que o ofício do artesão pressupõe a fabricação de um objeto como um todo – o que exige uma alta qualificação, tanto manual quanto intelectual – não havendo separação entre concepção e execução. No caso específico da construção, o trabalho já se encontra parcelado, havendo uma

²⁶ ARRUDA, Isleíde Gomes. *A mão que faz a obra*: um setor em mudança e um novo cotidiano em discussão. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza: 1993, p. 33.

²⁷ Quando analisarmos as relações entre os sindicatos dos trabalhadores e o patronal, no contexto do Plano Collor, poderemos apreender melhor essas influências. Ver o capítulo III, ponto 3.

divisão técnica do trabalho bastante complexa. Nesse sentido, há uma desqualificação operária, onde o exercício da função se dá por determinação de outrem, ao mesmo tempo em que a dependência do setor à força de trabalho humana faz com que esta categoria seja a ‘mola propulsora’ do processo produtivo”.²⁸

Portanto, o trabalhador dispõe de uma importância que lhe potencializaria um relativo poder dentro dos canteiros de obras. Afinal, o trabalho braçal, traço fortemente peculiar deste setor ainda na segunda metade do século XX, não pôde ser facilmente substituído por máquinas, fazendo-se necessário por parte dos empresários e seus lugares-tenentes nos canteiros o desenvolvimento de estratégias de domínio para fazer frente a estas perspectivas, como veremos adiante.

Outro predicado deste setor é possibilitar a geração de renda com a criação de empregos para setores sociais com pouca qualificação profissional, a ponto de representar, sozinha, cerca de 5% da população economicamente ativa de Fortaleza, que no início da década de 1990 situava-se em torno de pouco mais de 500 mil habitantes²⁹.

Quando percebemos os indicadores médios anuais de ocupação por setores de atividades, entre os anos de 1988 e 1991, temos:

SUBSETOR ATIVIDADE	DE	ANO			
		1988	1989	1990	1991
Indústria transformação	de	16,52	18,17	17,71	16,09
Construção Civil		4,96	5,01	4,64	4,75
Comércio		21,10	20,48	23,44	25,56
Serviços		42,00	43,93	45,34	44,65
Outros		15,42	12,42	8,87	8,95
Total		100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 2. Fonte: IDT/CE, Fortaleza, 2005.

²⁸ VARGAS, Nilton. *Organização do trabalho e capital* – um estudo da construção habitacional. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1979. Apud ARRUDA, Isleide G., op. cit., p. 35.

²⁹ Destes, cerca de 52% eram de empregos informais, e 48%, formais. Dados emitidos em 2005, pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT/CE). Este órgão, criado em 1998, é uma organização social não-governamental qualificada para a realização de políticas públicas na área do trabalho, a partir das ações do programa SINE (Sistema Nacional de Emprego).

Adentrando o mundo do trabalho na construção civil, percebe-se a imensa variedade de funções desempenhadas: desde engenheiros, arquitetos, pessoal de escritório (praticamente a única função desempenhada pela mão de obra feminina), mestres de obras, encarregados, e aqueles que compõem o nosso objeto de estudo – pedreiros, carpinteiros, pintores, armadores, eletricitas, estucadores, serventes etc. Cada uma dessas funções é exercida por um dos trabalhadores através de etapas, onde o trabalho de um só pode ser iniciado após a realização anterior do trabalho de outrem. Assim, o servente, por exemplo, carrega a matéria prima para o estucador, que prepara a massa feita com gesso, água e cola que será utilizada pelo pedreiro na construção das paredes, mas isso após o ferreiro-armador erguer a infraestrutura de metal, sob a qual a parede será erigida.

Este ramo da produção cresceu tanto em novas empresas do setor, como também em operários que nelas trabalhavam, a ponto de, em 1988, aproximadamente vinte mil operários trabalharem formalmente na indústria da construção civil em Fortaleza, recebendo uma baixa remuneração pelos seus esforços em erguer a cidade, além de cerca de seis mil trabalhadores, que trabalhavam informalmente. Os dados oficiais atentam para a imensa rotatividade dos trabalhadores nos canteiros de obra, o que confere a esta categoria condições especiais próprias de organização.

Esse trabalho diário é executado, portanto, em troca de um pagamento em média de 1,72 do salário mínimo em 1988³⁰, mas esta estatística leva em consideração os salários maiores recebidos por funções técnicas ou de gerenciamento nos canteiros de obras, como a dos desenhistas, encarregados ou mestres de obras, por exemplo. De fato, como veremos adiante, o salário médio dos principais profissionais que compõem o nosso universo reflexivo se situa numa média pouco maior de um salário mínimo, e isso sem contar com os serventes, cuja renumeração quase sempre não chega a ser de um salário mínimo.³¹

³⁰ Dados fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/CE em 2005.

³¹ Os serventes são trabalhadores que normalmente não possuem nenhum saber específico das diversas funções neste ramo. Seriam basicamente aqueles trabalhadores recém chegados do interior, ou de outras profissões, ou ainda aqueles que se iniciam no mundo do trabalho. O

Da média de idade dos operários, reproduzimos abaixo uma tabela com as suas especificações:

Faixa Etária	Construção Civil
10 a 14 anos	09
15 a 17 anos	112
18 a 24 anos	4.436
25 a 29 anos	3.805
30 a 39 anos	5.805
40 a 49 anos	3.066
50 a 64 anos	1.747
65 anos ou mais	69
Ignorado	249
Total	19.298

Tabela 3. Fonte: IDT/CE, Fortaleza, 2005.

Podemos perceber, portanto, que o maior número de trabalhadores está situado entre aqueles que acabam de deixar a adolescência e aqueles que já estão na faixa dos trinta anos, e assim já enfrentam problemas para se empregarem em outros ramos de atividade:

“(...) Eu sou de Jaguaribe, e antes de vir pra cá, eu tinha trabalhado na Cione (fábrica de óleo de castanha), ali perto de Quixadá, no Triângulo. Lá foi o meu primeiro trabalho com carteira assinada, eu comecei a trabalhar com carteira muito tarde, antes eu trabalhava, mas sem carteira. E isso é ruim pra gente se aposentar, né? Aí eu vim pra Fortaleza”.³²

Desta forma, a construção civil seria uma porta de entrada para os jovens trabalhadores no mundo do trabalho, sendo assim uma oportunidade para aqueles que procuram por um primeiro emprego, como também para

serviço executado é o de carregar as ferramentas, as matérias primas, ou fazê-las chegar aos outros profissionais etc.

³²Depoimento de Eluizito Alves, carpinteiro e ex-diretor sindical entre 1988-1991, dado em 2006.

aqueles que, devido à sua “idade mais elevada” para os padrões do mercado, teriam dificuldades suplementares de arranjá-lo em outro ramo de atividade industrial e contando com proteção dos direitos da carteira de trabalho.

Essa característica está relacionada com o fato de que a experiência nesse ramo pode influir menos na obtenção de um emprego em relação a outras atividades industriais – principalmente na função dos serventes, que compõem cerca de um quarto dos trabalhadores³³, configurando-se no maior grupo neste setor.

Porém, uma das características mais intensas do perfil humano desta categoria seria a de trabalhadores advindos das correntes migratórias rurais, absorvidos pela necessidade de um grande número de trabalhadores para a execução das obras. Esta característica pode ser aproveitada pelos empresários para aumentar a exploração sobre estes trabalhadores, cuja grande maioria se emprega como serventes:

“Eu vim do interior, peguei um ônibus. Um empreiteiro, o cara fez o que quis comigo, trabalhei 22 dias, um mês, eu não estou bem lembrado, e me mandou embora, me mandou procurar meus direitos trabalhistas. Eu nem sei andar, onde será o lugar que a gente procura a lei?”.³⁴

Percebe-se, na fala do trabalhador, que a sua inexperiência para a realização do trabalho na categoria e também no estranhamento com a realidade com a qual se depara nesse ambiente urbano constitui-se num empecilho para a busca dos seus direitos, e que tal fato se constitui também numa oportunidade de abuso dos empresários. Não estamos querendo afirmar que os trabalhadores não conseguem se organizar devido a uma pretensa ingenuidade em se deparar com um meio que lhes é um tanto estranho, como expressaram diversos cientistas sociais que se propuseram a analisar a organização dos trabalhadores provenientes de migrações dentro ou entre os estados, durante a segunda metade do século passado. Como já refletimos na

³³ Segundo Isleíde Arruda, em Fortaleza o percentual médio desta função situa-se em 27% na década de 1980.

³⁴ Depoimento de um operário que trabalhava como servente. Apud Mendes, José Ernandi. *Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1994, p. 129.

introdução da pesquisa, queremos apenas afirmar que esta situação confere caracteres próprios nas relações desenvolvidas entre capitalistas e trabalhadores, contribuindo para a constituição do cenário aonde se desenvolve a nossa história, e condicionando as maneiras com as quais os sujeitos coletivos construirão as suas estratégias para obter aquilo que intencionam. O historiador Paulo Fontes afirma que

“a influência da ‘origem rural’ como fator explicativo estrutural para uma suposta passividade e ausência de iniciativa política dos trabalhadores nos países de acelerada industrialização e urbanização da América Latina atravessou fronteiras e tornou-se um paradigma analítico largamente influente, particularmente após a derrota do movimento operário com o golpe militar de 1964 no Brasil e os que o seguiram seus passos nos anos seguintes na América Latina (...) Os novos trabalhadores urbanos recém saídos do campo, em matéria de ação política, entenderiam apenas a liderança pessoal e o paternalismo. Seus laços familiares e comunitários seriam úteis para sua mudança e instalação na grande cidade, transferindo tradições camponesas de ajuda para o mundo urbano, mas certamente não os auxiliariam como um ‘guia político’”³⁵

Assim, também queremos corroborar com a problematização das matrizes interpretativas que simplificam as ações e relações político-sociais dos trabalhadores com a burguesia e o Estado brasileiros, partindo então de uma perspectiva onde os trabalhadores, mesmo possuindo uma origem rural e com a possibilidade de não terem um saber escolar desenvolvido, constroem com inteligibilidades os mecanismos que os orientam dentro do novo contexto com o qual se deparam, e assim tais características não são impeditivas para o desenvolvimento de consciências de classe que possam ter uma lógica de confrontação.

De fato, estas características estariam presentes na identidade coletiva dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Nos documentos de filiação ao sindicato, nos relatos dos atuais dirigentes e de ex-dirigentes, nos trabalhos

³⁵ FONTES, Paulo R. R. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP. São Paulo: 2002, p. 18.

desenvolvidos nos programas de pós-graduação, nos depoimentos dos trabalhadores etc., estes são em sua maioria pessoas vindas do campo, fugindo das secas e das difíceis condições de vida, ou descendentes daqueles migrantes que vieram tempos atrás, em busca de melhores condições de sobrevivência.

A maioria desses migrantes não possui um grau avançado de escolarização, o que explica sua entrada relativamente fácil na construção civil, proporcionada pela dispensabilidade de conhecimentos e diplomas de instituições de ensino, como podemos perceber na tabela abaixo relativa ao ano de 1988:

Escolaridade	Masculino	Feminino
Analfabeto	2.793	39
Fundamental menor incompleto	9.917	77
Fundamental menor completo	2.373	28
Fundamental maior incompleto	733	26
Fundamental maior completo	496	50
Ensino médio incompleto	341	72
Ensino médio completo	736	364
Superior incompleto	159	59
Superior completo	391	92
Ignorado	577	29
Total	18.462	836

Tabela 4. Fonte: IDT/CE, Fortaleza, 2005.

Se a dispensabilidade de um saber sistematizado de educação estimula a entrada de pessoas que não o possuam no subsetor da construção civil, isso não quer dizer que elas não tenham nenhum conhecimento necessário para tal trabalho. Primeiro, porque muitos desses migrantes construíam suas próprias casas nos seus locais de origem, ou mesmo quando chegam em Fortaleza, nos bairros da periferia. E assim, mesmo sem um saber

qualificado e formal, em termos proporcionais o trabalhador já opera com noções de espaço, de equilíbrio etc. que o faz ter algum conhecimento do trabalho em construção. Ademais, se normalmente eles ingressam como serventes, é através da observação do trabalho dos profissionais que os possibilita a aprendizagem de mecanismos mais sofisticados para a construção de edifícios, prédios etc., e assim acabam aprendendo empiricamente os ofícios de várias funções nos canteiros de obras.

E se o operário já possui alguma experiência de ter participado de uma construção, a procura por empregos neste setor lhe é facilitada, e dada às características deste - sua imensa rotatividade - isso é importante, pois ele está sempre à procura de se empregar. Esta procura é desenvolvida através de redes de solidariedade familiares e de amizades, construídas desde o momento em que se dispõe a migrar para Fortaleza, e também nos locais de moradia e de trabalho nesta cidade:

“Eu me chamo Ednilson de Freitas, sou pedreiro, atualmente sou funcionário da construtora Colméia, né? E tô aí na categoria há quase 26 anos. Eu cheguei do interior, sou natural de Morada Nova. Então eu cheguei em 80, eu tinha colegas meus que já eram da categoria. Então, me chamou pra trabalhar com eles, e eu entrei como auxiliar, né, de bombeiro hidráulico. Trabalhei uns anos como auxiliar e depois passei a ser profissional. (Entrou na construção civil) Porque eu não tenho um grau de leitura, né, e eu acho que dessas profissões que não tem estudo, é uma das que paga melhor”.

“Eu me chamo Sérgio Gomes, eu sou de Itapipoca, mas no meu documento tá como sendo de Pentecoste. Nessa época os pais não se interessavam muito pelo registro... (...) Eu nasci na zona rural (...) e vim prá cá em 52. Vim de trem, de maria fumaça, (...) e comecei a trabalhar no ramo da construção civil em 76. (Por que neste ramo?) Porque é até por escolaridade, primeiro, né? Eu não tenho escolaridade... A fábrica eu achava que era muito ruim pra se trabalhar na época, e eu já entrei na construção civil achando que lá eu ia ganhar mais, né, porque o salário era baixo mas a gente ganhava por produção. Porque quando eu cheguei aqui eu já tinha

um irmão que era empeleiteiro, né, e ele já me levava diretamente... e eu acompanhava ele. E aí, com dois ou três anos que eu tava com ele, eu saí e me desliguei pra assinar a carteira, que eu tinha a maior vontade de assinar a carteira, aí quando eu me desliguei dele eu já sabia fazer tudo (...).³⁶

O pouco saber escolar deste ramo de produção de que dispõe a maioria dos trabalhadores da construção civil não irá impedi-los de desenvolver uma práxis sindical como estratégia de obtenção de suas necessidades, de seus interesses e desejos, como personagens principais de suas vidas, como demonstraremos no decorrer da nossa pesquisa, mas conferiu características próprias neste desenvolvimento.

Tais características devem ser percebidas juntamente com as transformações operadas neste setor da produção e sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico do país.

No Brasil, este ramo foi impulsionado principalmente a partir da década de 1950, com o programa rodoviário, a construção das grandes usinas hidrelétricas, a formação das grandes metrópoles e a construção de Brasília.

A criação da infra-estrutura necessária para a implantação destas novas indústrias privilegiou a construção civil ao mesmo tempo em que agigantou o endividamento do país no exterior. Outra ampliação do setor da construção civil ocorreu a partir de 1964 com a criação do Banco Nacional de Habitação, financiado com recursos do FGTS dos trabalhadores, motivando o setor com créditos mais baratos e trazendo a quase total dependência da indústria das construções residenciais para com o Estado.

Assim, a política habitacional serviu como suporte do modelo de crescimento econômico implantado pelo Estado, que intencionava a ampliação do consumo como necessidade para a estratégia desenvolvimentista do capitalismo na segunda metade do século XX.

Esta dinamização da produção da construção civil, no entanto, não teria sido acompanhada por grandes inovações tecnológicas incorporadas ao processo do trabalho, como aconteceu nas indústrias de transformação

³⁶ Depoimentos dos trabalhadores Ednilson de Freitas e Sérgio Gomes, respectivamente, dados em 2006.

(indústrias onde ocorrem as transformações das matérias-primas, por meio de processos químicos ou mecânicos, em outros produtos). Refletindo também sobre a não introdução de novas modalidades tecnológicas na construção civil brasileira, Marta Farah argumenta que o problema se relaciona ao

“papel atribuído à construção habitacional na política nacional de empregos. (...) Assim, até meados dos anos 70, a inserção macroeconômica da construção habitacional tendeu a articular a meta de produção de moradias à de absorção de mão-de-obra não-qualificada, política que contribuiu à preservação da base técnica e do padrão organizacional tradicionais no setor. Um segundo fator interfere também para a definição do processo de trabalho no âmbito da promoção estatal: a ‘instabilidade’ característica do mercado de habitação do país. Tal instabilidade associa-se, de um lado, à forte dependência da construção habitacional com relação ao desempenho global da economia, em face das repercussões deste sobre a geração de empregos e de renda, variáveis diretamente ligadas à demanda por moradias e à estrutura de financiamento para o setor. (...) Finalmente (...) contribui também o fato de as iniciativas de inovação serem assistemáticas, propostas de fora para dentro (pelo contratante – o Estado), de forma episódica, não chegando a constituir uma nova ‘cultura’ das empresas”.³⁷

Esta caracterização feita por Farah sobre o desenvolvimento da construção civil no país também poderia ser relacionada ao Ceará. Segundo Furtado, até a década de 50 existiam no estado poucas empresas de construção civil.

“É somente com a intervenção do Estado neste subsetor, através do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação, que passa a financiar diretamente a produção e o consumo de moradias, que a atividade habitacional se expande no Ceará. O impulso na produção de habitações no estado se faz sentir não apenas na criação de moradias para atender a população de baixa renda (conjuntos

³⁷ FARAH, Marta F. S. Op. Cit., pp. 114 a 116.

habitacionais), como também para atender as camadas de renda média e alta, que coincide com o crescimento vertical da cidade de Fortaleza, em fins da década de 60 e início da década de 70. (...) Na realidade o subsetor habitacional absorve uma parcela significativa da mão-de-obra no estado do Ceará. Para manter relativamente razoável as taxas de emprego, o governo incentiva a manutenção de processos produtivos manuais, altamente tradicionais na produção habitacional”.³⁸

Em sua pesquisa, Furtado entrevistou empresários que confirmam a intencionalidade do poder público estadual em não financiar o desenvolvimento tecnológico do subsetor da construção civil como estratégia para amortizar o impacto do desemprego.

Assim, no processo de trabalho no subsetor de edificações, as mudanças ocorriam menos na esfera técnico-científica e de forma mais importante na organização e na velocidade empregada no processo, encontrando seu fundamento na habilidade do trabalhador, ao contrário de outros ramos da indústria, que apelam para a tecnologia e a ciência. A ausência de máquinas que aumentem o ritmo de trabalho é compensada pelo trabalho parcelado e pela jornada coletiva, que divide, combina e complementa várias tarefas individualizadas, simples e semelhantes.

Portanto, a exploração dos trabalhadores se configuraria num aumento da jornada e do ritmo de trabalho, além de uma superexploração salarial dos mesmos e facilitada pela enorme quantidade de mão-de-obra disponível devido às levas de migrantes do campo e dos trabalhadores desempregados dos outros ramos de produção.

Contudo, existem outras questões relacionadas ao mundo do trabalho na construção civil que seriam de extrema importância para a nossa reflexão, a começar pela rotatividade dos trabalhadores nos locais de trabalho e a fragmentação destes. Assim, a entrada e saída dos trabalhadores durante a construção ou ao final desta dificulta a organização da categoria; se pensarmos

³⁸ FURTADO, Maria J. de A. *A construção da miséria: um estudo sobre trabalhadores da construção habitacional de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza, 1985, pp. 50 e 51.

nas dezenas de canteiros de obras³⁹ em que se espalham os trabalhadores, que num momento trabalham numa obra e meses depois trabalham em outra, possivelmente numa outra construtora, ou mesmo abandonando a categoria por um trabalho em outro setor de produção, percebemos que tudo isso se configura num desafio enorme para a organização dos trabalhadores. Diferentemente do trabalho fabril, por exemplo, os locais de trabalho se modificam com imensa rapidez no tempo e no espaço urbano, exigindo estratégias para lidar com tais características.

Contudo, dialeticamente elas corroborariam também em algumas vantagens para os trabalhadores, pois parecem contribuir para o desenvolvimento de matizes psicológicos e políticos coletivos interessantes para os membros da categoria. Fernando Teixeira da Silva nos oferece uma perspectiva importante das *potencialidades de organização e combatividade* dessa categoria:

“Empregados sob contrato em diferentes canteiros de obras, os operários da construção encontravam-se em condições mais ou menos semelhantes às de outros trabalhadores ocasionais. Assim, em primeiro lugar, trocavam freqüentemente de trabalho e não estavam ligados a qualquer tipo de emprego bem definido. Segundo, por não estarem engajados nos serviços por contratos de longo prazo e vinculados a um empregador específico, viam-se livres de constrangimentos que caracterizavam os trabalhadores com fortes e permanentes vínculos empregatícios. Terceiro, as reivindicações esbarravam no problema do curto espaço de tempo dos contratos para o término das obras, o que levava os operários a agirem rapidamente se quisessem ver satisfeitas suas demandas. Era-lhes mais difícil organizar a sustentação de uma ação coletiva de longa duração, devendo evitar a perda de tempo em intermináveis procedimentos de mediação e arbitragem. Em síntese, suas condições de emprego não podiam senão encorajar o recurso à paralisação quase imediata como arma contra os patrões. Assim, a

³⁹ Segundo os dados que obtivemos no sindicato dos trabalhadores da construção civil, no final da década de 1980 e início de 1990 havia um número estimado entre 150 a 200 canteiros de obras espalhados na cidade de Fortaleza, onde trabalham cerca de 15 a 20 mil trabalhadores.

tática da ação direta tinha entre eles incontestável eco, alimentando a idéia de um trabalho livre e a luta para eliminar a tirania patronal".⁴⁰

Fernando Teixeira argumenta sobre a combatividade dos operários da construção civil da cidade de Santos e sua propensão em utilizar métodos de ação direta no período entreguerras e, portanto, num contexto histórico diferente do nosso, mas os elementos por ele refletidos podem ser perfeitamente relacionados à nossa pesquisa, pois tais elementos também estariam presentes, caracterizando o mundo do trabalho na construção civil de Fortaleza no contexto por nós compreendido.

Assim, teremos oportunidades para aprofundarmos todas essas peculiaridades que personalizam o mundo do trabalho na construção civil, e que serão de extrema importância para compreendermos as experiências sindicais desenvolvidas pelos seus sujeitos histórico-coletivos em Fortaleza.

⁴⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 61 e 62.

1.2 - As (aviltantes e perigosas) condições de trabalho.

“(...) e tropeçou no céu como se ouvisse
música
e flutuou no ar como se fosse sábado
e se acabou no chão como um pacote tímido
agonizou no meio do passeio náufrago
morreu na contramão atrapalhando o público (...)”
(Chico Buarque – Construção)

Como já expusemos, a característica manufatureira no setor da construção civil possibilita que o trabalhador alargue sua importância na produção por deter o conhecimento prático do ofício, em comparação com outros setores de produção em que o número de trabalhadores foi sistematicamente diminuído com o processo de implementação de novas tecnologias produtivas. Para anular esta particularidade, a socióloga Isleíde Arruda sugere duas estratégias patronais: por um lado,

“(...) exige uma forma de controle extremamente rígida, dominada por fortes estruturas hierárquicas que comandam o trabalhador sob coerção direta. Junto ao uso da disciplina, a empresa oferece incentivos econômicos que motivam o operário a trabalhar mais, intensificando a extração de excedente de capital”.⁴¹

Estas duas estratégias agem conjuntamente para produzir uma realidade sinistra nos locais aonde são erguidas às construções, quando se percebe um perigoso jogo de vida e morte para os operários diariamente, sujeitados a realizarem tarefas arriscadas e se acidentarem devido à falta de equipamentos de segurança, além de aleijamentos e doenças que são próprias a esse ofício.

É comum, pois, deparar-se com diversas fontes que retratam esse quadro tenebroso sobre as condições de trabalho do operário da construção civil. Dois exemplos citados por jornais da grande imprensa podem ilustrar bem

⁴¹ ARRUDA, Isleíde G. Op. Cit., p.36.

uma espécie de “guerra silenciosa e surda”, travada entre o capital e o trabalho:

“O operário José Maria Pereira, 32 anos, casado, natural de Pacatuba, que residia à rua Delmiro Júnior, nº 100, Pajuçara, teve morte violenta quando despencou do décimo andar de um prédio em construção, fato acontecido às 10 hs, de ontem, próximo a Assembléia Legislativa. José Maria se encontrava desempregado e um amigo o convidou para trabalhar sem carteira de trabalho assinada, com o mestre de obra. A vítima topou e ao executar as tarefas determinadas pelo mestre de obras, desequilibrou-se e caiu, tendo morte imediata. No local ninguém quis dar informações mas ficou patenteado que todos que trabalhavam na obra não tinham as mínimas condições de segurança e os parentes da vítima, bastante revoltados, contaram que vão exigir os direitos trabalhistas junto ao Tribunal Regional do Trabalho”.⁴²

E diante de denúncias de insegurança dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza e a despeito de verificar as condições de trabalho neste ofício, com o título “A morte continua rondando as construções”, uma reportagem de um outro jornal da grande imprensa da cidade noticia que

“completamente desprovido de qualquer material de proteção (botas, capacetes e principalmente cintos de segurança), o operário desafiava sua própria sorte, erguendo-se entre armações de madeira até atingir o topo da placa de concreto, num autêntico ‘jogo de cintura’ para não perder o equilíbrio e projetar-se no vazio, como aconteceu aos carpinteiros Miguel de Abreu Lopes, Edmar de Sousa e Ananias Francisco da Silva – mortos quando despencaram de um andaime do 20º andar do prédio da Caixa Econômica Federal”.⁴³

A precarização das condições de trabalho também é denunciada pelo jornal do sindicato. Em 1991, com a manchete “Construção Civil: roleta da morte”, este denuncia que

⁴² Jornal *Tribuna do Ceará*, 30 de agosto de 1988.

⁴³ Jornal *O Povo*, 28 de junho de 1991.

“no final do mês de junho e começo de julho aconteceram quatro acidentes com morte na construção civil de Fortaleza. No dia 22 de junho, Otacílio Ferreira Gomes, pintor, 31 anos, casado, caiu do sétimo andar por causa do rompimento de uma balança com parafuso enferrujado. Otacílio trabalhava na Construtora Estrela. Dia 27 de junho morreram de choque elétrico Cícero Alexandre da Silva, 33 anos, e João Oliveira Alves, 30 anos. Eles trabalhavam na reforma da agência Central do Banco do Brasil, da Construtora Barma. E, no dia primeiro de julho faleceu Antônio Maciel da Costa, carpinteiro da Ádamo Construtora por falta de bandeja de proteção”.⁴⁴

Mas as mortes por despencarem dos prédios não são as únicas a contribuírem para a estatística que dá à construção civil o triste título de campeã de acidentes de trabalho: a falta de equipamentos de segurança seria responsável também por doenças típicas desse ofício, como as respiratórias, e dentre elas destaca-se a silicose, doença obtida pela absorção de poeira de cimento, pois que o trabalho sem as máscaras necessárias para lidar com este material acaba por provocar o entupimento de seus pulmões, dificultando a respiração e levando-o a morte, além de doenças de pele causadas por esta mesma matéria-prima. Uma outra doença familiar aos trabalhadores é o tétano, provocada pela ausência de botas, luvas e capacetes adequados para um trabalho que envolve materiais perfurantes (eu mesmo, ao entrar num canteiro de obras desprovido de material de segurança, tive a experiência de receber na minha cabeça uma “carrada” de cimento, mas que por sorte ainda estava “fresco”).

Num artigo sobre a construção de um conjunto de casas populares no Conjunto São Cristóvão, este continha denúncias em relação à segurança no trabalho:

“No geral, as construtoras não fornecem material de segurança para seus funcionários. Neste tipo de obra é necessário apenas capacete e par de botas. No entanto, se as botas se rasgarem ou o trabalhador

⁴⁴ Jornal *A Voz do Peão*, nº 02, setembro de 1989.

compra outra ou fica de chinelo mesmo. Sem as botas, os trabalhadores da Construção Civil ficam sujeitos a furar ou cortar os pés em prego ou arame ou machucar com a queda de tijolos ou outros instrumentos pesados”.⁴⁵

Os acidentes de trabalho são facilitados por algumas outras condições que corroboram para que eles ocorram. A extenuante jornada de trabalho, em conjunto com os salários baixos recebidos pelos operários faz com que a frequência dos acidentes seja maior em relação a outros ofícios.

A jornada de trabalho do operário da construção civil é de 44 horas semanais, e até 1988 ela era dividida em 8 horas diárias de segunda a sexta, complementadas com mais 4 horas no sábado.

No entanto, a quantidade de horas trabalhadas aumenta por causa das horas extras que os operários acabam obrigados a fazer. Isso ocorre devido ao sistema de produção neste ofício.

Tal sistema pode ser realizado de três formas distintas: sistema de produção unidade/dia, em que os trabalhadores são diaristas, recebendo semanal ou quinzenalmente pelas horas trabalhadas, e que até 1988 recebiam basicamente um salário mínimo, pois que não havia um piso salarial para a categoria; por metros quadrados produzidos, onde um trabalhador recebe por produção realizada dentro de um intervalo de tempo (geralmente também semanal ou quinzenal) e segundo a complexidade da tarefa executada; e através do contrato por empreita, onde o pagamento é feito mediante o término de um serviço ou etapa completa.

Estas duas últimas modalidades são importantes, pois que

“busca-se então criar uma cumplicidade que facilita o processo de exploração intensa com sacrifícios físicos. Além do mais, responsabiliza o trabalhador pelo salário que recebe, como se este não estivesse envolvido numa teia de submissão. Dada a divisão do trabalho na construção civil, percebe-se que somente os serventes são, na maioria das vezes, diaristas, enquanto os profissionais trabalham predominantemente por produção. A combinação destas

⁴⁵ Idem.

duas modalidades de trabalho segue a racionalidade no sentido de obter o máximo dos trabalhadores com o menor custo possível. Isto só acontece porque o ritmo de trabalho do servente é ditado pelo ritmo de trabalho do profissional. Se o segundo encontra-se num sistema de trabalho por produção e assim esforça-se para produzir mais e força a velocidade de trabalho, o primeiro, o servente, apesar de estar na diária, sente-se obrigado a acompanhar o ritmo do profissional”.⁴⁶

O pagamento por empreitada é, portanto, a forma preferencial dos empresários nesta profissão por motivos óbvios. Eric Hobsbawm pondera que esse tipo de sistema de produção é bastante comum e estratégico para os empresários desde a época do capitalismo industrial, quando afirmavam que os trabalhadores deveriam ser agradecidos por possuírem algum trabalho, e assim não fazerem parte do exército de reserva. Refletindo sobre as vantagens desse sistema, ele faz referência a seu mestre intelectual:

“Marx considerou essa a melhor forma de retribuição por salários para o capitalismo. Fornecia um incentivo genuíno para o trabalhador intensificar o seu trabalho e, conseqüentemente, aumentar a sua produtividade, uma garantia contra a negligência em geral, uma solução para reduzir a conta de salários em tempos de depressão, assim como um método adequado – pelo corte no valor das tarefas – para reduzir os custos do trabalho e impedir que salários aumentassem mais do que era necessário e conveniente. Também dividia os trabalhadores entre si, já que o que recebiam podia variar enormemente dentro do mesmo estabelecimento, ou diferentes tipos de trabalho poderiam ser pagos através de formas inteiramente diferentes”.⁴⁷

Assim, todas essas características observadas por esses dois intelectuais também estão presentes no mundo do trabalho da construção civil, caracterizando-o imensamente. No sistema de produção por empreitada,

⁴⁶ MENDES, José Ernandi. Op. Cit., pp. 119 e 120.

⁴⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996, p. 305.

portanto, os diaristas da construção civil são compelidos a fazer horas extras sob o risco de, se se negarem, serem demitidos, já que a reposição de trabalhadores, como já expusemos anteriormente, é facilitada por causa das características da mão-de-obra neste ofício, e a própria jornada extra também evita que seja necessário contratar novos trabalhadores, aumentando o contingente de reserva. Já entre os que labutam por sistema de produção, com a perspectiva de receberem um pouco mais, produzem para além da jornada de trabalho, disciplinando seus corpos para um trabalho extenuante tanto física como psicologicamente, e esta carga de trabalho corrobora para os acidentes nos canteiros de obra. Além disso, este aumento da produção também provoca um outro problema:

“Esta vontade de produzir que domina os trabalhadores também os leva a negligenciar quanto aos equipamentos de segurança. Sobre tais equipamentos, compostos por cordas, cintos, luvas, queixam-se os trabalhadores de que diminuem sua mobilidade e seu tato. Assim dificultam a produção, quando devem produzir mais. A negligência quanto ao uso dos equipamentos de segurança por parte dos trabalhadores, de um lado, e a não exigência por parte dos superiores, do outro, aumentam consideravelmente as estatísticas de acidente e morte...”.⁴⁸

As horas extras realizadas tornam-se um elemento de tensão entre mestres de obras ou engenheiros e os demais trabalhadores no dia do pagamento. Esta tensão é motivada pelo não-reconhecimento, por parte dos primeiros, da jornada extra realizada pelos operários, ou também no momento de se medir a produção, pagando um valor abaixo do que havia sido pré-combinado.

Ainda assim, a motivação em fazer horas extras faz com que muitos operários durmam no próprio canteiro de obras, principalmente entre aqueles que moram em bairros distantes ou nas cidades da região metropolitana de Fortaleza.

⁴⁸ MENDES, José Ernandi., Op. Cit., p. 118.

Além da problemática que envolve as jornadas de trabalho e os acidentes nos canteiros, existe uma outra dificuldade que angustia o trabalhador: a questão dos direitos trabalhistas. Mencionamos anteriormente, com base nas estatísticas pesquisadas junto ao IDT/CE, que em média um quarto dos trabalhadores não possui carteira de trabalho assinada. No mundo da construção civil, as empresas que contratam informalmente são chamadas de “gatas”. Isto, associado a enorme rotatividade do trabalhador e as péssimas condições de trabalho, praticamente o condena a uma velhice não muito tranqüila. Isleíde Arruda salienta que

“é comum a contratação de trabalhadores sem vínculo empregatício, o que lhes retira o direito à férias, 13º salário, FGTS etc. (...) Este fator, associado à descontinuidade das obras (dadas principalmente em momentos de crise do setor), é determinante para a ocorrência da alta rotatividade da mão-de-obra. Numa pesquisa realizada pelo SINDUSCON – SP, o tempo médio de permanência do trabalhador em empresas do setor é de 8,2 meses, tempo este que cai para 7 meses quando se trata de trabalhadores não-qualificados”.⁴⁹

Além disso, as condições de trabalho nos canteiros também possuem características que refletem bem a situação do trabalhador. São vários os problemas reclamados por ele, além daqueles relacionados aos equipamentos de segurança. As queixas referem-se a questões como higiene e alimentação, por exemplo.

Nos banheiros e nos casebres de dormir, verifica-se a imundície, o descaso e a ganância patronal com o rebaixamento dos custos de mão-de-obra como parte da realidade cotidiana. Os canteiros de obra seriam desprovidos de condições mínimas de limpeza, com canteiros contendo dezenas, centenas de trabalhadores que utilizariam um ou dois banheiros apenas.

A alimentação também é um outro elemento de exploração sobre os trabalhadores. Num artigo denunciador da mentalidade patronal sobre as casas populares em que outros trabalhadores morariam e sobre a alimentação que os seus empregados que as construíam teriam direito, o sindicato acusa:

⁴⁹ ARRUDA, Isleíde G. Op. Cit., p. 37.

“As casas são bem pequenas. Nos seus 28 metros quadrados estão sala, cozinha e banheiro. Não tem quarto. (...) Trabalhador não tem direito de dormir bem, então para que quarto? (...) Tem uma lavanderia e é rebocada apenas do lado de fora. Nas obras da Jathay Engenharia estão trabalhando 350 a 400 operários das sete da manhã às cinco horas da tarde. Lá existem três cantinas com cozinheiro em cada uma, mas a qualidade da comida não melhorou. Pela manhã a alimentação é um pão seco e água quente. O pão não tem manteiga ou margarina. Água quente é nome que os peões deram ao caldo. O almoço é servido com muita mosca voando sobre a cabeça dos operários, competindo pelo arroz, rapadura preta, farinha, feijão e uma galinha magra, ou um quilo de panelada para dividir com os muitos operários. À noite, aqueles que moram em lugares distantes, como Acarape, dormem lá mesmo, de rede e embaixo de muito frio, perdendo o direito ao vale transporte. No fim de semana vão para casa com um vale suficiente, apenas, para pagar a passagem de ida e volta para o trabalho na segunda-feira”.⁵⁰

Quando da realização de uma greve da categoria, em março de 1990, numa reportagem ao jornal *O Povo*,

“vários líderes voltaram a denunciar a falta de higiene em banheiros e cozinhas improvisadas em canteiros de obras. Também lamentaram que muitas empresas não estejam dando o café da manhã e o almoço. Conforme o coordenador-geral do sindicato da categoria, Valdênio Caminha, algumas empresas dão a alimentação, mas é de péssima qualidade. ‘Há casos que trabalhadores encontraram calangos cozidos junto com galinha’”.⁵¹

A péssima alimentação alegada por trabalhadores e dirigentes sindicais seria, para eles, uma das grandes responsáveis pelos acidentes de trabalho. Numa outra entrevista dada ao mesmo jornal um dia antes, o mesmo dirigente sindical “afirmou que os empresários fornecem no máximo o café da manhã,

⁵⁰ Jornal *A Voz do Peão*, nº02, setembro de 1989.

⁵¹ Jornal *O Povo*, 12 de março de 1990.

desprezando o fato que a maioria dos acidentes de trabalho ocorrem entre os trabalhadores que estão de barriga vazia”.⁵²

A falta de higiene e o descaso do empresariado podem ser percebidos também na água que os operários ingerem. Nos canteiros, ela é armazenada em containeres de amianto, material comprovadamente cancerígeno,

“quando tem, né? (risos) Porque era assim: uma obra com mais de 400 pessoas e não tinha, colocavam a água direto na caixa e não dava para abastecer todo mundo, né? Uma caixa d’água com mil litros onde os trabalhadores lavam os capacetes, néra, onde o cara comia dentro do capacete, e fazia sua comida no próprio local de trabalho, e aí aquela água era pra tudo, e quando acabava o cara colocava água lá que a gente nem sabia a procedência da água. Aí, quando acabava a gente tinha que beber água do tanque onde era colocado o material de construção”.⁵³

Essa água seria proveniente diretamente das torneiras, sem qualquer processo de filtragem, como se pode observar nas fontes que denunciam a situação do trabalho nos canteiros de obras. Como prato, vale o que estiver ao alcance dos trabalhadores: telhas, capacetes ou qualquer coisa que comporte a refeição, que é comida em qualquer lugar onde o trabalhador possa se sentar.

Podemos fechar os olhos e pensar, portanto, no ambiente físico do canteiro de obras, revelador de um frio aspecto de orfandade para trabalhador: uma atmosfera sufocante de uma rígida hierarquia amalgamada com a sujeira do ambiente, a poeira do cimento e da terra que rodopia em sua volta, açoitando-o devido às rajadas do vento, a queimadura e a luminosidade excessivas do sol da tarde sob sua cabeça e olhos geralmente sem proteção, contrastando com o escuro da noite provocado pela parca iluminação enquanto executa horas extras, o uso de roupas humildes e rotas pela ausência de uniformes de trabalho, o medo provocado pelas pontas de metal, de vidro ou de madeira, o balançar do corpo em armações precárias de sustentação no

⁵² Idem, 11 de março de 1990.

⁵³ Depoimento de um operário, chamado Benedito. Nas pesquisas de José Mendes, Maria J. de Araújo Furtado e Isleíde Arruda, também há vários depoimentos de trabalhadores denunciando situações idênticas.

alto das estruturas prediais, a falta de higiene dos banheiros e a péssima alimentação com a qual tem que se manter diariamente, tudo por um salário ínfimo, em que não sabe ao certo o quanto irá receber e até quando poderá dispô-lo, seja durante a execução da obra ou ao final desta, e assim temos uma vaga noção do que sente um trabalhador da construção civil de Fortaleza no seu cotidiano de trabalho.

Toda essa exploração que lhe é imposta nos parece um elemento importante de reflexão. A questão nos parece ir além da problemática da racionalidade burguesa de maximização dos lucros mediante o rebaixamento dos custos com a mão-de-obra, mas estaria relacionada também com a questão do controle sobre os trabalhadores através da subjetividade destes no que concerne à auto-imagem e, portanto, da identidade que produzem de si.

Como já nos referimos anteriormente, os trabalhadores da construção civil são, em sua maioria, pessoas vindas do campo, fugindo das secas e das difíceis condições de vida, ou descendentes daqueles migrantes que vieram tempos atrás, ou ainda trabalhadores de outras categorias que, com a crise econômica e a diminuição da oferta de emprego, acabam encontrando na indústria da construção civil um trabalho que não exige tanta experiência ou saber especializado.

Nesta categoria, o termo “peão” é muito comum entre os trabalhadores, e de tal forma que este termo mantém uma estreita relação identitária com o termo “pião”. Os termos possuem uma conotação semântica que envolve a construção de sua identidade para além de sua dimensão trabalhista.

O termo “peão” pode significar, entre outros, o trabalhador rural, cujo estereótipo é aquele sujeito com pouco saber educacional, “matuto”, que vive naquela vida monótona, praticamente à margem da vida excitante dos grandes centros urbanos. Já o “pião” seria aquele brinquedo (hoje um tanto esquecido) que é impulsionado por um cordão nele enrolado e que lhe imprime o movimento giratório. Ora, os trabalhadores se identificam com estes termos, tanto devido à sua origem camponesa, como também às condições específicas de trabalho: o constante deslocamento do espaço a que estão submetidos, “girando”, portanto, de um lugar para o outro.

Assim, a mudança de cidade (e a mediação entre as referências culturais com que se deparam), a mudança dos locais de trabalho, ou mesmo

de trabalho, quando do término da obra, quando é bem comum a demissão de trabalhadores, tudo isso se configura num momento de tensão, além de provocar um sentimento de insegurança, desamparo e baixa-estima, sensação esta que, percebida junto às aviltantes condições de trabalho, eles seriam desvalorizados e “descartáveis”, como o brinquedo que faz alusão a sua identidade, e que após ter completado o seu giro, é dispensado até que alguém se interesse novamente em utilizá-lo.

Emília Viotti da Costa argumenta que

“identidades, linguagens e significados são produtos da interação social que ocorre num sistema específico de poder e relações sociais, com protocolos, sanções e rituais próprios. As condições materiais da vida das pessoas, a maneira como elas utilizam e distribuem os recursos humanos e ecológicos. As maneiras concretas como se exerce o poder são tão importantes para determinar a formação da identidade, definir a linguagem e criar significados quanto os códigos sociais que mediatizam a experiência ou as convenções usadas para definir o real. Com efeito, as condições materiais e os sistemas simbólicos estão intimamente relacionados”.⁵⁴

Destarte, podemos conjecturar que se as condições materiais estão integradas numa relação dialética com os sistemas simbólicos, e que lhes imprimem um sentido mútuo, então a extrema exploração a que são submetidos os trabalhadores possui também um significado de estabelecimento de status e hierarquia dentro das relações sociais dos sujeitos históricos que nelas estejam envolvidos: empresários, engenheiros, mestres-de-obras, peões etc. As condições de trabalho, portanto, produzem e reproduzem todo o domínio de classe que não ocorre apenas de forma objetiva, do quantum de trabalho abstrato acumulado pela burguesia industrial, mas também imprimem uma lógica subjetiva de valores morais aos sujeitos históricos, criando imagens, idéias, conceitos e preconceitos que se constroem em ações, rituais e protocolos próprios.

⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998, p. 38.

Esta lógica de dominação, pois, não ocorre apenas como parte de um simples descaso irresponsável e desumanizante de capitalistas que não se importariam com a vida de trabalhadores, que estariam abaixo na hierarquia social; ela é parte integrante e necessária do mecanismo de dominação de classe por provocar um rebaixamento da imagem e da estima que os trabalhadores devem possuir de si. Deve-se conquistá-los “espiritualmente”, fazê-los acreditar que são desnecessários, substituíveis, “recursos humanos” que, como uma peça de máquina, podem ser substituídos, corroborando com uma imagem coisificada que o trabalhador deva possuir de si.

Afinal, em qualquer relação social de domínio, há que se estabelecer um consenso pelo qual aqueles que estariam numa posição desvantajosa procurem conviver, ainda que em graus diferentes, com esta posição em que se encontram. O estabelecimento de relações desiguais deve ser preservado, e dificilmente a transformação destas relações ocorre se os oprimidos não tiverem uma imagem positiva de si.

Mais: deve-se inclusive convencê-los a concordarem com tais relações, acenando-lhes inclusive com posições intermediárias dentro da hierarquia social do canteiro de obras. Tal nos parece ser a postura, por exemplo, dos mestres-de-obras, que, uma vez contratados pelos donos das construtoras, juntamente com os engenheiros são os responsáveis pelo controle dos trabalhadores nos canteiros: geralmente são eles que, após receberem as diretrizes dos empresários e engenheiros, contratam e demitem os peões, avaliam a produção e calculam os pagamentos, determinam como e quando os trabalhadores irão trabalhar, enfim.

Num depoimento em que analisava as dificuldades da então diretoria sindical em 1989, o diretor Eluizito Alves nos indicia como os trabalhadores percebiam os engenheiros e mestres de obras:

“O problema do bebedouro, que a gente colocava para os trabalhadores que eles iam ter água refrigerada e potável, e eles caíam na gargalhada, mangando da gente, da diretoria do sindicato.

Eles achavam que água potável era para os engenheiros, mestres de obra e pra mais ninguém”.⁵⁵

Assim, partindo de uma compreensão sobre os papéis sociais do engenheiro e do mestre de obras nos canteiros,

“o primeiro, formado no ensino acadêmico, detém o conhecimento técnico-científico e fiscaliza sua aplicação na obra; representa também a empresa, sendo o responsável pela administração do empreendimento. O mestre, formado no canteiro, chega a essa posição depois de muitos anos de labuta em várias funções e após ter provado que sabe assumir a liderança dos trabalhadores; serve, portanto, de tradutor das ordens emanadas do engenheiro; em virtude da sua origem social, conhece a linguagem e os costumes operários; sabe como dosar persuasão com coação para convencer o trabalhador a produzir”.⁵⁶

Assim, o mestre de obras seria a pedra angular da estrutura de poder dentro do canteiro de obras, atuando como intermediário entre a linguagem técnica oficial dos engenheiros e a linguagem da cultura operária.

Daí o porquê de, quando dos conflitos que surgem nos locais de trabalho, serem eles os representantes da linha de frente dos empresários, os primeiros a tentarem convencer e/ou ameaçar os trabalhadores para o retorno à “normalidade”. E é também o motivo da emergência de uma tensão cotidiana que os opõem aos trabalhadores dentro dos canteiros e que pode arrebentar em momentos de confronto aberto, como nas greves. Quando de um movimento paredista, em março de 1990, dois jornais noticiavam um confronto ocorrido entre um mestre-de-obras e trabalhadores:

“Quanto às agressões, afirma Jânio Vidal que elas partiram do mestre-de-obras da Construtora Ego, José William. ‘A polícia acompanhou de perto os piquetes e pode comprovar que não fomos

⁵⁵ Depoimento de Eluizito Alves, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores na gestão de 1988 a 1991.

⁵⁶ VARGAS, Nilton. Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional. In *Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar – sete casos brasileiros para estudo*. São Paulo: Editora Atlas, 1983, p. 197.

agressivos gratuitamente. O que aconteceu foi que um operário foi esmurrado e houve o revide”.⁵⁷

A argumentação do diretor é a de que os operários participam de movimentos grevistas, mas que são ameaçados pelos mestres, e que, portanto, têm o direito de se defenderem:

“Quanto ao incidente registrado na última quinta-feira, na Construtora Ego, entre grevistas e um mestre de obra, Jânio Vidal explica que os participantes agiram em legítima defesa, já que o mestre José William da Silva queria bater nos trabalhadores paralisados”.⁵⁸

Os trabalhadores da construção civil perceberiam claramente que toda a problemática relacionada às suas péssimas condições de trabalho faz parte de um processo de exploração empresarial, e tentam, a partir dessa vivência cotidiana no local de trabalho, construir estratégias que lhes propiciem melhorá-las. Afinal, a classe operária está sempre presente no seu fazer-se. Dentro desta concepção processual da história, podemos então afirmar que os trabalhadores desta categoria estariam ativamente participando não somente da construção de casas e prédios, mas também de uma práxis social que lhes possibilite satisfazer uma parte de seus valores materiais e espirituais. E sendo assim, poderíamos admitir que uma parte desses valores poderiam ser alcançados através da instituição do seu sindicato.

E quais seriam tais valores? É claro que, num nível mais pragmático, talvez esperassem que o sindicato cumprisse com o seu papel histórico de defesa dos seus interesses mais imediatos em relação ao seu trabalho: aumentos de salário, defesa e ampliação dos seus direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, enfim, todo um conjunto de exploração e alienação burlescas, responsáveis por uma imensa rotatividade dos trabalhadores neste ofício.

Contudo, é importante frisar que para nós a luta contra o aviltamento das relações humanas na produção implicaria também numa reflexão da

⁵⁷ *Jornal Diário do Nordeste*, 17 de março de 1990. Jânio Vidal foi um diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza de 1988 a 1994.

⁵⁸ *Jornal O Povo*, 17 de março de 1990.

própria condição do trabalhador enquanto ser humano, e na sua percepção de sociedade e de mundo:

“Apesar de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salário. Há mesmo mais do que o desespero quanto a uma sociedade incapaz de dar a seus membros o que eles precisam, uma sociedade que força cada indivíduo ou cada grupo a cuidar de si próprio e não se importar com o resto. Já foi dito: ‘Dentro de cada trabalhador existe um ser humano tentando se libertar’”.⁵⁹

Esse entendimento nos parece essencial, pois que refletir sobre a dimensão dos desejos dos trabalhadores da construção civil nos permite entender melhor as suas estratégias em relação aos processos de racionalização do trabalho e, portanto, à lógica burguesa de subsumi-los à produção. Nossa perspectiva é entender as lutas sindicais de um modo diferente da dimensão meramente econômica, mas que tais lutas possuem significações que vão além desta.

Dialogando com Castoriadis, que, numa reflexão sobre sindicalistas e marxistas que tendiam a desprezar as “greves selvagens” de trabalhadores da indústria de automóvel norte-americana para obter “pausas para o café de um quarto de hora”, definindo tal reivindicação “como trivial, ou como expressão do atraso dos operários”, ele argumenta que

“trivialidade e atraso se situavam nos sindicalistas e nos marxistas. Através de tal reivindicação, os operários questionavam o fundamento da organização capitalista da empresa e da sociedade: a de que o homem existe para a produção. E lhe opunham o princípio de uma organização da produção em torno de carecimentos e da vida do homem produtor”.⁶⁰

⁵⁹ HOBBSAWM, Eric. A década de 70: sindicalismo sem sindicalistas? In *Mundos do trabalho*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. P. 396.

⁶⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 65.

E arremata:

“Para a concepção tradicional, o conjunto dessas manifestações pode ser considerado apenas como ‘reformista’, já que não põe explicitamente em questão o poder instituído na sociedade e esse pode – pior ou melhor – acomodar-se com elas. Mas esse é um critério formal e, em última instância, vazio. Para nós, é claro que elas traduzem uma atividade tão radical como qualquer outra que se apresente como tal; não põem em questão a exterioridade do poder estabelecido, mas minam seu fundamento, ou seja, a definição capitalista da realidade, daquilo que conta e que é importante”.⁶¹

Assim, é dessa maneira que entendemos as queixas dos operários da construção civil no que diz respeito a sanitários e chuveiros, alimentação e água potável, equipamentos de segurança e aumentos salariais, construção de espaços de poder e hierarquia nos canteiros de obras e questões relacionadas à racionalização “taylorista” da jornada de trabalho. E se estes operários utilizam estratégias para lidar com estas questões, o sindicato pode assumir um papel importante em meio às contradições, antagonismos e equilíbrios nestas relações.

Sabemos que, em 1988, formou-se uma oposição que se desenvolveu com críticas à atuação político-sindical de sua direção, pretendendo assim a hegemonização política do sindicato para poder construir uma nova práxis transformadora de suas relações.

Portanto, achamos necessário apreender como se desenvolviam no período anterior a formação dessa oposição, as relações sindicais entre os trabalhadores da “base” e seus dirigentes, no que diz respeito à democracia sindical, ou sobre os espaços incentivados (ou não) a serem ocupados, se estes espaços seriam construídos coletivamente como instrumentos de organização e representatividade da categoria e, em meio aos antagonismos e conflitos nas relações de trabalho, quais teriam sido os encaminhamentos tomados pela direção.

⁶¹ Idem, *Ibidem*.

Estas indagações nos parecem imperativas para podermos perceber as possíveis mudanças e permanências, contradições e complementaridades das relações sindicais desenvolvidas pelos sujeitos neste contexto histórico.

1.3 - As relações sindicais desenvolvidas na categoria na década de 1970 até 1988.

“(...) e quem me ofende, humilhando, pisando,
pensando que eu vou aturar
tô me guardando pra quando o carnaval chegar
e quem me vê apanhando da vida duvida que
eu vá revidar
tô me guardando pra quando o carnaval chegar(...)”
(Chico Buarque – Quando o carnaval chegar)

Fundado em 24 de novembro de 1940, o sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza se caracterizava, na década de 1970, pela plena absorção de uma consciência política assistencialista e com relações estreitas com o sindicato patronal e o Estado brasileiro. Em seu trabalho, a socióloga Maria Furtado argumenta que no início da década de 1980, o sindicato possuía pouca representatividade entre a categoria, “sendo um ilustre desconhecido da grande maioria dos operários entrevistados em nossa pesquisa, sendo que 58% deles nem sequer conhecem o sindicato”.⁶²

O estatuto do sindicato, aprovado pela Delegacia Regional do Trabalho do Ceará em 28 de julho de 1975, nos fornece algumas evidências importantes para análise posterior. Assim, escolhemos alguns para essa empreitada. Sobre os fins do sindicato:

“Artigo 1º- O sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, com sede e foro em Fortaleza, Estado do Ceará, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, na Base territorial de Fortaleza, Estado do Ceará, conforme estabelece a legislação em vigor sobre a matéria e com o intuito de colaboração com os poderes

⁶² FURTADO, M. J. de Araújo. Op. Cit., p. 248.

públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade de classe e da sua subordinação aos interesses nacionais”.⁶³

Este artigo segue as diretrizes políticas da CLT, cuja perspectiva seria o estabelecimento da harmonização das classes sociais, submetendo-se inclusive ao Estado ditatorial então vigente no país. Outros artigos também expressam a mesma orientação. Sobre os deveres do sindicato:

“Artigo 3º- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
b) manter serviço de assistência judicial para os associados;
c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho;
d) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;
e) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais”.⁶⁴

Algumas questões que se colocam: os poderes públicos estavam interessados em desenvolver que tipo de ‘solidariedade social’? Essa assistência judicial era efetiva quando os trabalhadores eram prejudicados em seus interesses pelos empresários do setor? “Promover a conciliação nos dissídios” significaria defender os interesses dos trabalhadores? Havia uma preocupação com os salários dos trabalhadores para consumirem e terem crédito comercial? E a preocupação com a educação escolar dos trabalhadores, ela era genuína, numa categoria onde majoritariamente os trabalhadores possuíam no máximo o fundamental menor completo?

Sobre as condições de funcionamento do sindicato:

“Artigo 4º- a) observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos;
b) abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato;

⁶³ Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, Capítulo I, Artigo 1º, 1977, pp. 02 e 03.

⁶⁴ Idem, p. 03.

- f) abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas em lei, inclusive as de caráter político-partidária;
- g) não permitir a cessão gratuita ou remunerada da sede, móveis, utensílios e pertences de qualquer ordem à entidade de caráter político-partidária;
- h) não poderá filiar-se a organizações internacionais nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por Decreto do Presidente da República, na forma da Lei”.⁶⁵

Poderíamos aqui nos perguntar: que deveres morais e cívicos seriam pretendidos? Quais as doutrinas incompatíveis com as instituições e interesses nacionais e como seriam tratados os incompatíveis ideológicos? Como os diretores do sindicato refletem sobre a questão da solidariedade entre a classe trabalhadora? Ela estaria subsumida à solidariedade com os poderes públicos?

O 2º capítulo do estatuto, que versa sobre os deveres dos associados, é importante para verificarmos, posteriormente, a democracia interna nas relações sindicais, quando iremos dialogar com outras fontes para entendermos melhor a operacionalização de tais premissas. Os artigos que nos chamam a atenção são:

“Artigo 8º- São deveres dos associados:

- a) pagar em dia ou pontualmente a mensalidade fixada pela Assembléia Geral e homologada pelo Órgão competente;
- e) comparecer às sessões cívicas comemorativas das datas festivas nacionais realizadas na sede social ou sob convocação do Ministério do Trabalho.

Artigo 9º- Os associados estão sujeitos a penalidades de SUSPENSÃO e de ELIMINAÇÃO do Quadro de associados.

§1º- Serão SUSPENSOS os direitos dos associados

- a) que não comparecerem a três Assembléias Gerais consecutivas;
- b) que desacatarem a Assembléia Geral ou a Diretoria.

§2º- Serão eliminados do quadro de associados

⁶⁵ Idem, pp. 03 e 04.

a) os que, por má conduta, espírito de discórdia ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material do sindicato, ou por violação dos Estatutos, se constituírem em elementos nocivos à entidade.

b) os que, sem motivo justificado, se atrasarem em mais de três meses no pagamento de suas contribuições.

§3º- A aplicação das penalidades serão impostas pela Diretoria.

§4º- A aplicação das penalidades, sob pena de nulidade, deverá preceder à audiência do associado o qual deverá aduzir por escrito a sua defesa, no prazo de dez dias contados do recebimento da notificação.

§6º - A simples manifestação da maioria, não basta para a aplicação de quaisquer penalidades, as quais só terão cabimento nos casos previstos na lei e neste Estatuto”.⁶⁶

É óbvio que todo grupo social precisa criar regras de convivência para seus integrantes, e a idoneidade é um princípio moral necessário para assegurar os direitos do coletivo; mas quem decide o que seria ou não um ato de idoneidade? Pelo presente estatuto, é a Diretoria a autoridade competente para impingir punições e a Assembléia Geral não tem poder deliberativo sobre ela (inciso 6º). E se o trabalhador se sentir lesado por alguma punição perpetrada pela Diretoria, a quem ele recorre? Também a ela, e somente por escrito.

Além destes, há um outro artigo, o oitavo, que institui uma mensalidade para os associados, além das taxas do imposto sindical e do desconto assistencial, para que o trabalhador possa ser sócio do sindicato e gozar dos seus direitos. E de quanto seria esta mensalidade? O estatuto define: “PARÁGRAFO ÚNICO- Fica estabelecido o aumento de 2% sobre o salário-mínimo para as mensalidades, de acordo com o aumento de salário e de conformidade com a Assembléia Geral realizada”.⁶⁷

Além disso, a diretoria do sindicato convocou uma ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, realizada em 27 de fevereiro de 1977 para “majorar o índice percentual da mensalidade do associado para 4% sobre o

⁶⁶ Idem, pp. 04 a 06.

⁶⁷ Idem, p. 05.

salário-mínimo em vigor na região, a partir do mês de março de 1977, o que foi devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Delegado Regional do Trabalho (CE)”.⁶⁸

Isso é feito com a anuência dos trabalhadores, através das Assembléias Gerais. Mas elas são divulgadas amplamente, de forma que os trabalhadores tomem conhecimento e sintam-se incentivados a participar efetivamente?

Parece-nos que não, uma vez que, no capítulo seguinte do Estatuto, que versa sobre a convocação da Assembléia, a divulgação seria feita tão somente por um Edital publicado num jornal de grande circulação com no mínimo três dias de antecedência; a leitura de jornais da grande imprensa não faz parte da sua cultura operária, além do fato de que a sua extenuante jornada de trabalho, das 04:00 (momento em que acorda para o trabalho) até as 16:00, quando termina (se não fizer hora extra), dificilmente proporcionaria condições favoráveis para tal perspectiva.

Porém, as assembléias costumavam ocorrer no segundo domingo de cada mês, criando uma rotina que poderia fazer com que o trabalhador soubesse da sua existência, ainda que não soubesse a pauta a ser discutida. Neste caso, ele trocaria o único dia de lazer e descanso a que tinha direito na semana para se deslocar à sede do sindicato apenas se considerasse algum proveito em fazer isso, mas não nos parece razoável afirmar que o trabalhador iria participar da assembléia nestas condições. De fato, em vários depoimentos que nos foi dado durante a pesquisa por operários que trabalhavam na categoria na época em que o “grupo do Mariano” estava na direção, poucos sabiam da existência dessas assembléias, e dos que sabiam, apenas um teria participado algumas vezes, revelando que estas aconteciam com a presença de cerca de 40 a 50 trabalhadores, sendo a maioria formada por aposentados da categoria.⁶⁹

Portanto, isso quer dizer que a maioria dos trabalhadores tem seus direitos sindicais suspensos permanentemente, e somente a Diretoria é quem poderia devolvê-los? E se por um prodígio qualquer, os trabalhadores conseguissem de alguma forma participar das assembléias, quem é que decide

⁶⁸ Idem, ibidem.

⁶⁹ O único trabalhador que afirmou saber da existência das assembléias era Raimundo Castro Pereira, que depois se tornaria diretor sindical em 1988.

a sua pauta? Os trabalhadores têm espaço para manifestar as suas opiniões? E que datas comemorativas são realizadas e qual o discurso construído em tais eventos?

E quem compõe a Diretoria? Como ela é eleita? No capítulo III, que discorre sobre isso, temos:

“Artigo 12º- O Sindicato será administrado por uma Diretoria composta de três membros, eleitos pela Assembléia Geral, para os cargos de PRESIDENTE, SECRETÁRIO E TESOUREIRO, para um mandato de três anos.

§1º- A Diretoria elegerá dentre seus membros o Presidente do Sindicato.

§2º- Os demais membros ocuparão os demais cargos, de acordo com a ordem de menção na chapa eleita”.⁷⁰

Por conseguinte, são três os indivíduos que, em última instância, acabam por deter todo o poder dentro do sindicato sobre qualquer assunto, reproduzindo os princípios da estrutura burocrática, autoritária e rigidamente hierarquizada da Consolidação das Leis de Trabalho, e em consonância com as mesmas características das relações sociais de trabalho nos canteiros de obras.

Logo após a aprovação do estatuto do sindicato, a nova diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil, eleita no ano de 1976, foi composta pelo presidente Mariano Antônio Nunes, pelo secretário Luiz Carneiro da Rocha e pelo tesoureiro José Caúla Barros. O primeiro seria o mentor do grupo que permanecerá à frente da diretoria por quatro gestões consecutivas, de 1976 a 1988, ano em que foi derrotado por uma oposição sindical, como iremos abordar posteriormente.

Todavia, poderíamos pensar que, devido à época em que se vivia, com o país mergulhado numa ditadura militar, este estatuto seria uma estratégia dos trabalhadores para lograr a vigilância e a repressão que se abatiam sobre o movimento sindical naquele contexto histórico, ou que a diretoria poderia fazer “vista grossa” se algum trabalhador incorresse contra alguns desses artigos,

⁷⁰ Idem, p. 07.

particularmente àqueles que estariam em consonância com a Lei de Segurança Nacional (as doutrinas nocivas e/ou estranhas, a eliminação – termo interessante e sinistro para se colocar num estatuto trabalhista - do quadro de associados etc.).

Afinal, com uma legislação sindical que atrelava os sindicatos ao Ministério do Trabalho, ficaria difícil resistir abertamente em meio à violência e o autoritarismo do Estado brasileiro.

Faz-se necessário recorrer, portanto, a outros elementos que nos possibilitem uma percepção mais adequada das relações sindicais desenvolvidas internamente na vivência cotidiana do sindicato.

Um caso emblemático que nos parece imprescindível para a obtenção de respostas às nossas indagações é um processo trabalhista⁷¹ que contrapôs o operário Reinaldo Barroso à diretoria do sindicato.

No dia 25 de junho de 1982 foi endereçado um requerimento, assinado pelo então secretário José Caúla Barros e mais vinte e quatro membros do sindicato e associados, ao presidente Mariano Nunes, pleiteando por uma assembléia para expulsar Reinaldo Barroso do quadro de associados do sindicato, alegando que este

“vem desacatando e desrespeitando todas as assembléias realizadas por nossa categoria, por insultos dirigidos à própria assembléia ou a seus participantes, ou dirigidos à Diretoria do sindicato e seus membros, fazendo política dentro do Sindicato, lançando insultos contra o governo e as autoridades constituídas, além de querer impor séria confusão nas assembléias, tratando de assuntos alheios (sic) à classe e cuidando de doutrinas subversivas. Vem esse sócio, também, se fazendo passar por representante do nosso Sindicato em entidades suspeitas, como uma tal de Pró-cut ou em frentes sindicais ilegais (...).”⁷²

No dia 29 de junho de 1982, é publicado no jornal Tribuna do Ceará um edital de convocação para assembléia extraordinária para o dia 04 de julho

⁷¹ Processo trabalhista protocolado na Delegacia Regional do Trabalho do Ceará, sob o nº 008757, com entrada no dia 14 de outubro de 1982.

⁷² Requerimento protocolar de pedido de assembléia, sem data, arquivado no STICCF.

(cinco dias depois), na sede do sindicato, tendo como único ponto de pauta o “exame, discussão e decisão sobre pedido de eliminação do Quadro Social do Sindicato, do associado Reinaldo A. P. Barroso, conforme requerimento feito e endereçado por José Caúla Barros e mais outros vinte e quatro associados do Sindicato (...)”.⁷³

Para representar os seus direitos, o operário contratou o advogado Sílvio Mota⁷⁴, que redigiu um requerimento⁷⁵ no qual critica os procedimentos adotados pelo sindicato, que não especifica no edital e na notificação recebida pelo operário as provas e os fatos concretos, ficando assim impossibilitado de se defender, que também pelo estatuto do sindicato a “aplicação das penalidades, sob pena de nulidade, deverá preceder audiência do associado, o qual deverá aduzir por escrito a defesa, no prazo de 10 dias do recebimento da notificação” (este prazo se encerraria no dia 11 de julho, e, portanto, a assembléia não poderia ser marcada para o dia 04), lembra que a assembléia tem caráter apenas consultivo, não possui poder para decidir por penalidades (somente a diretoria tem autoridade para isso, como vimos), e requer o direito de se defender também oralmente perante a assembléia.

No dia seguinte, esta transcorre sob um clima de muita tensão:

“O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza realizou, ontem pela manhã, uma Assembléia Geral Extraordinária, com a participação de 72 associados, onde a maioria se posicionou favoravelmente pela expulsão do sindicalista Reinaldo Alexandre de Paula Barroso (...) O clima de tensão podia ser sentido logo na entrada da sede, onde na porta estava postado um segurança armado. Antes de dar início aos trabalhos, o presidente do Sindicato, Mariano Antônio Nunes, percebendo a presença da imprensa e de sindicalistas de outras categorias, instruiu que estes deveriam retirar-se do plenário ‘por medida de segurança’. Como isto não acontecesse, o presidente ameaçou-os dizendo: ‘Quem não for

⁷³ *Jornal Tribuna do Ceará*, 29 de junho de 1982.

⁷⁴ Procuração assinada em 01 de julho de 1982 para representação dos direitos de Reinaldo Barroso ao advogado Sílvio de Albuquerque Mota, inscrição na OAB-CE de número 3920.

⁷⁵ Requerimento emitido pelo advogado Sílvio Mota ao sindicato, em 03 de julho de 1982.

da categoria, retire-se do plenário. Esta casa é dos trabalhadores da construção civil. E quem avisa amigo é”.⁷⁶

Após as ameaças, o edital de convocação é lido; em seguida o presidente do sindicato pede a palavra e fundamenta a expulsão do associado, mas sem “apresentar nenhuma prova”:

“Tecendo as acusações, ele disse que ‘infelizmente o companheiro não sabe se conter e todas as suas falas são de desacato à Diretoria’. Dirigindo-se aos sindicalistas de outras categorias que se faziam presentes, disse que ‘não vão pensar que neste sindicato vocês vão fazer o mesmo que fazem na Praça José de Alencar (...) O que importa é que o Sindicato é democrático. Mas não vamos permitir que se traga para dentro desta casa quaisquer ideologias’”.⁷⁷

Ainda segundo o jornal, a Comissão da Pastoral Operária de Fortaleza⁷⁸ enviou para esta assembléia uma moção conclamando uma “atitude de companheiros e não de empresários” por parte dos trabalhadores, chamando por uma união da categoria. Ela não foi lida, assim como o direito reivindicado pelo operário de se defender perante a assembléia foi negado. Em seguida, houve o encaminhamento da proposta de expulsão, cujo procedimento foi o de que quem defendesse a sua expulsão ficaria de pé. A maioria do plenário se levantou, mas a mesa declarou a proposta de expulsão como aclamada por unanimidade. Sob protesto de uma minoria, a mesa argumentou que aqueles que ficaram sentados eram trabalhadores de outras categorias. A reunião se encerrou imediatamente, e os diretores teriam saído sem dar entrevistas à imprensa. Portanto, até o operário Reinaldo Barroso teria votado pela sua expulsão...

Quando confrontamos esta fonte com a ata da assembléia, não há nenhuma discrepância importante em relação à matéria do jornal *O Povo*

⁷⁶ Jornal *O Povo*, 05 de julho de 1982.

⁷⁷ Idem. A Praça José de Alencar foi um lugar privilegiado de manifestações sociais, sindicais, estudantis etc. desde o período de redemocratização política até hoje. É uma das praças mais importantes do centro da cidade.

⁷⁸ Este grupo participou da formação da oposição sindical que derrotou o grupo de Mariano Nunes na eleição para a diretoria do sindicato dos trabalhadores, em 1988.

(apenas as ameaças aos participantes “estranhos” à categoria, que na ata aparecem como um registro da “presença de várias pessoas estranhas a esta assembléia e várias pessoas ligadas a órgãos de imprensa, que não foram convidadas a participar desta reunião”).⁷⁹ Mas há um elemento importante: um detalhamento das causas que levaram à realização da assembléia e o pedido de expulsão do operário. Sobre as argumentações políticas e sindicais gerais:

“(...) o associado passou a querer doutrinar os participantes das assembléias, com relato de histórias sobre figuras do comunismo internacional, ora lendo jornais ora revistas, embora, a cada tentativa de pronunciamento, fosse aparteado e impedido de prosseguir em assuntos que não dizem respeito à nossa categoria, igualmente, segundo apurou este sindicato, por seus sócios, vem se dizendo representante deste Sindicato na entidade chamada, ao que se sabe, de Pró-Cut, e, também, se vem passando como representante deste sindicato em reuniões desautorizadas de uma chamada ‘Frente Sindical’, tudo sem autorização deste Sindicato (...)”.⁸⁰

Sobre o Estado brasileiro:

“(...) ao que se sabe, fazendo pronunciamentos severos contra o sindicalismo pátrio e contra as autoridades constituídas; nas assembléias deste Sindicato, referido associativo vem emitindo, enquanto pode, pronunciamentos violentos, dizendo, dentre outras coisas, que sindicato não é para dar remédio, nem para fazer hospital, mas é para fazer greve, para ser contra as autoridades, contra o governo, dizendo nessas ocasiões, por exemplo, que o chamado ‘pacote eleitoral’⁸¹ era criminoso, que o dinheiro da previdência tinha sido desviado pelo governo para usos estranhos e em proveito do próprio governo, que os salários atuais são de fome,

⁷⁹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de julho de 1982.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Nova Lei Orgânica dos Partidos, de 1979. Esta lei extinguiu o bipartidarismo, que existia durante o período militar, além de forçar as organizações partidárias a adotarem o termo “partido” em suas agremiações. Seus objetivos eram dividir a oposição à ditadura, agrupada no MDB, e mudar o nome da ARENA, partido identificado como apoiador do regime, e que na época da redemocratização sofria um desgaste junto à sociedade; foi substituída pelo Partido Democrático Social - PDS.

e, por fim, emitindo pronunciamentos diretamente contra o governo federal e seus membros, no que sempre era impedido de continuar por interferência desta mesa e da assembléia, que pedia que o mesmo ficasse discutindo apenas a matéria da ordem do dia(...)”.⁸²

E por último, sobre os ataques pessoais contra os dirigentes sindicais:

“(...) esse associado disse, muito alto, que o presidente deste sindicato era mentiroso e que nunca falava a verdade para a assembléia, e que se este presidente não passasse a falar a verdade iria entrar com um mandado de segurança para conseguir isto, no que foi diretamente contraditado por todos os presentes, sendo, no ato, chamado pela assembléia de alienígena, já que nunca pertencera à categoria e que só agora vinha para dentro do nosso sindicato com intenções duvidosas (...) Por fim (...), já com os insultos de sempre, ao sindicato, sua assembléia e ao governo federal e seus representantes, e, no mesmo ato, todos ficaram de pé e disseram que não queriam ouvi-lo, numa mostra de que os nossos associados conhecem a verdade e sabem distinguir o bem do mal (...).⁸³

Provavelmente poucas são as oportunidades de um historiador em apreender com tanta facilidade a intencionalidade dos seus sujeitos históricos através das fontes por eles produzidas.

Devaneios à parte, o caso terminou com a expulsão de Reinaldo Barroso numa reunião da diretoria realizada em 16 de julho⁸⁴, quando todos os diretores (os três) votaram pela exclusão do operário, tendo o mesmo recebido a notificação em 05 de agosto⁸⁵. E assim permaneceu, apesar do recurso por escrito encaminhado ao sindicato, e do processo trabalhista junto à Delegacia Regional do Trabalho do Ceará. Neste, o sindicato enviou um documento⁸⁶ de

⁸² Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de julho de 1982

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ata da reunião de diretoria do STICCF, realizada em 16 de julho de 1982.

⁸⁵ Notificação de expulsão do operário Reinaldo Barroso, emitida pelo sindicato em 02 de agosto de 1982.

⁸⁶ Documento encaminhado pelo STICCF à Delegacia Regional do Trabalho. Sem data.

justificativa do processo, reproduzindo as acusações contidas na ata de reunião da diretoria que determinou a expulsão do operário.

É importante fazermos algumas ponderações a partir desse caso que expusemos. No que diz respeito à concepção de política sindical, os diretores defendem o que chamam de “sindicato pátrio”, que corrobora para a manutenção da harmonia social, e contra aqueles que seriam “elementos nocivos”, que espalham a discórdia entre os trabalhadores. E recriminam um operário, por este defender a idéia de que “sindicato é para fazer greve, e não para “dar remédios e fazer hospitais”.⁸⁷

A argumentação sobre as relações sindicais é bem pertinente. Nela se pode perceber que a direção se encobre todo o tempo sob o manto da categoria, tentando passar um perfil democrático. A convocação da Assembléia Extraordinária seria uma espécie de teatralização, utilizada para afiançar a intenção dos próprios diretores, já que pelo estatuto, e frisado por eles nas atas da assembléia e da reunião que “eliminou” o operário, deixava-se muito claro que o poder para isso era privativo da diretoria. Também se verifica esta intenção quando das afirmações de que o trabalhador “desrespeitava moralmente” a categoria, que se indignava com a sua agressão, classificando-o como “alienígena” e desejando que a discussão transcorresse apenas sobre a pauta preparada pelos diretores. O espaço para o debate de idéias políticas gerais era simplesmente inexistente, com qualquer discussão sobre as condições da classe trabalhadora sendo tratada como doutrinação “sobre figuras do comunismo internacional”,⁸⁸ como argumentou a diretoria sindical no processo de expulsão de Reinaldo Barroso.

E como podemos entender as relações com as entidades de classe (trabalhadora e patronal) e com o “Governo e autoridades constituídas”? Os diretores admoestam o trabalhador por suas críticas a corrupção do governo e sua política eleitoral, e por se ligar a trabalhadores locais (os “estranhos” de outras categorias que estavam presentes na Assembléia Extraordinária) e

⁸⁷ O sindicato cobra nesse período uma taxa de 60 cruzeiros dos trabalhadores, descontados em folha e repassado pelas empresas, para oferecer remédios e assistência médica aos associados. Num documento de 04 de setembro de 1981, o sindicato informa aos seus associados que irá cobrar mais uma taxa de distribuição de um mil cruzeiros, alegando que as despesas com os remédios eram bem maiores que a receita (o salário mínimo desta época era de 6. 617,80). Quanto ao hospital, este grupo tinha como meta fazê-lo na sede do sindicato, mas nos anos em que permaneceu na diretoria, tal intento não foi concretizado.

⁸⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 04 de julho de 1982.

entidades gerais de organização dos trabalhadores (os Pró-CUTs). É bastante profícuo observar também a deferência com que o Governo é tratado, com a reiteração constante de absolver a categoria (provavelmente eles próprios eram os implicados em tal absolvição) de qualquer influência política não desejada, ou seja, que conheçam a “verdade e sabiam distinguir o bem do mal”.⁸⁹

Além disso, o presidente Mariano Nunes foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1988 pelo PDS, partido político que sucedeu a ARENA depois da ditadura. Não sabemos se ele já era filiado a este partido nesta época em que ocorreu o processo contra Reinaldo Barroso, mas o que importa é que podemos perceber claramente qual era a sua concepção política.

Contudo, talvez o mais surpreendente neste afã de se mostrarem obedientes às autoridades é a censura ao trabalhador por tecer repreensões “aos salários de fome”. Esta passagem é essencial. Ela exprimiria uma adulação que pode ser interpretada de diversas maneiras: além da deferência e da concordância com a política nacional, ela indica o tipo de relação estabelecida com os empresários das construtoras, já que são estes pagam os salários de fome dos trabalhadores.

Esta possibilidade pode ser manifestada quando analisamos um acordo coletivo celebrado pelos sindicatos patronal e dos trabalhadores no início do ano de 1981:⁹⁰

“Cláusula primeira: Correção automática dos salários. Para todos os trabalhadores da construção civil (...) será aplicada a correção obrigatória estabelecida pela Lei nº 6.708/79 (de 30.10.79), correspondente ao índice de 46,1% do INPC para o mês de março de 1981, incidente sobre os salários de 01 de novembro de 1980.

1.1-O reajuste de que trata esta cláusula abrangerá também os empregados que tenham menos de um ano de serviço, qualquer que seja a data de sua admissão, mas de forma proporcional ao tempo de serviço, ou seja, um sexto por mês de serviço ou fração equivalente.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Acordo coletivo celebrado entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON e o STICCF, homologado pelo Tribunal Regional da Sétima Região, cuja vigência se inicia em 01 de março de 1981 até 28 de fevereiro de 1982.

Cláusula quatro: Mensalidade do Sindicato dos Trabalhadores - Fica assegurado ao SINDICATO DOS EMPREGADOS, de acordo com as disposições do artigo 545, da CLT e por decisão de sua Assembléia Geral, o recebimento de CR\$ 60,00 de cada trabalhador, sindicalizado ou não, para custeio de suas atividades e para a execução de programas de interesse da categoria representada, devendo os EMPREGADORES, obrigatoriamente, descontar a cada mês nas folhas de pagamento, referida mensalidade e recolher essa quantia aos cofres do SINDICATO DOS EMPREGADOS até o último dia útil do mês subsequente ao do desconto (...).⁹¹

Observa-se que o reajuste segue uma lei geral emitida pelo governo federal para todos os trabalhadores do país. Não há qualquer tentativa de reajuste acima disso, o que é mais grave se comparamos este índice com a inflação desse período, que teria “alcançado o índice anual de 110,2% em 1980, caiu para 95,2 em 1981, para voltar a subir em 1982 (99,7%)” e chegando a impressionantes 223% no ano de 1984.⁹² E vale ressaltar que estes são índices oficiais do governo.

Além disso, a mesma cláusula estabelece, em seu primeiro parágrafo, uma proporcionalidade salarial de um sexto para cada mês de serviço do trabalhador contratado em menos de um ano, configurando-se numa premissa de mão-dupla: se o trabalhador estivesse empregado, por exemplo, a dois meses, ele receberia apenas um terço do reajuste, e sairia perdendo. Mas se ele tivesse sido admitido a mais de seis meses, ele poderia sair ganhando. O problema é que o trabalhador é demitido quando finaliza a sua parte na divisão do trabalho nas obras, ou seja, ele não trabalha durante a construção da obra inteira, ele só é contratado no momento em que pode realizar o seu serviço, quando alguma fase anterior é finalizada por um outro trabalhador de outra função, e assim dificilmente ele permanece por mais de seis meses na mesma obra.

Não bastasse esse reajuste pífio, os empresários podem investir o montante por mais de um mês, quando então teriam que repassar ao sindicato

⁹¹ Idem.

⁹² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP de São Paulo, 2002.

dos trabalhadores o valor das mensalidades – com os índices inflacionários que mencionamos acima. Isso é que é harmonia entre as classes sociais...

Sobre o dia da categoria:

“Cláusula terceira: Dia dos Trabalhadores. No dia 24 de novembro – em homenagem à classe representada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (sendo o dia 24 de novembro declarado Dia do Trabalhador na Indústria da Construção Civil), será concedido pelas empresas o feriado de meio dia, no expediente da tarde, de forma a que os empregados trabalharão apenas no horário de 07 horas às 13 horas, sem prejuízo de seus salários respectivos e sem nenhuma compensação horária”.⁹³

Nesta cláusula observa-se que no dia do trabalhador da categoria, ele é homenageado através da impossibilidade em dispô-lo inteiramente para si. As empresas têm garantido os seus interesses, pois que o trabalhador deverá iniciar a produção as 07:00 e durante seis horas ininterruptas, configurando-se num dia da jornada.

A propósito dos equipamentos de trabalho:

“Cláusula décima: As Empresas concederão, ainda, a seus Empregados, todos os equipamentos necessários ao exercício da função, gratuitamente. (...) Os equipamentos extraviados ou danificados, por ato doloso do empregado, ou por culpa deste (negligência, imprudência ou imperícia), cumpridamente (sic) provados, serão pelo mesmo devidamente ressarcidos ou indenizados, através de pagamento feito por desconto em seus salários, pelo custo do equipamento (da época da aquisição). (...) Em caso de rescisão do contrato de trabalho, poderá acontecer uma das duas hipóteses: a) se a rescisão for conseqüência, mesmo indireta, dos danos no equipamento, o empregado não pagará o equipamento danificado ou extraviado, porque já perdeu o emprego com a rescisão contratual, que, conforme o caso e o alcance dos danos,

⁹³ Acordo coletivo celebrado entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON e o STICCF, homologado pelo Tribunal Regional da Sétima Região, cuja vigência se inicia em 01 de março de 1981 até 28 de fevereiro de 1982.

poderá ser por justa causa, a critério da empresa; b) se a rescisão não tiver nenhuma ligação com os danos no equipamento, o empregado pagará ditos danos, na forma estabelecida, e o saldo existente, na rescisão imotivada, será deduzido das indenizações a que tiver direito o empregado”.⁹⁴

Esta questão, aparentemente justa, traduz um problema para o trabalhador. Em primeiro lugar, existem denúncias sobre a ausência de equipamentos de segurança (máscaras de proteção para os olhos, cintos, luvas para evitar o contato direto com materiais, como a cal ou o cimento etc.) que nos faz perceber que as empresas não cumpriam com o estabelecido. Além disso, são os empresários, através dos mestres de obras e dos encarregados, que decidem se o equipamento foi avariado pela imperícia do trabalhador ou pelo desgaste natural do trabalho. E como consequência disso, o trabalhador pode ser demitido por justa causa e sem receber seus direitos rescisórios (se conseguir, é claro, passar mais de um ano empregado), ou no mínimo terá descontado do seu parco salário o equipamento, e pelo valor de um novo. Um outro artifício que, pretensamente, beneficiaria o trabalhador seria a cláusula décima primeira:

“Os sindicatos acordantes envidarão todos os esforços para o fiel cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 25, da Lei Orgânica da Previdência Social, que assim dispõe: ‘a empresa que dispuser de serviço médico próprio ou em convênio caberá o exame e o abono de faltas correspondentes ao citado período, somente encaminhando o segurado ao serviço médico do Instituto Nacional de Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar 15 dias’. As empresas poderão, na falta de serviço médico próprio, a seu critério, aceitar atestado médico fornecido pelo Serviço Médico do Sindicato dos Empregados”.⁹⁵

Bem se percebe a submissão do sindicato dos trabalhadores ao patronal, que poderá “a seu critério”, aceitar um atestado fornecido pelo serviço

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

médico do primeiro. E, mesmo que se justifique que o acordo segue uma lei geral, não há qualquer encaminhamento ou oposição para a modificação dessa norma. E no que concerne aos serviços médicos prestados pelos empregadores, isto pode ser utilizado contra os trabalhadores. Numa denúncia da diretoria sindical eleita em 1988, percebe-se o problema nessa questão, quando esta faz uma denúncia que

“nas obras, a licença médica é dada por um médico contratado pela empresa. Lá na Jathay Engenharia o médico dificulta a liberação do operário, até mesmo com a apresentação de atestado de outros médicos. Ele diz que ‘o patrão quer produtividade’”.⁹⁶

E como os trabalhadores percebiam a representatividade do seu sindicato? Um dos indícios sobre esta percepção seria a participação pouco expressiva, por exemplo, nas eleições para a renovação da diretoria. Numa ata de apuração de 1985⁹⁷, apenas 475 votantes participaram do pleito (e isso numa categoria que possuía mais de 15 mil trabalhadores), que durou cinco dias, ou seja, uma média pouco maior de 3%.⁹⁸

Na sua dissertação de mestrado, José Ernandi Mendes entrevistou vários operários que também não possuíam uma opinião muito favorável ao “grupo do Mariano”. Eis alguns depoimentos:

”Quando um trabalhador pedisse a palavra, eles anotavam a empresa em que trabalhava, tudo eles pediam. Todos os dados, né? E ali, se a gente expôs alguma coisa, dificilmente um operário que desse um depoimento aqui (sede do sindicato) perante a diretoria do sindicato, desse um depoimento da empresa que ele trabalhava, quando era na semana seguinte o patrão já tava sabendo e era difícil um pra não ir pra fora”.

⁹⁶ Jornal *A Voz do Peão*, nº 02, setembro de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

⁹⁷ Ata geral de apuração da eleição sindical de 1985, lavrada em 11 de novembro de 1985. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza

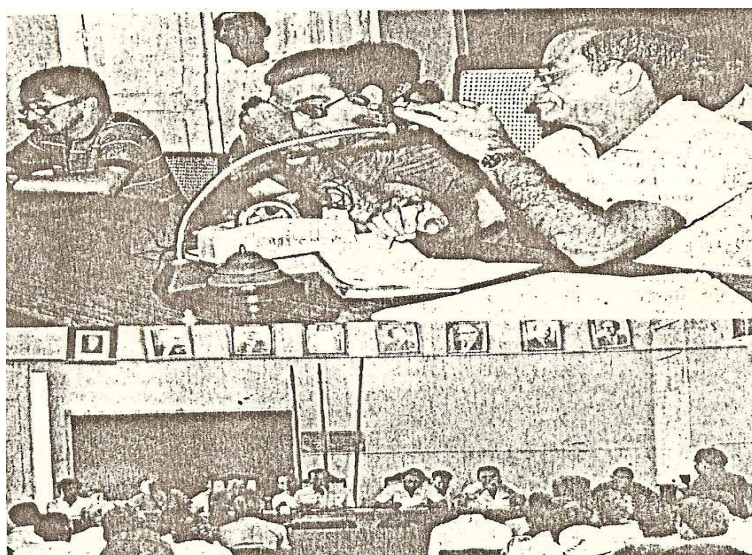
⁹⁸ Na eleição de 1988, participaram nada menos que 5.400 votantes, não contabilizados os votos em branco ou nulo.

“Raimundo Vermelhão, ele chegou e disse: olha, gente, eu vou votar em tu também, mas eu acho que tu vai na mesma comissão do Mariano. Na época do Mariano nós não tinha direito à nada. E eu acho que agora, pode até melhorar (...) A gente vai confiar, agora tem uma coisa: se você fizer que nem o Mariano, você vai levar muita peia aqui”.

“O Mariano, ele chegou aqui, era simplesmente um mestre-de-obras, calçado de chinelas e roupinhas finas. Depois, o Mariano chegava todo empaletozado, botonas de fora. O paletó ele botava atrás da cadeira, se sentava na maior pinta do mundo”.

“Eu vinha às reuniões. O que eu via na mesa não era trabalhador, era o patrão, o patrão sentado na mesa, aqui mesmo, nesta salinha aí, o patrão sentado (...)”.⁹⁹

Na assembléia em que se discutiu a expulsão do trabalhador Reinaldo Barroso, temos uma imagem interessante para extrairmos algumas compreensões sobre a percepção que os trabalhadores da construção civil possuíam da sua diretoria sindical, particularmente de Mariano Nunes:¹⁰⁰



⁹⁹ Depoimentos de trabalhadores da construção civil de Fortaleza. O primeiro foi dado pelo ex-diretor Eluizito A. do Nascimento. O segundo, por um diretor sindical não-revelado; os outros dois, por trabalhadores também não identificados. Apud MENDES, José E. Op. Cit., pp. 171 a 174.

¹⁰⁰ Fonte: Jornal *O Povo*, 05 de julho de 1982. Mariano Nunes é o que está segurando o microfone.

A imagem representa a sala de reuniões do sindicato. Na imagem abaixo, há retratos de ex-presidentes da entidade, com olhares “vigilantes” pairando sobre os presentes (para os trabalhadores: os diretores possuem a mesma direção dos olhares), todos com roupas que são estranhas à indumentária dos trabalhadores da construção civil, particularmente os ternos e as gravatas.

Quais os significados desse ritual? Por que os representantes dos trabalhadores são retratados com estas vestimentas? Qual seria a sua intencionalidade?

Como apontamos na introdução, as instituições da classe operária devem ser percebidas dentro do sistema de significações culturais dos operários. Os problemas que expusemos, portanto, estariam relacionados com a cultura das classes dominantes (os empresários da construção civil) e a cultura das classes dominadas (os operários da construção civil). As entidades representativas dos trabalhadores são exercidas por indivíduos cujas práticas e discursos são condicionados pelos valores dominantes da sociedade. Em outras palavras: os valores com os quais são tratados pelos empresários da construção civil são reproduzidos pelos dirigentes sindicais nas relações com os operários da categoria, inclusive com uma internalização subjetiva das estruturas rígidas e hierárquicas dos canteiros de obras. Seriam hábitos e mentalidades ritualizadas que expressam o desejo de deferência exigido dos trabalhadores para com a sua direção sindical. A problemática, portanto, é redimensionada: o autoritarismo não seria simplesmente um problema de imposição de um Estado autoritário, mas um fenômeno presente por dentro das relações sindicais entre os trabalhadores da categoria: em última instância, um problema que diz respeito à sua própria cultura operária.

Todavia, como então poderíamos entender que um grupo político, cuja imagem não seria muito bem vista pelos trabalhadores, conseguisse permanecer por tanto tempo à frente do sindicato? É óbvio que uma estrutura verticalizada, rigidamente hierarquizada, manipuladora e deferente em relação ao governo ditatorial contribuem bastante, mas acreditamos que algo em troca também fosse oferecido à categoria, ainda que de forma bem desproporcional.

Como já evidenciamos em outras oportunidades, a diretoria possuía um caráter acentuadamente assistencialista (e que, é claro, também dele se

beneficiava). No próprio estatuto do sindicato, esta perspectiva já era evidenciada: assistência jurídica, fundação de cooperativas de consumo e de crédito, de escolas de alfabetização e pré-vocacionais, e, além disso, também possuía serviços de assistência social, médica, odontológica, oftalmológica, laboratorial e de distribuição de remédios, e ainda uma caixa funerária para os associados e seus familiares. Todos esses benefícios, porém, merecem uma análise um pouco mais pormenorizada.

A assistência jurídica talvez seja a que menos beneficiasse o trabalhador. Isso porque a diretoria sindical mantinha um canal de comunicação com as construtoras, e se alguém fosse ao sindicato reclamar de alguma coisa, ela

“imediatamente ligava e dizia: ‘Ó, fulano de tal, assim assim, ta participando ou ta denunciando a empresa tal. Só pra você ter uma idéia, o advogado do sindicato dos trabalhadores (Dr. Antônio José da Costa) era o mesmo que era dos patrão. Por aí você fica sabendo o que era um sindicato desses, néra?’”¹⁰¹

Esse advogado era o mesmo que representava os interesses da diretoria no caso da expulsão do operário Reinaldo Barroso, que, se pensarmos na forma como ela foi conduzida, então percebemos o tipo de assistência jurídica reservada para os trabalhadores. Igualmente, o fato da diretoria jamais ter encampado qualquer tipo de organização e resistência contra as demissões dos trabalhadores, suas condições de trabalho etc. evidenciam que, no mínimo, esta assessoria era inoperante, pelo menos no que concerne às causas trabalhistas dessa natureza.

Quanto à cooperativa de consumo e crédito proposta pelo sindicato, esta possuía um caráter empresarial, além de parecer uma criação que serviria mais a interesses próprios:

“O presidente da Entidade abriu a sessão e disse: ‘(...) A cooperativa nossa que será extraída (sic) do Sindicato e servirá para o bem do próprio sócio. Para que é criada a Cooperativa? Aqui está a pergunta

¹⁰¹ ERNANDI, José E. Op. Cit., p. 167.

que merece analisar (sic) com toda nossa atenção. Resposta: A cooperativa que pode ser fundada pelo um número pequeno, até que todos possa ser (sic) sócio da mesma, falando-se do capital digo 40% é dos acionistas da cooperativa'. O presidente fez toda exposição do assunto inclusive fez comparação do capital empregado na cooperativa, depois de criada a cooperativa, cria-se também uma diretoria que responde pela própria cooperativa, para ser acionista pode começar com pouco capital ou seja 100,00".¹⁰²

Percebe-se, pois, uma linguagem empresarial utilizada no discurso, onde os acionistas (os trabalhadores) entrariam com a parte do capital minoritário (40%, restando saber quem entraria com os outros 60%), e, para ser acionista, inicialmente precisaria de pouco capital, o que nos faz refletir que, quando crescesse, somente poderia fazer parte quem dispusesse de muito... Em outra reunião realizada dias depois, esse pensamento fica ainda mais claro: "(...) a seguir usou a palavra o presidente da Entidade; disse ele: o nosso pensamento é começar com farmácia mas mudar para outro tipo de comércio, de maior porte lucrativo".¹⁰³

No que concerne às escolas alfabetizadoras e pré-vocacionais, não encontramos em nossas fontes nada que nos possa afirmar a sua existência. O único registro encontrado seria uma afirmação de José E. Mendes, que não esclarece onde obteve tal registro, e que inclusive data de um ano anterior ao "grupo do Mariano": "De 1973 a 1975 funciona sob a tutela do Sindicato a Escola Emílio Garrastazu Médici no Bairro João XXIII constando de duas turmas: manhã e tarde – crianças entre quatro e dez anos, e, à noite – alunos de oito a quarenta e um anos".¹⁰⁴

Igualmente ficamos sem saber melhor sobre o público que freqüentava esta escola, mas não é difícil de deduzir que, dado o analfabetismo crônico e o funcional existente na categoria, esta proposta, se é que foi concretizada em

¹⁰² Ata de reunião da diretoria do sindicato, realizada em 10 de junho de 1977, para a criação de uma cooperativa de consumo e crédito. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

¹⁰³ Ata de reunião da diretoria do sindicato, realizada em 25 de junho de 1977. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

¹⁰⁴ José E. Mendes. Op. Cit., p. 163.

algum outro momento, também não foi levada adiante seriamente pelas diretorias do sindicato.

Por fim, inquestionavelmente o tipo de assistência que mais interessava a categoria seria a dos serviços médicos, a distribuição de remédios e a caixa funerária (por motivos mais do que evidentes...). Vale indagar, no entanto, se a maior parte da categoria usufrue destes serviços, uma vez que, pelas características de rotatividade do trabalhador nesse ofício, fica a indagação do conhecimento duvidoso de sua existência (tanto do sindicato como dos serviços oferecidos). E esse serviço demandava uma taxa adicional para a categoria:

“A Diretoria deste Sindicato reuniu-se, e achou conveniente levar aos seus associados alguns esclarecimentos sobre a grande questão da distribuição de medicamentos. O assunto já não é novidade porque todos sabem que o Sindicato distribui medicamentos grátis aos sócios e seus dependentes, e sempre dia a dia as despesas (sic) aumentam, e para que os senhores tenham uma idéia do que se diz, só no mês de agosto deste ano, foi pago na farmácia a quantia de Cr\$ 449.970,81, quando a renda para cobrir estas despesas (sic) não suportará, nós sabemos que o associado paga descontado nas empresas Cr\$ 60,00, e muitos chegam a ponto de precisar de até Cr\$ 6.000,00 ao mês; diante deste sério problema, a Diretoria apela para a compreensão dos sócios, e determina uma taxa de distribuição de medicamentos por mês, taxa de Cr\$ 1.000,00 (...) (para) darmos uma assistência como merece o sócio”.¹⁰⁵

É interessante mencionar que a taxa de 60 cruzeiros paga pelos associados, como estipula o Acordo Coletivo que mencionamos nesse ano de 1981, é paga pelos trabalhadores *independentes de serem sócios ou não*. Numa categoria que se situa entre 15 e 20 mil trabalhadores, teríamos um montante de 900 a um milhão e 200 mil cruzeiros, somente com a taxa de mensalidade. Este ofício data de setembro de 1981; dois meses depois, em

¹⁰⁵ Ofício-Circular nº 09/81, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil para os seus Associados, emitido em 04 de setembro de 1981. Arquivo do sindicato dos trabalhadores.

novembro, o salário mínimo era, oficialmente, Cr\$ 9.732,00; assim, podemos perceber o impacto que essa nova taxa de mil cruzeiros teria sobre os trabalhadores que se dispusessem a receber remédios pelo sindicato. E enfim, há também um outro problema para o trabalhador, relacionado à possibilidade das empresas de não aceitarem o atestado médico dos serviços oferecidos pelo sindicato, e assim descontarem do seu salário eventuais ausências provocadas por doenças, algo extremamente comum dadas as condições de trabalho nos canteiros.

Somente para não perdermos a conta: havia o imposto sindical, o desconto assistencial (chamado de mensalidade), as mensalidades dos sócios do sindicato e, para quem se dispusesse, a taxa de assistência médica, instituída em 1981 e, cinco anos depois, a taxa de auxílio-funeral¹⁰⁶, tudo isso incidindo sobre o salário de um trabalhador que recebe um pouco mais de um salário mínimo, e em meio a um processo inflacionário descontrolado.

Assim, a atuação sindical da diretoria se processava tendo por base relações de cunho assistencialista para com os trabalhadores da categoria, além de desenvolver uma consciência política voltada para uma estratégia de defesa da harmonização da entidade para com o Estado brasileiro e para com o empresariado da categoria. Podemos também perceber seu distanciamento de organizações de trabalhadores que faziam oposição ao Estado autoritário e que defendiam mudanças nas relações sindicais entre a entidade e os operários da construção civil, e também entre a mesma e os empresários do setor.

Tendo, portanto, essas premissas como elemento norteador das relações sindicais, em 1988 iniciou-se um processo de construção de uma oposição que reivindicava a transformação radical da práxis sindical. Analisaremos, pois, a constituição desta oposição, suas propostas e discursos, sua concepção política e o desenvolvimento das suas estratégias de atuação

¹⁰⁶ Para obter os benefícios da Caixa Funerária, instituído em 1986, o trabalhador tinha que contribuir com uma taxa de 10 cruzados, além de mais dois cruzados para cada falecimento por mês, quando ela fosse usada por algum sócio ou por sua família. O benefício era de 1.000 cruzados por falecimento do associado ou de sua esposa, e 500 cruzados por filho ou dependente de até 18 anos. O associado também tinha que estar em dia com o pagamento da taxa, até a véspera do sinistro. Dados obtidos do Regimento Interno da Caixa Funerária do STICCF, de 09 de março de 1986. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

junto aos trabalhadores da categoria, culminando na sua eleição, no final desse mesmo ano, à direção do sindicato dos trabalhadores.

Capítulo II

Novo tempo na construção civil de Fortaleza

Em novembro de 1988 ocorreu uma eleição para a diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Para explicarmos o seu surpreendente resultado, reconstituiremos a formação da oposição sindical na categoria, relacionando com o contexto histórico de ascensão dos movimentos sociais e sindicais no país e em Fortaleza no final da década de 80, e assim problematizando as questões referentes a esse processo: quem eram os membros da oposição, como se relacionavam com a diretoria do sindicato, quais as estratégias para se aproximar dos trabalhadores e o papel social destes nesse processo (protagonistas ou platéia), e como se desenvolveram as eleições sindicais.

A eleição da nova diretoria, porém, não é um fim em si, mas o início de uma reorientação das concepções e práticas sindicais que seriam desenvolvidas na categoria por meio do sindicato. Assim, seriam construídas várias experiências que procuravam solucionar algumas das demandas materiais e espirituais dos trabalhadores e relacionadas ao seu mundo do trabalho; assim, analisaremos como tais experiências seriam justificadas, como foram construídas, as tensões/contradições nesse processo e as intencionalidades dos sujeitos envolvidos – trabalhadores da base e diretores sindicais.

2.1 - A formação da oposição sindical: organização, programas e propostas.

(...) a pedalar encontro um amigo do peito sentado na esquina
 pula, pega a garupa, segura o bonde ladeira acima
 ganha o meu tesouro da juventude ainda que a cidade anoiteça ou
 desapareça
 piso no pedal do sonho e a vida ganha mais alegria!
 (T. Moura/M. Antunes – Vers.: Beto Guedes – Tesouro da Juventude)

O momento histórico de ruptura da diretriz político-sindical desenvolvida no sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza ocorreu no final da década de 1980, quando havia um recrudescimento da organização dos movimentos sociais e sindicais na sociedade brasileira e, neste último, procurava-se estabelecer um discurso e uma prática pautada em princípios de independência de classe frente aos segmentos institucionais do Estado e da burguesia brasileiras, constituindo-se num poderoso movimento grevista que se opunha frontalmente aos planos econômicos governamentais que provocaram um processo de hiperinflação na economia brasileira¹⁰⁷.

Contudo, esse processo possui suas raízes na década anterior, nos anos de 1978 e 1979, momento em que se constituíam as premissas do chamado “novo sindicalismo”, cujo contexto histórico é permeado por mudanças nas concepções sindicais que ocorriam no interior das diretorias dos sindicatos, e/ou pela construção, em várias categorias, de oposições que procuravam se elegerem para as diretorias de seus respectivos sindicatos.

Assim, um elemento diferencial da oposição sindical na construção civil de Fortaleza organizada no ano de 1988 em relação àquelas que se constituíram no início do período da redemocratização política brasileira, seria um acúmulo de experiências do movimento operário sindical brasileiro, desenvolvidas ao longo de toda a década de 80 e que possibilitaram a edificação de instrumentos de organização sindical das categorias –

¹⁰⁷ A inflação no ano de 1988 chegou, segundo dados oficiais do governo, a 933%, e no ano seguinte, a impressionantes 1764%. José Welmowicki, citando Eduardo Noronha, afirma que em 1988 ocorreram 2.137 greves, protagonizadas por 8.218.000 trabalhadores, e em 1989, 3.943 movimentos paredistas representando 18.378.000 trabalhadores, configurando-se no período aonde teria ocorrido a maior quantidade desta forma de reivindicação de trabalhadores. WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário na década de 80*. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sundermann”, 2004, p.78.

associações, federações etc. - e dos trabalhadores de uma forma geral, como a Central Única dos Trabalhadores (1983). Outro elemento importante seria a possibilidade maior de liberdade de organização de agrupamentos políticos, que intervinham nas entidades dos trabalhadores com a intenção de direcionar suas lutas e propagandear suas concepções políticas, procurando atrair membros das categorias para as fileiras de suas organizações.

Estas perspectivas, portanto, criavam um cenário que condicionava a práxis sindical e política no ano de 1988, e estariam presentes na organização da oposição sindical na construção civil de Fortaleza.

No entanto, se todo esse contexto possibilitava a reorganização e o surgimento de oposições com liberdade para modificar a práxis sindical das categorias de trabalhadores, os elementos da ação humana também são imprescindíveis para a compreensão dos processos históricos – afinal, as experiências de mulheres e homens não surgem “naturalmente” apenas porque as condições estruturais e mentais são propícias para a sua ocorrência; estas apenas possibilitam uma melhor compreensão das escolhas humanas experimentadas (ou não) com inteligibilidades criadas em suas vivências, respondendo aos problemas e desafios do seu tempo histórico e, deste modo, dialeticamente recriando tais condições.

Em outras palavras: não bastaria que houvesse um contexto histórico propício para que, automaticamente, surgisse uma oposição sindical na construção civil de Fortaleza. Havia trabalhadores que, respondendo a alguns de seus anseios e desejos, optaram deliberadamente em construí-la por entender que esse poderia ser um dos caminhos – havia outros – para responder as suas demandas. Portanto, quem seriam os membros da oposição sindical na construção civil? Que experiências de vida possuíam e quais os elementos e entendimentos que lhes possibilitou a união em torno de um objetivo coletivo comum?

Para o início da compreensão dessas questões, optamos por desenvolver um perfil identitário de alguns membros da oposição, a partir de tipologias políticas e pessoais de quatro de seus membros que simbolizam razoavelmente as experiências dos demais.

O primeiro membro, apresentado pelos demais como o iniciador da formação da oposição sindical, seria Jânio Vidal. Nascido em Limoeiro do

Norte, veio para Fortaleza estudar, ingressando na UFC em 1978. Na universidade, entra para o movimento estudantil, simpatizante do grupo político chamado “Juventude Avançando”;¹⁰⁸ em 1985, forma-se como engenheiro civil e, no ano seguinte, torna-se engenheiro consultor da empresa “Águasolos Consultoria” e também militante do CGB. Nesta empresa, que elabora projetos para as construtoras da cidade, conhece dois trabalhadores de nível técnico que exerciam o cargo de desenhistas: Valdênio Caminha e Manuel Farias, que são recrutados por Jânio Vidal e passam também a ser militantes do CGB.

Manuel Farias, ou simplesmente “Seu Manuel” nasceu em Cabaceiras, Paraíba, e veio para Fortaleza em 1970 para estudar e trabalhar. Entre os anos de 1972 e 1973, fez um curso técnico de desenhista no “Instituto Acrópole”; no ano seguinte, começa a trabalhar no ramo da construção, entrando na empresa que depois se transformaria na “Águasolos Consultoria”; lá iniciaria seu contato com teorias políticas marxistas através de Jânio Vidal, entrando para a militância política no CGB em 1987.

De fato, a oposição sindical surgiu a partir de uma discussão interna no Coletivo Gregório Bezerra (CGB), em que nele militavam estes três trabalhadores da categoria; mas, como podemos observar, os três eram trabalhadores de escritório: um engenheiro e dois desenhistas. A primeira discussão, segundo depoimento de Jânio Vidal, teria sido em torno da estruturação da oposição:

“Então, existia uma confusão ainda, e existia muita dificuldade da gente ter um contato inicial com a classe operária, era muito difícil. Foi a partir do CGB, que apresentou os companheiros, que foi o Eluizito (Alves do Nascimento) e o Zé Ferreira, que a gente começou

¹⁰⁸ Corrente política formada basicamente por militantes estudantis que atuavam no interior do PCB, rompeu com esse partido em 1980, acompanhando as críticas que Luís Carlos Prestes fazia à política implementada pela sua direção na época. Esta corrente passou então a objetivar a construção de um novo partido, de cunho revolucionário e organizado a partir da concepção do revolucionário russo Vladimir Lênin, modificando o seu nome para “Juventude Venceremos” e fundando, juntamente com militantes possuidores de outras experiências políticas e/ou que atuavam em outros segmentos dos movimentos sociais e sindicais, os Coletivos Gregório Bezerra – CGB, em 1986. A “Venceremos” seria informalmente constituída por militantes e simpatizantes do CGB, coletivos organizados em alguns estados e que, em 1989, fundariam o Partido da Libertação Proletária – PLP. Ver introdução (origem histórica) e capítulo III, ponto 1 (concepções políticas gerais e específicas em relação ao movimento sindical).

a estruturar mesmo a oposição. E a gente foi mesmo pro contato com os companheiros”.¹⁰⁹

A questão diz respeito, portanto, ao fato de que entre os trabalhadores da categoria que desejavam formar inicialmente a oposição, nenhum deles se caracterizava como um peão, pois que os três detinham funções técnicas no setor. É provável que este fato não fosse subestimado por eles, pois como vimos anteriormente, as funções intermediárias no setor eram preenchidas, geralmente, por sujeitos que assumiam um papel de lugares-tenentes dos donos das construtoras, daí que a necessidade que sentiam em “ter contato com a classe operária” demonstra entre os três um (contraditório?) sentimento de distanciamento dos demais trabalhadores.

E estes, não estranhavam um grupo de oposição formado por um engenheiro e dois técnicos? Anos depois, Jânio Vidal relembriaria esse momento:

“Quem deve ser o ‘cabeça de chapa’? Escolhemos o Valdênio. Como é que a gente vai ganhar a eleição com um desenhista na cabeça? Os trabalhadores estranhavam o Valdênio, mas estranhavam muito mais a mim, um engenheiro fazendo campanha pra um sindicato de operários, eles achavam estranho isso. (...) O partido achava que a gente deveria fazer um sindicato de técnicos, uma coisa assim. Aí eu disse: ‘Não, nós temos contatos, se não temos, nós vamos fazer!’. Não é assim que a gente fala quando vai fazer (intervenção política na) porta de fábrica? (Exemplifica) Vai o Yuri pra porta de fábrica, vai fazer porta de fábrica, universitário, estudante. Por que é que eu, como engenheiro, não posso ir pra porta de fábrica, e tal? Então eu ganhei o partido e essa é a minha tarefa. Menos de dois anos depois, tá o fenômeno sindical, né? Os meninos do CGB dirigindo o principal sindicato operário (em termos quantitativos) do Ceará”.¹¹⁰

Assim, com essa fé enorme em executar a sua tarefa (esse voluntarismo, característico dessa organização política e que refletirá nas

¹⁰⁹ Entrevista transcrita de Jânio Vidal, realizada em 1994. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

¹¹⁰ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

experiências sindicais desenvolvidas após a vitória eleitoral, será analisado posteriormente), o contato com a base é estabelecido através de um carpinteiro (Eluizito Alves) e um pedreiro (Zé Ferreira). Esses dois operários, além de trabalharem na base da construção civil, tinham também outros elementos comuns: ambos eram da Pastoral Operária e tinham experiências com movimentos de bairros. “Seu Eluizito” nos diz que

“lá no bairro a gente se organizava para construir alguma casa pra gente, né, nós construímos um conjunto de casa lá, um bocado de morador, lá no jardim Petrópolis, na barra do Ceará. Aí a gente construiu essas casas bem organizado, a comunidade e tal, aí eu trabalhava na construção civil e aí eu comecei a participar da Pastoral Operária, na época, né?”.¹¹¹

Seu Eluizito também não era de Fortaleza, mas de Jaguaribe. Sua primeira experiência de trabalho com carteira assinada foi em 1977, na fábrica CIONE (indústria de óleo de castanha), perto de Quixadá, vindo para a capital do estado em 1980 e ingressando na construção civil. Assim, a partir do contato feito com “membros da base”,¹¹² iniciava-se um trabalho de construção da oposição sindical na construção civil.

As estratégias utilizadas pelos membros da oposição para entrar em contato com os operários da categoria se compunham em participar das assembléias da diretoria do seu sindicato, visitar os canteiros de obra no período noturno e aos sábados, e divulgar as idéias do grupo através de boletins informativos, a partir de junho de 1988, distribuídos entre a categoria. Estes boletins “eram feitos e impressos na Águasolos Consultoria, no final do expediente, quando os outros trabalhadores e os chefes saíam. Os boletins foram financiados pelos patrões sem que eles soubessem”.¹¹³

¹¹¹ Entrevista com Eluizito Alves, em 2006. A Pastoral Operária era um grupo ligado aos setores “progressistas” da Igreja Católica, que atuavam em movimentos comunitários e sindicais. Fazia parte do Partido dos Trabalhadores, tendo ajudado a fundar este partido, e atuava também no interior da CUT, num bloco com outras correntes políticas petistas chamado de “CUT pela Base”.

¹¹² Esta apresentação foi intermediada pela professora Socorro Rodrigues, que militava no CGB e na Pastoral Operária.

¹¹³ Depoimento dado em 2006 por um ex-diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil na gestão 1988 – 1991. Por razões óbvias, preferimos não mencionar o seu nome.

Neste período são feitos vários contatos com os trabalhadores da categoria, que entram para o grupo. Um deles foi Raimundo Pereira de Castro, o Raimundão. Nascido no município de Aracati, numa família de 18 filhos, trabalhava na roça com o pai cortando e vendendo lenha, vindo para Fortaleza em 1968, aos 14 anos, atrás de uma vida melhor e com medo de uma surra prometida pelo pai devido a um desentendimento com este. Fazendo alguns biscates, resolveu ir trabalhar na construção da Transamazônica, em 1971. Neste setor, fez um périplo por Manaus, Santarém, Belém, Altamira (onde achou estranha a movimentação de tropas do exército, na primeira metade da década de 1970, mas sem atentar para o que ocorria em relação à guerrilha organizada pelo PC do B na região), no Maranhão e finalmente em Recife, quando resolveu se fixar em Fortaleza em 1978. Sua primeira experiência em movimentos sociais foi à participação em algumas reuniões nas comunidades referentes a melhorias estruturais nos bairros em que morou (Serrinha e Barra do Ceará). Neste último bairro, conheceu Seu Eluizito, que o convidou para participar das reuniões do grupo de oposição sindical na construção civil, em 1988. Apesar de a sua entrada ter ocorrido por meio de Seu Eluizito, Raimundão rapidamente se identificou com as propostas políticas do CGB, vindo a fazer parte do grupo neste mesmo ano e se transformando na maior referência operária dessa organização na construção civil.¹¹⁴

Assim, iniciava-se o trabalho do grupo que se intitulava como oposição sindical na construção civil, onde problematizaremos as tensões existentes nas relações desenvolvidas entre os dois grupos políticos: ao nível de afinidades ou de antipatias recíprocas no que concerne à suas propostas políticas e sindicais e se, no que tange ao convívio diário, no respeito democrático e fraterno das diferenças verificadas em tais relações.

De fato, as relações eram as piores possíveis. Em verdade, percebe-se nas fontes que a desconfiança mútua produziu desde o início situações em que os conflitos engendraram acusações pesadas, chegando até a haver confrontos que envolveriam armas de fogo.

Segundo Jânio Vidal, o primeiro problema dizia respeito ao uso de delações aos empresários que a diretoria sindical poderia utilizar contra os

¹¹⁴ Todas estas experiências vividas por esses trabalhadores nos foram dados diretamente por eles.

membros. Esta prática, segundo ele, era comumente utilizada contra trabalhadores que iam ao sindicato se queixar de algum problema relacionado às questões trabalhistas.

Assim, a oposição elaborou uma estratégia para enganar a diretoria: somente alguns membros da oposição iriam para as assembléias, realizadas mensalmente a cada segundo domingo do mês; destes, apenas um era indicado para falar nelas, geralmente Valdênio Caminha. Os outros manteriam distância daquele que era indicado, sem trocar qualquer palavra, mas apenas observando e tentando estabelecer algum contato com alguém que tivesse um discurso de oposição; quando a assembléia terminava, iam reunir-se e discutir em separado sobre os temas debatidos e as estratégias de divulgação e propaganda do grupo.

Assim, entre os meses de junho a setembro de 1988, a oposição emite mensalmente um boletim informativo contendo críticas à diretoria do sindicato, propostas, análises conjunturais e perspectivas gerais de organização coletiva com os demais trabalhadores no sentido de fortalecer a CUT, a luta pela superação do sistema capitalista e a construção de uma outra sociedade, com uma outra lógica social de emancipação dos trabalhadores.

Como estratégia metodológica, faremos aqui uma análise das questões que concernem ao cotidiano do trabalho neste setor, as críticas e as propostas do grupo, importantes para a apreensão dos discursos e, portanto, para a compreensão dos elementos que proporcionarão uma imensa aceitação que o grupo teve pela categoria nas eleições daquele ano, deixando as demais questões para uma análise no próximo capítulo.

No primeiro boletim, duas questões nos chamam a atenção por incidirem sobre as concepções sindicais do grupo. No artigo intitulado “Como anda nosso sindicato”, há uma denúncia de que

“(...) a maioria dos trabalhadores é filiada sem o conhecimento de que está tomando essa atitude. A participação dos trabalhadores no Sindicato deve ser de livre escolha, tendo em vista a organização da classe. Isto é ilegal e desonesto por parte da atual diretoria. Não se pode filiar ninguém compulsoriamente. Enquanto outros sindicatos fazem campanha para a filiação, o Sindicato da Construção Civil

mostra, nitidamente, com sua prática, a falta de compromisso com a organização da categoria”.¹¹⁵

Essa crítica está em consonância com um outro artigo, “Autonomia sindical”, em que a oposição faz outra denúncia:

“Considerando que os trabalhadores, historicamente, organizaram suas entidades sindicais de forma autônoma, frente ao Estado e aos patrões, não se pode descartar da luta dos trabalhadores da Construção Civil, a sua livre organização, fora do aparato do Estado. O atrelamento do sindicato ao Estado é inaceitável. Na América do Sul, a intervenção do Estado só existe em três países (Brasil, Venezuela e Chile), tornando-se cada vez mais uma pedra na luta dos trabalhadores, pois, dirigentes pelegos se apuderam (sic) do sindicato e com o dinheiro fácil, jamais descem ao seio dos operários. Só a queda do imposto sindical obrigatório fará esses pelegos descerem até as obras, no intuito de arrecadar fundos e os trabalhadores só darão essa contribuição, se este sindicato estiver realmente defendendo seus interesses”.¹¹⁶

Percebe-se, pois, que está presente nas concepções político-sindicais do grupo uma intencionalidade de princípios relativos à independência das entidades trabalhadoras em relação ao Estado. Também as críticas que são feitas, direta ou indiretamente, à diretoria, são contundentes – ríspidas mesmo: os diretores são pelegos, desonestos, parasitas, oportunistas, cupulistas e aproveitadores, evidenciando logo de início o caráter da oposição e a impossibilidade de qualquer entendimento político.

No segundo boletim o tom é o mesmo: após participar de uma reunião da diretoria, a oposição denuncia que ela teria sido “convocada apenas pelos jornais”, quando deveria ser feita por meio de boletins, sendo essa uma das causas do pequeno comparecimento de pessoas (teriam participado 60 trabalhadores, a maioria aposentados) e também a forma de aprovação das propostas (por aclamação), apontada como manipuladora e contendo pouca

¹¹⁵ Boletim informativo *Oposição na Construção Civil*, nº 01, junho de 1988. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

¹¹⁶ Idem.

discussão dos temas, com uma postura dos dirigentes mostrando-se “arrogantes e autoritários, esquecendo-se que o Sindicato não é deles e sim de todos os trabalhadores”.¹¹⁷

Neste boletim, no entanto, estão as primeiras propostas do grupo à diretoria da entidade. São nove no total:

“1º) Só com a participação efetiva dos trabalhadores um sindicato pode ser forte e combativo; a busca da participação de outros companheiros é nossa principal tarefa.

2º) A luta pela autonomia sindical.

3º) O compromisso de desfiliação todos os associados e convocar uma nova filiação, sendo esta livre, e consciente da tarefa de contribuir e participar.

4º) Promover uma fiscalização rigorosa junto as empresas com o objetivo de fazê-las cumprir os acordos coletivos e as leis trabalhistas.

5º) Pelo reconhecimento dos mestres-de-obras como categoria profissional.

6º) A proposta de luta por um piso salarial para a categoria, sendo: Profissionais- 4PNS e Serventes- 2PNS.

7º) As decisões deste grupo de oposição serão sempre coletivas.

8º) Lutaremos juntos pelo fortalecimento da CUT.

9º) Acreditamos que só com a tomada do poder pelos trabalhadores é que se põe fim a exploração da classe operária “.¹¹⁸

Além do exposto acima, o mesmo boletim também possui um artigo intitulado “Atenção para o cálculo do seu salário”, que vinha informando aos trabalhadores a maneira como eles deveriam calcular o seu salário com os reajustes da categoria, “aplicando corretamente as URPs”, e dando exemplos através de uma tabela mensal entre os meses de abril a agosto, assim como também em relação a aqueles que recebem por semana e, portanto, como deveriam calcular os seus salários para evitar qualquer importância subtraída ou descontos indevidos.

¹¹⁷ Boletim informativo *Oposição na Construção civil*, nº 02, julho de 1988. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

¹¹⁸ Idem.

É importante percebermos, pois, como essas propostas repercutiriam pela categoria, fazendo-se mister uma comparação entre elas e as práticas sindicais da então diretoria.

No primeiro e no sétimo objetivos, a oposição lida com questões que dizem respeito à participação e as decisões coletivas no sindicato. Ora, sabemos através das fontes que tais princípios não eram corroborados na gestão atual: o esvaziamento das reuniões e assembléias, bem como a baixa participação nas eleições de renovação da diretoria, além da estrutura centralizadora das decisões da diretoria demonstram tais casos; da mesma forma, a rígida estrutura hierárquica presente nos canteiros de obra e a baixa estima dos trabalhadores, como analisamos anteriormente, provavelmente incidem favoravelmente no apoio à oposição pelos trabalhadores, que possivelmente estariam refletindo que, pela primeira vez, alguém lhes acenava para a sua importância, para construir algo não apenas quando lhe mandavam, mas chamando-o para refletir sobre o quê, porque e como fazer, acabando com a perspectiva alienada de separação entre o pensar e o executar.

Estes objetivos eram confirmados também no terceiro, pois que o trabalhador, vendo descontado de seu salário uma contribuição para um sindicato cuja recíproca era considerada tão desproporcional, com certeza se abismava com a ousadia de desfiliação geral pela oposição, que se propunha a filiar apenas aqueles que assim o desejassem e se sentissem representados. Tal proposta também se coadunava com o objetivo de autonomia sindical, pois que propor a independência do sindicato frente ao Estado, principalmente neste momento de crise do mesmo e do seu governo (sobretudo a crise inflacionária e os escândalos de corrupção impingidos aos últimos anos da gestão do presidente José Sarney), decerto encontraria ressonância entre os trabalhadores.

O quarto e o sexto objetivos almejados seriam por motivos mais do que óbvios objetos de desejo prementes e encontrariam a simpatia da categoria, descontentes com os baixos salários e o não cumprimento, por parte dos patrões, das leis e acordos coletivos que aumentariam a segurança nos canteiros de obra. Mas o que parece ser óbvio – salário e condições de trabalho – talvez não o fosse para a atual diretoria, mesmo num contexto histórico em que o processo inflacionário arrasava o poder de compra dos

operários, e sem que ela se propusesse a qualquer movimentação ativa para dar conta desta situação, ou ainda sem qualquer denúncia, sequer de caráter formal, sobre as condições deploráveis de trabalho no setor.

Por último (já que trataremos do oitavo e do nono objetivos posteriormente, como expusemos), uma possível estratégia de atração da simpatia dos mestres-de-obras é propagandeada na quinta proposta. É claro que os membros da oposição não subestimam o poder que os mestres possuem nos canteiros, e tentar angariar seu apoio poderia se configurar numa maior facilidade para o incentivo aos profissionais e serventes em votarem, mas também poderia se configurar numa faca de dois gumes, pois que naqueles locais de trabalho em que porventura houvesse alguma tensão entre a autoridade dos mestres e os demais trabalhadores, estes poderiam desenvolver alguma desconfiança em relação à oposição. De qualquer forma, quando verificamos as funções dos 14 membros candidatos a diretores da chapa de oposição e seus suplentes, não há nenhum mestre-de-obras entre os mesmos. Somente nos seis cargos ao Conselho Fiscal é que encontramos dois deles, e ainda assim como suplentes, o que podemos concluir que, no mínimo, eles não se sentiram seduzidos a participarem de maneira mais efetiva do grupo.

O terceiro boletim, de agosto, traz uma repetição dos nove objetivos e do artigo sobre como calcular o salário dos trabalhadores. De novidade, apenas uma análise de conjuntura semelhante a do boletim anterior e, no artigo “Como anda nosso sindicato”, uma crítica à concepção de harmonia entre as classes sociais desenvolvida pela diretoria.

O quarto e último boletim modifica algumas diretrizes em relação aos anteriores, a começar pelo seu novo nome: “Oposição construindo um novo sindicato”. Essa mudança está em consonância com o foco que o grupo quer imprimir, retirando o eixo centrado nas críticas à diretoria e focalizando o trabalho da oposição.

Essa diretriz é percebida na mudança do artigo “Como anda nosso sindicato” para “Como anda a luta da oposição no sindicato da construção civil”.¹¹⁹ Esse artigo inicia o boletim, e com uma linguagem mais despojada que

¹¹⁹ Boletim informativo *Oposição construindo um novo sindicato*, nº 04, setembro de 1988. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

facilita a compreensão por parte dos trabalhadores, substituindo as análises de conjuntura nacional e as críticas ao capitalismo – que agora se situam na segunda página:

“Todos nós trabalhadores da Construção Civil sofremos grande exploração, como salários baixos, falta de segurança no local de trabalho, não pagamento das horas extras, etc. Observando este fato, vários companheiros procuraram uma solução para esses problemas. Uma das saídas foi procurar o nosso Sindicato, para que ele dirigisse a nossa luta. Encontramos um Sindicato sem o menor interesse em participar da luta no dia-a-dia do trabalhador e profundamente comprometido com os patrões. (...) Esses companheiros que começaram a discordar da maneira como se comporta a atual diretoria do Sindicato, formaram o GRUPO DE OPOSIÇÃO, com o objetivo de fazer um Sindicato forte e de luta, onde os trabalhadores participem e estejam unidos contra a força dos patrões. O GRUPO DE OPOSIÇÃO tem visitado obras, distribuído boletins, pregado cartazes e, principalmente, discutido com os trabalhadores sobre a necessidade de se organizarem e estarem unidos na luta contra a exploração (...).”¹²⁰

O discurso da formação da oposição é justificado unicamente pelas agruras por que passam os trabalhadores do setor e a inseqüência da diretoria em encampar lutas em prol da categoria. Mais: o seu comprometimento com os patrões, que exploram os trabalhadores, justificando aí a necessidade de renovação da diretoria. Observa-se também que não há uma palavra sequer sobre a organização política que deliberou, um ano antes, pela atuação dos militantes nesse setor – iremos analisar estas questões também posteriormente.

Abaixo desse artigo, um expediente que será exhaustivamente utilizado, de agora em diante, pelo grupo: uma imagem, que conclama os trabalhadores a se juntarem ao grupo:

¹²⁰ Idem.



Observa-se, pela imagem, que o grupo deseja atrair todos para a oposição: da esquerda para a direita, vemos uma mulher, um negro, um operário adulto, um homem rechonchudo, representando um trabalhador de escritório (técnico, engenheiro etc.) e um operário jovem. A idéia é desenvolver uma consciência em que as diferenças étnicas, de gênero, funções setoriais, por idade etc. sejam suprimidas em prol da união de todos contra a única que realmente importaria: a de classes.

O boletim também traz mudanças nas propostas da oposição: são mantidas as propostas de luta pelo aumento do piso salarial da categoria e a fiscalização do cumprimento dos acordos coletivos e das leis trabalhistas; já a proposta de desfiliação é modificada para “fazer uma campanha convocando todos a dar sua opinião sobre a atual forma de filiação, quando é descontada uma taxa mensal, sem que o trabalhador tenha autorizado”.¹²¹ As propostas de participação dos trabalhadores para o fortalecimento do sindicato e a da tomada de decisões coletivas é melhor explicitada com “A nossa Direção no Sindicato será um colegiado formado por todos os Diretores, obedecendo sempre as decisões tomadas nas assembléias”. Esta proposta contém implicitamente, se realmente levada a cabo, uma necessidade de se modificar o estatuto do sindicato, já que este afirma que as decisões da assembléia têm um caráter apenas consultivo, e a direção é que possui o poder decisório de fato. A proposta da luta pela autonomia sindical é modificada por outra: “Assumindo a diretoria, lutaremos pelo fim do imposto sindical obrigatório”, (...)

¹²¹ Idem.

que “tem servido apenas para manter o pelego no sindicato por todos esses anos”.¹²² Essa proposta tem um apelo mais direto ao trabalhador, mas também circunscreve a questão da autonomia sindical ao não atrelamento do sindicato ao Estado, sem deixar muito claro a questão da autonomia nas relações entre o sindicato e os trabalhadores da base.

Já no que concerne àquelas bandeiras de luta sobre os mestres-de-obras, sobre a CUT e sobre a “tomada do poder pelos trabalhadores”, elas não são mais explicitadas: a primeira, provavelmente porque não teve o retorno desejado; já as duas últimas, elas aparecem disseminadas em outros artigos do boletim.

Em compensação, quatro novas bandeiras de lutas, e que estão bem mais próximas dos interesses dos operários, aparecem pela primeira vez especificadas:

“2º) Lutaremos para garantir as condições de segurança no local de trabalho, como maneira de diminuir os acidentes.

3º) Lutaremos por uma jornada de trabalho de 40 horas semanais. Na necessidade de horas extras, lutaremos pelo seu pagamento dobrado.

6º) Exigiremos das empresas recibos de pagamento semanais discriminando salários e descontos.

8º) Vamos fazer cursos para esclarecer os trabalhadores de seus direitos trabalhistas e ajudá-los a entender o papel do sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores”.¹²³

Essas bandeiras de lutas configuram-se num avanço importantíssimo para angariar o apoio da categoria, e na medida em que vão se propagando pelos canteiros de obras, vão produzindo simpatia entre os operários, principalmente porque o que é dito por um lado (pela oposição), é subestimado por outro (a diretoria). São propostas que vão ao encontro dos trabalhadores, e a oposição, na medida em que vai travando um contato maior com a categoria, vai amadurecendo cada vez mais nas suas propostas, numa perspectiva dialética de fazer-se e refazer-se.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

No mês de outubro, o material de propaganda da oposição traz mais novidades em seus objetivos. São mantidos oito que estavam presentes no quarto boletim, outro é modificado (o que discorre sobre a questão da segurança, sendo acrescido também a luta por condições de higiene, como alojamentos, banheiros, refeitórios etc.) e mais oito deles são incorporados:

“2º) Com grande inflação que aí está, lutaremos para que os nossos salários não sejam rebaixados. Os salários deverão ser reajustados mensalmente, garantindo no mínimo a reposição da inflação do mês.

4º) Quando forem constatadas condições de periculosidade e insalubridade, as empresas deverão pagar os adicionais correspondentes. A eleição dos representantes dos trabalhadores nas CIPAS devem (sic) ser diretas.

6º) Um dos maiores problemas de nossa categoria é a demissão constante dos trabalhadores, nosso grupo de oposição assumindo a diretoria do Sindicato lutará com o conjunto dos trabalhadores pela estabilidade no emprego.

10º) Lutaremos para que o material usado pelos trabalhadores para fazer serviços (colher de pedreiro, prumo, réguas, nível, espanador, etc) seja dado pela empresa.

12º) Distribuiremos mensalmente Boletins informativos nos canteiros de obra sobre a luta que estamos fazendo no nosso sindicato.

14º) Vamos fazer uma eleição para eleger um representante sindical por cada empresa. Esse representante deverá, junto com a Comissão de obra, que tentaremos criar em cada canteiro, encaminhar as reclamações dos trabalhadores (carteira não assinada, não pagamento de férias, aviso prévio, salário-família, 13º salário, vale-transporte, etc).

15º) A nossa Diretoria, caso seja eleita, criará um plantão permanente (funcionando aos sábados e domingos), para atender todas as reclamações dos trabalhadores.

16º) Vamos fazer mudanças no estatuto do Sindicato com o objetivo de torna-lo mais democrático, permitindo a participação mais direta do trabalhador”.¹²⁴

¹²⁴ Informativo *Vote Oposição*, para as eleições da diretoria do STICCF, outubro de 1988.

Parece-nos que agora o amadurecimento das propostas atingiu o seu ponto máximo, justamente no momento em que se iniciava a disputa. Essa conclusão pode ser percebida quando acompanhamos, por meio dos boletins da oposição sindical, as mudanças e/ou incorporações das propostas de diziam respeito às reivindicações da categoria.

A diminuição da jornada de trabalho e o fim desta aos sábados, o pagamento dobrado das horas extras, quando havia denúncias de subvalorização destas, a emissão de recibos de pagamento e o aprendizado das leis trabalhistas, por onde o trabalhador poderia ter um maior controle dos descontos salariais no contra-cheque, a formação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, a estabilidade empregatícia (numa categoria aonde a rotatividade era imensa), as propostas de intensificar a interlocução entre o sindicato e os trabalhadores e a capacidade de sensibilizar e promover uma identificação com a categoria, tudo isso se configura num poderoso mecanismo de sensibilização dos trabalhadores.

Tomemos, por exemplo, a questão da arrecadação de fundos para o desenvolvimento da campanha que se inicia. Para isso, são realizadas festas, como o “Forró Concretando o Pelego” chamando os trabalhadores à “dançar, beber e comer com a gente” por um módico ingresso de Cz\$ 100, 00. Fica clara a idéia de construção coletiva da oposição através de uma atividade lúdica, prazerosa e, ao mesmo tempo, como o nome do forró indica, política.

FORRÔ CONCRETANDO O PELEGO
 Venha dançar, beber e
 comer com a gente....
I N G R E S S O: Cz\$ 100,00
 PROMOÇÃO : OPOSIÇÃO DA CONSTRUÇÃO
 CIVIL DE FORTALEZA.
 DATA: 08/ OUT/88, Sábado, 20:00h
 Local: Alameda Jaime Augusto nº10
 jardim petrópolis

A intenção do grupo seria angariar a simpatia pela sua causa, ao mesmo tempo em que desenvolve a sua concepção política, sensibilizando politicamente as pessoas para a justiça da sua luta. Esta prática irá se revelar fundamental no confronto entre a oposição e a diretoria do sindicato.

Ou então a busca por recursos financeiros junto aos trabalhadores e intelectuais das universidades, como esse bônus com um poema de Bertolt Brecht, um dos intelectuais mais adorados pela esquerda:

OPOSIÇÃO
CONSTRUINDO UM
NOVO SINDICATO

Todo Apoio a
CUT



"Há muitas maneiras de matar:
Pode-se esfaquear o ventre
de alguém;
Tirar-lhe o pão;
Não cuidá-lo quando está doente;
Fazê-lo trabalhar até o esgotamento;
Poucas dessas formas de assassinato
estão proibidas em nosso país."

B. Brecht

BÔNUS
Cz\$ 50,00

Podemos apreender a concepção política que a oposição procura desenvolver observando neste simples bônus o impressionante apelo contido no desenho e a intenção dos seus autores no desenvolvimento de uma consciência de solidariedade entre os intelectuais e os trabalhadores. Tudo o que está presente condiz com esta perspectiva: os instrumentos de trabalho dos operários da construção civil – uma colher de pedreiro e uma régua, seguros por um capacete, simbolizando a união do trabalho manual e intelectual respectivamente, amparada pelo operariado; o poema brechtiano, que convida o expectador a refletir sobre a lógica burguesa de banalização da morte, naturalizando a perversão produtora dos problemas cotidianos dos trabalhadores; o nome do grupo em destaque, indicando inquietação, não-conformação, movimento e ação coletiva, e o “rótulo” confirmativo do sindicato considerado de luta nesse contexto histórico – “Todo apoio a CUT”.

Contudo, esse processo propagandístico também foi uma aprendizagem para a oposição sindical. Seria insensato acreditarmos que,

numa categoria desacostumada por anos em manter relações com a liderança do sindicato, quando um grupo de oposição a procurasse para discutir propostas de reorientação dessas relações, ela não os olhasse com uma prudente desconfiança. Um episódio ocorrido durante a campanha demonstra essa probabilidade. Ela foi narrada espirituosamente pelo ex-diretor sindical Manuel Farias. Segundo ele, o grupo queria dar para os trabalhadores algum tipo de material de propaganda que o operário conservasse consigo para lembrar do grupo. O material escolhido foi uma caixa de fósforos contendo um pequeno panfleto colado a elas:



“Aí eu e o Raimundão fomos fazer campanha na (obra da construtora) Nossa Senhora de Fátima. Tava lá, discutindo com um grupo, né, aí um trabalhador pegou a caixa de fósforos, olhou e disse: ‘é, rapaz, nessa época de eleição aparece tudo, até caixa de fósforos pra tocar fogo no rabo do peão (gargalhadas)’. Aí a gente voltou, fez a reunião e cancelamos tudo. Depois disso a gente não utilizou mais. Tive o maior trabalho pra fazer...”¹²⁵

Portanto, as “cartas estavam na mesa”. De um lado, uma diretoria que permanecia à frente do sindicato há 15 anos. Contava com esta experiência, com o aparato sindical, com a força interpretativa do estatuto, com a sua política assistencialista e, no mínimo, com as expectativas do empresariado do setor e seus lugares-tenentes nos canteiros; do outro, uma oposição que havia

¹²⁵ Depoimento do ex-diretor sindical Manuel Farias, dado em 2006.

se forjado recentemente, sem experiência sindical, mas com disposição de percorrer dezenas de canteiros de obras em Fortaleza, com o apoio da CUT, de um pequeno coletivo político clandestino de esquerda (CGB) e da Pastoral Operária, além de um programa que, naquele momento, a oposição ainda não podia perceber as leituras e o alcance junto à categoria. A disputa vai começar...

2.2 - As eleições sindicais de 1988: entre manobras e denúncias, a disputa... palmo a palmo?

(...) um novo tempo apesar dos castigos,
estamos em cena, estamos na rua, quebrando as algemas
pra nos socorrer
um novo tempo apesar dos perigos,
a gente se encontra cantando na praça, fazendo pirraça
pra sobreviver
(Ivan Lins/ Maurício Tapajós – Novo Tempo)

A eleição para a renovação da diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza foi marcada para ocorrer entre os dias sete e onze de novembro de 1988. O edital resumido foi publicado num jornal de grande circulação no estado, e informava aos interessados que seria

“realizada eleição para a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal e para delegados Representantes junto à Federação (dos trabalhadores da construção) e respectivos suplentes: Mandato no período de 13.12.88 a 12.12.91. O prazo de registro de chapas é de quinze dias, contado da data da publicação deste aviso. Os pedidos de registro de chapas serão dirigidos ao presidente do sindicato, formalizados em duas vias, cada um com os documentos necessários e apresentados à secretária que, durante o prazo para registro, funcionará das 07 às 11h, e das 14 às 18h e o local será a sede do sindicato (...)”.¹²⁶

O edital assinado pelo presidente Luís Carneiro Rocha indicava ainda as datas para a realização de uma segunda e até terceira votação, caso não houvesse o quorum mínimo. Provavelmente esperavam que ocorresse novamente a baixa votação dos peitos anteriores...

¹²⁶ Edital resumido das eleições, publicado no jornal *Diário do Nordeste*, 06 de outubro de 1988. Apesar de não haver registros escritos arquivados no sindicato, os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* fizeram uma boa cobertura da eleição – para a nossa sorte.

Os problemas, na verdade, já se iniciavam no registro da chapa de oposição. Com o título “Oposição ganha na Justiça ação cautelar e pode disputar a eleição”, um jornal noticia:

“O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza pretende realizar amanhã a eleição para a escolha da nova diretoria. O grande problema enfrentado pela categoria é que a atual diretoria negou-se a registrar a chapa de oposição. Os componentes da chapa 2 – oposição – recorreram na Justiça e conseguiram uma ação cautelar garantindo a inscrição da chapa. Entretanto, na sexta-feira, o oficial de justiça, encarregado de entregar o documento ao presidente do Sindicato, não teve condição de fazer seu trabalho porque um dos diretores, além de não receber a ação cautelar, ainda não forneceu o endereço do presidente, alegando que ele não tinha residência fixa”.¹²⁷

A ação cautelar perpetrada pela oposição foi movida devido a não aceitação anterior da inscrição da mesma. A reportagem, a partir do depoimento de Jânio Vidal (engenheiro, membro da oposição), noticia que a chapa 2

“lançou mão do direito de registrar-se, mas alguns membros foram rejeitados, inclusive ele (Jânio). A alegativa utilizada pelo presidente é que os participantes não tinham registro sindical. Depois de fazerem trocas de nomes, a chapa tentou novamente participar do pleito, mas foi negado o direito. ‘Todos os trabalhadores da construção civil pagam uma taxa, independente da contribuição sindical e muitos pensam que são sindicalizados, mas na época da eleição não podem votar’”.¹²⁸

Num outro jornal, temos outros dados sobre a pendenga:

“O juiz federal Geraldo Arrolhano Dias deu parecer favorável à ação impetrada pela chapa 2 (de oposição) possibilitando o seu registro

¹²⁷ Jornal *Diário do Nordeste*, 06 de novembro de 1988.

¹²⁸ *Idem*.

para concorrer às eleições da nova diretoria do STICCF, que se realizam amanhã até a próxima sexta-feira. Os integrantes da chapa recorreram à Justiça porque os atuais dirigentes da entidade se recusaram por duas vezes a registrá-la, alegando irregularidades na sua composição. A determinação do Juiz, no entanto, não foi acatada pela diretoria do Sindicato, e o oficial de Justiça deverá voltar amanhã, à sede da entidade, para fazer cumprir a liminar”.¹²⁹

No jornal *O Povo* de dois dias depois, numa nova reportagem, ficamos sabendo os motivos que levaram à não aceitação da inscrição da chapa 2:

“De acordo com o atual Presidente do Sindicato, Luís Carneiro Rocha, o impedimento da inscrição da chapa 2 ‘deveu-se à constatação de algumas irregularidades como: menos de seis meses de sindicalização dos componentes, falta de apresentação dos comprovantes de residência e categorias diferenciadas – como motorista e engenheiro’. Conforme informou Luís Carneiro, estão em condições de votar cerca de 11.200 profissionais, embora a categoria seja de 50 mil, incluindo aposentados, desempregados e biscateiros. ‘Porém, só os que estiverem quites com a Diretoria é que poderão comparecer às urnas – lembrou’”.¹³⁰

No 2º capítulo de estatuto do sindicato, há um artigo, o décimo-primeiro, que versa sobre os direitos e deveres dos associados, onde é salientado que no “processo eleitoral e das votações, a posse dos eleitos e os recursos obedecerão às normas vigentes na ocasião do pleito”.¹³¹ Todavia, não há nada no estatuto sobre “sindicalização com seis meses de antecedência ou comprovantes de residência”. Logo, se a justificativa para a não inscrição da oposição se baseia nesses argumentos, então seria a diretoria que interpreta e cria estas regras para o pleito. Apenas a sua última justificativa – categorias diferenciadas - tem um amparo no estatuto - neste caso, o Artigo 5º, que define a “todo indivíduo que participar da atividade profissional dos trabalhadores na

¹²⁹ Jornal *O Povo*, 06 de novembro de 1988.

¹³⁰ Jornal *O Povo*, 08 de novembro de 1988.

¹³¹ Estatuto do STICCF, aprovado em 1975. Arquivo desse sindicato. Este é o único artigo que trata diretamente sobre o processo eleitoral, dando liberdade para os membros da direção do sindicato criar as regras que lhes convier na ocasião dos pleitos.

indústria da construção civil de Fortaleza, satisfazendo as exigências da legislação sindical”. Portanto, este artigo está amparado na legislação trabalhista, que não permite a sindicalização por locais de trabalho, mas apenas por categorias de trabalhadores, imbuída, portanto, de um forte espírito corporativista quando de sua criação, na década de 1930.

Uma questão interessante, porém, é a necessidade dos comprovantes de residência. Ora, como noticiaram os jornais, o oficial de Justiça não entregou a ação cautelar ao presidente do sindicato porque, conforme foi informado por um diretor do sindicato, o mesmo não tinha... residência fixa!

Também a questão da sindicalização é problemática, dado que uma das principais características da categoria era a imensa rotatividade dos operários pelos canteiros de obras, e assim “o sindicato não tem uma relação de todos os trabalhadores”.¹³²

Os dois jornais que fazem uma boa cobertura das eleições noticiam o seu início no dia sete de novembro: o *Diário do Nordeste*, com o título “Começa hoje a eleição para o Sindicato da Construção Civil”, relata as brigas na justiça, mas ressalta que “para garantir a legalidade e o direito da chapa dois de concorrer, no primeiro dia da eleição será designado um oficial de Justiça para o local”;¹³³ já no *O Povo*, o título “Operários comparecem às urnas sob clima tenso”¹³⁴ demonstra o ambiente carregado, conflitivo da disputa.

Todavia, as eleições começam apenas no dia seguinte, pois nas cédulas eleitorais não constavam a chapa 2. O “oficial de Justiça fez cumprir a liminar concedida pelo juiz federal Geraldo Arrolhano Dias, que determinou a inscrição da ‘Oposição’”,¹³⁵ e por isso

“a chapa 2 será incluída na cédula eleitoral e o pleito terá total lisura’
– garantiu o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Luís Carneiro da Rocha, ontem pela manhã, três horas depois de ter recebido a liminar da Justiça Federal sobre o assunto. (...) De acordo com o presidente, dos 50 mil associados apenas 12 mil estão aptos a votar. Segundo ele, deste total, 25% são desempregados e 10% são

¹³² Jornal *Diário do Nordeste*, 09 de novembro de 1988.

¹³³ Jornal *Diário do Nordeste*, 07 de novembro de 1988.

¹³⁴ Jornal *O Povo*, 07 de novembro de 1988.

¹³⁵ Jornal *O Povo*, 08 de novembro de 1988.

aposentados, ficando em 35% o índice dos que não pagam o sindicato e por isso não tem direito a participar da escolha. Fora isso, há os que trabalham, são sindicalizados, mas não estão quites com a entidade. As cinco urnas terão 15 mesários e em média de 10 fiscais divididos entre as duas chapas”.¹³⁶

A confusão se desenvolve até na questão do “itinerário que as urnas iriam seguir e no número de operários que poderiam votar”, mas teria sido “acertado entre as duas chapas que aqueles que estivessem nos locais de trabalho no momento em que as urnas lá estivessem terão direito a voto, sem que seja preciso mostrar comprovante de que é filiado ao Sindicato”¹³⁷; a reportagem traz também um relato do candidato Mariano Antônio Nunes, que garante que “nós acatamos a decisão do juiz e vamos disputar palmo a palmo os votos”, confiante na sua plataforma política “de apoio aos companheiros trabalhadores”.¹³⁸

Quatro dias depois, Mariano Nunes provavelmente deveria estar pensando na ingratidão dos “companheiros trabalhadores”, pois uma vez apuradas as urnas, eles demonstraram resolutamente que não queriam o seu apoio: votaram 5.653 trabalhadores (metade da categoria apta a votar – um recorde impressionante), sendo 666 para a chapa 1 (representando 12,3% dos votos válidos), 4.734 para a chapa 2 (87,7% dos votos válidos), 173 votos nulos e 80 em branco. Uma surpreendente e acachapante vitória da oposição.

Como entender um resultado tão discrepante, que supera a aspiração do mais otimista dos opositoristas?

Há todo um contexto histórico no qual necessitamos refletir para entendermos melhor este problema. No ano em que ocorreu a eleição para a diretoria sindical, em 1988, havia um recrudescimento das lutas dos movimentos sindicais e sociais, que condicionam as mentalidades dos trabalhadores da construção civil. Estes freqüentam lugares e convivem com outros trabalhadores que comentam e participam desses movimentos: nos locais de moradia, de lazer, nas igrejas etc. e podem fazer uma comparação com a inércia da diretoria do seu sindicato em criar mecanismos que procurem

¹³⁶ Jornal *Diário do Nordeste*, 08 de novembro de 1988.

¹³⁷ Jornal *Diário do Nordeste*, 09 de novembro de 1988.

¹³⁸ Idem.

atender as suas demandas trabalhistas. Além disso, se a categoria é formada por trabalhadores que vieram do campo e também de outras profissões, é bem provável que entre os seus pares houvesse aqueles que já possuíam alguma experiência em sindicalização, e que, portanto, entrinhassem o imobilismo na construção civil.

Um exemplo disso é o operário Zé Maria, que numa entrevista arquivada no sindicato, relata algumas de suas experiências, como o engajamento em reuniões de comunidades de bairros, onde discutia “o problema dos moradores. (...) Como é que os trabalhadores podem viver melhor? Era lutando por emprego, escola pros filhos e a alimentação, que a gente ganhava muito pouco”, e também o seu apoio em “ocupação de terrenos baldios”:

“Participei em muitas comunidades, muitas reuniões, onde tinha reunião nos bairros, onde eu via falar, eu ia. Era nas comunidades, que a negrada convidava, passava convidando, deixava o convite, eu ia. Eu gostava de ir pra ouvir, porque a partir dali, a gente aprendia alguma palavra, todas ninguém pode gravar não, mas alguma, a gente já grava pras outras, pra soltar idéias em outras reuniões”.¹³⁹

A seguir, é interessante perceber como o trabalhador faz a mediação de suas experiências em reuniões comunitárias no seu local de moradia e o papel do sindicato da construção civil, afirmando que este “representa os trabalhadores, e também a gente apóia a ocupação de terrenos, em alguns bairros”.¹⁴⁰

Também em dois outros depoimentos do arquivo do sindicato, há relatos interessantes para a nossa reflexão:

“(...) sou filho natural de Quixadá. Passei oito anos na diretoria do sindicato, só saí porque vim embora e já tô há 13 anos aqui em Fortaleza. (...) Mas, na nossa época, no nosso embate no campo

¹³⁹ Depoimento transcrito do operário José Maria da Silva, realizado em 11 de janeiro de 1994. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil. Zé Maria é natural de Redenção, onde trabalhava na roça com o pai, mas veio pra Fortaleza “atrás de uma vida melhor”, indo morar no bairro Granja Portugal quando aqui chegou.

¹⁴⁰ Idem.

contra um fazendeiro (...) quando o trabalhador era sindicalizado, o fazendeiro jogava ele pra fora. (...) Aí começaram a botar, a gente começava uma questão, a gente levava pra Justiça (...)."

"(...) a gente ouvia falar nos movimentos, via o movimento das ruas e o povo falar em sindicato, e eu entendia que o sindicato era uma coisa onde realmente os trabalhadores se reuniam pra discutir os seus problemas e procurar soluções para a categoria. E eu muitas vezes ficava envergonhado quando chegava no meio de algum movimento e via vários sindicatos se apresentando e não via a presença do sindicato da construção civil (...)."¹⁴¹

Além disso, um dos grupos políticos que fazia parte da oposição sindical era a Pastoral Operária, que desenvolvia um trabalho na periferia, que envolvia uma perspectiva religiosa, política e social concomitantemente:

"É dos integrantes da Pastoral Operária e de amigos seus que vem o ingrediente operário que daria à Oposição maior representatividade e legitimidade junto à categoria dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. (...) Vale ressaltar que a Pastoral Operária também realizava um trabalho de oposição à diretoria do sindicato, que tinha como característica a aglutinação de trabalhadores nos locais de moradia. Neste sentido merece destaque o núcleo existente no bairro Jardim Petrópolis. De lá sairão três candidatos a diretor da chapa de oposição: José Ferreira e José Alves, pedreiros, e Eluizito Alves do Nascimento, carpinteiro".¹⁴²

Estas experiências vividas em outros contextos sociais condicionam o mundo do trabalho na construção civil e, portanto, a práxis dos trabalhadores em serem realizadas as suas demandas. Estas, por sua vez, são produzidas dialeticamente a partir de determinadas especificidades na forma pela qual a

¹⁴¹ Depoimentos transcritos dos operários Francisco Edmar e do então diretor sindical Raimundo Pereira de Castro, respectivamente, durante o I Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil, realizado nos dias 05 e 06 de agosto de 1989. Arquivos do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

¹⁴² MENDES, José Ernandi. *Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1994, pp. 180 e 181.

lógica da sociedade se estrutura, e assim podemos compreender a transposição de experiências múltiplas que mediatizam a consciência dos trabalhadores da construção civil e os significados desenvolvidos em cenários diferentes.

Acreditamos, portanto, que os problemas infraestruturais nos locais de moradia, as dificuldades da vida no campo, as condições humilhantes de trabalho no setor da construção civil e da sociedade em geral, como o recrudescimento do custo de vida, e a ascensão dos movimentos organizados na década de 1980 encontraram um ponto de interseção comum por meio do qual os trabalhadores poderiam forjar um instrumento de resolução de parte dos seus problemas: o sindicato.

Como analisamos anteriormente, o discurso produzido pela oposição sindical sobre as dificuldades com as quais os operários se deparavam nos canteiros de obras foi amadurecendo durante o contato com os trabalhadores, e se forjando a partir dos interesses destes. Não teria sido um discurso fechado, feito de fora da realidade e imposto aos trabalhadores. O maior mérito da oposição foi ter sentido e produzido um conjunto de propostas relacionadas aos problemas trabalhistas não *para* os trabalhadores, mas *com* eles, promovendo uma identificação comum entre a oposição e a categoria.

Mais: esta prática permitiu uma abertura de espaços para que os trabalhadores se sentissem partícipes da construção do discurso. O efeito que isto produz, numa categoria em que a baixa estima e o autoritarismo nas relações de trabalho são uma constante, é imenso, como demonstra o número de votantes no pleito de 1988 (5.653 em três dias), em comparação ao de 1985 (475 em cinco dias), e a enorme votação obtida pela chapa de oposição. Além disso, as propostas políticas radicalizadas contendo uma concepção antipatronal e com a expectativa de métodos de ação direta encontrariam eco numa categoria cujas peculiaridades eram caracterizadas pela opressão cotidiana nos canteiros e pela fragilidade dos laços com o patronato devido à rotatividade da categoria na busca por trabalho.

Uma evidência dessa expectativa teria ocorrido num dos dias da votação. Os operários de uma obra da construtora Nossa Senhora de Fátima tiveram o expediente do seu trabalho encerrado ao meio-dia pelo dono da empresa, Antônio Góes, que os ordenou a irem votar na sede do sindicato,

onde ficava uma das urnas, porque temia que as urnas volantes não passassem por lá. Este empresário era o mesmo que havia doado material de construção para a sede do sindicato dos trabalhadores, e conclamou os operários a votarem na chapa 1. Na urna da sede do sindicato votavam principalmente pessoas ligadas a esta chapa, como diretores e aposentados da categoria. Então, cerca de 80 operários se apertaram em dois caminhões-caçamba e foram levados. Quando as urnas foram apuradas, os vencedores foram os membros da oposição! E esses eram os mesmos operários do caso da caixa de fósforos...

Assim, esta perspectiva de reorientação das relações sindicais proposta pela oposição sindical torna-se mais evidenciada quando comparada com a da diretoria. Esta não teria conseguido se ajustar à nova realidade que vivenciava, pois quando se elegeu para o sindicato, os problemas do setor eram esmagados pelo clima ditatorial da sociedade brasileira. Esta situação teria provocado um conformismo que variava entre a conveniência e a cumplicidade na condução da política sindical. No entanto, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, podemos conjectura que a sua derrota foi também resultado da sua incapacidade em promover uma metamorfose das relações sindicais desenvolvidas com a categoria, operando a partir de padrões que não conseguiam mais dar conta da realidade, deslocada e cega dos signos temporais que urgiam à sua volta.

Um indício disto é a forma como ela se comportou a partir do resultado da sua derrota: ela simplesmente não aceitou e não empossou a chapa vencedora, confiando que a Justiça lhe permitiria continuar à frente do sindicato, e iniciando uma nova disputa que duraria até o final do mês de dezembro:

“A nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, tomou posse, no final da tarde de ontem, após um dia de confusão e até mesmo de ameaças de morte. Durante toda a manhã de ontem a diretoria antiga não quis empossar os eleitos em novembro último e recorreu à Polícia Militar e aos vigias do próprio sindicato, fortemente armados. (...) A eleição para a nova diretoria ocorreu no dia 11 de novembro passado e a posse dos eleitos estava

marcada, a princípio, segundo estatutos do sindicato, para o último dia 12 (...) porém, o candidato a presidente da chapa situacionista e atual vice-presidente do Sindicato, Mariano Nunes, trazia uma liminar, assinada pelo juiz da 4ª Vara da Comarca de Fortaleza, Eduardo Meyer, suspendendo a posse e dando poderes à atual diretoria para continuar no cargo até o final dos trâmites legais”.¹⁴³

A confusão era medonha. O presidente do sindicato, Luiz Carneiro da Rocha, “havia pedido licença dias antes da data oficial da posse, (e) Mariano Nunes foi designado presidente interino, numa espécie de intervenção branca”.¹⁴⁴ Como a posse não ocorreu, a oposição ocupa o sindicato e

“passa a dividir o mesmo espaço, durante vários dias, com a antiga direção sindical. Nesse período muitos atritos ocorreram. As acusações de lado a lado faziam parte da convivência das duas diretorias. Até que os diretores comandados por Mariano Nunes expulsam, com a ajuda da polícia, os diretores eleitos”.¹⁴⁵

Enquanto a disputa se desenvolve na Justiça, a oposição inicia um trabalho de informação e mobilização da categoria para que esta cerre fileiras na defesa da chapa 2. Para isso, dois panfletos são distribuídos à categoria: O primeiro, com o título “Chapa 2 vence de goleada”, informa o resultado da eleição, denuncia a manobra da diretoria e conclama os trabalhadores para a festa da vitória e a posse da nova diretoria, expressando a necessidade de união da categoria

“O Sindicato é uma arma importante que o trabalhador tem para lutar por melhores condições de vida e de trabalho. É necessário (sic) a participação de todo mundo para que nossa luta seja vitoriosa. A nova diretoria eleita, que deverá tomar posse no dia 13/12/88, está convocando toda a categoria para fazer a sua filiação ao Sindicato. (...) Ganhamos mas tudo está por fazer (...) Ou lutamos juntos por melhores salários ou vamos morrer de fome. A nova diretoria eleita

¹⁴³ Jornal *Diário do Nordeste*, 27 de dezembro de 1988.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ MENDES, José Ernandi. *Op. Cit.*, pp. 208 e 209.

vai promover, a partir de agora, uma Campanha Salarial convocando todos os companheiros a lutarem pelo Piso Salarial (...) Companheiro venha participar da nossa festa de comemoração da vitória. É hora de comemoração, derrotamos o pelego. Vai ter pinga a vontade (...).¹⁴⁶

Já no outro panfleto, o tom acusatório é mais incisivo:

“(...) O resultado mostrou a posição firme e decidida dos companheiros de acabar com a malandragem na sua entidade. Mesmo diante desse resultado a atual diretoria ainda tenta continuar a frente do sindicato. Com o apoio dos patrões que pagam o Sr. Antônio José da Costa, um advogado que sempre esteve contra os trabalhadores (nas causas trabalhistas defende os patrões). (...) Sindicato é pra lutar. Fora Mariano e sua cambada. Abaixo a exploração dos patrões. Vamos a luta companheiros”.¹⁴⁷

O tom dos panfletos indica uma piora constante nas relações entre os grupos políticos, uma exasperação que chegaria as raias do desespero inconseqüente. O juiz da 4ª Vara, Eduardo Meyer, após analisar o recurso da oposição e as argumentações do advogado da oposição, resolve conceder uma liminar permitindo a posse dos vitoriosos:

“Entretanto, mesmo com a garantia da Justiça, Mariano Nunes recusou-se a dar posse aos novos diretores, colocando homens armados na porta do prédio, impedindo o acesso de qualquer pessoa às dependências da sede da entidade. Em meio à confusão que se estabeleceu, o advogado Inocêncio Uchoa foi, segundo testemunhas, ameaçado de morte pelo sargento Eufrásio, reformado da PM, além de outro vigia que também postava-se em frente ao prédio. A polícia foi acionada e prendeu o sargento, além de apreender quatro armas que estavam em poder dos membros da diretoria. Depois de muito

¹⁴⁶ Panfleto da *Oposição Construindo um Novo Sindicato*, novembro de 1988. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da categoria.

¹⁴⁷ Panfleto emitido pela *Oposição construindo um Novo Sindicato*, entre os meses de novembro e dezembro de 1988. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

bate-boca, as duas partes reuniram-se a portas fechadas, no gabinete da presidência, tentando achar uma solução para o impasse. A imprensa enfrentou dificuldades para ter acesso à reunião, devido à falta de educação de algumas pessoas ligadas a diretoria do sindicato”.¹⁴⁸

A peleja continuava. Fora do Sindicato, dezenas de trabalhadores postavam-se para exigir a saída da diretoria derrotada, enquanto que dentro da sala da presidência, segundo a nossa fonte, a argumentação que o presidente Mariano Nunes utilizou para não dar posse entraria em contradição com as regras que teriam acertado no dia 08 de novembro:

“Entramos com a liminar porque a eleição foi realizada de maneira irregular, pois não havia relação de votantes e nem dos locais da votação’. (...) Mariano afirmou que só passaria o cargo se a chapa vencedora apresentasse um documento da Justiça assim determinando. ‘Só garantirei a entrega do cargo nestas condições e depois de ouvir meu advogado’”.¹⁴⁹

O duelo só acaba quando finalmente chegam, ao final da tarde, um oficial de Justiça acompanhado de dois policiais, que garantem a posse da oposição como a nova diretoria do sindicato, no dia 27 de dezembro, um mês e meio depois da posse prevista.

Se o ex-presidente Mariano Nunes esperava que a Justiça lhe desse ganho de causa, como na época em que podia evocar o espantinho do comunismo internacional e a subversão contra o “sindicato pátrio e o Estado”, descobriu tarde demais que o contexto havia se modificado. Sinal dos tempos: a posse de uma diretoria sindical, cujos membros eram socialistas e comunistas, era garantida pela Justiça do Estado burguês que eles tanto combatiam, algo impensável há alguns poucos anos atrás.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Jornal *Diário do Nordeste*, 27 de dezembro de 1988.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ Dez anos depois, quando da comemoração pela vitória histórica, o ex-presidente Valdênio Caminha, em entrevista para o jornal do sindicato, narra que “tivemos que enfrentar todo o aparato do pelego apoiado pelos patrões teve também a justiça que por uma atitude de um juiz tentou impedir que a oposição vitoriosa nas urnas tomasse posse, com o argumento de que a eleição tinha irregularidade. A patronal junto com o pelego usaram da justiça, da polícia mas a

2.3 - Operários sendo e tornando-se

Neste terceiro ponto, modificamos a estrutura da narrativa para refletir sobre algumas das primeiras experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, ocorridas logo após a vitória da oposição sindical nas eleições. Assim, os sujeitos desse processo iriam desenvolvê-las concomitantemente, encontrando os primeiros desafios em se debater com as estruturas políticas e mentais que desejariam modificar e aquelas que procuravam construir.

Esse embate não se dá apenas num plano exterior, em relação a outras pessoas ou mesmo ao patronato, mas pode ocorrer também num plano interior, individualizado, ou seja, o paradoxo na proposição do novo a partir de contradições implícitas dos conceitos e preconceitos das mesmas estruturas que procuravam superar e que, afinal, constituíam a experiência cultural vivida por estas pessoas até então.

Assim, pretendemos compreender as experiências do I congresso da categoria, o estabelecimento de diretrizes político-sindicais, da primeira campanha salarial, da greve e de projetos de constituição do jornal da categoria, do projeto de alfabetização desenvolvido com o apoio do sindicato e a compreensão da questão do lazer para os trabalhadores: como foram organizados, quais seriam as expectativas, o que deu certo ou não e por quê, enfim.

organização dos trabalhadores, a solidariedade da sociedade permitiu que derrotássemos todo este aparato". *Jornal A Voz do Peão*, em novembro de 1998. Esse depoimento talvez pretenda a constituição de uma memória que, como analisamos, não se coaduna com a realidade, pois que entre a "organização dos trabalhadores e a solidariedade da sociedade" estavam também um despacho judicial, um oficial de Justiça e mais dois policiais militares...

2.3.1 - O I Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil

(...)Quem vai impedir que a chama
saia iluminando o cenário
saia incendiando o plenário
saia inventando outra trama?

(Pablo Milanés; Vers.: Chico Buarque – Cancion por la Unidad de Latino América)

Uma das primeiras atividades executadas pela diretoria sindical, seis meses após a sua eleição, foi a realização do I Congresso dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, realizado na sede do sindicato entre os dias 05 e 06 de agosto de 1989. Este congresso torna-se importante porque teria sido um momento inicial rico de discussões e, ao que nos interessa, uma grande oportunidade de percebermos o desenvolvimento das relações entre a base e a sua direção sindical.

O congresso foi divulgado inicialmente pelo primeiro número do jornal “A Voz do Peão”, que informava a sua pauta: “A situação atual do país”; “A Central Única dos Trabalhadores”; “Balanço do trabalho da Diretoria”; e “O novo estatuto para o sindicato”. O artigo conclamava os trabalhadores a se fazerem presentes, destacando a importância do evento:

“Qual a importância e a necessidade desse Congresso? Durante dois dias estaremos reunidos para discutir nossos problemas que vão desde os nossos salários até a falta de equipamentos de segurança no local de trabalho. Devemos discutir também o caminho para a classe trabalhadora trilhar no sentido de encontrar uma saída para as mazelas do sistema em que vivemos”.¹⁵¹

Uma das questões que levantamos, de início, é a forma como irão participar os trabalhadores, no que diz respeito à voz e voto neste congresso. O jornal informa que

¹⁵¹ Jornal *A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989.

“vamos eleger delegados representantes em todos os locais de trabalho. Será eleito 1 (um) delegado para 100 (cem) trabalhadores. As eleições serão realizadas através de reuniões livres em cada local de trabalho, com a presença de representantes da Diretoria do Sindicato e depois de discutir todos os assuntos que estão na pauta do Congresso”.¹⁵²

A idéia de discutir preliminarmente os pontos da pauta com os trabalhadores é uma iniciativa interessante, já que a imensa maioria não poderia participar do congresso em si, assim como o número de delegados em proporção aos trabalhadores nos canteiros; deste modo, garantir-se-ia a participação do maior número possível deles nas discussões, sendo então o congresso estruturado para permitir a maior troca possível de experiências entre os trabalhadores da construção civil com a diretoria sindical, e deles com trabalhadores de outras categorias, convidados a participarem. Como já demonstramos, por meio de citações, no decorrer da nossa pesquisa, os trabalhadores eram incentivados a falarem um pouco de suas experiências de vida, como essas que transcrevemos abaixo:

“Sou Moacir de Oliveira, também vim do interior, tava na roça. O que eu queria dizer pros companheiros é o seguinte: a luta dos trabalhadores que se faz hoje, não é só da construção civil, mas é de um modo geral. Então, quero agradecer pelo espaço, e quem tiver, me pergunto assim: ‘hoje em dia, existe a construção civil, tá cheio de companheiros aqui em Fortaleza e, que é uma cidade que se esperava tanto, mas é o seguinte: a situação do campo é difícil, o pessoal corre pra cá, pensando que aqui seja assim um paraíso. E espera oportunidade, (...) mas isso é um problema de todo mundo”.

“Meu nome é Francisco Rodrigues de Sousa. Eu comecei servente, fiz esse serviço quase menino, e vi muita gente sofrer. Hoje em dia, sou servente de obra. Eu só melhorei alguma coisa porque estudei a noite, trabalhando de dia e estudando a noite. Hoje em dia, não posso mais estudar, mas eu continuo acompanhando. E estou muito

¹⁵² Idem.

feliz, porque o sindicato agora mudou tudo. E nós estamos aqui pra tentar mudar qualquer coisa”.

“Meu nome é Francisco Ferreira de Araújo, nasci em Sobral. Primeiro fui pro Rio de Janeiro e trabalhei por pouco tempo, agora eu trabalho aqui em Fortaleza, mas eu não moro em Fortaleza. Eu moro em (...), 78 quilômetros, e vivo trabalhando aqui e viajo pra lá, porque moro com a minha irmã. (...) Mas esse pessoal são muito sofredor na construção civil. Porque quando a gente tem um problema que não fala, não comenta com ninguém, aí ninguém resolve o problema da gente. Se a gente não vai atrás, não falar, não criticar, ninguém resolve, né? Quando o pessoal aqui do sindicato chega lá no canteiro de obra, eu já tenho visto umas quatro ou cinco vezes, o pessoal que trabalha na construção civil tem medo de falar, né? Ele tem medo de vir aqui. Eles têm medo de falar, ele não quer se apresentar, conversar. Quando o pessoal chega lá, eles ficam é rindo. ‘Ah, não! Eu não sei falar’. Eles têm medo do patrão botar pra fora”.

“Eu sou Jonas Evânio da Silva. Pela primeira vez, estou participando dessa reunião. (...) E eu quero ajudar o Sindicato a ter mais força, pra vê se nós consegue algum emprego. Porque os profissionais em geral, estão todos desaparelhados. (...) não tem pra gente comer, e se nós não tiver uma força pela justiça, nós todos já era. (Trabalho na) Metores Pinto. (Nasci em) Quixeramobim.”.¹⁵³

São dezenas de citações de trabalhadores que, assim como essas, corroboram com o mesmo sentido. Poderíamos relacionar estas falas como indícios de consciência de classe desenvolvendo-se nestes trabalhadores acima citados: são expressões como “isso é um problema de todo mundo”, “nós estamos aqui pra mudar”, “se a gente não vai atrás, não falar, não criticar, ninguém resolve os problemas” ou “eu quero ajudar o sindicato a ter mais força”. É esta a expectativa desenvolvida pelos sujeitos nesse congresso: promover um diálogo entre os trabalhadores sobre suas experiências, desenvolvendo uma consciência de classe.

¹⁵³ Depoimentos transcritos de trabalhadores durante o I Congresso. Arquivos do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

As reuniões funcionavam da seguinte forma: os participantes se dividiam em grupos de discussão (o jornal *A Voz do Peão* informou que participaram “mais de 100 delegados” no congresso, sendo que, na festa ocorrida na noite de abertura do dia 04, “compareceram mais de 300 trabalhadores”)¹⁵⁴, que eram conduzidos por alguém que pertencia à organização do congresso, quase sempre um diretor sindical, e nas salas fazia-se uma roda, quando todos os trabalhadores eram então incentivados a falarem seus nomes, sua naturalidade (praticamente todos tinham vindo do interior – são *dezenas* de municípios citados), a empresa e a função em que trabalham e sobre o assunto então em discussão naquele momento – tudo isso em dois minutos.



Fotos do I Congresso. Fonte: Jornal *A Voz do Peão*, nº 01, de agosto de 1989. Na faixa por trás da mesa, lê-se: “Construindo o poder dos trabalhadores”.

Apesar do pouco tempo, determinado pelo grupo de discussão para que o máximo de trabalhadores tivesse a possibilidade de se apresentar e falar minimamente das suas experiências de vida, os diálogos são riquíssimos nestes termos, e dos mais diversos que se possa imaginar. Há momentos de

¹⁵⁴ Jornal *A Voz do Peão*, nº 01, agosto de 1989.

debates entre trabalhadores, como esse que versa sobre a concepção que os trabalhadores têm de si e da sua classe:

“(...) porque nós somos desunidos, (...) é uma classe tão desunida que eu tenho vergonha de dizer que eu sou operário também. Mas vejo a desunião, eu vejo a covardia, eu vejo a pobreza (...) O senhor precisou adular, chamar (...) e ninguém vinha. O senhor viu o sufoco afim de melhorar a nossa situação. (...) O senhor viu a fraqueza que houve, não foi assim? Então, eu acho difícil nós vencer essa batalha (...)”.

Ao que o diretor do sindicato retruca, logo em seguida:

“(...) esse quadro, nós já estamos revertendo há muito tempo. O companheiro fique sabendo que nós não somos mais besta, nós somos analfabetos, burro, ignorante, mas estamos detectando tudo que é covardia que fizeram com a gente, não? Esse sindicato tem 49 anos de existência e passou (...) 15 anos nas mãos do Mariano, (...) botamos os pelegos pra fora, (...) e que nós, trabalhadores da construção civil, estamos muito além do que o companheiro está pensando. Nós saímos da primeira greve geral em que mais de 50% da categoria paralisou, certo? Mas veja bem: nós já estamos conscientizando os companheiros e isso aqui vai ser questão rápida, questão de um ano ou dois, pois nós (...) vamos atropelar (em número de participantes grevistas) bancário, sapateiro e vamos pra luta mesmo e a conscientização nossa. Nós não somos mole, não(...)”.¹⁵⁵

Diálogos assim são importantes para a apreensão de diversas informações sobre os sujeitos desse processo. À idéia de que a classe operária é desunida, particularmente os operários da construção civil, contrapõem-se uma outra imagem que a direção sindical tenta desenvolver na mentalidade dos trabalhadores: agora estes não se deixam mais enganar, não seriam mais

¹⁵⁵ Debate transcrito entre um diretor e um trabalhador não identificados nominalmente, ocorrido durante o Iº Congresso. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

medrosos e o seu pouco saber escolar não é mais um parâmetro indicativo de uma postura passiva diante do patronato.

O principal termômetro para o desenvolvimento dessa consciência de classe, na perspectiva da diretoria sindical, é a greve. E o indicativo da participação cada vez maior dos trabalhadores nas paralisações seria o sinal de que a categoria estaria se conscientizando, sem atentar para a possibilidade de outras formas de lutas políticas sem ser através do sindicato, e assim, estavam semeando um sentido político muito claro: os trabalhadores aguerridos, audaciosos, corajosos e conscientes, são aqueles que aderem a este tipo de reivindicação e fortalecem o seu sindicato; os que não possuem esta consciência de classe seriam medrosos e oportunistas (na categoria são chamados de babões), estes são os que não participam desta forma reivindicativa, arquétipo de operário que se deseja defenestrar da categoria.

Além disso, quer-se demonstrar que a partir das transformações oriundas das novas concepções político-sindicais da direção eleita em 1988, os trabalhadores poderiam contar com o seu sindicato, que depois de décadas hegemonizado por uma concepção política-sindical considerada assistencialista e pelega, agora é um instrumento de organização a serviço da categoria e daqueles trabalhadores “de luta”. Diretoria, sindicato, luta, greve, coletivo, força, união e coragem são palavras presentes em discursos, nos quais se tenta conjugá-las juntas, quase como uma redundância, na mentalidade dos trabalhadores.

Estes encontram, então, um espaço aonde poderiam expressar suas experiências, demandas e desejos, um canal de interlocução que já vinha sendo sinalizado desde a época da oposição sindical, e que agora estaria se materializando nas relações sindicais cotidianas.

Deste modo, as concepções políticas da diretoria também vinham se corporificando numa práxis arquitetada nestas relações, e assim construindo um processo de identificação da política sindical comum entre ambos, diretoria e base.

2.3.2 - As diretrizes político-sindicais presentes no novo estatuto

(...) e me fala de coisas bonitas que eu acredito que não
deixarão de existir
amizade, palavra, respeito, caráter, bondade, alegria e amor
pois não posso, não devo, não quero viver como toda essa
gente insiste em viver
e não posso aceitar sossegado qualquer sacanagem ser
coisa normal
(Milton Nascimento/ Fernando Brant; Vers.: 14 Bis – Bola de meia, bola de gude)

Em suas últimas discussões desenvolvidas no primeiro congresso, os trabalhadores aprovaram um novo estatuto para o sindicato, cuja proposta já vinha sendo difundida por meio do primeiro número d'*A Voz do Peão*. A idéia, portanto, seria que os trabalhadores tomassem conhecimento das propostas que a diretoria apresentava e discutissem entre si e nas reuniões em que se elegiam os delegados para o Congresso, onde os seus delegados aprovariam e também levariam novas propostas.

A mudança estatutária vinha sendo defendida pela diretoria, justificando que

“sindicato que um só manda e que apenas um pequeno grupo decide tudo é fraco, não tem política e vive de pires na mão para os patrões. Essa é a história do nosso Sindicato até Dezembro passado. Agora resolvemos mudar o nosso Estatuto para que todos os trabalhadores tenham ampla participação nas assembléias, congresso e todas as instâncias do sindicato e que as decisões sejam frutos de ampla discussão na categoria”.¹⁵⁶

Assim, torna-se imperativo que analisemos este novo estatuto para que possamos apreender com mais afinco as concepções político-sindicais que estabeleceriam as diretrizes da práxis sindical. No capítulo I, que versa sobre o “Sindicato e seus fins”, temos:

¹⁵⁶ Jornal *A Voz do Peão*, nº 01, agosto de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores.

“ART. 1º- O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da *Região Metropolitana* de Fortaleza (STICCRMF) (...) é constituído para fins de organização, defesa e representação legal das categorias profissionais dos trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Indústria de Construção de Estradas, Pavimentação e obras de terraplanagem em geral, e Indústria de Instalações elétricas, gás, hidráulicas e sanitárias, na base territorial dos Municípios de Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba”.¹⁵⁷

Logo no primeiro artigo, portanto, temos uma modificação de vulto: a mudança da base territorial e uma especificação ampliada dos representados pela entidade. Como poderíamos entender tal mudança?

Na discussão sobre essa proposta, temos um depoimento que possibilita o início do seu entendimento:

“(...) Nós estamos aprovando hoje a extensão da base do estatuto do sindicato para os municípios, ele hoje só é Fortaleza, mas como a gente sabe, o Mariano tem interesse de jogar pesado nos outros municípios, e que mesmo assim é importante que esse sindicato está no campo da luta. É bom que ele pegue os outros municípios e cresça, construa a luta também lá”.¹⁵⁸

Assim, tentava-se evitar um contra-golpe da antiga diretoria derrotada, que tentava se articular com os contatos que possuía na região metropolitana de Fortaleza (particularmente Caucaia, Maranguape e Maracanaú, onde mora a maioria dos trabalhadores da construção civil), estabelecidos quando ainda fazia parte da diretoria sindical. Podemos também apreender que a diretoria, ao mesmo tempo em que se organizava para evitar um possível revide, procurava também se fortalecer, ampliando não apenas a base territorial como também abrangendo o máximo de trabalhadores envolvidos com o setor de construções, agora não apenas em relação ao subsetor da habitação, mas

¹⁵⁷ Estatuto do STICCF, aprovado em 06 de agosto de 1989, durante o I Congresso dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Arquivo desse sindicato.

¹⁵⁸ Depoimento transcrito de um diretor sindical não identificado, dado no I Congresso dos trabalhadores da construção civil. Arquivo desse sindicato.

também os subsetores de construção pesada, montagem industrial e até mesmo os trabalhadores de “engenharia consultiva”.¹⁵⁹

A perspectiva dada está em consonância com a reflexão da diretoria em relação à organização sindical corporativa da CLT, pois se tenta concomitantemente criar e aproveitar-se das brechas impostas pela limitação de se organizar os sindicatos somente a partir de categorias: alargando ao máximo a base geográfica dos representados, ao mesmo tempo em que procura representar trabalhadores de outros subsetores, e até de outras categorias (os “engenheiros consultivos”).

Há também um outro elemento: a possibilidade de integração formal de engenheiro Jânio Vidal a uma posterior diretoria do sindicato. Sabemos que ele era um dos mais importantes personagens do grupo à frente do sindicato, o primeiro membro da oposição sindical.

Como vimos, na eleição de 1988, um dos impeditivos para o registro da chapa 2 foi a alegação de que faziam parte desta trabalhadores que não pertenciam à categoria – e Jânio Vidal era um deles. Assim, como uma das táticas da então diretoria do sindicato era encontrar elementos que pudessem impugnar a chapa de oposição, esta decidiu retirar as pessoas que pudessem ser usadas para tal intento, ficando acertado que depois elas seriam integradas à diretoria.

Por não ter podido fazer parte da chapa, ele não teve a estabilidade que goza, pela legislação trabalhista, um diretor sindical e foi demitido após a eleição da empresa em que trabalhava.

Deste modo, havia a proposta de ampliação da diretoria executiva, que passaria de sete para nove membros, e assim ele seria integrado formalmente como diretor sindical como diretor de formação política, cargo criado no novo estatuto, respondendo pelas concepções políticas da diretoria.

Um outro indicativo da convergência de interesses entre os sujeitos desse processo estaria no interesse comum na ampliação territorial: a diretoria desejava barrar qualquer tentativa de reorganização da antiga diretoria, asfixiando-a por deixá-la sem espaços de crescimento; esta ampliação aumentaria o peso político do sindicato, que se organizaria em oito municípios

¹⁵⁹Estatuto do STICCF, Parágrafo I do Capítulo I.

da região metropolitana, favorecendo as possibilidades de organização dos trabalhadores com o fortalecimento do seu sindicato, conferindo-lhes um enorme poder frente às construtoras.

Do 2º ao 5º artigo do restante do capítulo I, elencamos alguns itens que consideramos importante para análise:

“ART. 2º- São prerrogativas do Sindicato:

- I- Defender os direitos e interesses da categoria, individuais ou coletivos, inclusive como substituto processual, em questões judiciais ou administrativas;
- III- (...) Instaurar dissídio coletivo de trabalho;
- IV- Impetrar mandado de segurança coletivo;
- V- Decidir, coordenar, encaminhar e executar os atos decorrentes das decisões da categoria tomadas em assembléia, sobre o direito de greve e o âmbito dos interesses que devam por meio dele defender;
- VI- Estabelecer mensalidade para o associado e contribuições excepcionais para a categoria, de acordo com as decisões tomadas em assembléia geral;”.

Logo no primeiro parágrafo desse artigo, a expressão “defender os direitos e interesses da categoria” substitui a dubiedade presente no estatuto anterior, que se limitava à declaração de “representar perante as autoridades administrativas”; a utilização de termos próprios à idéia de resistência à exploração assalariada, até então ausentes, como dissídio coletivo, mandado de segurança e greves também já seria um indicativo da dinâmica que se pretendia instaurar nas relações com o patronato.

Já sobre o artigo que discorre sobre a mensalidade sindical e as contribuições excepcionais, gostaríamos de atentar para a sua permanência. No debate desenvolvido no I Congresso, temos um diálogo interessante sobre elas. Um operário as questiona, argumentando que

“(...) trabalhador, no meu modo de entender, já ganha tão pouco pra pagar algum tipo de contribuição, (...) quer dizer, vai ser fixado pela categoria, suponhamos 10% do nosso salário, ou 10% do nosso

aumento que nós tenhamos, aí se a categoria apoiar, se vocês aprovarem, nós todos vai (sic) ter que ser descontado (...) ele deve ser entendido facultativamente, eu acho que nem um trabalhador aqui é obrigado a contribuir com contribuição excepcionais (sic) fora o que já contribui mensalmente”.¹⁶⁰

Em seguida, um advogado que assessorava a diretoria, presente nesta discussão, afirma:

“Veja bem, essa questão aqui não se trata de uma contribuição a mais que possa acarretar ao conjunto de trabalhadores, isso aqui você pode ler, (...) qualquer contribuição excepcional só pode ser feita se for de acordo com a Assembléia Geral, legalmente convocada, isso aqui não é nada mais, nada menos do que aquele desconto assistencial na época do acordo coletivo, que é feito os 10%, doa para o sindicato para fazer as despesas na campanha salarial, (...) então, quando você fala em excepcional, para não dizer especificamente, que é o desconto assistencial de 10% a cada ano, então, se colocou isso aí”.¹⁶¹

A discussão recrudesce com a intervenção de um diretor sindical:

“O estatuto aqui é democrático, não tem nada de querer enganar qualquer trabalhador, (...) não tem nada de outro mundo, é a categoria que vem cá discutir quanto deve contribuir. Agora, quer dizer, o companheiro, né, vem com argumento, qual é a proposta? É que nem a categoria possa decidir, inclusive se dá ou não dá a contribuição. É essa a proposta, é claro, é simples. Não tem nem o que discutir”.¹⁶²

¹⁶⁰ Depoimento transcrito do trabalhador Francisco Glauber Tamiarana, suplente do conselho fiscal, eleito pela chapa de oposição em 1988. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

¹⁶¹ Advogado Dr. Gileno Sabóia. Ele prestou assistência jurídica sobre as prerrogativas do novo estatuto a ser aprovado, para que não entrasse em contradição com as leis trabalhistas então em voga no país.

¹⁶² Depoimento dado por um diretor sindical não identificado nominalmente nos registros. Arquivo do sindicato dos trabalhadores.

O trabalhador que questionou pede para intervir novamente: “eu queria me defender aí”, ao que a mesa retruca não ser possível, pois ele já havia se inscrito, ressalta o horário avançado e pergunta: “Qual é a proposta do companheiro? O companheiro acha que não deve ter a questão das contribuições excepcionais, né isso?”. “Não, eu acho que deve ser facultada ao trabalhador que quiser contribuir, é isso”, contesta o trabalhador.

A questão é posta em votação, sendo aprovada por ampla maioria a permanência do texto original. Que percepções poderíamos extrair dessa discussão? Quais as apreensões quanto às relações desenvolvidas entre os sujeitos desse processo?

A diretoria propõe continuar a receber o desconto assistencial, agora chamado de “contribuição excepcional”, tal como fazia antes a antiga diretoria derrotada nas eleições. Esta contribuição, como analisamos no acordo coletivo de 1981, fazia uma grande diferença quando aplicada num salário tão baixo, e numa época em que a inflação atingia números extremamente altos. Ora, em 1989, no último ano do governo de José Sarney, a inflação era ainda maior em relação àquele ano.

Porém, a diretoria sinalizava que não seria a mesma coisa, pois que agora haveria uma diretoria de luta, que possuía despesas vultosas com as campanhas salariais, quando produziam informativos, jornais da entidade, gastos com assessoria jurídica, manutenção de carros de som para percorrer as centenas de canteiros espalhados por Fortaleza (e região metropolitana), enfim, gastos que, justificava, não havia antes com a antiga diretoria.¹⁶³

Se as mensalidades eram de quatro e os descontos assistenciais, 20%, a diretoria reduziu esses percentuais para um e 10% respectivamente. Se a política sindical não estivesse a contento, o trabalhador poderia ficar livre de pagar a mensalidade, pois aos associados era “livre a desfiliação ao Sindicato, independentemente de justificação”.¹⁶⁴

Um outro dado que constatamos era que as assembléias não seriam evocadas apenas nos jornais de grande circulação: de fato, o estatuto especificava que elas seriam convocadas “em veículo de comunicação próprio

¹⁶³ Sobre campanhas salariais e dissídios coletivos, discutiremos a seguir, no próximo ponto, a sua realização.

¹⁶⁴ Parágrafo Segundo do 12º Artigo, que discorre sobre os direitos dos associados. Estatuto do STICCF.

do Sindicato, garantindo-se, na medida do possível, que sejam informadas (em) todos os locais de trabalho”.¹⁶⁵ Para garantir esta intenção, no primeiro acordo coletivo celebrado entre os sindicatos patronal e o dos trabalhadores, a cláusula 29ª especificava que

“as empresas concederão espaço em local adequado para a colocação de Quadros de Avisos, para afixação de comunicados oficiais do Sindicato dos Trabalhadores (...)”.¹⁶⁶

Todavia, se o aumento das despesas justificava a permanência do desconto e da mensalidade, percebemos também um tom de arrogante quanto à defesa destas, em relação ao questionamento do trabalhador. Frases como “não tem nem o que discutir”, ou a leitura equivocada de dois diretores sindicais (tanto o que argumentou contra, como também o que estava na coordenação da mesa – era sempre um que lá estava, de acordo com a organização do Congresso), quando a argumentação do trabalhador não nos parece, de forma alguma, confusa, demonstram um quê de má vontade em discutir propostas que por ventura se contrapunham às da diretoria.

Se os trabalhadores estavam ressabiados com o seu sindicato, depois de anos de domínio de um grupo que não era tão bem quisto por eles, era extremamente pertinente à proposta apresentada de facultar os descontos excepcionais, principalmente diante de seus parcos rendimentos mensais. E mesmo que não fosse o caso, este termo abre precedente para a cobrança não apenas do desconto assistencial, quando dos reajustes salariais: na verdade, a diretoria poderia propor qualquer cobrança extra com essa expressão – evidentemente sendo aprovada por uma assembléia.

Ainda sobre o Iº capítulo, mais dois artigos nos chamam a atenção:

“ART. 3º- São deveres do Sindicato:

- I- Zelar pelo cumprimento da legislação e instrumentos normativos de trabalho que assegurem direitos à categoria;

¹⁶⁵ Estatuto do STICCF, Artigo 18, Parágrafo II. Idem.

¹⁶⁶ Acordo de Dissídio Coletivo de Natureza Econômica e Jurídica (PROC. 175/89), assinado em 10 de abril de 1989, celebrado pelos sindicatos patronal e o dos trabalhadores. As cópias desses acordos ficam arquivadas na Delegacia Regional do Trabalho, no sindicato patronal (SINDUSCON) e no sindicato dos trabalhadores, tendo sido neste último o que pesquisamos.

- II- Pugar sempre pelo fortalecimento da consciência e organização sindicais;
- III- Lutar por melhores salários, melhores condições de vida, trabalho e saúde da categoria;
- IV- Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do homem;”.¹⁶⁷

Estes artigos estão consoantes com a modificação da concepção da política sindical construída desde o início: às idéias de “colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social”, “promover a conciliação nos dissídios” ou “compreensão dos deveres cívicos”, são substituídas por uma compreensão que abre perspectivas de luta de classes, ao mesmo tempo em que estes artigos não transgridem, pelo menos nas normas do estatuto, as leis que soerguem a dominação burguesa, o que poderia colocar o sindicato fora-da-lei.

Ao contrário, a perspectiva é fazer cumprir a legislação, exigir que as leis que garantem os interesses dos trabalhadores sejam cumpridas pelo empresariado, que o Estado garanta a implementação daquilo em que ele próprio diz garantir: a observância à justiça social no que tange aos direitos dos trabalhadores e a garantia de suas condições de vida.

Assim, a idéia seria inverter os pólos da ideologia burguesa, que tenta desqualificar os movimentos sociais como transgressores e defendendo a bandeira da legalização legislativa; se o sindicato denunciar as péssimas condições de trabalho, saúde e da própria vida dos operários, então é a burguesia que infringe a legislação e o Estado que, se não corrige flagrante violação, se contradiz.

Este aspecto de legitimar-se tem um triplo sentido, mas com a mesma objetivação: denunciar as relações sociais burguesas de exploração, colocar em xeque a visão idealizada do Estado de neutralidade na luta de classes e, ao mesmo tempo, estabelecer uma relação clarificada da sua intencionalidade para com a categoria.

¹⁶⁷ Estatuto do sindicato dos trabalhadores da construção civil, em 1989.

Esta última intenção pode ser percebida quando analisamos os artigos que procuram estabelecer uma confiança para com os diretores em relação ao trato das questões administrativas da entidade. Por exemplo, em artigos relacionados ao patrimônio do sindicato:

“ART. 7º- Os títulos de renda e os bens imóveis só poderão ser alienados mediante permissão expressa da Assembléia Geral, especificamente convocada para este fim;

ART. 8º- (...) Parágrafo Primeiro - A escrituração contábil (... ficará arquivada) à disposição dos associados e dos órgãos competentes de fiscalização.

(...) Parágrafo Terceiro – É obrigatório o uso do livro Diário, encadernado, com folhas seguidas e tipograficamente numeradas, para a escrituração, pelo método das partidas dobradas, diretamente ou por reprodução, dos atos ou operações que modifiquem ou venham a modificar a situação patrimonial da entidade, o qual conterà respectivamente na primeira e na última páginas, os termos de abertura e de encerramento”.¹⁶⁸

E assim como esses artigos, temos um outro que fornece até o tipo de cédula eleitoral utilizada nas eleições sindicais:

“A cédula única, contendo todas as chapas registradas, deverá ser confeccionada em papel branco, opaco e pouco absorvente com tinta preta e tipo uniformes.

Parágrafo Primeiro – A cédula única deverá ser confeccionada de maneira tal que, dobrada, resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la.

Parágrafo Segundo – Ao lado de cada chapa haverá um retângulo em branco, onde o eleitor assinalará a de sua escolha”.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Artigo 75º do Título II do estatuto, que versa sobre o processo eleitoral. Mais da metade dos artigos do estatuto discorre sobre este tema, de forma extremamente detalhada; pela ordem, temos: os procedimentos preliminares, a convocação das eleições, os candidatos, o registro de chapas, a junta eleitoral, as impugnações, o eleitor, a relação dos votantes, a cédula, as mesas coletoras, a votação, a mesa apuradora, o quorum, a apuração, o resultado, as nulidades, os recursos e o encerramento, num total de 64 artigos e seus respectivos parágrafos. Em

Todo esse preciosismo no detalhamento da condução das questões sindicais faz parte do incremento de uma idéia de legitimação perante a categoria e/ou qualquer outro sujeito desse processo, produzindo a idéia de que não haveria quaisquer subterfúgios nas relações entre a direção e os trabalhadores.

Essa questão também seria uma preocupação conseqüente dos problemas e do resultado eleitoral do pleito sindical de 1988, quando a então oposição conquista uma maioria esmagadora dos votos e, em decorrência disto, uma grande legitimidade perante a categoria, mas que mesmo assim a posse não teria sido respeitada pela diretoria sindical. Além disso, todos os vários percalços enfrentados naquele momento, provenientes da ausência de regras eleitorais mais definidas, nos fazem perceber que esta procura em clarificar as normas que regeriam os processos eleitorais é resultado daquela luta política, e que tais problemas não mais iriam se repetir.

Para a direção sindical, a procura em evidenciar com clareza as normativas que regeriam as relações sindicais deveria estar corroborada com a questão da administração do sindicato, com os órgãos de poder dessa instituição, os espaços e os papéis sociais que a categoria possuiria. Portanto, faz-se necessário analisarmos como estas questões estão dispostas no estatuto.

Este dispõe que os órgãos de poder administrativo por onde a categoria se faria presente seriam as Assembléias Gerais e os Congressos de Delegados. Sobre a Assembléia Geral, temos:

“ART. 18 – A Assembléia Geral é o órgão soberano do sindicato cumprindo-lhe:

I – Fixar as contribuições e mensalidades, formas de pagamento e cobrança;

II – Dispor sobre a aplicação do patrimônio, aprovar previsões orçamentárias e a prestação de contas;

III – Definir a pauta de reivindicação e o processo de renovação dos instrumentos normativos de trabalho;

comparação com o estatuto anterior, este dispunha de apenas 1 (um) artigo, contendo 1 (um) parágrafo que discorria diretamente sobre o tema.

(...) V – Decidir sobre a exclusão de associados e afastamento e perdas de mandato de diretores, delegados e representantes sindicais;

VI – Julgar os recursos contra atos do Colegiado de Diretores (...).¹⁷⁰

Como já frisamos anteriormente, as assembléias seriam convocadas através de informativos emitidos pelo sindicato, afixados em quadros de avisos dispostos nos canteiros de obras e também pela publicação do edital num jornal da grande imprensa. Uma outra possibilidade de convocação seria o requerimento, “mediante justificativa e com apoio de no mínimo cinco por cento dos sócios quites, a convocação de Assembléia Geral Extraordinária (...)”.¹⁷¹

Da mesma forma, as penalidades de advertência, suspensão e exclusão do quadro de associados são “impostas pelo Colegiado de Diretores cabendo recurso para a assembléia no prazo de dez dias, assegurado amplo direito de defesa”.¹⁷²

Assim, se algum associado solicitar uma assembléia extraordinária para interpelar uma decisão penal tomada pela diretoria, ele deve dispor de um abaixo-assinado de cinco por cento dos sócios, o que nos dá um número que varia entre 250 a 500 assinaturas.¹⁷³

Este número de assinaturas, portanto, é bem razoável, haja visto que existem canteiros com quinhentos trabalhadores – restando saber se a entrada de um trabalhador para tais fins seria permitida. Assim, enquanto o estatuto de 1975 afirmava que as penalidades seriam decididas por uma diretoria de três membros, com a assembléia possuindo um caráter consultivo, o novo estatuto garantiria as decisões penais, inclusive dos diretores, através das assembléias gerais, que em última instância possuíam também o poder decisório das prestações de contas e das reivindicações da categoria.

Pelas normas do estatuto, abaixo das Assembléias Gerais estariam os Congressos de Delegados; estes estão dispostos da seguinte forma:

¹⁷⁰ Estatuto do sindicato dos trabalhadores, em 1989.

¹⁷¹ Idem, Artigo 12º, sobre os direitos dos associados.

¹⁷² Idem, Artigo 15º, sobre as penalidades contra os associados.

¹⁷³ Este cálculo foi tirado do número de associados ao sindicato no início de 1989, pois quando a diretoria assumiu a gestão, desfilou e iniciou uma nova campanha de sindicalização dos trabalhadores à entidade. No I Congresso, realizado seis meses após a posse, havia cinco mil sócios, e no final da gestão, cerca de dez mil. Arquivos do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

“ART. 19 – O Congresso (...) será realizado, ordinariamente, no primeiro semestre após a posse da direção eleita ou, extraordinariamente, quando convocado pela maioria do (...) Colegiado de Diretores.

ART. 20 – O Congresso terá como finalidade analisar a situação geral da categoria, as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira e a orientação do programa de trabalho do Sindicato;

ART. 21 – Caso o Colegiado de Diretores não convoque o Congresso no período previsto, esse poderá ser convocado por cinco por cento dos associados (...);

ART. 22 – Os atos inerentes ao Congresso serão definidos em regime interno próprio, aprovado em assembléia geral que designará uma comissão para auxiliar a sua organização.

ART. 23 – Qualquer delegado inscrito no Congresso terá direito de apresentar textos e moções sobre o temário aprovado no regimento interno.

ART. 24 – O Congresso poderá ser encerrado em caráter de Assembléia Geral, caso em que a última fase deverá ser aberta a todos os associados, convocados nos termos deste estatuto, hipótese em que suas resoluções serão soberanas”.

Deste modo, o congresso da categoria é efetivamente um espaço de discussão política, garantido pelo menos uma vez a cada três anos – tempo do mandato da diretoria, tornando-o um espaço de discussão das diretrizes das chapas eleitas nos pleitos sindicais, o que também se diferencia pelo fato de que, pelo menos desde 1975, as seguidas diretorias não teriam realizado nenhum deles.¹⁷⁴

Se o congresso não fosse convocado, os trabalhadores poderiam fazê-lo, com cinco por cento de apoio da categoria, e ele seria construído a partir de uma assembléia geral que decidiria o seu regimento interno – por exemplo, a quantidade de delegados por número de trabalhadores – podendo adquirir a

¹⁷⁴ Segundo depoimentos da então direção sindical, desde a sua fundação em 1940, o sindicato nunca teria realizado um congresso da categoria; porém, nossas fontes, para tal afirmação datam apenas de 1975 em diante.

feição de assembléia geral em seu final, e, portanto, gozando de todas as prerrogativas desta.

Todavia, uma questão nos chama a atenção: pelo estatuto, dá-se a entender, pelos artigos 23 e 24, que a participação dos operários é restrita aos delegados, quando afirma que “a última fase (transformação em assembléia geral) deverá ser aberta a todos os associados”; então, poderíamos nos indagar que antes não o era? Nem com direito apenas a voz, ainda que sem poder de voto – o que também já seria perfeitamente questionável? E não pode apresentar nenhum texto, moção ou proposta?

Além desses dois órgãos administrativos, há um outro espaço de participação dos trabalhadores: trata-se dos representantes sindicais. Sobre eles, o estatuto discorre o seguinte:

“ART. 43 – O Sindicato poderá ter representantes sindicais nas principais empresas, a critério do Colegiado de Diretores.

Parágrafo Primeiro – O representante será eleito pelos associados da respectiva empresa.

(...) Parágrafo Quinto – O Colegiado de Diretores instituirá normas uniformes para as eleições dos representantes, em todas as empresas, resguardando-se o princípio da proporcionalidade de 1 (um) para 100 (cem) trabalhadores sindicalizados.

ART. 44 – Ao representante sindical compete:

I – Representar o Sindicato no local de trabalho;

II – Levantar os problemas e reivindicações dos associados na localidade, solucionando ou não, ou conseguindo encaminhá-los à Diretoria (...);

III – Fazer sindicalizações;

IV – Distribuir material de informação do sindicato;

(...) ART. 45 – O representante sindical poderá ser destituído, por solicitação de dois terços da base que o elegeu”.¹⁷⁵

Esta proposta da diretoria, aprovada pela assembléia geral ao final do I Congresso, é extremamente interessante porque descentraliza a administração sindical pelos canteiros de obras, aumentando a sua

¹⁷⁵ Estatuto do sindicato, em 1989.

capacidade de intervenção entre a categoria. Além disso, estes representantes são eleitos pela sua base, e somente ela poderia destituí-los.

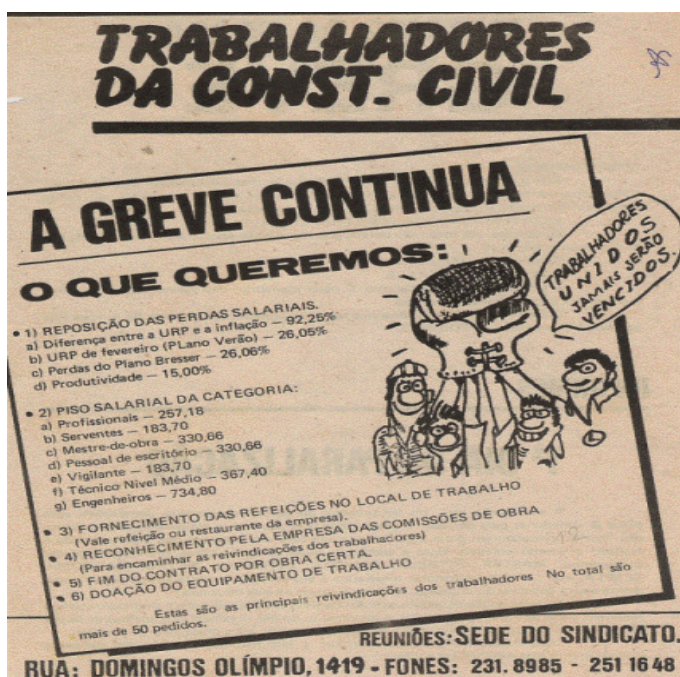
A criação de um canal de interlocução da direção com a sua base por meio dos representantes sindicais se constituiria, portanto, em uma medida profícua de democratização das relações sindicais, mas nos faz questionar sobre a sua efetivação, pois se refletirmos que tais representantes não têm assegurados, pela CLT, a sua estabilidade empregatícia, resta-nos saber até que ponto esta interessante proposta teria, de fato, a sua efetivação realizada. Para responder essa questão, far-se-á necessário a utilização de outras fontes que levem em consideração alguns outros sujeitos desse processo, particularmente os empresários...

2.3.3 - As primeiras experiências de campanha salarial e greve geral da categoria

(...) É seu dever manter a ordem, é seu dever de cidadão.
 Mas o que é criar desordem, quem é que diz o que é ou não?
 São sempre os mesmos governantes, os mesmos que lucraram antes
 Os sindicatos fazem greve porque ninguém é consultado,
 pois tudo tem que virar óleo pra pôr na máquina do Estado.
 (Titãs – Desordem)

Logo que assume a direção do sindicato dos trabalhadores da construção civil, a nova diretoria inicia imediatamente, no começo do ano de 1989, aquela que seria a primeira campanha salarial da categoria, pelo menos nos últimos 14 anos.

Em dois panfletos distribuídos à categoria, ela anuncia uma síntese das principais reivindicações:



“01) Reposição das perdas salariais: a) Diferença entre a URP e a inflação- 92,25%; b) URP de fevereiro(Plano Verão)- 26,05%; Perdas do Plano Bresser- 26,06%; Produtividade- 15%; Total:221,6%.

02) Piso salarial da categoria- Profissionais- 257,18; Servente- 183,70; Mestres-de-obra-330,66; Pessoal de escritório-330,66; Técnico Nível Médio-367,40; Engenheiro-734,80; Vigilante-183,70.

03) Devemos lutar pela ESTABILIDADE NO EMPREGO (...) até 28/FEV/1990.

04) Devemos garantir a alimentação no local de trabalho, sem despesas para os trabalhadores. O fornecimento das refeições poderá ser feito através de restaurante da empresa ou pela distribuição de 30 vale-refeições por mês.

05) Cada canteiro de obra terá uma Comissão de Empregados para representá-los diretamente junto ao Sindicato. Seus membros não poderão ser transferidos para outras obras nem serem demitidos.

06) Outras reivindicações: Horas extras dobradas; Vale-transporte em quantidade suficiente e com antecedência; Doação do equipamento de trabalho; Condições de higiene nos locais de trabalho; Condição de segurança nos andaimes; Redução da jornada de trabalho (para 40 horas semanais); Fim do contrato por obra certa; Pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade; Liberação dos dirigentes sindicais”.¹⁷⁶

Além destes, havia uma lista com mais de 50 reivindicações dos trabalhadores, dos mais variados matizes.

Era muita ousadia para um grupo recém-eleito, deviam provavelmente pensar os donos das construtoras. As relações que estes mantinham até então com as diretorias sindicais dos trabalhadores da categoria não haviam comportado esse tipo de atitude, com tamanhas reivindicações que aumentariam demasiadamente os custos com mão-de-obra. Se a resposta dos empresários era óbvia (aliás, segundo o sindicato, não houve nem resposta), a da diretoria sindical dos trabalhadores era mais ainda: no dia 14 de março de 1989, aproveitando uma deflagração de Greve Geral em todo o país por dois dias consecutivos, chamada por três centrais sindicais de trabalhadores (CUT,

¹⁷⁶ Panfletos emitidos pela diretoria sindical da construção civil no início de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Para entendermos melhor as reclamações sobre os baixos salários pagos na construção civil de Fortaleza, nessa época o salário mínimo era de NCZ \$ 63,90, que normalmente era o salário pago aos serventes (aqueles que trabalhavam precariamente recebiam um pouco abaixo desse valor), e cerca de um terço a mais para os profissionais.

CGT e CSC), tem início a primeira greve da categoria dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, cuja continuação seria confirmada na assembléia geral dois dias depois:



Trabalhadores na construção ganham abaixo do mínimo.
Assembléia que decidiu a seqüência da greve.
Fonte: Jornal *O Povo*, 17 de março de 1989.

“Companheiros, este é o motivo da nossa Greve. Todos os dias nos canteiros de obra e escritórios sofremos todos os tipos de exploração (...). esta situação não pode continuar. Os patrões, até hoje, não deram resposta e estão apostando no fracasso da greve, do nosso movimento.(...) É a única arma que dispomos. É neste momento que vamos entender a força que temos e a importância que somos. Companheiro, não devemos temer as pressões dos patrões. Só a nossa luta vai fazer o movimento vitorioso”.¹⁷⁷

A guerra dos números e da informação havia começado: O sindicato dos trabalhadores afirmava, (...) “de acordo com Jânio Vidal, diretor do sindicato, (que) cerca de 60 por cento dos operários da construção civil estão

¹⁷⁷ Idem.

paralisados”,¹⁷⁸ enquanto que um outro jornal citava que, segundo o presidente da Assecon (Associação das Empresas de Construção de Fortaleza), João Batista Fujita, dizia que “as obras de responsabilidade das empresas de construção civil de Fortaleza não sofreram paralisação, praticamente, com a greve dos trabalhadores do setor, porquanto a adesão ao movimento (...) alcançou uma média de apenas 34%”.¹⁷⁹

As greves gerais na construção civil possuem uma complicação própria do mundo do trabalho deste setor da produção. Esse problema está relacionado com a fragmentação dos trabalhadores pelos canteiros de obras da cidade, exigindo uma preparação na sua organização para resolver esses problemas. Em diálogos com ex-diretores do sindicato dos trabalhadores da categoria,¹⁸⁰ pudemos entender como essas greves são tecidas: A diretoria, após a deliberação dos trabalhadores pelo movimento paredista, forma com alguns destes, reconhecidos entre os que se destacavam nas assembléias, com assessores do sindicato e com militantes de outras categorias e de forças políticas um “comando de greve ampliado”, com cerca de 60 a 80 pessoas ao todo, que revezam a dormida durante o período de greve em colchões na sede da entidade, além de prepararem o apoio logístico, como arregimentação de carros de som de outros sindicatos, faixas, pirulitos, panfletos, enfim, todo o material necessário.

Além desse comando de greve, havia os “subcomandos”, organizados no máximo possível de canteiros de obras, com um ou mais deles em cada,¹⁸¹ além de um diretor sindical e auxiliado por alguém representando a CUT ou outro sindicato; um conjunto de canteiros numa região, formada por um ou mais bairros, formava um zonal, num total de sete a doze, cada um contando com um carro de som para a agitação e piquetes. Na greve de 1989, por

¹⁷⁸ Jornal *Diário do Nordeste*, 21 de março de 1989.

¹⁷⁹ Jornal *O Povo*, 26 de março de 1989.

¹⁸⁰ Estas reflexões foram feitas a partir de diálogos com os ex-diretores Jânio Vidal, Manuel Farias, Raimundo Castro e Eluizito Alves, nos anos de 2005 e 2006.

¹⁸¹ Esses contatos nos canteiros de obras eram considerados os representantes sindicais informais do sindicato, já que a sua formalização jamais teria sido permitida pelos empresários. Eles eram os pontos de apoio, atuando clandestinamente na interlocução entre o sindicato e os trabalhadores, tendo muitos deles ingressados posteriormente nas diretorias da entidade, além de também terem sofrido a repressão patronal ao serem demitidos nas obras.

exemplo, os zonais eram “na Aldeota, sede do sindicato, Bairro de Fátima, Conjunto Ceará, Parque Tabapuá, Cidade dos Funcionários e Messejana”.¹⁸²

Nas greves, era fundamental o estabelecimento de “redes de solidariedade”, tanto para a agitação como também para o apoio financeiro e logístico:

“As greves da construção civil geralmente tinha estudante que era o mais comum, professores, outras categorias e a CUT com alguns bancários, trabalhadores dos têxteis, dos sapateiros, (a) Pastoral Operária, sindicato dos gráficos, vinham como representantes de uma categoria. Nós tivemos várias greves com sapateiros, metalúrgicos, de confecção feminina, têxteis, bancários, do setor público, previdenciário...”¹⁸³

Sobre essa questão, um operário, fazendo uma comparação com o movimento operário sindical atual, opinaria que

“(naquela) época mesmo que os sindicatos tavam se levantando, todos os sindicatos tavam juntos. Na hora que a construção civil tava fazendo greve, aparecia sindicalistas de todos os lados. Quando chegava numa obra daquelas, com dois carros, com pouco momento, 9:00, já tava com 12 carros, todos falando com os mesmos objetivos. Bancários, gráficos, sapateiros, todos os sindicatos na época tavam lá...”¹⁸⁴

Assim, o comando de greve ampliado teria que acordar entre 4 e 5 horas para se posicionar nos principais canteiros de obras, cujo trabalho se iniciaria às 7 horas. Formava-se o piquete, impedindo os recalcitrantes (chamados de babões) de entrarem nos canteiros, que depois saía em passeata, num efeito dominó, paralisando os outros canteiros. Quando a região estivesse coberta, as mobilizações se dirigiam à sede do sindicato ou à Praça

¹⁸² Jornal *Diário do Nordeste*, 12 de março de 1989.

¹⁸³ Depoimento de Jânio Vidal, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil, dado em 2006.

¹⁸⁴ Depoimento do trabalhador Sérgio Gomes, dado em 2006.

Portugal¹⁸⁵ a pé ou, quando havia condições financeiras, em ônibus fretados para os zonais mais distantes. Chegando na praça, são feitas atividades de intensa programação artístico-cultural¹⁸⁶ e assembléias diárias que discutem os rumos da greve, como esta, ocorrida no dia 20 de março de 1989:



A principal reivindicação dos trabalhadores na construção é ganhar acima do piso nacional

Assembléia geral greve de 1989. Fonte: Jornal *O Povo*, de 21 de março

Na primeira greve geral da categoria, a tensão era grande. No dia 16 de março, numa assembléia convocada para decidir pela continuidade da greve na categoria por tempo indeterminado, um jornal noticiava que

“a Polícia Militar não se esqueceu de se fazer presente ao movimento popular. Ontem, durante a assembléia no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, um Chevette da PM, com o número 532, estacionou diante da entidade. Do veículo, desembarcaram três soldados armados. Para fazer o que, ninguém soube explicar. Afinal, era uma reunião pacífica”.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Na greve de 1989, as assembléias ocorreram na sede do sindicato dos trabalhadores, mas nas greves gerais posteriores, o mais comum era se dirigirem à praça Portugal, que se situa no bairro da Aldeota; juntamente com Meirelles, Papicu, Cocó, Água Fria e Edson Queiroz, são considerados bairros cujos moradores são das faixas sócio-econômicas médias e alta da cidade, sendo por isso bairros de maior concentração de trabalhadores nos canteiros de obras, que constroem edifícios para esses segmentos da sociedade. A verticalização nesses bairros, segundo ambientalistas, afeta toda a cidade, já que áreas de mangue e lagoas são soterradas, ou por impedirem a circulação dos ventos que vêm do litoral.

¹⁸⁶ Jornal *O Povo*, 21 de março de 1989.

¹⁸⁷ Jornal *O Povo*, de 17 de março de 1989.

A disputa só terminou no dia 21 de março de 1989, com um aceno dos empresários em negociar as reivindicações, comprometendo-se a reajustar em 92,25% os salários da categoria, enquanto que o restante das exigências continuaria a ser negociadas. A desavença termina com um acordo assinado entre as partes. Das mais de 50 reivindicações operárias, 32 são obtidas total ou parcialmente pelos trabalhadores. Entre elas, destacam-se de as de natureza econômica:

“Cláusula 1ª- (...) Pisos Salariais Mínimos: a) Profissionais- NCZ\$ 122,06; b) Serventes- NCZ\$ 82,78.

Cláusula 2ª- Os salários serão reajustados pelo IPC do período compreendido entre 01/03/88 a 28/02/89 (...).

(...) Cláusula 4ª- Os reajustes e aumentos objetos das cláusulas anteriores incidirão sobre os salários mistos, efetuando-se o cálculo respectivo sobre a parte salarial fixa e sobre a parte salarial variável (produção, tarefa, metragem, gratificação, etc.), devendo ser especificado na Carteira de Trabalho (CTPS) (...).

Cláusula 5ª- Fica assegurado ao empregado admitido para a mesma função de outro, dispensado sem justa causa, salário igual ao do menor salário dessa função na empresa (...).

Cláusula 6ª-Todos os empregados que na data de 01.03.89 se encontrem realizando horas extras habitualmente há mais de dois anos ininterruptos, terão integradas tais horas em seus salários (...).

Cláusula 7ª- As empresas fornecerão Vales Transportes aos seus empregados, com antecedência e em número suficientes para o deslocamento dos mesmos entre suas residências e os locais de trabalho.

(...) Cláusula 32ª- as empresas concederão, a título de estímulo, 5% sobre os salários de seus empregados que apresentarem certificados de conclusão de cursos de aperfeiçoamento técnico-profissionais, fornecidos pelo SENAI ou organismos oficialmente reconhecidos (...).¹⁸⁸

¹⁸⁸ Termo de acordo sobre cláusulas constantes de dissídio coletivo de natureza econômica e jurídica (PROC. 175/89), celebrados entre os sindicatos dos profissionais e o dos empresários no dia 10 de abril de 1989, homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT - CE). Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

Com estas cláusulas, os trabalhadores garantem um piso salarial para a categoria, o reajuste que cobre ao menos os índices oficiais de inflação, a incorporação das horas-extras ao seu salário (é muito comum a utilização desse expediente, pois elas não incidem sobre os direitos de rescisão, além de, como vimos, incentivarem os trabalhadores a aumentarem as suas rendas), asseguram o não-rebaixamento salarial com as demissões no setor (quando se demite um trabalhador e contrata-se outro por um salário menor), os vales-transportes, cujas reclamações do não-recebimento eram comuns nesse período, e um aumento real do salário como incentivo ao aperfeiçoamento do trabalhador em cursos que tenham relação com a sua função executada.

Sobre as condições de trabalho:

“Cláusula 8ª- As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados das obras, os equipamentos necessários exigidos pela lei para o seu trabalho (...), tais como: luvas, botas, capacetes, cintos de segurança e óculos de proteção.

Cláusula 9ª- As empresas utilizarão andaimes de ferro e bandejas de madeira, devidamente cercados de grades de proteção e fechados com telas de aço ou plástico (...) de tal maneira que incorram quaisquer acidentes oriundos de quebra de equipamentos, ou resvalo de trabalhadores (...). O mesmo ocorrerá com os elevadores, cuja manutenção deve ser rigorosamente observada (...).

Cláusula 10ª- As empresas dotarão as obras de alojamentos gratuitos e de boas condições para que os que nela trabalhem e residam, além de sanitários e banheiros limpos e com perfeitos sistemas de chuveiros e de esgotamento, bebedouros que forneçam água potável, fogões, mesas para lanches em cozinhas de campanha, além de outros.

Cláusula 11ª- As empresas fornecerão uniformes de trabalho aos seus empregados das obras, sem quaisquer ônus para estes, quando necessário à segurança e de acordo com a legislação.

(...) Cláusula 22ª- As empresas comunicarão aos empregados e ao sindicato profissional, com antecedência mínima de 30 dias, a data para a eleição de escolha de representantes nas CIPA's, sendo, a votação, direta e secreta.

(...) Cláusula 30^a- As empresas manterão, nos estabelecimentos e canteiros de obras, medicamentos e materiais indispensáveis aos primeiros socorros, os quais serão de uso gratuito por todos os que deles necessitarem”.¹⁸⁹

Essas cláusulas configuram-se numa enorme vitória da categoria. Ao menos ao nível da Justiça, se conseguia algumas das reivindicações a muito reclamadas pelos trabalhadores. Estas cláusulas ainda tinham um amparo de uma outra: “As empresas obrigam-se a contratar, às suas expensas, seguro de vida em grupo para todos os trabalhadores em obras (...) em casos de morte (...) ou de invalidez permanente (...)”.¹⁹⁰ Aqui percebemos bem a interessante mudança nas concepções políticas-sindicais entre a antiga diretoria do sindicato e a que foi eleita em 1988. Como vimos, a política assistencialista da primeira havia criado um caixa-funerário, no qual o trabalhador se obrigava a pagar uma taxa mensal como seguro de vida ou no caso de invalidez, quando acometido por algum acidente nas obras. Agora, a atual diretoria exigia, por meio do dissídio de trabalho, que as empresas arcassem com esse ônus, obrigando-as inclusive a dar maiores garantias de segurança nos canteiros de obras.

Outra diferença seria os remédios para os trabalhadores. Pela antiga concepção, as mensalidades e descontos assistenciais tinham uma parte retirada para a obtenção deles, devendo o trabalhador que deles necessitasse se dirigir à sede do sindicato da categoria para adquiri-los. Pelas concepções políticas da nova diretoria, isso era simplesmente inadmissível, considerado uma política pelega, pois se evitava cobrar dos empresários, sobre os quais recaía a responsabilidade de não garantir boas condições de trabalho nos canteiros, e ainda fazer com que os trabalhadores arcassem com o prejuízo do descaso empresarial. Os trabalhadores tinham direitos aos remédios relacionados aos problemas adquiridos nos locais de trabalho, e eram os empresários que tinham a obrigação de concedê-los, assim como os equipamentos de trabalho, além da organização das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ 12^a Cláusula do Acordo de dissídio coletivo, de 10 de abril de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

Esse entendimento não encontraria resistência entre os trabalhadores que utilizavam os serviços assistenciais da antiga diretoria?

“Eles sempre tinham uma coisa que eles questionavam muito, que no tempo do Mariano, eles tinham um assistencialismo, e esse assistencialismo era só pros sócios e para aquelas pessoas mais idosas que era sócio do sindicato há muitos anos, e tinham um atendimento lá, parece que era pra esse negócio de dentista, né? Aí o pessoal ficaram sempre questionando, mas também era uma minoria dos trabalhadores, né? Porque é que não tinha mais, porque era que acabaram. Aí o que é que a gente dizia: ‘companheiro, é o seguinte, o que a gente desconta de vocês de contribuição pro sindicato é apenas de 1%, e se for pra manter uma equipe médica, como vocês querem, aí a gente ia ter que descontar muito mais, e aí vai pesar no bolso do trabalhador e a grande maioria não aceita, e aí a gente não pretende mais ter esse tipo de assistencialismo porque a gente tá vendo que nosso assistencialismo que nós têm daqui pra frente é um advogado pro sindicato pra ver as leis trabalhistas, pra bater as contas do trabalhador quando sai das empresas e esse tipo de coisa que a gente vê que evolui mais e ajuda mais o trabalhador”¹⁹¹.

Assim, os diretores tentavam desenvolver entre os trabalhadores uma outra concepção política de sindicalismo, mas encontrariam alguma resistência entre aqueles trabalhadores que haviam se acostumado com os benefícios obtidos por meio da concepção assistencialista da antiga diretoria. A questão principal não nos parece ser o desconto no salário do trabalhador (pelo serviço médico, é provável que ele aceitasse um aumento na contribuição, se não houvesse uma política de conseguir essas reivindicações através da pressão sobre os empresários - como de fato aceitou, como veremos adiante, mas por outros motivos); a questão mais importante seria a mudança na mentalidade política do trabalhador, que também exigiria que os antigos benefícios assistenciais deveriam ser ressignificados como conquistas obtidas por meio dos embates com a patronal.

¹⁹¹ Depoimento do ex-diretor Eluizito Alves, dado em 2006.

Assim, algumas dessas cláusulas obtidas, como a questão dos remédios, eram garantidas pela própria legislação trabalhista, mas o simples fato de tê-las definidas no Acordo entre os sindicatos profissional e o empresarial demonstra que a) não eram cumpridas, total ou parcialmente; b) teriam que ser cumpridas integralmente, de agora em diante, sob o risco de pagamento de multas, pelo Acordo de 1989.¹⁹²

E há outras mais; sobre a jornada de trabalho:

“Cláusula 15ª- A jornada de trabalho será de 44 horas semanais. Em cada turno de quatro horas trabalhadas haverá um descanso para alimentação rápida de 15 minutos após a segunda hora, incluído na jornada normal de trabalho, a qual não será por esse motivo prorrogada”.¹⁹³

Aqui se configura uma vitória para cada lado: O sindicato dos trabalhadores não consegue acabar com o trabalho aos sábados, como reivindicava, mas consegue garantir ao menos o tempo para o lanche, o café e o cigarro nos dois turnos de trabalho e sem ônus para o trabalhador.

E isso não nos parece pouco, ou algo que diga respeito a uma reivindicação de menor importância; como afirmamos anteriormente, mencionando a reflexão de Castoriadis, e revisitando essa discussão através de um diálogo com Eric Hobsbawm, este afirma sobre a existência de um ponto de tensão nos movimentos sindicais entre aquilo que chama de aspectos “industrial” e “político”, ou em outros termos, a tensão entre o sindicalismo (e suas reivindicações seccionais, pragmáticas) e os partidos políticos comprometidos (ou não) com a transformação da sociedade:

“ambos, embora alegassem caminhar de braços dados na direção do objetivo comum, raramente estiveram na mesma cadência por mais

¹⁹² A cláusula 35ª define o pagamento de “uma multa de um MVR – Maior Valor de Referência, sempre que ocorrer infração a qualquer norma da presente convenção (...) à parte prejudicada”. Esta cláusula torna-se um instrumento de vigilância dos trabalhadores para aquilo que teria sido acordado.

¹⁹³ Acordo de dissídio coletivo de 1989. A cópia que utilizamos está arquivada na sede do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

do que curtos períodos, a não ser que um ou outro, ou ambos, estivesse fraco demais para algo além de gestos públicos”.¹⁹⁴

Esta afirmação talvez só possa ser asseverada quando acompanhada de uma contextualização histórica do processo em que se investiga, e um maior aprofundamento desse distanciamento que por ventura ocorresse em tais processos; quer-nos parecer que ela aponta para uma percepção diferenciada de seus matizes estratégicos, e que, em última instância, poderia até desdobrar-se numa utilização meramente pragmática das entidades envolvidas: o sindicato, ao acenar para uma radicalidade de suas bandeiras de lutas gerais para obter seus interesses imediatos, e os partidos, em conceber a luta pelos interesses imediatos para angariar apoio e recrutamento para as suas fileiras, a fim de obter aquilo que realmente intenciona – a transformação social.

O problema está nessa separação quase que antitética em se compreender como duas tipologias distintas de reivindicações dos movimentos sindicais: as imediatas, que não apontariam para a transformação social, podendo até corroborar para a perpetuação do status quo, e as gerais, preocupadas com as questões políticas.

Ambas podem até apontar para esse fim, mas não seria o fato de serem “imediatas ou gerais” que determinaria “naturalmente” os objetivos daqueles que as demandam. Sua objetivização depende de outras questões relacionadas à intencionalidade dos membros dos sindicatos, como a dos militantes dos partidos políticos, e também dos próprios trabalhadores “da base”.

Deste modo, esta incompatibilidade pode demandar uma perspectiva de que os trabalhadores só vislumbrariam as reivindicações econômicas, fazendo-se necessário um agente heterônimo – o partido – para lhes conscientizar politicamente. E essa não é a reflexão que desenvolvemos, quando percebemos reivindicações como pausas para o café, lanche, cigarro, olhar a paisagem ou qualquer outra atividade realizada num eventual tempo livre que o trabalhador conquiste para si.

¹⁹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000, p. 389.

E por fim, sobre direitos gerais obtidos na convenção, temos:

“Cláusula 13^a- Concedem, as empresas, estabilidade provisória às empregadas gestantes ou grávidas, consistentes na garantia do emprego até 120 dias após o término da licença previdenciária respectiva (art. 392, CLT).

Cláusula 14^a- Os empregados que estiverem a apenas cinco anos da aposentadoria, desde que contem com pelo menos cinco anos consecutivos na mesma empresa, não poderão ser demitidos, exceto nos casos de fundada justa causa.

(...) Cláusula 17^a- Não serão descontados os salários dos trabalhadores, na ocorrência dos seguintes eventos: a) Até dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência; b) Até três dias consecutivos, em virtude de casamentos; c) Cinco dias, em caso de nascimento de filho (...).

Cláusula 18^a- Ao trabalhador estudante será assegurado: a) Abono de sua falta para prestação de exames curriculares no horário de trabalho (...); b) abono de faltas nos expedientes em que haja prestação de exames vestibulares (...).

Cláusula 19^a- O despedimento será sempre mediante comunicação por escrito ao empregado, contra-recibo firmado pelo mesmo (...).

Cláusula 20^a- O pagamento dos direitos rescisórios será feito no prazo máximo de 10 dias, a contar do desligamento do empregado, quando o Aviso Prévio for indenizado, ou no último dia do Aviso Prévio trabalhado. A partir desses prazos, a empresa pagará ao empregado, no ato da homologação dos seus direitos, o valor de um dia de salário por dia de atraso.

Cláusula 21^a- As empresas obrigam-se a aceitar atestados médicos e odontológicos passados pelo serviço (...) do Sindicato dos Trabalhadores (próprio ou em convênio), em favor dos empregados da categoria, tendo, estes atestados, o mesmo valor e validade que os atestados (...) das empresas e da Previdência Social.

(...) Cláusula 33^a- as empresas remunerarão aos seus empregados que foram eleitos para cargos na diretoria efetiva do sindicato

profissional (...) independente de seu comparecimento ao trabalho e como se estivessem em serviço (...).¹⁹⁵

Portanto, tomando posse em 27 de dezembro de 1988, a direção do sindicato dos trabalhadores consegue a mobilização da categoria para uma greve de oito dias, entre os dias 14 e 21 de março, cujo final é um ressonante êxito na obtenção de direitos econômicos e jurídicos pretendidos pela categoria. – alguns até consagrados pela CLT, mas que não eram respeitados.

O sucesso na obtenção de uma parte significativa das reivindicações dos trabalhadores pode ser explicado pelas especificidades relacionadas ao contexto específico do mundo do trabalho da construção civil, naquele momento, e também o contexto histórico geral dos movimentos sindicais no país.

Primeiro, a organização dos trabalhadores da categoria. Apesar das informações contraditórias entre os sindicatos em disputa sobre a paralisação, quer-nos parecer que a afirmação sobre a baixa adesão que os representantes dos empresários atribuíram ao movimento paredista não teria ocorrido. Dificilmente eles concederiam algo se a força dos grevistas não estivesse realmente prejudicando o andamento das obras. Essa adesão também se relaciona com o contexto histórico em que se desenvolve o processo. Afinal, há toda uma organização de movimentos gerais de trabalhadores nesse momento, e a própria greve da categoria ocorreu a partir de uma greve geral nacional. Isso é importantíssimo, haja visto a existência de uma mentalidade entre as pessoas cuja resolução de verem atendidas as suas reivindicações propiciava esse tipo de procedimento.

Mas somente isso talvez não fosse suficiente nesse momento. Quando dois pólos em contradição se chocam, é preciso que ambos sejam levados em consideração para a compreensão do processo histórico, e, portanto, um outro indício que levantamos é que os empresários do setor ainda não tinham se apercebido completamente da nova situação; afinal, eles nunca tiveram que lidar com essas experiências, e provavelmente não esperavam que uma diretoria sindical eleita com pouco mais de três meses conseguisse em tão

¹⁹⁵ Idem.

pouco tempo sensibilizar e mobilizar uma categoria que, historicamente em Fortaleza, não tinha qualquer tradição em movimentos dessa natureza.

O próprio desfecho da greve – um Acordo Coletivo, ao invés de ter se preparado juridicamente para enfrentar os grevistas e provocar um Dissídio de greve – demonstra o despreparo da patronal com as novas relações estabelecidas entre as classes.

Não bastava mais simplesmente chamar a polícia e denunciar que havia um bando de baderneiros subvertendo as relações sociais na categoria. Também não havia mais a probabilidade de que a Justiça do Trabalho lhe desse ganho de causa automaticamente. Era necessário que eles procurassem outros mecanismos e discursos, outras táticas além dos que já utilizavam, para poder apreender melhor como iriam reagir nesses casos, e até mesmo evitá-los. E assim, se os trabalhadores mudaram a sua diretoria sindical para outra que achavam mais adequada aos seus interesses, a primeira providência que os empresários tomaram foi eleger uma nova diretoria do seu sindicato que preparasse melhor a classe para enfrentar os trabalhadores, como veremos adiante.

Portanto, a primeira grande disputa foi vencida pelos operários da construção civil, cuja aprendizagem desenvolvia-se na/da luta de classes tanto no cotidiano dos canteiros de obras quanto nos momentos de exacerbação mais explícitos. Contudo, a aprendizagem também na/da luta de classes dos empresários e o troco da derrota não se faria esperar em demasia...

2.3.4 - O Projeto de Educação Popular dos trabalhadores da construção civil

Canta uma canção bonita falando da vida em ré maior
 Canta uma canção daquelas de filosofia e mundo bem melhor
 Canta uma canção que agüente essa paulada e a gente bate o pé no chão
 Canta uma canção daquelas pula da janela e bate o pé no chão
 Sem o compromisso estreito de falar perfeito, coerente ou não
 Sem o verso estilizado, o verso emocionado, bate o pé no chão (...).
 (Oswaldo Montenegro e Ulysses Machado – Intuição)

Uma das primeiras atividades desenvolvidas entre os trabalhadores da construção civil de Fortaleza, no ano de 1989, foi a realização de um projeto de educação popular¹⁹⁶ voltado para os trabalhadores. Tal projeto não consistia simplesmente em alfabetizá-los, mas segundo a diretoria do sindicato possuía também

“o objetivo de educação política-sindical: tendo em vista que 15 anos de uma diretoria pelega, além de não proporcionar o crescimento da organização sindical na categoria, também semeou junto a mesma uma visão deturpada do papel de uma entidade sindical”.¹⁹⁷

O projeto foi pensado, portanto, desde a época em que a diretoria ainda se organizava enquanto oposição sindical, e em conjunto com “um grupo de educadores que participou da campanha eleitoral”;¹⁹⁸ constatava-se que muitos trabalhadores “não sabiam ler as notas de divulgação que eram

¹⁹⁶ Sobre a concepção de Educação Popular, o pedagogo Luís P. Rebouças, um dos integrantes desse projeto desenvolvido pela diretoria, concebe que ela “contribui com os trabalhadores no sentido de conscientizá-los da sua situação de explorados, apresentando perspectivas para que possam atuar como agentes no processo de transformação da estrutura social em vigor. Contribui também para a tomada de consciência crítica, para a organização de classe, para a reelaboração do saber e o desenvolvimento do poder que as classes trabalhadoras têm na construção de uma nova sociedade”. REBOUÇAS, Luís Pereira. *Leitura e luta: uma experiência de alfabetização com os trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1991, p. 13.

¹⁹⁷ Relatório do “Projeto de Educação Popular com os trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza”, em 1989, p. 01. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

¹⁹⁸ REBOUÇAS, Luís P. Op. Cit., p. 90.

entregues nos canteiros de obra”.¹⁹⁹ A maioria dos trabalhadores é composta por trabalhadores cujo nível de escolarização situa-se até o fundamental menor, daí a intenção de expandir o seu saber escolar, ao mesmo tempo em que se tenta promover a ampliação da sua capacidade de abstração política e a percepção histórica das instituições sindicais a partir do conceito marxista de luta de classes.

Essa expectativa é evidenciada pela diretoria n’*A Voz do Peão*, onde a sua intencionalidade torna-se clara:

“Os trabalhadores da Construção Civil, na sua grande maioria têm vindo do campo e tendo a necessidade de trabalharem para o próprio sustento e de sua família, não têm tempo nem oportunidade para estudar. Na atual sociedade, só estuda os ricos, filhos dos donos das construtoras, bancos, indústrias e fazendas. Mesmo compreendendo que a escola é obrigação do Estado, o Sindicato resolveu fazer um Projeto de Educação Popular para os trabalhadores do ramo. (...) O projeto não tem só como objetivo ensinar a ler e escrever, mas principalmente educar os trabalhadores da Construção Civil para a luta do dia-a-dia no combate a esta sociedade desigual que lhes negou este direito”.²⁰⁰

Um projeto de educação popular desenvolvido por militantes operários e de organizações político-partidárias, no entanto, não é uma novidade; ele estaria inserido num processo histórico mais geral que se inicia desde o final da década de 70. Eder Sader reflete que, após o desmantelamento dos grupos de “esquerda revolucionária” pelas forças de repressão do Estado, vários grupos de militantes dispersos ou mesmo os sobreviventes de organizações políticas (MR-8, Polop, Ala Vermelha etc.) fizeram uma autocrítica de suas posições militaristas e se engajaram em projetos cuja intenção seria estabelecer “contatos com o povo”. Dentre esses projetos, os de alfabetização teriam uma importância maior porque

¹⁹⁹ Idem, p. 15.

²⁰⁰ Jornal *A Voz do Peão*, nº 01, agosto de 1989.

“a demanda era grande, e a atividade – legal e aparentemente inocente – poderia ser bem desempenhada por estudantes avulsos como por militantes organizados. Os novos educadores se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire (...) e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular (...) porque através do método Paulo Freire abria-se espaço para a elaboração crítica e coletiva das experiências da vida individual e social dos educandos”.²⁰¹

Assim,

“nos rumos tomados por esse movimento de autocrítica, é possível reconhecer uma espécie de culto às virtudes da ‘paciência pedagógica’. Ou seja, sem cancelarem estratégias revolucionárias elaboradas em pequenos círculos conspirativos, esses grupos procuram enraizá-las nas massas, vinculando-se às ações coletivas de resistência, por diminutas que fossem. Pensavam que ao longo dessas experiências – e desde que orientados por suas ‘vanguardas’ – os trabalhadores fariam o aprendizado que os levaria à consciência de classe”.²⁰²

Portanto, já havia desde fins da década de 1970 e durante a de 1980 várias experiências em projetos de diversos matizes implementados por grupos, militantes ou simpatizantes do marxismo que procuravam desenvolver uma consciência de classe junto aos movimentos sociais e sindicais, inclusive na área de educação. Essas experiências inspirariam diversos projetos de educação popular contendo esse sentido de alfabetizar e, ao mesmo tempo, conscientizar politicamente os trabalhadores.

Deste modo, o projeto de educação popular da construção civil, em 1989, seria uma experiência análoga àquelas que já eram desenvolvidas há tempos, possuindo algumas semelhanças quanto à intenção política da direção do sindicato. Para entender as expectativas desejadas, faz-se mister um

²⁰¹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1988, p. 168.

²⁰² Idem, p. 172.

aprofundamento da materialização do projeto, quando então poderemos apreender as relações desenvolvidas entre a direção e a sua categoria. Poderíamos então fazer algumas indagações: Qual a metodologia educacional utilizada nesta empreitada? Como seria financiada? Quem seria os educadores e como seriam as suas relações com os educandos? Estes teriam participado da reflexão para a realização deste projeto? Houve interesse de sua parte em participar? E quais as dificuldades encontradas para a sua efetivação?

Estas questões nos parecem importantes, principalmente porque em que pese à intenção de oferecer condições para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores, poderíamos perceber alguma contradição numa eventual ausência destes na elaboração coletiva do projeto educacional. Dito de outro modo: mesmo que o conteúdo e as metodologias fossem refletidos a partir de diretrizes democráticas, a não participação dos educandos-trabalhadores na elaboração sistematizada do seu próprio projeto educacional torna-o contraditório em sua origem, por mais que pretenda auxiliar num desenvolvimento de uma consciência crítica e ativa por parte dos educandos.

Assim, o relatório do projeto afirma que

“um pequeno grupo começou a pensar a proposta (baseando-se) nos pressupostos teóricos de Paulo Freire, mesmo que desde as primeiras discussões já se colocava claro, que uma educação que viesse a fortalecer a consciência de classe, sem dúvida, extrapolaria estes pressupostos”.²⁰³

²⁰³ A proposta de educação freireana propõe a realização do processo de alfabetização partindo de situações concretas do cotidiano do educando, quando então é feito um levantamento sócio-econômico e do universo vocabular dos educandos para a escolha de temas e palavras-geradoras utilizadas no seu dia a dia, que seriam então decompostas em seus fonemas para a formação de outras palavras, tendo por objetivo a aprendizagem do código lingüístico a partir de leituras críticas da sua realidade, situando-os como sujeitos ativos na busca pela transformação social. Para um maior aprofundamento da sua proposta, ver: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992. As palavras geradoras escolhidas nesse projeto após o levantamento junto aos educandos-trabalhadores foram: luta, vida, fome, tijolo, macaco, saúde, peão, mixaria, chuva, barraco, bicicleta, trabalho, prédio, organização, greve, companheiro, assembléia e sindicato.

O projeto foi pensado, inicialmente, para ser financiado pela Fundação Educar²⁰⁴, cujo canal de intermediação seria feito através de duas militantes do PLP²⁰⁵ que trabalhavam neste órgão público e que participavam também da elaboração do projeto, mas diante das dificuldades dessa instituição, em 1989, o financiamento foi feito exclusivamente pelo sindicato e pela arregimentação de voluntários para atuar como monitores: estes seriam escolhidos tendo “como critério engajamento político em algum movimento social”.²⁰⁶ Mas havia uma característica não planejada e que acabaria por influenciar os rumos do projeto: A maioria dos educadores era militantes ou simpatizantes do Partido da Libertação Proletária, que havia se engajado na disputa eleitoral da construção civil e estavam dispostos a organizar esse projeto para ajudar no trabalho de organização do sindicato.

O projeto dividiu-se em duas fases: na primeira, em maio de 1989, a capacitação dos monitores, quando estes teriam se reunido e deliberado por uma

“proposta consensual que visava os seguintes objetivos: situar historicamente as categorias de Paulo Freire: concepção de Homem, sociedade, consciência, educação e o método de alfabetização; compreender o técnico e o político no processo educativo; estudar o método dialético; situar a escola no modo de produção capitalista; distinguir a luta pela educação da luta por escola; conhecer a situação social do trabalhador da construção civil, suas concepções e seu conhecimento sobre o processo de trabalho; compreender o sindicato como um dos instrumentos de organização e de luta dos trabalhadores”.²⁰⁷

Assim, tentava-se compreender como se poderia “trabalhar com o povo respeitando seus valores e ao mesmo tempo refletindo sobre eles numa

²⁰⁴ A Fundação Educar substituiu o MOBREAL durante o governo de José Sarney, e existiu até 1990, quando o órgão foi extinto no governo de Fernando Collor, depois de ter sofrido um progressivo corte de verbas, particularmente no setor de Educação de Jovens e Adultos.

²⁰⁵ As duas militantes eram Iolanda Holanda e Maria José Colaço. Em janeiro de 1989, os Coletivos Gregório Bezerra fundaram o Partido da Libertação Proletária. Ver capítulo III.

²⁰⁶ Relatório do Projeto de Educação Popular, p. 01. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

²⁰⁷ Idem, p. 02.

perspectiva classista, sem se colocar numa posição superior”.²⁰⁸ Concomitantemente, “fez-se visitas aos canteiros de obra com o intuito de divulgar o projeto, conhecer o universo vocabular e a própria vida dos trabalhadores na obra”.²⁰⁹

A segunda fase do projeto, em setembro de 1989, foi o funcionamento dos

“núcleos, que eram seis. O local e o horário de funcionamento dos próprios núcleos foram decididos com seus participantes, oscilando (...) entre dois ou três dias semanais com cerca de hora e meia de duração, ficando sempre as sextas-feiras para as reuniões com os monitores, a fim de que se avaliasse e planejasse as atividades”.

Estava tudo pronto: o projeto foi gestado por um grupo idealista, a partir de diretrizes educacionais democráticas, utilizando-se como método a perspectiva de Paulo Freire (cuja concepção era considerada o supra-sumo na educação de jovens e adultos naquela época – e provavelmente até então), os monitores passaram por um processo de preparação e discussão com os trabalhadores nos canteiros, o sindicato divulgou n’A voz do Peão – em três números consecutivos – o projeto, que era baseado na filosofia dialética do materialismo histórico para a compreensão da realidade social, o funcionamento foi descentralizado (inicialmente funcionaria nos bairros Conjunto Palmeiras, no Parque Santa Rosa, no Planalto das Goiabeiras, no Nossa Senhora de Fátima, no Conjunto Timbó, na Aldeota, no Pan-Americano e na sede do sindicato – centro da cidade) e os horários, decididos juntamente com os próprios trabalhadores que se dispuseram inicialmente a participar.

No entanto, o projeto não teria funcionado a contento. O embaraço dessa constatação está presente ao final do relatório, que tenta relacionar as causas do insucesso – ao menos, em relação às altas expectativas criadas:

“Dada uma grande mobilidade dos participantes, onde se registrou evasão significativa em quase todos os núcleos, pergunta-se quais motivos determinaria esta ocorrência: não seria a alfabetização uma

²⁰⁸ Idem. Ibidem.

²⁰⁹ Idem. Ibidem.

prioridade em suas vidas? Por que alguns participantes que permanecem freqüentando os núcleos necessitam do estímulo de um líder que sempre os convoca?”²¹⁰

O educador Luís Rebouças afirma que

“dos treze educandos-trabalhadores (...) seis desistiram não porque quisessem fazê-lo, mas sim por motivos que estavam além de sua vontade, tais como problemas de visão e cansaço físico, pois passavam o dia trabalhando pesado”.

Já num depoimento de Jânio Vidal, a conclusão problemática que este apreende é bastante profícua. Ele identifica o problema a partir de um questionamento, segundo o qual a pressa em dar respostas às demandas da categoria

“sem que o sindicato estivesse preparado em executá-las teria comprometido as expectativas (desejadas; além disso), o fracasso se deve a uma série de aspectos, como a formação de um coletivo, e aí vai a minha opinião pessoal: não houve empenho da diretoria. Acho que o processo deve ser mais abrangente que possa pegar todas estas experiências de vida e levar em consideração o horário, o pouco tempo disponível; da mesma forma com o ‘Cinema no Sindicato’ e a ‘Voz do Peão’, não foi colocado primeiramente para a categoria, sondar se gosta de cinema, o jornalzinho numa categoria com um grande número de analfabetos”.²¹¹

Parece-nos razoável fazer algumas considerações a partir destas abordagens. Em nossa percepção, as dificuldades dos trabalhadores, no que diz respeito à falta de tempo e o cansaço no final do dia, a perplexidade contida no relatório sobre a indagação da importância da educação que os trabalhadores possuíam (ou não) e a rapidez dos sujeitos envolvidos neste

²¹⁰ Idem, p. 03

²¹¹ Entrevista de Jânio Nunes Vidal, ex-diretor responsável pela formação política dos trabalhadores da categoria e pelo jornal *A Voz do Peão*. O “Cinema no Sindicato” foi outra das atividades construídas pelo sindicato nessa gestão.

processo (diretores, o grupo intelectual de educadores e os monitores) de organizar um projeto de educação popular, são importantes, mas devem ser relacionadas também ao fato de que todo o grupo envolvido fazia parte de um grupo político - o Partido da Libertação Proletária.

Tal perspectiva nos parece importante, pois considerando as circunstâncias, acreditamos que teria havido um problema comum em que incorrem várias organizações políticas de esquerda de caráter revolucionário: um “voluntarismo” sobreestimado, pelo qual bastaria a justeza de uma determinada concepção ou programa, além da vontade em vê-la implementada, para que os sujeitos que se quer abordar se incorporem às propostas almejadas.

Esta compreensão, portanto, estaria em consonância com as estruturas mentais idealizadas que acometeram tais organizações que lutaram contra o Estado ditatorial brasileiro, no final da década de 60 e início da de 1970, e que nos parece ainda estar presentes também no grupo político que estava à frente do projeto de educação popular dos trabalhadores da construção civil: o PLP. Assim, impregnado de voluntarismo e confiante na sua pretensão interpretativa da realidade e na disposição dos trabalhadores em reconhecer a sua justeza, acabava-se por se identificar os objetivos e desejos da organização política com os dos trabalhadores da categoria.

Assim, desconsiderando uma meditação mais aprofundada sobre as questões relacionadas à vida dos trabalhadores através de diálogos com os mesmos, a visão que possuímos do seu pouco interesse e as dificuldades por eles apresentadas, tomadas em consonância com a apreciação do diretor de formação política do sindicato, quer-nos parecer um encadeamento um tanto problemático do cenário idealizado compreendido pelo grupo à frente do projeto: a educação possui uma importância evidente, ela seria instituída a partir de uma perspectiva classista de defesa dos interesses do proletariado, através de um grupo que queria efetivá-la e, portanto, os trabalhadores, tão logo tomassem o contato com tais premissas, acorreriam em massa aos “seus interesses” configurados no projeto.

O problema estaria, conseqüentemente, nos papéis sociais compreendidos pelas pessoas neste processo, ou seja, tanto dos idealizadores como também dos trabalhadores; não explicaríamos tal problema afirmando

que, aos trabalhadores, lhes seriam destinados meros papéis de sujeitos passivos, e isso por duas razões: em primeiro lugar, podemos perceber a intencionalidade exprimida de se considerar a sua alteridade operária, com o cuidado de não se impor valores externos a sua cultura; segundo, e imbricado com essa, a própria metodologia compreendida para o processo educacional (a concepção freiriana), como vimos, exige um diálogo permanente com os educandos na construção dos saberes; contudo, provavelmente este diálogo teria sido subestimado, principalmente no período inicial de sua constituição, pondo-se em xeque esta atenção com a alteridade operária pretendida.

2.3.5 - O jornal *A Voz do Peão*

Lá fora faz um tempo confortável, a vigilância cuida do normal
Os automóveis ouvem a notícia, os homens a publicam no jornal
E correm através da madrugada, a única velhice que chegou
Demoram-se na beira da estrada e passam a contar o que sobrou!
(Zé Ramalho – Admirável Gado Novo)

Em julho de 1989, os trabalhadores da construção civil de Fortaleza se depararam com algo que nunca tinham visto antes: um jornal operário da categoria, organizado para ser o novo órgão oficial do seu Sindicato, intitulado *A Voz do Peão*. No primeiro seu número havia uma explicação do porquê de sua elaboração:

“Estamos acostumados sempre a ouvir as notícias pelos grandes jornais e televisão e, muitas vezes, sabemos que as informações ali relatadas não correspondem aos acontecimentos ocorridos (...) (contando) quase sempre, a história que atende aos seus interesses, que são os interesses de quem domina e explora. Dessa forma, começamos a entender porque a Rede Globo não divulga as greves dos Trabalhadores e quando faz, é para informar as ameaças do Governo ou chamar os trabalhadores de volta ao trabalho”.²¹²

A seguir, a apresentação do jornal operário:

“Sendo assim, concluímos que é necessário aos Trabalhadores, enquanto classe explorada, organizar a sua própria imprensa, como forma de fortalecer e fazer avançar a nossa luta. Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, através de sua nova diretoria, está lançando o primeiro número de seu jornal ‘A Voz do Peão’, com o objetivo de acompanhar e fortalecer a luta dos trabalhadores. A Voz do Peão se propõe a ser uma tribuna a mais na defesa intransigente dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Esta tribuna

²¹² Jornal *A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989.

estará sempre em todos os locais de trabalho, organizando a classe trabalhadora e denunciando as condições de miséria e exploração a que estamos submetidos”.²¹³

Além do fortalecimento da organização política dos trabalhadores, havia também outros objetivos “históricos” da classe trabalhadora intencionados pela diretoria e anunciados no jornal:

“A Voz do Peão surge num momento muito rico da luta de classes em nosso país, quando cada vez mais os trabalhadores se jogam na luta, empurrados pela situação de miséria, muito bem ilustrada pelo nível de exploração observado na Construção Civil de Fortaleza. Precisamos politizar estas lutas e dar um conteúdo que aponte na transformação desta sociedade numa outra, onde a exploração seja banida. Precisamos nos informar da lutas que se travam hoje no Brasil e no mundo, analisá-las, retirar lições para que possamos trilhar o caminho mais seguro e atingir os nossos objetivos o mais rápido possível”.²¹⁴

Assim, este jornal operário se propõe a ser um instrumento de divulgação, organização, conscientização e intervenção na/da categoria, criando e recriando as concepções e os sentidos em questões relacionadas com o trabalho, com as condições de vida, as idéias, auto-imagens, práticas e comportamentos, todos pautados num princípio de desenvolvimento de uma conscientização coletiva dos trabalhadores para com a sua categoria, com as outras categorias proletárias do país e mesmo do mundo.

O jornal possuía uma periodicidade mensal com uma tiragem de 10 mil exemplares de quatro páginas, geralmente, e era feito de forma semi-profissional. O diretor responsável era Jânio Vidal, responsável pelos textos, e Fransé de Castro, que não era da categoria, mas militante do PLP, cuidando da programação visual e arte final.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

“O jornal, a gente tirava (a matéria) na diretoria, (mas) na hora de cobrar (as matérias), de fazer, ninguém aparecia (risos). Aí: ‘ah, porque você fez sozinho, e não sei quê, e não respeita ninguém’; ‘pois pegue você e faça’. Não fazia, né? Evidente também que é um processo de aprendizagem”.²¹⁵

Assim, os primeiros jornais da categoria eram feitos a partir de discussões de sua pauta na diretoria do sindicato, mas acabavam por serem feitos majoritariamente por um único diretor do sindicato. Se isso não trazia problemas para o grupo político majoritário, já que a linha editorial era a desse grupo, é provável que trouxessem problemas com a parte da diretoria que era minoritária – a Pastoral Operária.²¹⁶

Tomando como fontes para análise alguns jornais emitidos pelo sindicato, pretendemos entender a constituição desse periódico operário. O primeiro fato que nos chama a atenção são as múltiplas linguagens utilizadas no jornal, cuja intencionalidade pedagógica seria educar os trabalhadores com aqueles princípios almejados. São utilizadas poesias, caricaturas, desenhos, fotos de trabalhadores em situações de penúria e insegurança nos locais de trabalho e história em quadrinhos.

Logo no primeiro número, temos uma poesia de Patativa do Assaré:

“Um boi zebu, certa vez, moiadinho de suô, querem saber o que ele fez? Temendo o calo do só entendeu de demora e uns minuto cuchilar na sombra do juazêro que havia dentro da mata e firmou as quatro pata in riba do formiguêro.

Já se sabe que a formiga cumpre a sua obrigação, uma com outra num briga, veve em perfeita união, suas foia carregando, paciente trabaiano um grande exemplo revela, naquele seu vai e vem e não mexe com ninguém sem ninguém mexer com ela.

Por isto, com a chegada daquele grande animá, todas ficaro zangada, começaro a se assanha e fôro se reunindo, nas pernas do

²¹⁵ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

²¹⁶ E de fato trouxe, pelo menos no que concerne a questões políticas nos momentos de eleição para presidente, em 1989, e para prefeito, em 1992, quando os grupos se dividiram em suas posições. Veremos isso no 3º capítulo, quando discutiremos as relações dos dois grupos.

boi subindo, constantemente a subi, mas tão devagar andava que no começo não dava para ele nada sentir.

Mas porém, como a formiga em todo canto se soca, dos casco até a barriga começou a frivoca, pelo corpo se ispaiando e o zebu se aperreando os casco no chão batia, mas porém não miorava quanto mais coice ele dava mais formiga aparecia.

Com esta formiga, a tudo ficando sem dó, o lombo do boi ardia mais do que na luz do só e ele zangado às patada, mas à força incorporada o valentão não aguenta, o zebu não tava bem quando ele matava cem chegava mais de quinhenta.

Com a feição de guerrêra uma formiga animada gritou para as companhêra: - Vamo, minhas camarada, acabar com o capricho deste ignorante bicho. Com nossa força comum, defendendo o formiguêro, nós somo muntos mierô e este zebu é só um.

Tanta formiga chegou que a terra ali ficou cheia, formiga de toda cô, preta, amarela e vermeia, no boi zebu se espaiando, cutucando e pinicando, aqui e ali tinha um móio e ele com grande fadiga praque já tinha formiga até dentro dos óio.

Com o lombo todo ardendo, naquele grande aperreio, o zebu saiu correndo, fungando e berrando feio e as formiguinha inocente mostrando pra toda gente esta lição de morá: Contra a farta de respeito cada um tem seu direito até nas leis naturá.

As formigas a defender sua casa, o formiguêro, botando o boi pra correr da sombra do juazêro, mostraro nesta lição quanto pode a união. Neste meu poema novo o boi zebu quer dize que é os mandão do podê e estas formiga é o povo.”²¹⁷

Vêem-se nesse poema os desígnios políticos apresentados desde o início para a categoria. A equiparação do boi zebu e das formigas aos patrões e trabalhadores fica evidente, numa linguagem simples e prazerosa, utilizada de forma a desenvolver uma consciência de classe principiada na perspectiva de luta contra os abusos e a arrogância “dos mandão do podê”. Esta luta só poderia ter êxito com a união de todos os trabalhadores, assim como as formigas pretas, amarelas e vermelhas se uniram, e até mesmo o destemor

²¹⁷ Poema *O boi zebu e as formigas*, de Patativa do Assaré, exposto n’*A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989.

ante a violência patronal está relacionado à morte das formigas pelas patadas do boi. Os trabalhadores, então, devem se preparar para a repressão desencadeada pelas forças de segurança do Estado, quando estas forem chamadas a defender os interesses do patronato.

No entanto, é interessante percebermos nessa analogia um problema comum quando se tenta utilizá-las para compará-las com processos histórico-sociais. Refletindo sobre isso, Thompson afirma que

“(...) há razões claras pelas quais as analogias derivadas de mecanismos ou processos naturais *nunca* podem ser adequadas ao processo humano, que inclui propriedades não encontradas em nenhuma das duas”.²¹⁸

Assim, podemos entender uma imagem um tanto estereotipada dos trabalhadores, quando comparados às formigas nesse poema. Afinal, a idéia de que as formigas não brigam, vivendo em harmonia entre si, e a imagem de “inocentes que não mexem com ninguém”, quando equacionado em relação aos trabalhadores, pode produzir um discurso que não atente para os conflitos e contradições entre os próprios trabalhadores, e conseqüentemente uma imagem problemática da sua alteridade.

Em que pese estas observações, percebemos, através da analogia presente nesta linguagem poética, uma importante concepção político-sindical estabelecida pela diretoria, em sua tentativa de propiciar as condições para que o trabalhador se aperceba da sua realidade e das relações de exploração e opressão a que está submetido.

Deste modo, esta expectativa está em consonância com outras linguagens utilizadas, em que conceitos importantes para a análise marxiana das relações sociais capitalistas de produção (mais-valia, capital constante e variável, luta de classes, ideologia burguesa, valor de troca, salários etc.) tentam ser explicados didaticamente, através de uma linguagem mais

²¹⁸ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 118. Itálicos do autor.

simplificada, buscando a facilitação do seu entendimento. Por exemplo, esta história em quadrinhos²¹⁹:



A compreensão da imagem que a diretoria deseja em relação aos trabalhadores torna-se evidente, quando da passagem em que afirma que "dinheiro não produz dinheiro como os patrões dizem (...). As riquezas são produzidas pelo trabalho do homem, como o sindicato diz". Assim, os patrões são enganadores, abusam do trabalho do seu operário, cujas dificuldades de sobrevivência advém da exploração assalariada, própria da lógica das relações capitalistas; o sindicato, ao contrário, estaria presente para desmistificar e denunciar esta exploração, cujo fenecimento ocorre somente com a construção do socialismo. Para que isso ocorra, a moral contida no final da estória

²¹⁹ Estória reproduzida n'A Voz do Peão, nº05, de dezembro de 1989, intitulada "A exploração em quadrinhos".

perpassa novamente o princípio da união coletiva dos trabalhadores, cuja organização deve ser para além da questão dos salários.

Poderíamos afirmar que dificilmente um trabalhador conseguiria compreender estes conceitos de capital variável ou mais-valia, e todas as questões que advém destes, sem passar por uma aprendizagem sistematizada e racionalizada; contudo, quer-nos parecer que esta forma de aprendizagem não é única, por mais que esta questão esteja associada aos pressupostos mentais constituídos pelas sociedades ocidentais desde o Iluminismo.

Assim, a percepção subjetiva dos trabalhadores de que as suas condições de vida miseráveis estão intimamente relacionadas com a riqueza do patronato, que suas vidas valeriam bem pouco para este, que são explorados com salários de fome, que a lógica das relações estabelecidas entre empresários e trabalhadores os colocam em campos distintos na sociedade em que coabitam, todas essas questões são perfeitamente possíveis de se afirmar.

Essa percepção faz parte do saber prático dos operários, que *vivenciam* no cotidiano o amargor de tais relações, ainda que por ventura possam não saber que, formalmente, o conceito de mais-valia signifique trabalho não-pago, que eles entendem simplesmente por lucro, ou que os campos sociais em choque na sociedade sejam historicamente definidos como burguesia e proletariado.

É deste modo que entendemos as relações entre o conhecimento intelectualizado dos membros do sindicato e o conhecimento prático dos trabalhadores, entendendo deste último um saber inteligível e lógico, por meio do qual ele age para obter àquilo que deseja; assim, problematizamos as concepções idealizadas que relegam a estes um papel social passivo e ignorante de suas próprias experiências de vida, e todas as conseqüências que advém de tais concepções.

Estes saberes intelectualizados e práticos são importantes nos momentos de embate entre a categoria e os empresários do setor, e também no próprio desenvolvimento diário das relações de trabalho nos canteiros de obras, corroborando para o tipo de consciência política que a direção sindical deseja que os trabalhadores desenvolvam e/ou ampliem.

A utilização de expedientes que façam com que os trabalhadores se sensibilizem para a questão das potencialidades quando estão unidos num

projeto coletivo são de uso constante n'A *Voz do Peão*: em todos os jornais operários da categoria que pesquisamos, eles estão presentes. Nesta outra reprodução que fazemos, o sentido é o mesmo²²⁰:



As ironias contidas em charges são também expedientes que a direção utiliza para denunciar as condições de trabalho, como esta, retirada do jornal *Diário do Nordeste*, de autoria do cartunista Sinfrônio²²¹:



O mais interessante seria nos perguntar o interesse despertado num cartunista de um jornal da grande imprensa ao fazer uma sátira através de uma representação das condições de trabalho específicas de uma categoria. Normalmente as charges devem representar algo que seja do interesse geral da sociedade, um assunto que esteja presente no pensamento das pessoas no momento em que são feitas – não há muita graça em satirizar algo que as pessoas desconheçam, que não faça parte de suas vidas – e assim, podemos perceber que, se o jornal operário em que a charge foi reproduzida data de

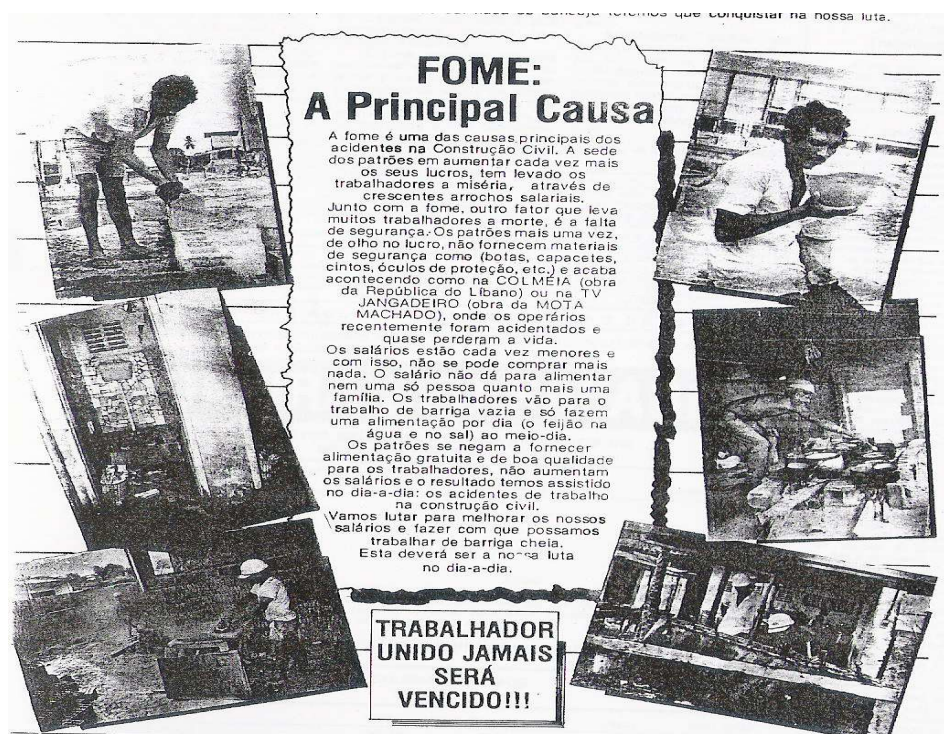
²²⁰ Jornal *A Voz do Peão*, nº 02, setembro de 1989.

²²¹ Jornal *A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989.

julho de 1989, logo a chacota nela reportada é uma menção às greves do mês de março, e que naquele momento elas despertaram interesse e tiveram a sua importância quando de sua realização.

A charge, então, quando reproduzida pel' *A Voz do Peão*, demonstraria a importância da greve como instrumento legítimo de reivindicação dos operários, e isso obtendo, inclusive, o reconhecimento geral por meio do cartunista do *Diário do Nordeste*, já que a sátira possui um conteúdo simpático à sua causa.

Mas estes tipos de desenhos não são os únicos modelos utilizados. Há uma interessante combinação destes com outros tipos de imagens, como por exemplo, fotos reais de situações concretas do dia a dia dos trabalhadores:



Nestas fotos,²²² temos imagens da falta de instrumentos de segurança no trabalho, das péssimas condições de higiene dos banheiros, de um trabalhador servindo-se do capacete como prato de comida, e de alimentos sendo preparados precariamente e sem condições de higiene.

Há um elemento importante a ser destacado no uso de imagens de diversos matizes: sabemos que uma boa parte dos trabalhadores da

²²² Jornal *A Voz do Peão*, nº 02, setembro de 1989.

construção civil é analfabeta, e, portanto, a utilização dessas imagens traz a possibilidade de aglutinar estes setores que não possuem um acesso direto às mensagens escritas – o que não quer dizer que não o tivessem, pois sabemos que a falta de domínio na leitura e na escrita não impede, apenas dificulta, o acesso às informações escritas, pois estes textos podem ser lidos e/ou comentados por grupos de trabalhadores em seus diálogos produzidos entre si.

As imagens podem sensibilizar ainda mais do que os discursos produzidos, como se a palavra adquirisse a sua materialização da realidade concreta: as imagens fazem uma representação das condições de trabalho nos canteiros, convidando o observador a refletir sobre elas. Mais: a refletir sobre si mesmo. Elas são habilmente colocadas ao lado de textos contendo denúncias contra os empresários, tornando-as mais explícitas e verossímeis.

Aí está: charges, quadrinhos, desenhos e poesias, com um certo toque satírico, ao lado de fotos e imagens que fazem representações da realidade, todos eles combinados com textos cuja intencionalidade é de denunciar as condições de vida, de trabalho, o absurdo da situação gerada pela ganância e intransigência patronal, e o chamado diário, constante, intermitente para a organização e mobilização coletivas.

Estes chamados são incentivados também pela criação de lugares em que o trabalhador é convidado a ocupar. No próprio jornal *A Voz do Peão* há um espaço intitulado “Opinião do Leitor”. Assim, há a publicação de artigos como este:

“Prezados companheiros do Sindicato: fiquei bastante contente ao ler pela primeira vez o nosso jornal. É a primeira vez, desde que eu trabalho na construção civil, que o Sindicato tem um jornal e o mesmo sindicato serve para lutar e não para bajular os patrões, como faziam as antigas Diretorias. Escrevo, para denunciar as pressões que nós, trabalhadores dos escritórios, sofremos diariamente. Os patrões querem nos forçar a estar contra os peões, a roubar nas rescisões de contrato, a perseguir os serventes e profissionais, tudo isso contra a nossa vontade. (...) Todos nós somos trabalhadores, somos explorados pelos mesmos patrões e

não é pela diferença de salários que devemos estar separados: escritórios e canteiros(...)”.²²³

Se a criação de um espaço para a opinião do leitor era garantida à categoria, contudo nos deixa a dúvida se este mesmo espaço seria permitido àqueles que tinham alguma crítica ou mesmo discordância com a concepção político-sindical do jornal e da própria diretoria. Isso porque não encontramos nenhuma delas nos jornais pesquisados, e é de se supor que, dentre 15 a 20 mil trabalhadores, havia um segmento significativo da categoria que não participavam das atividades promovidas pelo sindicato.

Esta observação estaria em consonância com a idéia de que o sindicato representa toda a categoria, configurando-se num espaço plural de reflexões diversas, e não apenas àqueles que concordam as concepções políticas e sindicais desenvolvidas pela sua direção e pelos trabalhadores que apóiam-nas, estimulando um debate livre de idéias.

Em todo o caso, em que pese esta observação, a utilização do jornal *A Voz do Peão* possuía uma riqueza de combinações de diversos elementos que faz deste um instrumento poderoso para a organização dos trabalhadores. Além do que já analisamos, há uma gama de elementos que estão presentes nele: gráficos e tabelas salariais, artigos de denúncia das empresas, textos sobre as eleições presidenciais de 1989, sobre a CUT, sobre a conjuntura do país etc., e que teremos oportunidade de analisá-los um pouco mais no próximo capítulo.

²²³ Artigo escrito pelo trabalhador Joaquim Alves dos Santos, auxiliar de escritório, para o jornal *A Voz do Peão*, nº 03, outubro de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

2.3.6 - Espaços de lazer, espaços de organização e luta: entre festas, jogos, cinema e discursos políticos, o lazer operário ressignificado

Sou viramundo virado pelo mundo do sertão
Mas inda viro esse mundo em festa, trabalho e pão
Virado será o mundo e viramundos verão
o virador desse mundo astuto, mau e ladrão
Ser virado pelo mundo que virou por certidão
Mas inda viro esse mundo em festa, trabalho e pão
(Gilberto Gil ; Vers.: Geraldo Azevedo - Viramundo)

A última das atividades experimentadas pela direção do sindicato e pelos trabalhadores da construção civil de Fortaleza que gostaríamos de refletir diz respeito à questão do lazer e os discursos políticos produzidos sobre essa questão e também nesse espaço.

Uma dessas atividades, portanto, é o “Cinema no Sindicato”. Esta experiência é explicada, no jornal *A Voz do Peão*, com a justificativa política sobre as relações entre a cultura e os saberes da classe dominante e as dos trabalhadores, afirmando que

“nossa sociedade está dividida em classes sociais. Existem duas classes principais que não se combinam porque possuem interesses contrários. É a Classe Trabalhadora, que tem apenas a força de trabalho para movimentar as coisas e a classe dominante, composta de empresários, banqueiros, latifundiários e grandes comerciantes, que se apoderam dos bens materiais como também dos bens culturais. (...) Esta classe que está no poder faz tudo para negar as experiências e o saber dos operários, dizendo que só tem saber e cultura, quem estudou muito nos livros. Essas falsas idéias são passadas em todo lugar e a toda hora. É no rádio, na televisão através dos jornais e das novelas, nos canteiro-de-obra, na escola etc. Os trabalhadores devem ter claro que isto é uma forma dos

patrões nos manterem acomodados, alienados, achando a exploração uma coisa natural”.²²⁴

Desta maneira, a proposição de se trabalhar com filmes no sindicato seria

“mostrar que esta idéia de não valorizar a cultura do trabalhador tem o objetivo de não despertar os companheiros pra luta, de não permitir ao trabalhador se conscientizar de que na verdade é ele quem constrói a riqueza deste país, as máquinas, os edifícios e, na maioria das vezes, nem sequer tem uma casa digna para morar com a família. Neste sentido vai ser mostrado toda quarta-feira, na sede do sindicato, às 19:00 hs, filmes que valorizam a cultura, as experiências e a realidade do povo brasileiro. Haverá filmes que contará histórias de acontecimentos esportivos, políticos, culturais, sexuais, sociais etc.”.²²⁵

A idéia do “cinema no sindicato” quer-nos parecer que possui a objetivação dupla de, ao mesmo tempo em que se atrai o operário para dentro do sindicato, pode-se criar uma atividade de lazer que também se transforme num espaço de discussão e intervenção política.

Questões relacionadas ao lazer sempre foram muito caras aos trabalhadores assalariados. Há uma extensa historiografia²²⁶ sobre ela, e sabemos que desde os primórdios da “modernidade” houve uma separação dos tempos de trabalho e lazer como parte do disciplinamento para o trabalho fabril; disso advém às preocupações do proletariado em lidar com as mudanças que modificavam o seu cotidiano e, portanto, a necessidade de se criar mecanismos, instrumentos e reivindicações sobre a necessidade de tempo livre

²²⁴ Jornal *A Voz do Peão*, nº 03, outubro de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Para um maior aprofundamento da questão do lazer popular e/ou operário, ver: HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*; BATALHA, C., SILVA, F. T. da. e FORTES, A. (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*; BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*; e RIBEIRO, Josiane. *Penitência e festa: as Missões do Padre Ibiapina no Ceará*. Referências completas na bibliografia.

(com a diminuição da extensa jornada de trabalho) e sobre o que fazer nesse tempo que disporia para si.

Ora, uma das primeiras bandeiras de luta reivindicadas pela diretoria sindical, como vimos, trata justamente dessas questões: a luta pelo fim do trabalho aos sábados se configuraria, portanto, numa das bandeiras de luta histórica dos operários da construção civil.

A diretoria procura, então, estabelecer espaços onde algumas atividades prazerosas poderiam ser realizadas. Um deles seria na sua própria sede, e uma filmografia que pretensamente interessaria aos trabalhadores da categoria poderia ser uma opção.

Assim, a direção informa um primeiro leque de filmes que tratariam das questões por ela anunciada n'*A Voz do Peão*:

“Dia 18 de outubro – GARRINCHA, ALEGRIA DO POVO;
Dia 25 de outubro – CABRA MERCADO PARA MORRER;
Dia 01 de novembro – A MARVADA CARNE;
Dia 08 de novembro – BYE BYE BRASIL;
Dia 22 de novembro – A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO”.²²⁷

Se a proposta era atrair o trabalhador para o sindicato, oferecendo-lhe uma alternativa de lazer, ao mesmo tempo em que se procurava fazer com que ele refletisse sobre “a sua cultura”, o fato é que essa atividade não obteve os resultados esperados, devido à participação ínfima dos trabalhadores.

Talvez não seja tão difícil de explicar isso: quando analisamos o projeto de educação popular, um dos problemas avaliados foi a pressa em tentar executar as propostas sem o seu devido amadurecimento. Aqui nos parece que este problema também estaria presente, a começar pelo próprio horário do início dos filmes.

Segundo o jornal, ele se iniciaria as 19:00hs; o trabalhador, então, terminando a sua jornada no final da tarde e se não fosse fazer hora-extra, teria que se higienizar – se conseguisse, já que as instalações sanitárias nos canteiros não possibilitavam que muitos a fizessem – e apanharia um ônibus para locomover-se até a sede do sindicato – retirando um pouco dos seus

²²⁷ Idem.

parcos rendimentos; os filmes se encerrariam duas a três horas após o seu início, e depois o trabalhador iria para casa, tendo que acordar cedo na manhã de quinta-feira para o início da jornada de trabalho. Talvez fosse esperar um pouco demais do trabalhador...

Outra questão é a escolha dos filmes: não parece que tenha havido uma pesquisa preliminar sobre a sua escolha (não há nenhuma indicação que isto tenha sido feito, no jornal), mas partiu-se de uma concepção sobre o que agradaria o operário. O primeiro filme, por exemplo, tem um conteúdo sobre a vida de um dos maiores jogadores de futebol do país – Garrincha – logo, deveria aprazer o trabalhador.

Mas o problema fundamental nos pareceria outro: a inobservância da cultura operária do trabalhador da construção civil, já que o cinema simplesmente não faz parte dela. Essa questão revelaria uma ingenuidade amalgamada com um ranço de autoritarismo dos membros diretoria: quer-nos parecer que a idéia era fazer diversas experiências para ver qual delas funcionaria. Bastaria então querer fazê-las, a partir daquilo que se considerava do provável interesse dos trabalhadores e, subestimando os seus interesses, esperar que tais experiências funcionassem:

“Pra construir o sindicato a gente tentou várias formas, um bocado de coisas, várias experiências, como a gente não tinha nenhuma experiência concreta a gente tentou várias formas, tudo pra chamar o trabalhador pra se organizar”.²²⁸

Se o lazer era pretendido como um espaço de aglutinação da categoria, tornava-se imperativo uma maior compreensão que levasse em consideração essas questões, e também as formas de lazer que os trabalhadores efetivamente desfrutavam nas suas horas de folga, dos bares às igrejas, dos programas de televisão aos lugares de passeio por eles freqüentados, ou então do próprio futebol. Uma experiência mais gratificante do que passar um filme sobre o jogador Garrincha teria sido a organização de campeonatos:

²²⁸ Depoimento do ex-diretor Manuel Farias, dado em 2006.

“Quando (a atividade) era futebol, nós fizemos uma liga, um campeonato entre trabalhadores por empresas com troféu, os jogos eram aos sábados, (durante) dois ou três finais de semana. Aí deixava a final pro dia do trabalhador da construção civil, isso juntava e dava uma boa atividade”.²²⁹

Esta idéia de “juntar” os trabalhadores, se pensarmos em relação à experiência do “cinema no sindicato”, parece possuir um sentido problemático: seriam atividades culturais e esportivas de cunho pragmático, talvez de formação de platéia, não parecem desenvolver-se a partir de um sentimento do lúdico, de desenvolver a afetividade entre/das pessoas, possuindo um caráter de apêndice e deslocadas dos interesses políticos da direção sindical, a não ser que possuíssem um caráter político por onde os diretores pudessem “conscientizar” os trabalhadores.

Uma outra experiência desenvolvida pela diretoria do sindicato foi um teatro de bonecos. Sobre elas, Manuel Farias lembraria que

“a gente ia pros canteiros de obras no dia do trabalhador da construção civil, no intervalo do almoço ou então lá fora (do canteiro) e isso foi bom também. Esse que a gente fez no canteiro de obras foi tipo uma sacanagem, né, pegava um (boneco representando o) trabalhador, tinha um (representando o) mestre e (o boneco-trabalhador) chamava a peãozada e terminava na greve, né, dobrando... (a patronal) mostrando como se fazia, né, e a peãozada (os trabalhadores “reais”) falavam: ‘é o mestre fulano’, e o peão gosta muito disso porque ele tem muita raiva, porque é muita pressão, né? A gente fazia (o teatro de bonecos) nas campanhas (salariais), nas assembléias, discutia com o Chico (Alves), preparava um texto político, né, nas assembléias”.²³⁰

²²⁹ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

²³⁰ Depoimento do ex-diretor Manuel Farias, dado em 2006. Chico Alves, Graça e Jonny formavam um grupo alternativo de teatro de bonecos denominado Formosura, utilizando uma sala no segundo andar na sede do sindicato para guardar seu material, e preparavam peças para serem apresentadas nos eventos citados por Manuel Farias.

Igualmente as festas populares possuíam esse mesmo sentido, além de possibilitarem um espaço de reflexão para o desenvolvimento político da categoria, como o dia de São João:

“Convite para o São João do Arrocho – Apesar da crise, dos baixos salários e do Plano Collor, vamos fazer um grande São João na sede do Sindicato, com fogueira, milho verde, quadrilha, bingo, caipirinha, lambada e forró. Venha se divertir, ninguém paga para dançar. Traga o seu par e faremos a maior festança (...).”²³¹

Além de jogos e festas do calendário popular, havia também a realização de festas comemorativas de alguma data simbólica relacionada à luta dos trabalhadores, onde se pretendia criar e/ou recriar imagens que possibilitavam a construção de uma determinada memória.

Dentre essas datas, o dia do trabalhador da construção civil assume uma importância fundamental. Se antes este dia se constituía numa jornada de trabalho para a categoria, a vitória alcançada no dissídio de 1989 revestia-no com um outro caráter, a começar pela própria garantia de que ele seria totalmente desfrutado pela categoria: “O dia 24 de novembro, consagrado ao trabalhador da construção civil, será feriado para os trabalhadores das empresas desse setor (...)”.²³² Desse modo, o próprio caráter de reivindicação conquistada na luta já demonstra de início a intencionalidade da direção sindical. Mas não é somente isso, o conteúdo desse dia também passa por uma transformação na sua concepção:

“Apesar das dificuldades impostas por algumas empresas, a festa do dia do trabalhador na construção civil foi um sucesso. Contamos com a presença massiva dos trabalhadores (em torno de 600 operários) que trouxeram suas famílias para participarem deste dia de lazer e reflexão da importância do trabalhador na sociedade. A festa contou com um filme sobre a luta dos trabalhadores e com a presença de

²³¹ Panfleto – convite emitido pelo sindicato aos trabalhadores convidando-os para a festa de São João, no ano de 1990.

²³² Cláusula 24^a do Acordo de Dissídio Coletivo celebrado pelos sindicatos profissional e o empresarial em 10 de abril de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

entidades combativas do movimento como a CUT, o PT e o PLP que falaram da importância deste dia para a organização dos trabalhadores rumo a sociedade livre da exploração: o socialismo. Tivemos ainda sorteio de 100 camisas do Sindicato, show de calouros e um forró no final. Tudo isso mostra a combatividade e a credibilidade que tem a Diretoria do Sindicato junto aos trabalhadores da construção civil”.²³³

A festa, então, é redimensionada como um momento explícito de confraternização, reflexão e aprendizagem políticas. A importância do trabalhador deve ser destacada (ele é importante, é o construtor do mundo), a diretoria abre espaços para que ativistas sindicais e políticos possam exprimir suas percepções de luta dos trabalhadores, e a diretoria confirma o seu comprometimento com as lutas da categoria e com o desenvolvimento de uma consciência cujos princípios se inserem na luta de classes.

O dia do trabalhador da construção civil deve ser constituído, portanto, de uma nova tradição: prazer e reflexão, o lúdico e o comprometimento com as lutas operárias, a festa e a política amalgamadas numa única perspectiva de luta de classes.

²³³ Jornal *A Voz do Peão*, nº 05, dezembro de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

Capítulo III

As relações extra-muros estabelecidas pelo sindicato

As experiências que os diretores do sindicato dos trabalhadores da construção civil e os operários desenvolviam internamente ocorriam concomitantemente às relações desenvolvidas com organizações e instituições da sociedade em que estavam inseridos.

Dentre as organizações políticas, havia duas forças que, como frisamos anteriormente, organizaram a oposição sindical e dividiam a diretoria: o Coletivo Gregório Bezerra (CGB), organizados em alguns estados e que, em janeiro de 1989, fundou o Partido da Libertação Proletária (PLP, como designaremos, de agora em diante, esta força política), e a Pastoral Operária, ligada ao Partido dos Trabalhadores e compondo, juntamente com outras organizações petistas nos diversos encontros e congressos dos movimentos sociais e sindicais, um agrupamento político denominado “CUT pela Base”.²³⁴

Assim, tentaremos explicar as concepções político-sindicais do sindicato a partir das influências políticas dessas forças, problematizando suas relações, tentando compreender os espaços de autonomia e de democracia sindicais, as convergências e disputas políticas, as formas como os sujeitos tratavam as divergências, as motivações que os levavam a implementar determinados discursos e práticas, os espaços e papéis sociais dos sujeitos envolvidos (do partido, do sindicato e das bases) e as compreensões que os trabalhadores da categoria possuíam e como respondiam aos interesses dessas forças.

A compreensão da política sindical desenvolvida na categoria da construção civil estaria relacionada, todavia, a uma percepção da dicotomia categoria/classe social. Em outras palavras: interesses corporativos da

²³⁴ A CUT pela Base, como vimos anteriormente, era uma articulação de forças políticas que atuavam no interior da Central Única dos Trabalhadores, com grupos ligados à Igreja Católica – como a Pastoral Operária, e a Tendência Marxista, e que também integrou o Partido dos Trabalhadores. Esse bloco de forças geralmente se compunha com a oposição considerada à esquerda da Articulação, grupo majoritário na CUT tanto naquela época como também nesse presente momento.

categoria e interesses percebidos a partir de uma totalidade social, onde a categoria seria percebida como parte de uma classe com objetivos mais audaciosos de emancipação social. Haveria uma separação desses interesses, ou seriam percebidos como complementares entre si? O que, portanto, objetivavam os sujeitos desse processo histórico? Em que contexto e com quais organizações do movimento operário os trabalhadores da construção civil se relacionavam como tática de resolução de suas demandas? E como os trabalhadores da categoria compreendiam estas organizações operárias?

Dentre essas organizações, a que assumiu uma importância maior foi, sem dúvida, a Central Única dos Trabalhadores, e assim refletiremos o porquê desta compreensão, procurando explicar as intervenções nessa central e estabelecer as congruências políticas e/ou dissensos entre elas.

Se os trabalhadores da construção civil procuram se organizar e estabelecer relações com outras organizações do movimento operário a partir de determinadas concepções políticas desenvolvidas na categoria, como mencionamos acima, é importante compreendermos a finalidade deste procedimento. Afinal, a organização dos trabalhadores não é um fim em si, mas uma tática para conquistar algo para si.

Essas conquistas, dentro da nossa compreensão do conceito de luta de classes, podem contrariar os interesses de outros sujeitos envolvidos nas contendas de classes²³⁵; deste modo, um outro tema para a apreensão das

²³⁵ Entendemos que, dialeticamente, os interesses de classes sociais e suas relações de dominação não são apenas antagônicos, mas assumem também um caráter de complementaridade, ainda que partam de princípios e perspectivas distintas. Os sindicatos de trabalhadores, por exemplo, ao reivindicar aumentos salariais ou melhores condições de trabalho para as suas categorias, entram em conflito imediato com a burguesia por diminuir as taxas de lucro desta - conceito de mais-valia; todavia, alargam também o poder de consumo da sociedade, imprescindível para a permanência da própria sociedade capitalista, já que a lógica desta está relacionada não apenas à esfera da produção (preocupação primordial da maioria das reflexões e críticas a esse sistema), mas também à esfera do consumo. Assim, os sindicatos podem constituir discursos reivindicatórios por mais empregos (legitimamente, por sinal), mas sem questionar a própria lógica da alienação do trabalho e a exploração nesses empregos, inclusive utilizando-se da estratégia de sensibilizar a burguesia para tais reivindicações mostrando-lhes as vantagens dos aumentos salariais em relação ao consumo e a dinamização da economia, ou a melhoria das condições de trabalho para o próprio aumento da produtividade e, conseqüentemente, das taxas de lucros patronais. Defendemos um entendimento sobre os sindicatos de trabalhadores, portanto, dentro de uma visão que problematize o estabelecimento comum entre sindicatos “de luta” e sindicatos “pelegos”, que, em última instância, acabam por reproduzir, conseqüentemente, aquela dicotomia problemática entre reivindicações corporativas/imediatas ou políticas/gerais.

experiências dos trabalhadores da construção civil nesse processo histórico seria as relações estabelecidas com a classe dos construtores.

As demandas dos trabalhadores eram muitas, e assim faremos uma reconstituição das relações sociais estabelecidas entre as duas classes no sentido de explicar como elas eram desenvolvidas. Que táticas eram utilizadas por ambas? Como os trabalhadores se organizavam para reivindicar seus interesses, tendo que superar alguns obstáculos relacionados ao seu mundo do trabalho, como a sua fragmentação em vários canteiros de obras? Em que momentos achavam mais profícuo ir para o embate direto, como as greves, ou tentar outras formas de reivindicação? Como as greves seriam organizadas, e como os trabalhadores às entendiam?

Estas questões devem ser explicadas também em relação à classe patronal, pois que ela é o outro pólo das disputas que se desenvolviam no setor da produção. Assim, quem eram os empresários da construção civil? De que táticas valiam-se para lidar com a organização dos trabalhadores? Atuando enquanto classe, percebemos, porém que eles divergiam sobre o tratamento a ser utilizado. Essas divergências aumentariam na medida em que as novas experiências dos trabalhadores da construção civil os obrigavam a encontrar outros mecanismos de relacionamento/enfrentamento com os seus empregados.

Essas relações desenvolvidas entre as classes, obviamente, sofriam a mediação dos representantes das instituições do Estado, particularmente da polícia, dos órgãos da Justiça Trabalhista e de políticos, e assim discutiremos as relações da tríade trabalhadores/empresários/Estado nas disputas desses sujeitos envolvidos.

3.1 - As relações de alianças e/ou conflitos do sindicato com os partidos políticos.

(...) quero a liberdade, quero o vinho e o pão
quero ser amizade, quero amor, prazer
quero nossa cidade sempre ensolarada
os meninos e o povo no poder, eu quero ver
(Milton Nascimento e Fernando Brant – Coração Civil)

No sindicato dos trabalhadores da construção civil havia duas forças políticas que se organizaram na oposição sindical, em 1988, e que agora compunham a sua diretoria. Portanto, faremos uma breve discussão para explicitarmos as suas concepções políticas gerais - particularmente daquela que identificamos como sendo a força majoritária dentro da instituição sindical: o PLP, compreendendo a idéia que este possuía de partido e sindicato e o papel social dos operários dentro do processo histórico-político para os objetivos que o partido intenciona, quando então poderemos entender melhor as relações que são desenvolvidas entre as duas entidades, partido e sindicato.

Esta compreensão torna-se imperativa, pois podemos afirmar que a práxis das relações sindicais desenvolvidas pela diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil possui uma clara influência dessa organização, que hegemonizava-o politicamente.

Antes, porém, é preciso deixar claro que não iremos subsumir a história dos trabalhadores da categoria nesse processo à história dessa organização política, assim como evitamos as concepções dos trabalhadores à da diretoria do sindicato, incorrendo num problema demonstrado por Eric Hobsbawm, quando afirma que a história operária

“revelou a tendência de identificar ‘classes operárias’ com ‘movimento operário’, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos. A história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. E quanto mais forte e unificado fosse o movimento em um país ou período, maior era a

tentação desta identificação. (...) (e, mencionando a história operária italiana) Assim sendo, ela negligenciou a história das próprias classes trabalhadoras, na medida em que estas não puderam ser subsumidas às das organizações, o mesmo acontecendo com relação às bases, enquanto distintas de seus líderes. Isto constituiu um hiato fundamental”²³⁶.

Tendo expressado a nossa compreensão acerca dessa problemática na linha de estudos sobre os mundos do trabalho, podemos fazer uma análise da política geral que o PLP possui para a apreensão posterior de como essa concepção incide sobre as experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Nestas análises, há uma clara intencionalidade na constituição de um discurso anticapitalista e antimonopolista:

“Sustentados pela monopolização quase integral da economia, gigantescos grupos, comandados por um reduzidíssimo número de magnatas, passaram a dispor (...) de um verdadeiro império (...) (onde os) 400 maiores grupos econômicos (privados nacionais, estrangeiros e estatais) apoderam-se aproximadamente de 80% do que é produzido e distribuído no País no decorrer de um ano. (...) (O) capitalismo monopolista brasileiro (possui uma) profunda dependência das potências capitalistas centrais, (...) (que) manifesta-se visivelmente quando se verifica o lugar ocupado por grandes corporações internacionais na economia brasileira. Esso, Shell, Autolatina, General Motors, IBM, General Electric, National, Dow Chemical, Bayer, Nestlé, Eternit, etc., são alguns, dentre outros gigantescos consórcios, que controlam direta ou indiretamente setores vitais da economia (...)”²³⁷.

²³⁶ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000, p. 17.

²³⁷ *Resoluções do 1º Congresso do Partido da Libertação Proletária – PLP*. Rio de Janeiro: Editora Spartakus, 1989, p. 01. O Congresso de fundação do partido ocorreu na cidade de Goiânia, em janeiro de 1989. Esta cidade, juntamente com Fortaleza e Rio de Janeiro, eram os principais lugares em que este partido se organizava, mas possuía também uma militância que intervia nos movimentos sociais em Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e São Paulo. Em Fortaleza, no ano de 1989, o PLP atuava principalmente no movimento estudantil, sendo a principal força política neste segmento, estando à frente dos DCEs da UFC e da UECE, a segunda maior força na Unifor e no movimento estudantil secundarista (onde as principais forças eram o PC do B e uma tendência do PT denominada Corrente Socialista, respectivamente); atuavam no movimentos sociais do campo, junto ao MST, estando à frente

Essa compreensão torna-se fundamental para a elaboração da estratégia e das táticas que o PLP irá desenvolver nas suas intervenções nos movimentos sociais. Ainda segundo a análise política do capitalismo brasileiro, os membros do PLP argumentavam que a condição de país periférico do capitalismo mundial e o seu atraso científico-tecnológico fazia com que a burguesia brasileira estabelecesse “mecanismos de superexploração dos trabalhadores, como meio de corrigir as taxas de acumulação e, ao mesmo tempo, de atrair recursos financeiros e tecnológicos”,²³⁸ aumentando a concentração de renda e provocando um caos social no país.

Assim, o PLP defendia como estratégia política “liquidar o poder dos monopólios e do latifúndio e construir o poder do proletariado”, com uma transformação revolucionária brasileira para o socialismo.

Esta perspectiva era alimentada pela compreensão que o partido possuía da ascensão dos movimentos sociais no Brasil durante a década de 80, “quando aprofunda-se a luta contra os capitalistas (e) cresce a aspiração do proletariado a se libertar do jugo insuportável da dominação exercida por um minúsculo grupo de grandes oligarcas”.²³⁹

Deste modo, falta organizar um partido que possa “constituir-se como vanguarda revolucionária do proletariado, capaz de conscientizar, organizar e dirigir as lutas de todos os oprimidos”.²⁴⁰ Nos documentos das resoluções políticas da organização, percebe-se nitidamente esta concepção de Lênin no que concerne a compreensão dos papéis sociais do partido e dos trabalhadores: são expressões como “(o partido) incutirá nas massas trabalhadoras”, ou “esclarecerá o movimento do proletariado”, ou irá

“demonstrar que todos os esforços feitos até hoje com esta finalidade (promover a revolução socialista) fracassaram basicamente em função da inexistência de uma alternativa de poder dos

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Madalena, no Sertão Central, e do Sindicato dos Servidores Municipais de Limoeiro do Norte, além de atuar no movimento operário sindical, estando à frente dos sindicatos dos trabalhadores telefônicos e da construção civil, além de atuar entre os servidores públicos federais, os bancários e têxteis, com cerca de 200 militantes no total geral.

²³⁸ Idem, p. 47.

²³⁹ Idem, p. 39.

²⁴⁰ Idem, p. 72.

trabalhadores, capaz de arrancá-los da influência dominante da ideologia política da burguesia, mantendo sempre suas ações dentro dos limites de projetos que nunca extrapolaram o âmbito do capitalismo”.²⁴¹

E assim,

“o Partido buscará incorporar fundamentalmente os elementos mais conscientes e mais combativos do proletariado, concentrados basicamente nas grandes corporações monopolistas, que se constituem no seu principal destacamento de vanguarda. A capacidade política e de trabalho, a honestidade, a prontidão para dedicar o melhor dos seus esforços à luta pelo socialismo foram e continuarão a ser os fatores determinantes de admissão no Partido. Cada revolucionário deve ser exemplar no trabalho, no comportamento, na vida social e pessoal. A solidez dos vínculos entre Partido e as massas depende muito do quanto se revela o papel de vanguarda dos militantes”.²⁴²

Essa questão é interessante quando a elencamos com uma outra característica: a política secretista da organização. Os primeiros membros dessa organização tinham uma origem no PCB, organização política que começou a receber um tratamento de choque do Estado ditatorial a partir de meados da década de 70, quando seus membros começaram a ser perseguidos e/ou mortos de maneira mais efetiva.

A saída dessa organização para a fundação de um novo partido ocorreu, como vimos, no início dos anos 80, e assim, seus membros estavam “escaldados” devido a recente repressão sofrida, que aliada à certeza de estarem construindo um partido revolucionário e preparando o caminho para uma revolução proletária e socialista, fazia com que seus membros optassem por uma firme política de intervenção nos movimentos sociais e sindicais, mas também prudente, pelo temor que ainda sentiam pela atuação dos órgãos de repressão ditatoriais:

²⁴¹ Idem, *Ibidem*.

²⁴² Idem, p. 73.

“A presença do grande capital no aparelho de Estado (brasileiro) se faz sentir também através do controle que exercem junto aos ministérios militares e demais órgãos repressivos (SNI, Ciex, Cenimar, PF, CSN, etc.), onde continuam sendo mantidos elementos integralmente comprometidos com a defesa aberta e intransigente de seus interesses”.²⁴³

Numa importantíssima passagem para a nossa pesquisa, há uma compreensão entre a vanguarda de seus militantes e as relações desenvolvidas com as organizações dos movimentos sociais e sindicais. Assim, os militantes devem ter

“uma visão de conjunto da luta de classes em nosso País e tendo consciência do importante papel que desempenham as organizações de massa, (e) aproximar ao máximo a orientação e a ação política destas organizações às do Partido, respeitando a democracia do movimento e as suas instâncias de deliberação e defendendo a sua independência em relação ao Estado e aos partidos como forma de evitar seu estreitamento, degeneração política e burocratização. Em nossa atuação nos movimentos sindical, comunitário, estudantil, de mulheres, intelectuais e outros travaremos uma luta permanente contra o corporativismo e identificaremos sempre que, quando se perde a referência dos objetivos finais do proletariado no encaminhamento das lutas imediatas, o oportunismo se instala”.²⁴⁴

E finalmente, o processo revolucionário possuiria um caráter socialista, repudiando duramente as concepções “etapistas da revolução democrático-burguesa” devido à própria configuração orgânica do capitalismo brasileiro, como vimos na análise política do grupo, com a “burguesia nacional” integrada à burguesia mundial. Assim, criticavam acidamente as organizações comunistas que considerava possuir tal concepção (PCB, PC do B e MR-8),

²⁴³ Idem, p. 23.

²⁴⁴ Idem, pp. 75 e 76.

considerando-as oportunistas por se aliarem aos representantes do grande capital no Brasil.²⁴⁵

Já em relação ao Partido dos Trabalhadores e a CUT, tendo à frente a corrente petista Articulação Sindical, consideravam-nas experiências importantes para o proletariado brasileiro, mas que

“a perspectiva apresentada por esse bloco encontra-se esgotada. O PT acha-se falido enquanto partido operário. A CUT, aproximando-se do sindicalismo europeu, vive um processo de burocratização acentuado. Mesmo os que não se convenceram ainda da falência completa do projeto hegemônico nessas organizações, reconhecem a existência, nelas, de uma grave crise”.²⁴⁶

Se lembrarmos que a direção sindical era composta por membros do PLP e do PT, estas considerações se tornam importantes para o entendimento das relações entre ambas. Em suma, o PLP se organizava tentando constituir-se num instrumento de combate à burguesia e a serviço do proletariado brasileiro. Este partido seria a vanguarda de um frente política geral, a Frente de Libertação dos Trabalhadores – FLT, onde dela fariam parte todas as “forças políticas e sociais que se dispuserem a construí-la como alternativa de poder dos trabalhadores”,²⁴⁷ encetando a luta pela transformação social revolucionária e socialista.

Assim, tendo então analisado minimamente as concepções e as perspectivas do Partido da Libertação Proletária, podemos agora refletir sobre as relações entre uma organização política e a instituição do sindicato, particularmente as que são desenvolvidas entre o PLP e o sindicato dos trabalhadores da construção civil.

²⁴⁵ Estas críticas ocorreram em vários momentos, como por exemplo, no apoio do PCB e do PC do B à candidatura de Tasso Jereissati, em 1986, ao governo do Estado do Ceará, e em 1988, quando da candidatura de Ciro Gomes à prefeitura de Fortaleza, ambas pelo PMDB.

²⁴⁶ *Notas sobre Sindicalismo*, p. 01. Documento político apresentado por Alexandre Costa (conhecido como “Pequeno”), membro do Comitê Estadual, por ocasião do Encontro Sindical do PLP, em 1990. Sobre as considerações feitas à CUT e à Articulação Sindical, optamos por analisar no próximo ponto do capítulo.

²⁴⁷ *Resoluções do 1º Congresso do Partido da Libertação Proletária – PLP*. Rio de Janeiro: Editora Spartakus, 1989, p. 75.

Essa reflexão nos parece de extrema importância, haja visto que a organização partidária e a instituição dos sindicatos são entidades distintas, no que diz respeito à centralidade política de ambos: um partido age de forma centralizada a partir de uma unidade programática, com seus membros atuando em torno desta; um sindicato, como expressamos noutro momento, possui uma perspectiva de representar um segmento da classe trabalhadora aonde se pode encontrar uma pluralidade de pensamentos e interesses não apenas diferenciados, mas por vezes bastante contraditórios.

Assim, seria improvável, por exemplo, que um partido ideologicamente definido com uma proposta comunista de transformação revolucionária da sociedade, tivesse militantes que defendessem outras concepções ideológicas contendo diferentes cosmovisões de mundo e das relações humanas; por sua vez, a instituição do sindicato opera com multiplicidades de percepções dos seus membros que não são apenas divergentes, mas que podem assumir caráter frontalmente contrário, tendo que lidar com tais perspectivas através da criação de espaços democráticos para comportar tais pensamentos que eventualmente possam ser profundamente opostos.

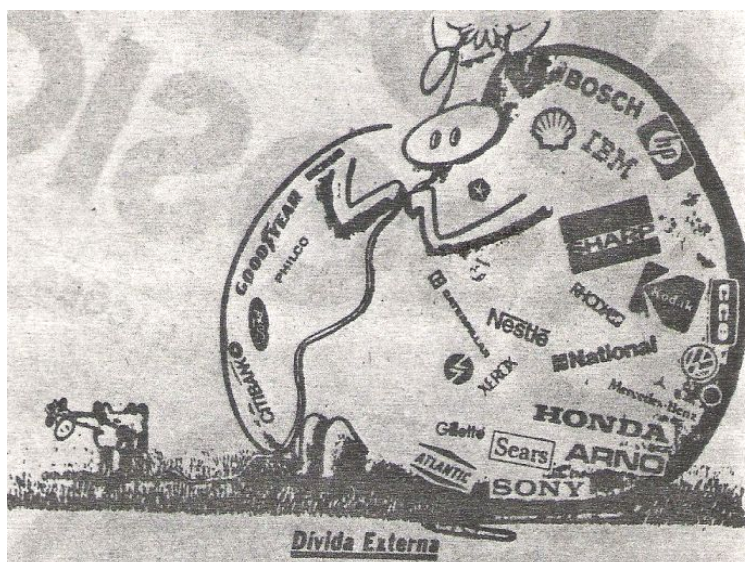
De fato, quando analisamos as fontes produzidas pelo sindicato, percebemos que a influência das concepções do PLP está presente em todos os documentos políticos da diretoria. Aliás, desde o período da oposição sindical os textos escritos já eram plenamente constituídos das idéias do CGB/PLP. Por exemplo, quando consideramos os artigos intitulados “A realidade do Brasil hoje”:

“A exploração no Brasil é muito grande. Cada vez mais os patrões ficam mais ricos e os trabalhadores mais pobres. Para se ter uma idéia dessa concentração, apenas 400 grandes grupos econômicos, como BRADESCO, JUMBO, JEREISSATI, J. MACÊDO e outros são donos de 80% de tudo o que o nosso trabalho produz. Essas grandes empresas (os monopólios) que nos exploram, na maioria das vezes estão associadas a empresas estrangeiras (as multinacionais) que instaladas no país, pagam baixos salários, obtendo grandes lucros e mandam o dinheiro de volta para o país de origem. Essas empresas são as donas dos bancos, das fábricas e da terra. No campo, elas já possuem grandes propriedades (...). Os

pequenos proprietários, meeiros e posseiros não têm condições de sobreviver no campo; ou se tornam operários dessas grandes empresas e vão ganhar um salário de fome ou, não encontrando trabalho e se vendo obrigados a vender sua pequena propriedade, se deslocam para a cidade, tentando sobreviver. Nós, trabalhadores da construção civil, na sua maioria, passamos por essa situação. É fácil observar que tanto no campo como na cidade esta situação de miséria não tem saída enquanto os trabalhadores não se organizarem e unirem para derrotarem esses grandes grupos econômicos. Não se pode esperar nada do atual governo, pois ele representa nada mais do que os interesses desses grandes grupos. A 'Nova República' é a sua atual forma de dominação. Nenhuma medida do Governo Sarney poderá ir contra os patrões e a favor dos trabalhadores. Somos nós que sempre pagamos com o nosso suor, com os nossos salários, a crise do sistema capitalista (...).²⁴⁸

Este texto político está abaixo dessa representação caricatural da exploração dos grandes monopólios a que os trabalhadores estão submetidos, e que recrudescer com problema da dívida externa, contribuindo decisivamente para o aumento da sua miséria devido ao desvio do dinheiro das políticas públicas para o seu pagamento: temos uma vaquinha magérrima e com um olhar de deferência, representando o país, sendo cinicamente sugada por uma outra, imensa, representando os monopólios estrangeiros, com um olhar que expressa autoridade e desdém:

²⁴⁸ Boletim informativo "Vote oposição", contendo as propostas do grupo para as eleições do Sindicato dos trabalhadores da construção civil, em outubro de 1988.



Geralmente o redator dos escritos políticos do partido era o militante Jânio Vidal; as concepções políticas expressadas nesses textos têm como motivação desenvolver na categoria de uma consciência política almejada pelo PLP, partido no qual militava. Há uma clara percepção em mediar às análises políticas dessa organização com o mundo do trabalho na construção civil, explicando o seu entendimento do motivo das migrações e as relações que isto teria com a exploração dos “grandes monopólios nacionais e estrangeiros”. A intencionalidade em expressar uma consciência de classe antiburguesa, entendendo a exploração capitalista no campo e na cidade como parte integrante de uma mesma lógica, evidencia-se com a crítica ao governo Sarney, relacionando-o num outro patamar de entendimento segundo o qual o problema dos trabalhadores não estaria num plano administrativo de competência na gestão do Estado, mas na própria crise que entendiam haver no sistema capitalista.

A tentativa de fazer com que os trabalhadores compreendessem essa concepção pode ser apreendida quando observamos a tentativa de explicar conceitos que não fariam parte da cultura operária dos trabalhadores da construção civil: os *monopólios* são grandes empresas que detém a maioria dos bens que os trabalhadores produzem; estas empresas se associam ou são adquiridas por empresas estrangeiras - as *multinacionais*, que contribuem decisivamente para o empobrecimento do país, e conduzindo os trabalhadores

a lutarem pela sociedade onde a exploração cessaria – o *socialismo*, cujo caminho seria acabar com

“a ilusão de que a simples substituição de um governo por outro, vá resolver os nossos problemas. É preciso que estejamos empenhados na construção, no dia-a-dia, de uma saída definitiva para a classe trabalhadora. A construção de uma sociedade sem exploradores e explorados só se dará com a conquista do poder e a instalação de um governo próprio dos trabalhadores, uma sociedade onde as riquezas que são produzidas pelo nosso trabalho, sejam divididas como o trabalho, uma sociedade onde não haja mais fome, desemprego, prostituição, etc. Esta saída terá que apontar obrigatoriamente para mudanças profundas no atual sistema econômico. Precisamos tomar consciência de que somos peças fundamental na produção das riquezas e conseqüentemente na transformação da sociedade. Devemos lutar para construir (...) uma sociedade socialista”.²⁴⁹

Em *todos* os boletins emitidos pelo grupo, há sempre uma análise que procura refletir a sociedade a partir desses parâmetros. No segundo boletim do grupo, distribuído entre os operários da categoria, há a ousada proposta na qual a oposição declara que “acreditamos que só com a tomada do poder pelos trabalhadores é que se põe fim a exploração da classe operária”.²⁵⁰

Estas propostas nos permitem compreender a intencionalidade e a estratégia políticas preelecionistas: não há aqui a idéia de pôr simplesmente para fora do Governo o seu presidente da República, pois que este é um representante dos interesses capitalistas. Os trabalhadores devem se organizar para tomar o poder e construir uma sociedade socialista. A idéia central, portanto, está em fazer com que o operário da construção civil desenvolva uma consciência anticapitalista e se organize com os demais trabalhadores de outras categorias nessa empreitada: este é o ideário central que o grupo sempre coloca para o conjunto dos trabalhadores.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Boletim informativo “Oposição na construção civil”, nº 02, julho de 1988. Esta era a nona proposta do grupo para a categoria.

A concepção política sobre o lugar do sindicato nessa perspectiva de transformação social, que a diretoria sindical dos trabalhadores da construção civil tenta desenvolver entre a categoria, pode ser expressa nesse artigo *d'A Voz do Peão*, onde são discutidas as relações entre os sindicatos e os partidos políticos:

“Os trabalhadores devem lutar por melhores condições de vida e de trabalho (...), porém está claro a necessidade histórica de por fim a exploração e buscar curar o mal pela raiz, destruindo as mazelas da sociedade, que é o capitalismo. A tentativa de por fim ao capitalismo, através somente da luta sindical, já está respondida desde a década de 20, com a derrota do anarco-sindicalismo (este sindicalismo negava a necessidade do partido político para dirigir a libertação proletária e pregava a substituição destes pelos sindicatos). A participação efetiva de partidos políticos comprometidos com a luta nos sindicatos, como na CUT, se deve na tentativa de orientar e buscar o caminho correto para os trabalhadores e devem disputar democraticamente suas posições no movimento, com outras forças políticas que participam. A exclusão dos partidos políticos da participação nos sindicatos não é uma prática correta e democrática. Sua participação deverá ser considerada de grande valor, pois são os revolucionários que dão a direção para a mudança no sentido de construir uma sociedade igualitária. Devemos rechaçar qualquer tentativa no sentido de coibir a luta política, pois esta atitude se constitui em atividade contra o movimento, e ela é muito praticada pelos agentes da burguesia no movimento, pelos patrões e seus representantes no Estado burguês”.²⁵¹

Numa interessante discussão ocorrida por ocasião do Iº Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil, encontramos uma afirmação de um funcionário que trabalhava no sindicato da construção civil e militante do PLP sobre a questão do desenvolvimento da consciência anticapitalista do trabalhador:

²⁵¹ Jornal *A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989.

“(...) essa consciência (política) vem de fora, se você quiser transformar a sociedade, você não pode pegar o operário, o trabalhador e simplesmente colocar na luta, sem ter uma consciência formada o mínimo possível, para que venha juntar, aglutinar amplos trabalhadores, para que venha acabar um dia com essa miséria”.²⁵²

A concepção de consciência de classe é bem explicitada nessa passagem: ela é anterior às lutas operárias, o operário deve desenvolvê-la minimamente, para depois partir para o embate de classes. E quem vai dar essa consciência mínima para o trabalhador? Os partidos políticos revolucionários atuando no movimento sindical, destacando a sua importância em dirigi-lo no sentido de constituir o caminho correto para aquilo que era considerado uma necessidade histórica – a superação do capitalismo. Essas considerações são derivadas da concepção leninista, que

“fornece uma boa justificativa para uma política de ‘substitutivos’, como aquela ‘vanguarda’ que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto à consciência mais conveniente a essa mesma classe. (...) As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe”.²⁵³

Essas concepções políticas incidem sobre o desenvolvimento da política sindical na construção civil. Um interessante incidente ocorrido entre o partido e os seus militantes que atuavam na categoria indicia as relações entre

²⁵² Depoimento de João Sales no 1º Congresso dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, transcrito e arquivado neste sindicato.

²⁵³ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (org.): Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, pp. 271 a 274.

ambos. Trata-se de uma questão em torno do militante Jânio Vidal, e que resumimos assim:²⁵⁴

Logo após a vitória da oposição sindical, o comitê estadual do PLP deliberou que, como ele não havia sido eleito como diretor (seu nome foi impugnado no processo eleitoral de 1988 pela então diretoria sindical, que justificava que Jânio Vidal era engenheiro), ele iria ser transferido para outro setor de intervenção do partido. Quando a organização de base²⁵⁵ da construção civil tomou conhecimento da decisão do comitê, considerou-a despropositada e, por unanimidade, não a acatou. Jânio Vidal informa: “Ó, é decisão do Partido. Eu tô até sensibilizado com a decisão de vocês, mas é decisão do Partido”.²⁵⁶ Em seguida, a base encaminhou um protesto ao comitê estadual reivindicando a revisão da decisão. Rediscutida, ela é mantida. Jânio relembra:

“Aquela rapaziada toda com aquela visão, né? Partido centralizado, hierárquico e tal, aquela coisa, né? (...) Intervenções boas, no nível teórico, mas... (...) aí, na segunda reunião (ocorrida após a decisão do comitê), Valdênio, Seu Manuel, João Sales, foi uma intervenção atrás da outra: ‘O que é que esse C.E. acha que é? O que é que esse C.E. sabe mais do que a gente? Pois faz o seguinte: bota em votação a seguinte proposta: nós não aceitamos, nós não vamos implementar essa decisão’. ‘Rapaz, mas isso quer dizer romper com o Partido. (...) Vamos ter calma, vamos implementar, se tiver errado as experiências vão mostrar depois’, eu falei que tava meio constrangido, né, iam romper por minha causa. ‘Não, mas isso é um absurdo, esses meninos só sabem militar no movimento estudantil, pensam que aqui é um grêmio estudantil, nós vamos ter muito problema com máquina sindical, com burocratismo, com disputa na CUT, dirigir isso aqui a gente sabe que não é dirigir um grêmio, com

²⁵⁴ Este problema que iremos narrar nos foi dito por Jânio Vidal, em 2006, e confirmado por outros membros da categoria que também eram do PLP.

²⁵⁵ Organização de Base Wladimir Herzog. As organizações de base eram as células que formavam o alicerce do PLP; eram organizadas por locais de trabalho ou por categorias, e na construção civil era formada por alguns diretores do sindicato e da base da categoria.

²⁵⁶ Depoimento de Jânio Vidal, dado em 2006.

aquela coisa frouxa, se isso aqui não der certo a gente vai pagar, vai ser trabalhador cobrando.”²⁵⁷

Na terceira reunião do comitê estadual, diante da pressão da base na construção civil, os dirigentes partidários fazem uma autocrítica, reconhecendo aquilo que consideraram ser uma medida autoritária e sem mediação com a base.

Que compreensão pode ser apreendida dessa tensão entre o partido e o sindicato da construção civil?

Em suas considerações políticas, o PLP defendia o respeito à democracia das instâncias dos movimentos dos trabalhadores, mas essa passagem demonstraria uma contradição entre o discurso e a prática da organização. Ficamos a indagar um problema: se a base na construção civil não tivesse se rebelado contra a decisão do comitê estadual, é provável que Jânio Vidal tivesse sido transferido para outro local de intervenção partidária. O problema é que, apesar de não ter feito parte da chapa, os trabalhadores da construção civil o identificavam como tal devido a sua ativa participação na campanha eleitoral; portanto, o consideravam um membro informal do sindicato, tanto que, no I Congresso da categoria, seu nome foi alçado à Diretoria por unanimidade.

Os trabalhadores estavam confiantes nas propostas da nova diretoria eleita, e a saída de um dos membros do grupo desconsiderando a opinião deles demonstraria um problema que, em última instância, identificaríamos como uma posição autoritária entre dirigidos e dirigentes, e não apenas entre o sindicato e o partido, mas também deste com os trabalhadores.

Sobre essa postura, tecemos considerações anteriores sobre um voluntarismo do PLP. A própria compreensão que os membros do partido, e que também eram da categoria, faziam sobre a vitória naquele que era considerado o maior sindicato operário do estado corrobora para essa compreensão: armados de uma análise política da realidade que consideravam estar em consonância com realidade em que viviam bastariam a vontade entusiástica da militância para querer encaminhar alguma experiência para que ela fosse conquistada. Assim, o dito popular “querer é poder” é fundamental

²⁵⁷ Idem.

para o entendimento da práxis peelepista. Quer-nos parecer, portanto, que o partido ainda estaria arraigado das estruturas mentais de várias organizações esquerdistas da época da ditadura militar, quando esse traço era marcante, particularmente naquelas que abraçaram a luta armada contra o regime. O partido, apesar de criticar essa postura de pequenos grupos armados e intervir nos movimentos sociais, possuía ainda um elemento psicológico vanguardista, acreditando na força de sua vontade para a execução de quaisquer tarefas, não importando as dificuldades.

A própria transferência de Jânio Vidal demonstra esta perspectiva: alcançada a vitória, ele seria mudado de local de intervenção, pois sua tarefa estaria terminada. Mas e a gestão da entidade, que seria feita por trabalhadores inexperientes nesse quesito? Ora, se se tem a melhor proposta política, não haveria problemas para isso...

O paradoxo nessa questão é que, durante a campanha eleitoral para a diretoria do sindicato, em 1988, os membros da base e do PLP atuaram junto aos trabalhadores; ao invés de um discurso fechado, a convivência com a base teria feito com que promovessem uma abertura para a participação dos trabalhadores, reconhecendo-os como atores legítimos nesse processo histórico. No entanto, passada a eleição, o partido tomava decisões que refletiam diretamente no sindicato e que, não fosse a percepção das dificuldades que isso poderia causar na gestão da máquina sindical, teriam sido implementadas, desconsiderando a base da categoria.

Se as relações entre o partido e a base da categoria na construção civil podiam desenvolver situações constrangedoras, as relações entre as forças políticas também se dariam na mesma forma?

Esta indagação pode ser explicada através de algumas experiências dos sujeitos envolvidos. A intencionalidade em desenvolver uma concepção anticapitalista, com um discurso aonde se pode perceber claramente a compreensão do PLP, pode igualmente ser percebida nas análises da política eleitoral, que a diretoria do sindicato dos trabalhadores se propõe a discutir: em um artigo do jornal operário da categoria intitulado “Como anda o Brasil”, há uma análise das eleições presidenciais de 1989:

“Atualmente, começamos a discutir as eleições presidenciais. Sabemos se tratar de um momento importante na caminhada da luta dos trabalhadores. Mais uma vez iremos ver muitas promessas para resolver a crise, porém, sabemos que não será elegendo um novo Presidente de República que estará resolvida a miséria do nosso povo. É necessário que participemos das eleições com o objetivo de esclarecer as massas exploradas da necessidade de construirmos o socialismo em nosso país. Uma nova sociedade em que os trabalhadores, agentes principais da produção, tenham o controle também das riquezas que seu trabalho produz”.²⁵⁸

Nessas eleições, inclusive, a diretoria do sindicato defendeu o voto na candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores, mas com a mesma ressalva que o PLP afirmava por meio de sua militância:

“Dentre todos os candidatos, apenas um tem compromissos com os trabalhadores. (...) Não é o candidato ideal, falta a esta candidatura defender três propostas de fundamental importância para os trabalhadores: Em primeiro lugar, expropriar os 200 grandes grupos econômicos que controlam 80% da economia nacional. Em segundo lugar, não pagar um centavo da dívida externa, que não fizemos e não usufruímos. E por último, fazer reforma agrária com expropriação do latifúndio (...) não é apenas uma única pessoa que irá resolver nossos problemas, por melhor que ela seja. Para acabar com a exploração da sociedade capitalista, temos que construir o poder dos trabalhadores, que começaremos a criar nas lutas do dia-a-dia até a construção da Frente de Libertação dos Trabalhadores – FLT. Esta é a tarefa de todos nós (...).”²⁵⁹

O apoio crítico que o sindicato deu a candidatura de Lula, em 1989, foi uma proposta defendida pelos diretores que também pertenciam ao PLP. O interessante nesta questão é que, dos nove diretores (sete eleitos em 1988 e mais dois incorporados no I Congresso da categoria, em agosto desse mesmo ano), três pertenciam à Pastoral Operária e eram membros do Partido dos

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Jornal *A Voz do Peão*, nº 04, novembro de 1989.

Trabalhadores. E se houvesse uma candidatura, nestas eleições, do grupo majoritário, como a situação seria conduzida?

Um indício dessa problemática está nas eleições para as prefeituras, de 1992. O PLP agora se autodenominava Partido da Frente Socialista - PFS,²⁶⁰ e lançou uma candidatura própria (Acrísio Sena) para a prefeitura de Fortaleza, assim como o PT (Branquinho); n'*A Voz do Peão*, temos uma análise das duas candidaturas:

“(...) Branquinho – Candidato de um partido que surgiu da luta dos trabalhadores, mas que hoje toma um caminho de negar estas origens. A prefeita de São Paulo (Luíza Erundina) mandou baixar o pau nos motoristas que estavam em greve, e nos camelôs. No interior do Ceará, está junto com os inimigos dos trabalhadores.

(...) Acrísio Sena – Única candidatura que fala da revolução, da necessidade dos trabalhadores tomarem as terras, as fábricas, as construtoras e os bancos. Sempre esteve na luta do nosso povo, sendo atualmente presidente da CUT. Defende o socialismo como a saída para todos os explorados”.²⁶¹

É provável que os membros da diretoria que tinham ligações com o PT podiam não concordar com essa análise que se fazia da candidatura do seu partido, assim com o apoio “crítico” que o sindicato deu à candidatura de Lula nas eleições de 1989.

Pelo teor das concepções contidas nessas análises, é óbvio que elas foram feitas do um membro do grupo majoritário na diretoria. De fato, descobrimos que elas tinham sido feitas por Jânio Vidal:

“Ali há um erro mesmo. Inclusive de método. Uma autocrítica, né? Porque ali há um problema de concentração de tarefas. Eu concentrei todas as tarefas, né? O sindicato ia apresentar os candidatos, mais que normal que quem devia ter apresentado o texto

²⁶⁰ A mudança do nome ocorreu em 1991, e deveu-se a impossibilidade de se registrar legalmente com ele, pois que já havia um partido político com as mesmas iniciais – PLP - registrado na Justiça Eleitoral. Em 1992, já havia ocorrido as eleições para a diretoria sindical, no ano anterior, mas a composição da chapa eleita, inclusive nos mesmos termos quantitativos da diretoria da gestão 1988/1991, era a mesma.

²⁶¹ Jornal *A Voz do Peão*, sem número, de agosto de 1992.

do Branquinho – como fizemos isso depois – tinha que ser os militantes do Branquinho. Mas aí você vê como a gente aprende, certo? Essa história de hegemonizar, de ser maioria, tem um ônus. Porque às vezes você é levado – e isso é um perigo -, sabe o quê? ‘Ó, isso aqui, vamos discutir na Diretoria’. Aí você pode ser levado à questão de como é fundamental o elemento democrático: São nove membros da Diretoria, nós temos seis. Aí você diz: ‘Jânio, essa questão aqui, como é que nós vamos encaminhar, isso aqui é muito importante!?’ Aí você é tentado a dizer assim: ‘mas, Yuri, isso aqui tem que passar pela Diretoria e ela só se reúne quarta-feira da próxima semana. Tu não já sabe que a gente vai aprovar isso? Vamos fazer logo!’. A gente tem que combater isso, tem que ser vigilante demais”²⁶².

Exemplificando a aprendizagem dessa experiência:

“Em 94, o que é que a gente disse na Diretoria: ‘Nós achamos que o sindicato tem que assumir posição diante das eleições (frisa, batendo na cadeira). Ganhou essa proposta. Que é que a gente faz: Vamos convocar uma assembléia para os trabalhadores decidirem se apóiam ou não a candidatura do Lula. A base é quem vai decidir. Tivemos uma assembléia com mais de 500 pessoas, que decidiram que o sindicato tomava posição de apoiar a candidatura do Lula. Fizemos um outdoor na esquina do sindicato, uma placa enorme com a foto do Lula: (escrito na placa) ‘Os trabalhadores da construção civil de Fortaleza votam em Lula para presidente. Decisão tomada em assembléia geral no dia tal’. Era o único sindicato que assumia publicamente... (ironiza) O sindicato dos bancários apoiava o Pimentel, usava a máquina do sindicato para apoiar o Pimentel e o Lula, tudo, ‘mas ninguém apóia ninguém.’“(risos).²⁶³

O depoimento do ex-diretor é um indício das relações sindicais desenvolvidas entre as forças políticas no sindicato da construção civil. Mas convém olharmos também por um ângulo distinto, ou seja, se nesse

²⁶² Depoimento de Jânio Vidal, ex-diretor sindical na gestão 1988/1991, em 2006.

²⁶³ Idem. José Pimentel é bancário e foi candidato a deputado federal pelo PT em 1994.

depoimento há uma admissão de concentração dos textos políticos e sindicais por um militante do PLP, como o grupo minoritário percebia esses problemas? Poderíamos utilizar algum documento político elaborado por esse grupo e emitido pelo sindicato da construção civil para elucidar esta questão, não fosse um embaraçoso detalhe: não há nenhum escrito por ele. Mesmo as teses defendidas em congressos da categoria ou nas convenções cutistas ocorridas na época das eleições sindicais, não foram arquivadas no sindicato.

Mas temos algumas táticas profícuas para compreendermos um pouco estas questões. Em diálogos que tivemos com o Seu Eluizito, membro da Pastoral Operária e do Partido dos Trabalhadores, a percepção que ele tinha sobre as relações com os membros do PLP seria que “nas reuniões a gente tinha diferenças, mas não era muita coisa, não. A gente concordava, tinha pouca discordância”.²⁶⁴ Porém, ele relata um incidente ocorrido entre os grupos, por ocasião da convenção cutista²⁶⁵ nas eleições para a diretoria do sindicato em 1991:

“era mais difícil, porque a gente, na época, ainda tava no PT²⁶⁶ e aí era mais difícil, porque os outros eram mais sabidos, tinham leitura, né, Valdênio, Jânio, e nós, da base mesmo, a peãozada da base mesmo era, como se diz... era pouco conhecimento, assim, da parte da leitura e tal. Eu me lembro quando teve uma convenção que foi feita até lá no sindicato dos motoristas, que essa já foi meia quente na época, num sabe? Aí foi feita uma convenção e tinha uma chapa... não lembro se era o PLP na época, mas eu acho que era, e os outros do PT, aí nós tava com um trabalho bem organizado e talvez desse pra rachar mei a mei, mas aí o pessoal que era mais sabido, mais acostumado, no caso o Valdênio, o Jânio, esse pessoal

²⁶⁴ Depoimento do ex-diretor sindical Eluizito Alves, dado em 2006.

²⁶⁵ As eleições sindicais por meio de convenções cutistas estão previstas nos estatutos desta central, e podem ocorrer quando as forças em disputa são membros dela e assim o desejarem. Convoca-se uma assembléia da categoria, os grupos defendem suas propostas e depois os trabalhadores votam em uma delas. A divisão dos cargos é feita mediante os votos recebidos: por exemplo, nessa experiência que estamos analisando, o PFS recebeu dois terços dos votos, ficando com dois terços dos cargos na chapa cutista, enquanto a Pastoral Operária recebeu um terço de votos, e assim dos cargos também. Se houver outro grupo não-cutista disputando a diretoria do Sindicato, são feitas as eleições com este grupo e com a chapa cutista, o que não foi o caso dessa experiência.

²⁶⁶ Seu Eluizito teria, em 1995, se filiado ao PSTU, partido que sucedeu o PFS nesse mesmo ano, quando os remanescentes deste se uniram com alguns militantes da “CUT pela Base” e com uma corrente que havia sido expulsa do PT, a Convergência Socialista.

que organizava, aí quando eles colocava em votação, colocava logo a chapa deles, né, aí o pessoal levantava os braços e outros nem levantava, mas aí eles saía juntando tudo e botando dentro do saco, aquela esperteza, né, dos cara... Eu acredito que se fosse feito o trabalhador, cada qual depositar o seu voto lá, era muito mais democrático e a gente tinha uma experiência certa de quem tinha maioria mesmo, né?”²⁶⁷

Já num outro depoimento de um outro ex-diretor sindical, Seu Manuel Farias, a sua compreensão deste problema é diferenciada:

“Isso é sacanagem de fora, tinham defeitos que eles traziam que era alimentado por essas pessoas que ajudavam, né? O Zé Ferreira, o Eluizito, o Eliezer, certo? Tinha muita honestidade nessas pessoas, eu acho que tem uns equívocos políticos, mas na questão (ética) eram muito honestos. E uma das coisas que infernizava a vida era o pessoal (do PT) de fora, o Valdecir, aquela turma lá. Eles achavam que como a gente era maioria lá no sindicato, eles achavam que a gente não era honesto, não falava honestamente com os caras, achou que a gente fez manobra ou coisa parecida, mas foi tudo por sorteio como eles queriam, quem fez essa negociação desde o começo foi o Jânio, (...) da força deles eu não se era o Valdecir, quem diabos era. Os companheiros perguntavam: ‘como é que vai ser?’. Aí o Jânio: ‘como é que vocês querem?’. Aí os caras ficaram tudo abismado. (...) Sortearam pra defesa (das propostas das chapas), aí tirou a defesa. Agora pra votação, vamos sortear também. A gente tirou no sorteio a chapa 1. Isso foi falado várias vezes – (murmura enfadado) me enchia o saco isso –, que a gente manobrou porque botou a chapa 1 pra votar primeiro, mas foi discutido com eles, tudo definido na regra que eles quiseram. (...) A gente saiu colhendo os votos e se o trabalhador tava com os braços levantados a gente levou (os crachás), se não estava a gente não levou. Quem ia acompanhando era o Valdênio e o Luís Tavares, um saía com o saco e o outro aqui acompanhando. O da chapa deles era o Luís Tavares, que era diretor do sindicato (da construção civil)

²⁶⁷ Depoimento do ex-diretor sindical Eluizito Alves, dado em 2006.

e que ia acompanhando também. Então não teve isso, cara. Porque a gente deu uma lavagem neles também. Foi muito voto que a gente teve. Eles ainda têm essa lamentação”.²⁶⁸

Nos diálogos que desenvolvemos com os sujeitos que vivenciaram esse processo, todos eles afirmam que as discordâncias eram poucas, tratadas com firmeza naquilo em que se acreditava, mas com respeito às pessoas. Contudo, havia uma desconfiança razoável entre os grupos. Em que pese à argumentação de ambos sobre a convenção cutista nas eleições sindicais de 1991, é isso que fica evidenciado nos nesses depoimentos, e assim o que nos interessa nesse momento é compreendermos o porquê de tais lembranças.

Se ponderarmos sobre o depoimento de Seu Eluizito, percebemos que ele subestima os trabalhadores da sua categoria, já que seria complicado acreditar que os trabalhadores votariam na chapa 1 apenas porque ela seria a primeira a ser sufragada; outro problema seria vê-los como sujeitos tão passivos que não faziam nada quando alguém tomasse o seu crachá numa eleição, tanto quanto os membros do seu grupo político que acompanhavam as urnas (ele confirma tal sistema eleitoral).

Não se trata, aqui, de menosprezar um depoimento que dificilmente se configuraria num “fato histórico”, mas problematizar sua memória e extrair significados da percepção que os indivíduos possuíam de si e dos outros.

Assim, no relato do seu Eluizito, quando ele narra como iniciou a sua discussão sobre a categoria, há um momento em que ele nos diz que “tinha os companheiros da Pastoral Operária que dava umas instrução pra gente sobre a questão do sindicato”. Ele se vê como um peão típico da categoria, com pouco conhecimento escolar e, quando havia iniciado as discussões da oposição, inexperiente nas questões sindicais e em meio a outros companheiros que possuíam um elevado conhecimento erudito: Jânio Vidal, engenheiro com mestrado e que, entre 1991 a 1994, se formaria em Direito também pela UFC, e Valdênio Caminha, desenhista de nível médio que depois cursaria e se formaria em Direito. Estes diretores sindicais eram duas das lideranças no sindicato dos trabalhadores da construção civil. Além disso, a influência dos

²⁶⁸ Depoimento do ex-diretor sindical Manuel Farias, dado em 2006. Valdecir Rebouças era do sindicato dos sapateiros, Presidente da CUT Regional de Fortaleza e membro da CUT pela Base.

militantes do PLP, que atuavam junto ao sindicato, também corrobora para esta percepção, já que a maioria deles era formada por estudantes universitários e formados, alguns já ingressos em programas de mestrado.

Assim, quando problematizamos, por exemplo, o depoimento de Jânio Vidal quando afirma que acabava por concentrar os artigos d'*A Voz do Peão*, percebemos que, no mínimo, trabalhadores como Seu Eluizito não se sentiam à vontade para escrever algum artigo, talvez devido a timidez provocada por seu pouco grau de educação escolar. Durante a nossa pesquisa, percebemos que muitos trabalhadores ficavam, ao menos inicialmente, um tanto intimidados e tensos quando procurávamos para dialogar sobre as suas experiências, muitos afirmando que não sabiam falar direito e que não poderiam nos ajudar. É bastante razoável que tal sentimento passasse por Seu Eluizito e os demais membros da Pastoral, não se sentindo confortáveis para escrever no jornal da categoria. É nesse sentido que entendemos o termo “sabido”, utilizado para definir os membros da diretoria sindical que eram do PLP, possuindo um duplo sentido: erudição e malícia. Em relação a este último, lembramos que aqueles que enganam e oprimem os trabalhadores são indivíduos letrados – o empresário, o engenheiro, o mestre de obras e mesmo o político.

Um outro indício desta questão seria que, em seus relatos, não aparecem nenhuma crítica aos diretores do PLP que tinham uma história de vida mais parecida com às dos militantes da Pastoral, alguns inclusive assumindo uma importância equiparada a de Jânio Vidal e Valdênio Caminha dentro do cotidiano sindical, como Raimundo Castro (Raimundão) e Seu Manuel.

Outro elemento de desconfiança seria o fato de que, se o PLP defendia uma política secretista, até que ponto os membros da Pastoral Operária estariam cientes da condição de militantes comunistas organizados num partido político que defendiam uma transformação radical e revolucionária para o socialismo.

De fato, nos depoimentos tomados, os membros da Pastoral só souberam desse fato em meados da primeira gestão, portanto com mais de dois anos de convivência, ou seja, desde o período da oposição sindical.

Por último, essa desconfiança também se daria em torno das divergências entre as forças políticas, PLP e PT, e que acabavam por refletir

nas relações entre os membros do sindicato da construção civil, principalmente se levarmos em consideração a disputa que esses partidos faziam em torno da Central Única dos Trabalhadores e mesmo nos movimentos sociais. Há uma percepção dos membros do grupo peeelelista sobre os membros do PT como politicamente atrasados (no sentido de defender as bandeiras do sindicato combativo e anticapitalista) e oportunistas, que aumentava na medida em que, segundo a sua compreensão, estas organizações passavam por um processo de burocratização, contribuindo para o estabelecimento de desconfiança mútua entre os membros dessas forças políticas.

Assim, segundo os sujeitos desse processo, as divergências seriam tratadas mantendo-se um nível de respeitabilidade entre ambas as forças políticas, mas isso não seria um impedimento de algumas tensões no cotidiano sindical.

Um exemplo de como as discussões eram conduzidas teria ocorrido no I Congresso dos Trabalhadores da construção civil, em 1989. A questão debatida era se Deus deveria estar presente no Sindicato – formalmente, pelo menos. O diálogo produzido teria ocorrido quando um operário, de nome Tião, identificado apenas como trabalhador da Construtora Master, intervém com a seguinte argumentação:

“Antes da gente vir pro congresso, nós conversamos com os nossos os nossos companheiros do setor (...) (e) foi pensando em Deus que nós entendemos que o Estatuto do nosso sindicato, Deus deve estar presente, porque Deus é o principal na nossa vida, é o criador, é o centro de tudo. E seria mais ou menos isso, que as reuniões e as assembléias do sindicato seriam iniciados com cantos, orações cristãs ou textos bíblicos”.²⁶⁹

O diretor Jânio Vidal faz, em seguida, uma intervenção argumentando contra:

“Essa proposta a gente aqui, eu com o Tião, a gente já teve oportunidade de discutir no grupo, eu encaminho contra (...) pelo

²⁶⁹ Depoimento transcrito de um trabalhador identificado apenas como Tião, dado no I Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza. Arquivo desse sindicato.

seguinte: Porque eu acho que o sindicato não deve se restringir ou fazer qualquer tipo de distinção. Eu sei que a maioria é cristã e que a grande maioria e mesmo quase todos acreditam em Deus, mas quer dizer, você não pode, uma entidade sindical que está pra discutir o problema do trabalhador; (...) não pode deixar de fora quem não acredita em Deus, ou quem tem outro tipo de religião. (...) Então, os que estão com Deus, e os que estão sem Deus, devem entrar nessa batalha, (...) discutir os problemas do trabalhador, a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, por melhores salários, pela tomada do poder, pela conquista do socialismo, todos esses problemas. E aí, eu gostaria de contar com os que acreditam em Deus, com os que não acreditam em Deus, com os que são cristãos, com os que são crentes, e, bom, com os que não são nada”.²⁷⁰

Após as intervenções, a proposta é votada – pelo que constatamos, foi a votação mais apertada ocorrida no congresso – e, por 37 votos a 17, com mais seis abstenções, Deus é deixado de fora do sindicato – do estatuto, formalmente, claro...

Não sabemos como os membros da Pastoral Operária teriam votado (apesar de ser mais que provável que a tenham visto com simpatia), mas aqui verificamos que a discussão teria se desenvolvido de forma franca, aberta, sem adjetivações típicas de quem tenta argumentar através de rotulações do adversário para, rebaixando-o, impor a sua proposta, postura mais que comum – generalizada mesmo – nos movimentos sociais em que há a participação de grupos políticos de esquerda.

Outra evidência que demonstraria o nível das relações entre os grupos seria as seguidas eleições ocorridas para a diretoria do sindicato ou para a participação em congressos de trabalhadores, quando os grupos haviam caminhado juntos. De fato, em que pese às questões relacionadas à eleição sindical de 1991, ela foi realizada sobre a forma de convenção cutista. É de se supor que, se o grupo majoritário quisesse atuar sozinho na entidade por achar incompatível a convivência com a Pastoral Operária, poderia ter recusado este mecanismo eleitoral e ter lançado uma chapa própria. Além disso, segundo o

²⁷⁰ Depoimento transcrito do ex-diretor Jânio Vidal, dado no I Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza. Arquivo desse sindicato.

Seu Eluizito, em 1994 não se chegou nem a fazer a convenção “porque a gente tava se entendendo bem”,²⁷¹ tendo a Pastoral tido a iniciativa de procurar o grupo majoritário e sugerido um curioso acordo: como em 1988 e 1991 a relação dos cargos para diretores tinha sido de dois terços a um, então essa seria a composição sugerida, “evitando-se o desgaste da convenção cutista”.²⁷²

A proposta dos diretores é construir um sindicato que fosse referência de organização e combatividade no movimento operário sindical de Fortaleza, com a intenção de desenvolver em meio aos trabalhadores dessa categoria uma consciência voltada para a obtenção de direitos como parte da luta contra o próprio capitalismo, e assim disseminando suas propostas de transformação revolucionária da sociedade. Nas fontes documentais emitidas pelo sindicato, esta expectativa fica evidenciada em vários momentos, como vimos anteriormente, e a condição de construção de uma sociedade socialista é divulgada sempre que apareçam as oportunidades, como nestas fotos onde se vê, num mesmo movimento grevista, alguns pirulitos²⁷³ que expressam tais propostas:



Como os trabalhadores entendiam essas propostas divulgadas pela direção do sindicato?

²⁷¹ Depoimento do ex-diretor Eluizito Alves, dado em 2006.

²⁷² Idem. Nas eleições sindicais de 1997, este acordo foi mantido.

²⁷³ Fotos do arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, tirada no ano de 1990.

Alguns indícios nos permitiriam compreender razoavelmente a apreensão que os trabalhadores possuíam em relação às expectativas pretendidas pela direção do seu sindicato.

O primeiro que elencamos é a própria permanência da mesma concepção política à frente da diretoria do sindicato, inclusive nas mesmas proporções seguidamente repetidas nas eleições sindicais.²⁷⁴ Contudo, este argumento visto isoladamente torna-se problemático. Afinal, a diretoria sindical poderia ter criado mecanismos de controle antidemocráticos para permanecer à frente da entidade, ou transformado a sua concepção política e limitado-se a gerenciar burocraticamente o sindicato. Faz-se necessário, pois, relacionar essa evidência com fontes que nos permitam uma compreensão melhorada.

Logo após a eleição sindical de 1991, realizou-se o II Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza. Nele foi votado em assembléia geral, ocorrida ao seu final, um novo estatuto para o sindicato dos trabalhadores. A maior parte dos artigos do estatuto de 1989, que analisamos no capítulo II, foi mantida; na verdade, a mudança teria ocorrido para se modificar um item e acrescentar outro:

“ART. 32 – A Administração do Sindicato será exercida por uma Diretoria composta por 20 membros, sendo 17 efetivos e três suplentes, fiscalizada por um Conselho Fiscal, instituído nos termos desse estatuto.

ART. 58 – Todos os membros do Colegiado de Direção poderão ter seus mandatos revogados pela base, em assembléia geral, amplamente divulgada para este fim, dentro dos limites da representatividade de cada membro:

- a) Os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Diretores Regionais, pela assembléia geral da categoria;
- b) Os representantes sindicais de base, pela assembléia setorial de sua respectiva empresa;

²⁷⁴ Mesmo em 2006, ano em que concluímos a nossa pesquisa, houve eleição para a renovação da diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. O resultado foi... dois terços dos votos para o grupo majoritário, contra um terço da oposição, mas com uma diferença: não houve convenção cutista, dado que o grupo majoritário, agora no PSTU (partido que sucedeu o PLP e o PFS, como vimos anteriormente) pediu a sua desfiliação dessa central sindical, em 2004, por discordar da política sindical implementada por ela.

- c) O representante dos empregados do Sindicato, pela assembléia dos trabalhadores da entidade;
 - d) O representante dos aposentados, pela assembléia geral destes;
- § Primeiro – A solicitação para a revogação deverá ser fundamentada, garantindo-se amplo direito de defesa ao membro;
- § Segundo – A decisão será tomada pela maioria absoluta dos presentes à respectiva assembléia”.²⁷⁵

Assim, a diretoria do sindicato aumentaria de nove para 17 membros efetivos, aumentando a possibilidade de intervenção nos canteiros de obras; também nos mesmos termos do estatuto anterior, um trabalhador poderia reunir cinco por cento de assinaturas e convocar uma assembléia para destituir qualquer diretor do sindicato. Os mecanismos de revogabilidade dos mandatos da direção estariam ao alcance dos trabalhadores, caso achassem necessário a sua utilização.

Quanto às concepções políticas, estas irão permanecer em suas premissas fundamentais até 1995, quando percebemos uma modificação decorrente do processo de formação do PSTU. As análises conceptuais do capitalismo diminuiriam e aumentariam os espaços relacionados às críticas dos governos:

“(...) O salário, o direito de greve, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, a aposentadoria e outras conquistas são frutos de nossa luta e não dos patrões. Hoje, os trabalhadores estão em luta contra a investida do capitalismo que quer acabar com essas conquistas. (...) Por isso o nosso sindicato vem participando de todas as mobilizações que possam impedir os patrões e governos de Fernando Henrique e Tasso (Jereissati) de implementarem os seus planos de arrocho e miséria. (...) Por um governo dos trabalhadores; Em defesa do socialismo”.²⁷⁶

²⁷⁵ Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza, aprovado em 1991 por ocasião do II Congresso dos trabalhadores dessa categoria. Arquivo do sindicato dos trabalhadores. Contando com o Conselho Fiscal e os respectivos suplentes, teríamos um total de 24 membros; em 1994, em uma nova assembléia geral dos trabalhadores realizada após a eleição sindical, esse número passaria para 42.

²⁷⁶ Jornal *A Voz do Peão*, sem número, maio de 1995. Arquivo do sindicato dos trabalhadores.

Mas a percepção fundamental que teríamos a propósito do entendimento dos trabalhadores sobre as concepções políticas-sindicais desenvolvidas pela diretoria do sindicato seria a sua participação efetiva nas experiências desenvolvidas por ela, como assembléias ocorridas nas campanhas salariais e nos movimentos paredistas da categoria. Sobre esse tema, teremos oportunidade de desenvolvê-lo adequadamente quando ponderarmos sobre as relações desenvolvidas com os empresários do setor.

Essas relações, no entanto, seriam caracterizadas também por uma estratégia de estabelecer redes de solidariedade com outras organizações dos movimentos sociais e sindicais, tendo a Central Única dos Trabalhadores – CUT, assumido, em 1989, uma importância preponderante nessa expectativa. Assim, a compreensão que os trabalhadores da construção civil de Fortaleza faziam sobre essa política de organização coletiva com tais movimentos assume uma importância essencial para o tecimento das suas experiências e intencionalidades.

3.2 - Um mais um é sempre mais que dois: a construção de alianças entre os trabalhadores e as relações com a CUT

(...) vamos precisar de todo mundo
um mais um é sempre mais que dois
pra melhor juntar as nossas forças
é só repartir melhor o pão
recriar o paraíso agora para merecer
quem vem depois (...)

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos – O sal da terra)

Uma das fortes características que influenciaram as experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza a partir do final do ano de 1988 foi a estratégia de estabelecer alianças entre o seu sindicato com os de outras categorias ou oposições sindicais que se situavam no campo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e também com os demais movimentos sociais.

Esta estratégia teria em suas intenções o fortalecimento do próprio movimento sindical dos trabalhadores da construção civil, que assim poderia resistir melhor à repressão estatal e patronal, estabelecendo uma consciência solidária entre os trabalhadores, distanciando-se daquilo que consideravam ser uma tendência corporativista que permeava a mentalidade da estrutura sindical brasileira durante a segunda metade do século XX, percebida como uma concepção de organização sindical que enfraquecia os movimentos sindicais dos trabalhadores ao dividi-los entre si e fazê-los refletir apenas sobre questões relacionadas às próprias categorias.

Este espírito de solidariedade vinha sendo cultivado pelos trabalhadores que assumiram a direção do sindicato da construção civil, e assim identificamos duas matrizes que influenciavam essa concepção de organização: a mentalidade desenvolvida em meio ao movimento operário sindical desde o período da redemocratização brasileira, que se habituou a denominar de “novo sindicalismo”, e também pela organização que hegemonizava politicamente o sindicato dos trabalhadores da construção civil: o PLP, que, enquanto uma organização comunista, como já analisamos anteriormente, pretendia estar na vanguarda do proletariado brasileiro,

intencionando deste modo construir uma consciência política entre os trabalhadores que apontasse para a sua organização como tática para uma revolução socialista.

Assim, era comum a participação de diretores sindicais e trabalhadores da construção civil nos mais diversos movimentos sindicais e sociais, incentivando os demais operários da categoria a desenvolverem também esta prática.

Esse incentivo pode ser percebido na comunicação entre diretoria sindical e os trabalhadores, quando a reflexão de que a luta por melhores condições de trabalho e de vida para os operários da construção civil passaria por uma necessidade de organização interna destes, mas que esta não poderia encerrar-se em si mesma, e daí a preocupação constante em divulgar e, se possível, atuar junto aos demais movimentos, desenvolvendo uma expectativa de pertencimento a uma classe social na qual a categoria estava incluída.

Esta expectativa, portanto, de articular a luta da categoria como parte da luta geral dos trabalhadores estava presente desde os primeiros momentos em que a direção do sindicato ainda era oposição sindical. Nos boletins do grupo em que divulgavam as suas idéias encontramos passagens desse esforço, como nessa crítica ao governo do presidente José Sarney:

“(...) Devemos atentar que o governo SARNEY defende, ou melhor, representa os interesses desses grandes grupos (econômicos) e é somente mais uma forma de dominação da burguesia. Por isso não se deve lutar somente pelo fim deste governo, mas pelo fim de todas as formas de exploração da classe trabalhadora. Diante de uma inflação de mais de 20%, queda nas atividades industriais; um arrocho salarial nunca visto; (...) convocamos todos os trabalhadores a se organizarem no seu sindicato e na CUT e partirem para a luta contra a exploração capitalista em busca da alternativa de poder dos trabalhadores, que é o socialismo”.²⁷⁷

Nesta expectativa apresentada em fortalecer os movimentos dos trabalhadores, a atuação junto à CUT era uma questão fundamental para a

²⁷⁷ Boletim informativo da “Oposição na construção civil”, nº 03, agosto de 1988.

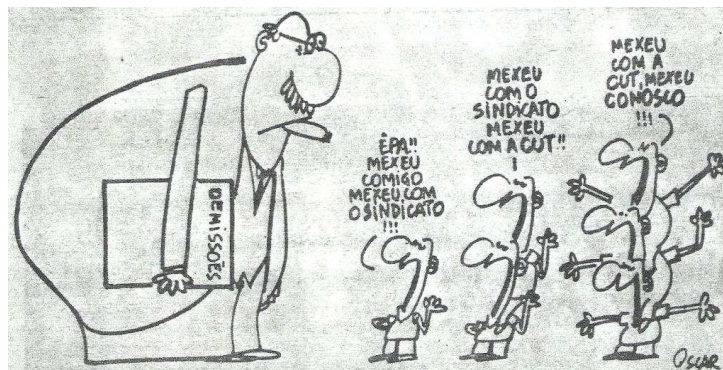
direção sindical. Desde o início da sua formação, o grupo de trabalhadores que organizou a oposição sempre se apresentou como defensor das bandeiras de lutas representadas por essa central sindical, através dos textos políticos para a divulgação junto à categoria e nas imagens concebidas nos desenhos que os acompanhavam, com a idéia de que o sindicato que representa os interesses da categoria deve ser de luta, e, portanto, deve ser um sindicato cutista:



Gravura impressa no Boletim da oposição sindical, de outubro de 1989.

Como podemos perceber em algumas passagens da pesquisa, esta central sindical era percebida pela direção do sindicato dos trabalhadores da construção civil como um sindicalismo forte, de luta, que representava os interesses dos trabalhadores organizados do país, antítese do sindicalismo pré-redemocratização, percebido como pelego e burocrático, cujo representante desse momento era a CGT – Central Geral dos Trabalhadores. A CUT seria, portanto, um espaço excepcional para a intervenção no movimento sindical, constituindo-se num espaço privilegiado que deveria ser ocupado pelo sindicato dos trabalhadores.

Assim, a direção sindical fez um enorme esforço em divulgar a bandeira de filiação da entidade dos trabalhadores como condição de fortalecimento do movimento sindical da construção civil e brasileiro:



Gravura impressa no Boletim da oposição sindical, de outubro de 1989.

Deste modo, quando o grupo assumiu a direção do sindicato, a sua concepção sindical voltada para as premissas de aglutinação comum da luta do proletariado continuou a se desenvolver intermitentemente. No jornal operário da entidade, artigos como este, intitulado “Trabalhadores contra os patrões”, divulgavam as mobilizações de outros movimentos de trabalhadores que ocorriam no Estado:

- “* Telefônicos estão em Campanha Nacional. Em Fortaleza, paralisaram a Embratel por 24 horas na quarta-feira (22/11).
- * Servidores Públicos Federais – em greve a nível nacional.
- * Metalúrgicos do Ceará – em greve, paralisaram as fábricas CIBRESME, MOVAÇO, HISPANO, FAE e BOMBAS KING.
- * Previdenciários em greve nacional desde 01/11.
- * Comerciais em ritmo de Campanha Salarial.
- * Foi eleita para o Sindicato dos Servidores Públicos Federais a chapa Cutista.
- * Greve vitoriosa dos Eletricitários, onde ficou a vista de todos a truculência do Tasso Jereissati, quando mandou a polícia desalojar trabalhadores em luta pelo cumprimento do dissídio coletivo.
- * Trabalhadores rurais: Amontada e Itapipoca estão acampados na sede do INCRA na luta pela terra.
- * Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil esteve presente na construção da CUT regional do Sertão Central em Macaoca, perto de Madalena.

* Foi realizado ato público em protesto contra a UDR e o latifúndio em Quixadá (25/10), onde estiveram presentes o MST, o PT, O PLP e o nosso Sindicato”.²⁷⁸

Também no estatuto aprovado no I Congresso dos trabalhadores, podemos observar que essas premissas são fundadas enquanto diretrizes da práxis que então seria desenvolvida:

“ART. 3º - São deveres do Sindicato.

(...) VI – Manter relações com os associados de categorias profissionais, para a concretização da solidariedade e defesa dos interesses da classe trabalhadora;

VII – Colaborar e defender a solidariedade entre os povos para concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo.

VIII – Estimular a organização por local de trabalho e por empresa.

ART. 4º - O Sindicato poderá filiar-se a entidades sindicais nacionais e internacionais, desde que previamente autorizado pela assembléia”.²⁷⁹

Neste mesmo congresso aprovou-se a filiação do sindicato à CUT, sendo inclusive uma questão tratada como ponto de pauta. A alegação que a diretoria do sindicato fez ao chamar para essa discussão sobre a filiação foi que

“a proposta da Central Única dos Trabalhadores é unificar as lutas dos Trabalhadores em nosso país, como forma de fortalecê-la e avançar, tanto na organização como no campo político. A CUT, durante estes anos, se caracterizou por sua combatividade e independência de classe. Não conchava com os patrões e está sempre do lado do trabalhador. Neste congresso estaremos discutindo a filiação do nosso Sindicato a CUT, onde debateremos a

²⁷⁸ Jornal *A Voz do Peão*, nº 05, dezembro de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

²⁷⁹ Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, aprovado na Assembléia Geral ocorrida ao final do I Congresso dos trabalhadores dessa categoria nos dias 05 e 06 de agosto de 1989. Arquivo desse sindicato.

função da Central, sua história e sua atuação hoje no Movimento Sindical”.²⁸⁰

Assim, no debate ocorrido nesse congresso sobre a filiação do sindicato à CUT, podemos observar as expectativas que os trabalhadores possuíam desta:

“(...) Tá todo mundo no mesmo barco, aqui não tem divisão política, nós estamos vendo como é o socialismo. Então, é nessa hora que a gente diz: Pratique mesmo! Quando nós vamos pro campo da luta, da CUT, certo, é que nós vamos ensinar (para) um outro trabalhador da construção civil. A gente não está só, não! Sapateiro, metalúrgicos, bancários, é que nós vamos mostrar que isso aqui é quebrar (com o) corporativismo, certo?”.²⁸¹

Contudo, durante o congresso houve divergências entre os trabalhadores, pois que alguns deles defendiam a filiação à CUT, mas não naquele momento, o que motivou várias intervenções sobre o porquê de se filiar à central. Os argumentos teriam se desenvolvido da seguinte forma:

“(...) eu gostaria que ficasse bem claro aqui, que quando nós criamos o movimento de oposição a construção civil, a CUT tem levantado conosco a bandeira de luta. Ninguém aqui, nem eu, a maioria pelo menos, não é contra a filiação, todos nós achamos que é até uma questão de coerência. Agora o que eu acho e talvez alguns achem e talvez até nem achem é que esse congresso não preparou os trabalhadores, pelo menos a maioria, para essa filiação agora. Os trabalhadores não leram, acho que a maioria dos delegados não leram, nem essa proposta da filiação a CUT e nem mostraram para os seus companheiros, colegas de trabalho, não é porque não quissem, é porque não deu tempo. (...) Tem que mostrar pro

²⁸⁰ Jornal *A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

²⁸¹ Depoimento transcrito do então diretor sindical Raimundo Carvalho Santiago, por ocasião do 1º Congresso dos Trabalhadores da Construção Civil. Arquivo do sindicato da categoria.

trabalhador o que é a CUT, as propostas e o estatuto principalmente”.²⁸²

Logo após essa fala, alguns trabalhadores e de diretores sindicais contra-argumentaram, expondo os seus motivos. Escolhemos duas delas para melhor explicitar as expectativas quanto à central:

“(…) Esse sindicato aqui foi construído, foi retomado para o lado do trabalhador com a bandeira da CUT, é a história dessa reconquista. Todos os trabalhadores que passaram pelas assembléias ou pelas greves, ou vieram e viram com seus próprios olhos a bandeira da CUT e identificaram nos companheiros da CUT, companheiros combativos e companheiros de luta. A gente não pode adiar, é um momento importante, vamos filiar agora (…)”.

“(…) quando a gente chega nos canteiros de obra, que a gente diz aos trabalhadores que a gente deve filiar o nosso sindicato à Central Única dos Trabalhadores, eles identificaram muito bem. Quem é que tava na greve, quem é que tava acompanhando a greve (de março de 1989)? Era só os trabalhadores da construção civil? Não, era não, companheiros. Eram os bancários, eram os estudantes, eram os professores, eram os motoristas e eram diversas categorias que estão aí. E todas essas categorias estão defendendo a bandeira da CUT, entendeu? (...) A central é como que seja um tronco que sustenta os sindicatos de luta, os sindicatos que estão no caminho, no lado dos trabalhadores, os sindicatos que são pelegos, que não estão do lado dos trabalhadores, não é divulgado, não está no campo da luta, não está junto à CUT, não. E porque a CUT é taxada de baderneira? Os companheiros vêem muito bem no Jornal Nacional a CUT muitas vezes sendo taxada de baderneira, disso e daquilo, por quê? Porque está do lado dos trabalhadores, está na luta (...)”²⁸³

²⁸² Depoimento transcrito do trabalhador Francisco Glauber Tamariana, eleito suplente do conselho fiscal pela chapa de oposição, em 1989. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

²⁸³ Depoimentos transcritos, respectivamente, de um trabalhador identificado apenas com o seu primeiro nome, Getro, e do diretor sindical Raimundo Pereira de Castro. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

Com apenas um voto contrário, a proposta de filiação foi aprovada, sob o grito entusiasmado dos presentes: “Central Única dos Trabalhadores” e “Lutar, vencer, a única saída é o povo no poder”.

Assim, após esta decisão, com um artigo intitulado “Trabalhadores avançam e filiam o sindicato a CUT”, o órgão de divulgação anuncia o seu significado político:



“(...) a categoria não só passou a acreditar em si mesma, como passou a entender que sua força está na organização e união de todos contra o inimigo comum. (...) A CUT não é apenas a união de vários Sindicatos, muito menos as suas direções. A CUT representa uma proposta de Sindicalismo Classista que não conchava com os patrões e seu governo e defende, sem vacilos, os verdadeiros interesses da Classe Trabalhadora (...), ficamos mais fortes e contribuimos para o crescimento da luta dos trabalhadores, tanto na organização como no campo político”.²⁸⁴

Se diretoria sindical apregou desde o primeiro momento a filiação a CUT, faz-se necessário uma pequena digressão analítica para refletirmos o desenvolvimento histórico desta entidade, suas concepções e propostas para podermos apreender melhor o porquê de tal desígnio.

A Central Única dos Trabalhadores surgiu em 1983, quando se realizou na simbólica cidade de São Bernardo o Iº Congresso da CUT – Concut. Citando Vito Giannotti e Sebastião Neto, no período da redemocratização

²⁸⁴ Jornal *A Voz do Peão*, nº 01, agosto de 1989.

“o sindicalismo burocrático, pelego, tipicamente fisiológico (...) perde terreno. Os longos anos de crítica, teórica e prática ao sindicalismo atrelado e conciliador estão começando a influenciar amplas camadas de trabalhadores. Uma parcela não insignificante de trabalhadores fala com desinibição de ‘classismo’ ou ‘sindicalismo classista’. É nesse contexto que a CUT constrói seus princípios”.²⁸⁵

A proposta de sindicalismo que surge nesse bojo possuiria duas influências diferenciadas: as oposições sindicais e os sindicalistas autênticos:

“A fonte das oposições trouxe para o leito da CUT uma crítica arrasadora da velha estrutura sindical: necessidade de total desatrelamento do Estado, fim do populismo, ênfase na participação da base na vida sindical, dando destaque à Comissão de Fábrica como ‘escola do poder operário’. A fonte dos sindicalistas autênticos trouxe para a CUT sua prática de grandiosas mobilizações de massas, sua capacidade de pôr em funcionamento a máquina sindical em função da organização das lutas, rejeitando para um plano secundaríssimo o velho assistencialismo que desvirtuava a visão sindical dos trabalhadores”.²⁸⁶

Esses autores destacam a “postura ideológica da CUT (que) foi se definindo (em meados da década de 1980) cada vez mais num sentido classista, anticapitalista, isto é, negação de qualquer pacto social capaz de estabelecer uma trégua entre as classes”.²⁸⁷ Essas concepções são consolidadas no II Congresso Nacional, quando os delegados presentes teriam aprovado, por unanimidade, um documento com os princípios da entidade:

“A CUT repudia essa situação de exploração e miséria imposta à classe trabalhadora e tem como compromisso a defesa de interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Portanto, a CUT tem como

²⁸⁵ GIANNOTI, Vito, e NETO, Sebastião. *CUT, por dentro e por fora*. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, 1991. pp. 42 e 43.

²⁸⁶ Idem. Op. Cit, p. 43.

²⁸⁷ Idem, ibidem, p. 58.

preocupação política permanente a articulação das lutas em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, com as transformações de fundo da sociedade em direção à democracia e ao socialismo”.²⁸⁸

Por sua vez, Paulo Sérgio Tumolo reflete que este II Concut “se caracterizou também pela formalização das tendências internas” formadas a partir de concepções e práticas sindicalistas diferenciadas desses agrupamentos, provocando divergências que modificariam os rumos da CUT. Estas modificações se fizeram sentir com mais intensidade no III Concut:

“Todavia, se as características apontadas anteriormente tornaram-se a ‘marca registrada’ da CUT neste primeiro período (...), tal quadro começa a se alterar no final da década de 80, sendo que há um consenso entre os diversos estudiosos, apesar de suas divergências analíticas e político-ideológicas, de que o III Concut, realizado em Belo Horizonte em 1988, foi um dos marcos mais importantes neste processo”.²⁸⁹

O autor destaca que, neste III congresso cutista, iniciava-se uma delimitação mais nítida entre dois campos que concebiam compreensões distintas de sindicalismo, e cita Leôncio M. Rodrigues para explicar que tal fenômeno se devia pelo fato de que a tendência majoritária da CUT defende

“(...) uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; (enquanto que) outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista”.²⁹⁰

Assim, Tumolo faz uma interessante discussão acerca dos embates que esses dois campos irão travar a partir do III Concut, citando outros

²⁸⁸ Documento final aprovado no II Congresso Nacional da CUT, realizado no Rio de Janeiro, em 1986. Apud Giannotti, Vito, e NETO, Sebastião. Op. Cit., p. 51.

²⁸⁹ TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 116.

²⁹⁰ RODRIGUES, Leôncio M. *CUT. Os militantes e a ideologia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990, p. 23 apud TUMOLO, P. S. Op. Cit., p. 117.

autores²⁹¹ que corroboram para uma análise dos significados da hegemonização da central pela tendência Articulação Sindical, de um lado, e a oposição, de outro, representada principalmente pela tendência “CUT pela Base”.

As discussões ocorridas neste III Concut delineavam-se sobre questões relacionadas à negociação com setores empresariais e os governos para a obtenção de vantagens econômicas para os trabalhadores, mas sem transgredir a lógica da economia de mercado ou apresentar a idéia de construção de uma nova sociedade, e também questões relacionadas a participação de delegados nos fóruns cutistas, que a tendência majoritária nesse congresso fez com que se aprovasse medidas que diminuiriam enormemente o seu número – fazendo com que se iniciasse um processo de burocratização da entidade, cuja intencionalidade seria a de diminuir os espaços da oposição à Articulação Sindical.

O desenvolvimento dessa concepção sobre o papel da CUT e as relações do sindicalismo que ela representaria se consolidou na virada da década de 80 para a de 90, segundo Tumolo, concretizando-se no IV Concut:

“Realizado em 1991, com a presença de apenas 1.554 delegados – resultado das decisões do congresso anterior – e numa conjuntura completamente diversa daquela do final dos anos 70 e início dos 80, tendo como pano de fundo a conformação do novo padrão de acumulação de capital que imperava nos países centrais, no qual o Brasil já tomava a iniciativa de se inserir, o colapso da maioria dos países socialistas e, do ponto de vista sindical, o surgimento e crescimento da Força Sindical, o congresso recolocou na ordem do dia a discussão, ou melhor, o embate entre as diversas correntes políticas que disputavam a estratégia a ser trilhada pela CUT”.²⁹²

²⁹¹ Toda a discussão de Paulo Sérgio Tumolo é baseada em citações riquíssimas de vários autores, e achamos importante citá-los tanto para o conhecimento geral, como também por questão de coerência ética. São eles: ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1995; COSTA, S. *Tendências e centrais sindicais*. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. Goiânia; São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995; GIANNOTTI, Vito. *Collor, a CUT e a Pizza*. São Paulo: Editoras Página Aberta e Escrita, 1993; GIANNOTTI, Vito e LOPES NETO, S. *CUT ontem e hoje*. São Paulo: Editora Vozes, 1991; RODRIGUES, I. J. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. Tese de Doutorado, USP. São Paulo, 1993; RODRIGUES, Leôncio M. Op. Cit.

²⁹² TUMOLO, Paulo S. Op. Cit., p. 121.

A década de 1990 surgia com imensos desafios para o movimento sindical brasileiro: No âmbito internacional, o processo de esfacelamento dos países do “socialismo real” e a sua reestruturação capitalista; no âmbito nacional, a derrota nas eleições presidenciais de 1989 da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, apoiada pela CUT e pela maioria dos movimentos sociais brasileiros, e a vitória de Fernando Collor de Melo e seu projeto de reorganização do Estado e da economia brasileiras, em consonância com a recomposição orgânica do capitalismo mundial.

As divergências sobre o entendimento dessas questões e as formas para se lidar com elas aprofundaram mais ainda o fosso que separava a concepção majoritária da Articulação Sindical e a oposição dentro da CUT; esta entendia a proposta da primeira como social-democratizante, personificada na filiação da CUT à CIOLS²⁹³ e na participação em reuniões de entendimento nacional com a burguesia e o governo – os pactos sociais. A oposição era constituída, conforme já expusemos, pela “CUT pela Base”, mas também pela Corrente Sindical Classista (PC do B) e outros grupos formavam um bloco denominado “Antártica” (Anti-Articulação). Dentre os grupos que participavam deste bloco, um deles era o *Partido da Libertação Proletária*.

Destarte, se as premissas de organização coletiva dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza fazem parte de uma estratégia de se conceber um sindicalismo político, de embate contra os empresários da construção civil e o Estado, desenvolvendo uma consciência anticapitalista junto à classe operária e tendo a CUT como referencial dessa proposta, isto se deve, como afirmamos anteriormente, às concepções de sindicalismo desenvolvido por um amplo segmento de entidades sindicais desde o período da redemocratização. Mas também há uma outra explicação para estas perspectivas, e em consonância com esta que refletimos: os interesses do PLP, força política hegemônica na categoria dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza e que também atuava no interior dessa central.

²⁹³ Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres; central sindical que reúne sindicatos norte-americanos e europeus; organiza-se através de uma estrutura verticalizada, defendendo uma concepção político-sindical de negociação das condições de trabalho – sem questionar as relações capitalistas de produção.

Se a Central Única dos Trabalhadores era objeto de disputa entre dois campos que possuíam divergências de compreensão de sindicalismo, o PLP intervia claramente no sentido de defender uma concepção anticapitalista para a entidade, que, como já frisamos, fazia parte da sua estratégia de construir uma sociedade socialista.

Esta estratégia fazia com que as intervenções no interior da central se opusessem ao bloco da Articulação Sindical, apostando numa crescente organização coletiva dos trabalhadores numa perspectiva anticapitalista de lutas de classes.

O contexto em que a nova diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil organizava a categoria era justamente o mesmo em que os embates no interior da CUT se faziam mais agudos e, portanto, a imediata filiação do sindicato, representativo de uma categoria composta por mais de 15 mil trabalhadores da região metropolitana de Fortaleza, daria um peso considerável para os grupos (no caso, para o PLP e também para a Pastoral Operária, que fazia parte do bloco “CUT pela Base”) que se opunham à política hegemônica da Articulação na Central.

No mesmo jornal do sindicato que noticiava a adesão deste à CUT, um outro artigo, intitulado “Congresso de reconstrução da CUT Regional de Fortaleza”, noticiava:

“Levantando a bandeira da CUT, estamos construindo uma ferramenta das mais importantes na organização dos trabalhadores e contribuindo para educá-los para enfrentar a luta contra os patrões e o seu governo. Nos dias 25, 26 e 27 de agosto os trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza vão participar do Congresso de Reconstrução da CUT Regional de Fortaleza. (...) Devemos eleger 1 (um) delegado para 300 (trezentos) sindicalizados mais três delegados pela entidade filiada. Dessa forma, vamos eleger 20 (vinte) delegados ao Congresso da CUT. A eleição se dará em assembléia geral no dia 16 de agosto, quarta-feira, às 18:00h, na Sede do Sindicato”.²⁹⁴

²⁹⁴ Jornal *A Voz do Peão*, nº 01, agosto de 1989.

Portanto, se o Partido da Libertação Proletária atuava no interior da CUT, naturalmente ele estaria interessado em mandar o máximo de delegados possíveis para defender as suas propostas nesse congresso cutista.

Se pensarmos que a diferença entre a decisão de filiação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e o dia marcado para a realização da assembléia para a retirada de delegados da categoria que participariam do congresso regional cutista foi de apenas dez dias (do dia seis para o dezesseis), e que nesse ínterim foi editado e distribuído *A Voz do Peão* informando os trabalhadores da decisão de se juntar à CUT e conclamando-os a se fazerem presentes nesta assembléia de tiragem de delegados, vemos também a possibilidade do PLP (e mesmo a “CUT pela Base”, através da Pastoral Operária) eleger vários delegados para defender as suas concepções político-sindicais.

Não estamos afirmando que a filiação do sindicato dos trabalhadores da construção civil à CUT teria ocorrido por uma determinação casuística da força política majoritária na entidade. A questão da filiação já vinha sendo defendida abertamente desde os tempos da oposição, e a não integração a esta central seria uma derrota para a direção sindical; a questão se situaria em torno dos interesses convergentes dos sujeitos nesse processo: trabalhadores, diretores e forças políticas, cada um com expectativas similares em relação à CUT.

Assim, estabelecendo redes de solidariedade no interior dos movimentos sociais e sindicais com a expectativa de ajudar na organização coletiva dos trabalhadores enquanto classe social, intervindo no interior da Central Única dos Trabalhadores contra as posições que consideravam sociais-democráticas e pró-economia de mercado e desenvolvendo uma compreensão anticapitalista entre os trabalhadores da categoria, tendo como concepção um sindicalismo classista que negava qualquer relação de compromissos ou pactos com setores empresariais ou governamentais, diretores sindicais e trabalhadores da base vão constituindo as suas experiências vivenciadas no seu cotidiano operário.

E é com essa artilharia que eles iriam lidar com os empresários das construtoras de Fortaleza e com o Estado, como discutiremos a seguir.

3.3 - As relações entre trabalhadores e capitalistas na Construção Civil: concepções e estratégias políticas entre 1990 a 1995

(...) de onde vem a indiferença temperada a ferro e fogo?
 quem guarda os portões da fábrica?
 o céu já foi azul, mas agora é cinza
 e o que era verde aqui já não existe mais
 quem me dera acreditar que não acontece nada
 de tanto brincar com o fogo
 que venha o fogo então
 (Legião Urbana – Fábrica)

As relações sindicais entre trabalhadores e empresários da construção civil foram alteradas desde o início pelos primeiros, fazendo-se necessário a utilização de outros mecanismos (além dos já tradicionais, claro) por parte destes últimos para o estabelecimento de táticas para lidar com a nova realidade.

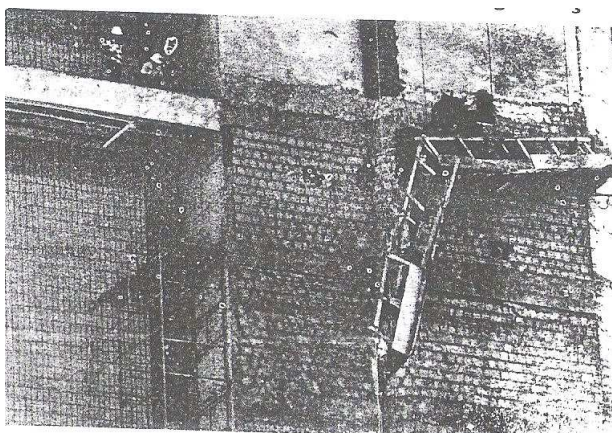
A nova diretoria do sindicato dos trabalhadores, fazendo um balanço do seu primeiro semestre à frente da instituição, avançava na ofensiva de organizar a categoria contra os proprietários das grandes construtoras:

“Depois de tantos anos sem encaminhar as lutas dos trabalhadores e com uma Diretoria que fazia o jogo dos patrões, o Sindicato (...) não tinha o apoio nem a participação da categoria. Hoje a história é outra. Com a eleição da nova Diretoria, (...) os trabalhadores passaram a entender o Sindicato como uma arma importante na luta por melhores condições de vida e de trabalho. E é isso que estamos fazendo. Organizando os trabalhadores no local de trabalho, para que possamos, juntos, combater a exploração dos patrões e a sua ganância, cada vez maior, pelo lucro. (...) Logo em janeiro, iniciamos a nossa Campanha Salarial/89. Visitamos a maioria dos canteiros-de-obra e escritórios, discutindo com os companheiros a nossa proposta para apresentar aos patrões. Realizamos grandes assembléias (...). Os patrões (...) não quiseram negociar e apostaram

no fracasso da Campanha. A categoria não se intimidou e deu a resposta. No dia 07 de março, numa assembléia com quase 1000 operários, decidimos: GREVE POR TEMPO INDETERMINADO. (...) Diante da combatividade e do espírito de luta dos operários, os patrões não tinham outra alternativa: foram obrigados a negociar (...).²⁹⁵

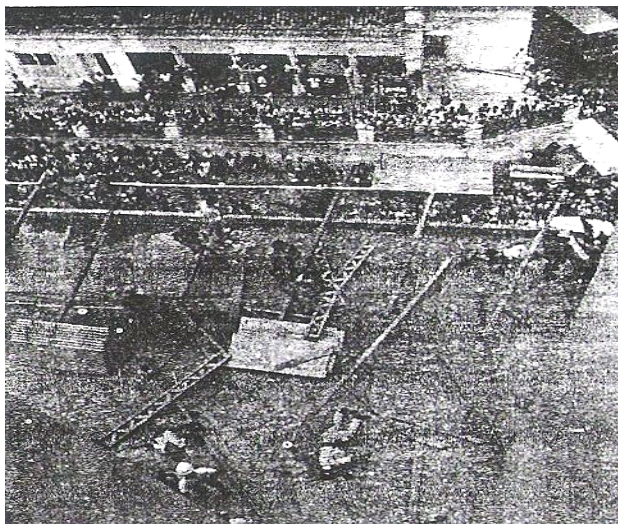
O artigo terminava com a proposta de “avançar na luta, na perspectiva de construir uma sociedade mais justa (...) (e) avançar na organização (do) Sindicato nos locais de trabalho, elegendo comissões nas obras e nos escritórios”.²⁹⁶ O sentido do discurso era bastante claro: os patrões eram gananciosos inimigos de classe: o seu combate permanente deveria ser implementado pela categoria, organizada pelo seu sindicato.

Este desenvolve, sempre que surge a oportunidade, um discurso bem hostil em relação aos patrões. Em artigos regulares escritos n’*A Voz do Peão*, há sempre um caráter de denúncia em relação a eles, como neste que reproduzimos abaixo, intitulado “MORRE MAIS UM COMPANHEIRO – Até quando vamos suportar a Insegurança no Trabalho?”, relatado ao lado das fotos de um acidente:



²⁹⁵ *Jornal A Voz do Peão*, nº 0, julho de 1989.

²⁹⁶ *Idem*.



“Mais um companheiro morre durante o trabalho. Desta vez foi o jovem Eduardo Roseira Da Silva, trabalhador da Construtora Colméia (...). Eduardo era servente de 24 anos, natural de Itatira, primeiro filho de uma família de cinco irmãos. Veio da sua cidade natal à procura de melhores oportunidades de sobrevivência, mas o que encontrou foi uma trave metálica de 30kg que lhe despedaçou o capacete e o crânio (...) A trave despencou do guincho ao qual estava presa no 6º andar e tirou a vida de um trabalhador igual a nós. (...) O mais revoltante de tudo é que Eduardo sequer estava inscrito no seguro em grupo da empresa. Talvez, se o Sindicato não pressionasse a empresa, ela nem sequer pagasse os direitos do companheiro falecido a sua família, que mora em Boa Viagem e trabalha na agricultura. Até a presente data ainda estamos esperando pelo pagamento dos direitos que ainda não foram efetuados. Eduardo estava noivo e pretendia se casar brevemente, mas foi impedido de continuar vivendo devido o descaso da Construtora COLMÉIA que não se preocupou em proporcionar condições seguras de trabalho para Eduardo e seus colegas”.²⁹⁷

No texto, há uma denúncia sobre as condições de trabalho e um ataque visceral que expressa toda a ira de classe:

²⁹⁷ Jornal *A Voz do Peão*, nº 04, novembro de 1989.

“Os acidentes não acontecem por acaso. Vários motivos o condicionaram: desde o descaso para com a educação do trabalhador, que deveria ser uma obrigação das empresas, até a falta de equipamentos de proteção individual (...), que muitas empresas se recusam a fornecer gratuitamente como determina a lei. Mas o motivo principal é a sede de lucro dos patrões, que obriga os trabalhadores a um ritmo alucinante de trabalho, a horas extras estafantes e a cobrança da produção, agravadas ainda mais pela exposição do trabalhador a ambientes perigosos e a equipamentos defeituosos. São os patrões os principais responsáveis pelos acidentes, que pagam salários de fome e negam ao trabalhador uma alimentação adequada. Por isso não são raros os acidentes fatais causados pela tonteira e desmaios em locais elevados. Os patrões vivem no luxo e no ócio (...). Precisamos lutar contra as mortes acidentais na construção civil e contra os verdadeiros responsáveis pelos assassinatos: os patrões (...) (que do trabalhador) devoram também seus dedos, suas mãos, seu sistema nervoso e até sua própria vida (...)”.²⁹⁸

O artigo prossegue com uma colérica acusação também contra o Estado, implicado por sua conivência:

“(...) A polícia não fez sequer um inquérito para apurar as responsabilidades pelo acidente. Não é possível culpar o acaso pela morte do companheiro Eduardo, uma vez que este não é o primeiro acidente fatal na Construtora COLMÉIA e até agora nenhum de seus Diretores foi indiciado criminalmente”.²⁹⁹

A culpabilidade pelos acidentes de trabalho é constantemente atribuída aos empresários do setor pela direção do sindicato dos trabalhadores, juntamente com a permissividade desenvolvida pelos órgãos do Estado. Os acidentes são ressignificados como assassinatos pela exploração capitalista, com a cumplicidade do Estado em não inspecionar as cláusulas de segurança nos locais de trabalho, assinadas em acordos coletivos, e em não

²⁹⁸ Idem
²⁹⁹ Idem.

responsabilizar criminalmente os empresários por isso. As notícias sobre tais acidentes trazem sempre essa perspectiva, além de uma representação humanizada dos operários mortos nos locais de trabalho: quem eram, onde moravam, a família que deixam desprovidas etc., como nesse artigo:

“19 de novembro: mais dois operários mortos – É muito fácil entender as causas imediatas destes dois terríveis acidentes que vitimaram mais dois companheiros. O primeiro, servente da Construtora Nordeste, casado, 23 anos e pai de um filho, foi eletrocutado no balde do foguete. O segundo, servente da Construtora Arcos, casado, 22 anos, pai de um filho e a mulher gestante, teve a cabeça decepada pelo guincho. Precisamos entender as causas que os patrões tentam esconder, culpando a própria vítima pelo acidente. Um não estava usando capacete e o outro foi vítima de uma ligação feita na gambiarra. Tanto os patrões querem economizar com capacetes, botas e luvas, como querem rapidez na construção do edifício economizando tempo com ligações elétricas improvisadas. Tudo para aumentar a taxa de lucro, mesmo que para isso paguemos com nossas vidas ou com a mutilação dos nossos corpos. Como de costume, nenhum patrão na cadeia, e as famílias das vítimas condenadas a passar necessidade pelo resto da vida”.³⁰⁰

O sindicato dos trabalhadores desenvolve, portanto, uma concepção tática de denúncias contra as empresas e contra o Estado, entendido como uma instituição a serviço do patronato, e nessa disputa, utiliza-se do seu órgão oficial de comunicação com os operários, *A Voz do Peão*, cuja publicação mensal traz artigos sobre aquilo que se considera bandalheira pelos empresários. Em artigos freqüentes e intitulados “Conhecendo as Empresas”, há acusações variadas³⁰¹:

“No mês passado, o canteiro-de-obra da Construtora MARQUISE, na Beira-mar, parou suas atividades. Todos os operários deixaram de trabalhar para exigir, entre outras coisas, a volta do pagamento

³⁰⁰ Jornal *A Voz do Peão*, nº 05, dezembro de 1989.

³⁰¹ Os dois primeiros artigos citados estão no jornal *A Voz do Peão*, nº 01, agosto de 1989, e os dois últimos estão no nº 02, setembro de 1989.

semanal. A empresa que queria continuar aplicando o dinheiro nos bancos, lucrando ainda mais em cima dos salários dos operários, tentou esmagar a Greve, demitindo 40 operários e, através de ameaças, inclusive a presença da polícia, obrigou o restante a trabalhar, após uma semana de paralisação”.

“A Construtora QUIXADÁ vem tentando de todas as formas enrolar os direitos dos trabalhadores. Com o Dissídio Coletivo de 10 de abril passado, conseguimos reposição salarial de 92,25% a partir de 11 de março. A empresa se negou a pagar as diferenças salariais e não aceitava qualquer negociação. Os operários se reuniram, se organizaram e deram a resposta: GREVE (...) e as diferenças foram pagas”.

“(...) Em agosto, na empresa SQUADRUS ENGENHARIA o ‘Doutor’ Cláudio Régis de Sá Ari (proprietário) deu-se de cara com uma justa reivindicação por parte dos seus empregados. Trabalhando em condições precárias e ganhando menos que o Salário Mínimo, esses profissionais da área de impermeabilização foram forçados a paralisarem as suas atividades. (...) Os operários foram pressionados e intimidados. Contudo, arrancaram um pequeno aumento e dois foram demitidos injustamente, na tentativa desesperada de barrar o avanço da organização e da luta dos trabalhadores. Está provado mais uma vez que, quando se trata de patrão, todos têm a mesma cara, só muda a maquiagem”.

“A Construtora ENGRI, numa atitude arbitrária e injusta, vem perseguindo, de todas as formas, um dirigente sindical que trabalha na empresa. O Setor jurídico do Sindicato já colocou a empresa na justiça. Esse fato mostra o que os patrões são capazes quando os seus interesses estão em jogo. Eles rasgam a Constituição, demitem os trabalhadores e usam a sua própria lei da miséria e da fome, para massacrar a luta organizada dos trabalhadores”.

As greves setorializadas, por empresas ou por profissionais de uma determinada função dentro do canteiro de obras, receberam um impulso

enorme após a primeira greve da categoria, em março de 1989 e são constantes durante o segundo semestre nesse ano, sendo sempre divulgadas pela direção sindical no seu jornal operário. Mas também encontramos exemplos de movimentos desse tipo em jornais da grande imprensa:

“Sem pagamento semanal, não voltamos ao trabalho’. Essa foi a decisão de 144 operários da Construtora Mendonça Aguiar, que entraram em greve por tempo indeterminado, reivindicando o retorno do pagamento salarial por semana, que foi mudado para o sistema quinzenal, há quatro meses. (...) O movimento de paralisação (...) promete se estender às demais construtoras. A próxima na mira é a Nossa Senhora da Conceição, que inclusive já recebeu um abaixo-assinado dos operários, solicitando o desembolso de dinheiro para os trabalhadores. (...) João Batista Fujita (Presidente da Associação das Empresas Construtoras do Ceará – Assecom), da Construtora Estrela, disse que na sua empresa (...) mudou o pagamento semanal para o quinzenal, acrescentando que lá não é preciso greve, porque tudo se resolve no diálogo. Ele reconhece que a inflação alta está corroendo o salário do trabalhador e, no momento, estuda a forma de facilitar uma cesta (básica) para os seus operários (...)”.³⁰²

A organização, as lutas e as vitórias nestes movimentos de pressão exercidos pela categoria são invariavelmente anunciadas, no sentido de que possam desenvolver uma consciência de classe pautada no princípio de antagonização ao patronato:

³⁰² Jornal *O Povo*, primeiro de fevereiro de 1990.



A maior empresa da Construção Civil do país, segundo dados da revista EXAME, aumenta cada vez mais a sua riqueza, através da superexploração dos trabalhadores. Os companheiros que trabalham na OAS eram submetidos a jornadas de trabalho até 02:00hs da madrugada, e se não aceitassem, a demissão era certa.

“A maior empresa da Construção Civil do país, segundo dados da revista EXAME, aumenta cada vez mais a sua riqueza, através da superexploração dos trabalhadores. Os companheiros que trabalham na OAS eram submetidos a jornadas de trabalho até 02:00hs da madrugada, e se não aceitassem, a demissão era certa. Além da tamanha exploração, os patrões ainda não pagavam as horas-extras totalmente, o que revoltou profundamente todos os trabalhadores. O Sindicato passou a visitar o canteiro, a conversar com os companheiros e resolvemos procurar a direção da empresa no Ceará, para colocarmos que não aceitávamos a situação de maneira nenhuma. A direção não quis negociar, não nos reconheceu e fechou todos os canais de negociação. Construimos a greve e durante o processo a resistência foi grande, tivemos que forçar a negociação, sofremos ameaças de demissão, porém **a grande maioria** permaneceu parada e, depois de 3 dias, a greve foi vitoriosa. Vitórias conseguidas: pagamento das horas-extras que a empresa devia (...); horas-extras só quando o trabalhador concordar; Não cortar os pontos dos dias parados; não demitir”.³⁰³

Ao final desse artigo, a reflexão educativa comum que a diretoria utiliza exaustivamente para o desenvolvimento de uma consciência política socialista dos operários:

³⁰³ Jornal *A Voz do Peão*, nº 03, outubro de 1989.

“Temos que ter claro que essas grandes empresas são grupos econômicos (pois além de terem construtoras, tem terras, indústrias de pesca), crescem cada vez mais em cima do trabalhador (...). A nossa resposta é a nossa LUTA, a nossa organização nos canteiros, as comissões-de-obra, a luta por melhores salários, a greve e a luta pela construção do socialismo, sociedade onde os trabalhadores que produzem todas as riquezas, desfrutam das riquezas que o seu trabalho produz. Sociedade onde teremos escola, sistema de saúde gratuita, moradia etc”.³⁰⁴

Um outro fato que gostaríamos de chamar a atenção é que os diversos exemplos de denúncias que reproduzimos ocorrem contra variadas construtoras, e que utilizamos tais exemplos para demonstrar propositadamente que a problemática envolvendo as condições de trabalho não pode ser atribuída a casos de empresas isoladas: são problemas generalizados entre as construtoras, evidenciando o nível de exploração a que os trabalhadores da construção civil de Fortaleza são submetidos nesse contexto histórico.

A resposta que a diretoria sindical dos trabalhadores dá aos empresários, portanto, é a denúncia constante destes e do Estado, chamando à organização e mobilização da categoria para a resistência anticapitalista:

“Vivemos numa sociedade profundamente injusta: a sociedade capitalista. Nesta sociedade, os trabalhadores estão sem moradia, sem alimentação, sem escola, sem saúde e sem dignidade. Enquanto isso, os patrões estão esbanjando luxo e dinheiro, explorando o suor de quem trabalha. Os patrões têm sob seu comando direto ou através de representantes, o controle do Estado, do Exército, da Polícia e das Leis que eles mesmos fizeram para manter tudo como está. Como a sociedade é palco da luta de classes, entre os trabalhadores e os patrões, estes sentem a necessidade de estar muito bem organizados em associações patronais para manter e aumentar o saque que fazem sobre a classe trabalhadora (...), os burgueses tentam a todo custo manter

³⁰⁴ Idem.

desorganizados os operários, conspiram contra o Sindicato e agridem seus Diretores (...), fazem tudo isso porque no fundo morrem de medo dos operários organizados, porque sabem que todas as riquezas passam pelas mãos dos trabalhadores e porque os patrões são peças descartáveis no processo produtivo, como acontece no socialismo (...).³⁰⁵

Esta citação é de um artigo para a preparação da segunda Campanha Salarial da categoria, a de 1990, quando a diretoria se propõe a organizá-la para avançar nas reivindicações salariais e naquelas que não teriam sido atendidas na campanha de 1989, como o fim do trabalho nos dias de sábado. O artigo, escrito n'A voz do Peão, em cuja capa traz uma gravura abaixo reproduzida e um sugestivo título "PREPARE-SE PARA LUTAR!", demonstra a perspectiva direcionada pela diretoria sindical:



“(...) Existe algum operário satisfeito com o seu salário? Acreditamos que não. É quase impossível ficar satisfeito com os salários na sociedade capitalista, porque nunca recebemos tudo daquilo que produzimos: a parte principal vai ser o lucro dos patrões, (...) aliados com os latifundiários, enxotam os lavradores do sertão que vem para as cidades se tornarem um volumoso exército de reserva. E como a procura por empregos é quase ilimitada, os patrões pagam salários miseráveis como os que recebemos hoje na construção civil. Mas

³⁰⁵ Jornal A Voz do Peão, nº 05, dezembro de 1989.

existe um fato que não podemos esconder: nenhuma obra cresce sozinha no chão. Ela só cresce porque nós a construímos e patrão nenhum deste mundo pode negar isso. Por isso companheiro, reconheça o valor que você tem e não aceite as coisas como estão (...), já perdemos quase tudo, só falta perdermos o medo”.³⁰⁶

Iniciava-se dessa forma a Campanha Salarial de 1990. Com mais tempo para organizar o planejamento desta e com a experiência da campanha de 1989, a diretoria sindical organiza um seminário com a seguinte programação:

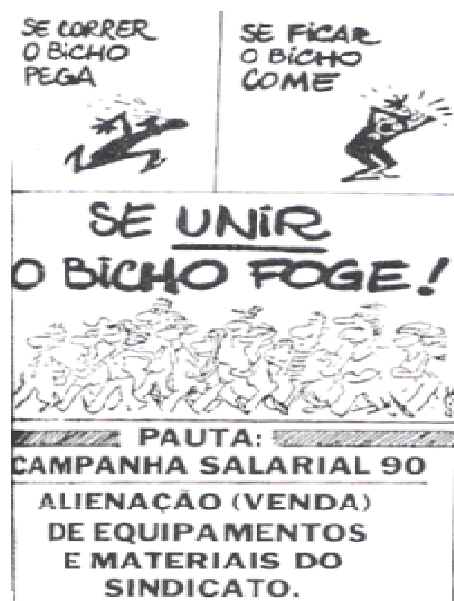
“Dia 10 de dezembro – 08:00 as 09:00 – Exposição sobre o operário da Construção Civil e a realidade Nacional e Local.

09:00 as 12:00 – Debate Livre.

14:00 as 16:00 – Campanha Salarial/90 – A luta política contra os patrões.

16:00 as 17:00 – Estruturação orgânica da Campanha”.³⁰⁷

Após o seminário, a organização da Campanha ganha corpo, com a distribuição d’*A Voz do Peão* e de panfletos convocatórios para a assembléia que discutiria e aprovaria a minuta das reivindicações trabalhistas:



³⁰⁶ Idem.

³⁰⁷ Panfleto convocatório para o Seminário de organização da Campanha Salarial de 1990.

“Precisamos de melhores salários e melhores condições de vida. Por isso vamos cobrar o que o que os patrões nos devem e, se for preciso, faremos greve pelo atendimento dos nossos direitos. Vamos nos organizar para conquistar mais uma vitória”.³⁰⁸

O sindicato dos trabalhadores se propõe inclusive a vender uma parte do seu patrimônio como forma de sustentar o esforço de uma provável greve durante a campanha. Sobre este problema, o ex-diretor Jânio Vidal problematiza a inexperiência dos membros do sindicato na época:

“(…) O sindicato (estava) sem estrutura para a greve de 90 porque não tinha dado tempo a gente estruturar, porque a gente chegou no sindicato, ele não tinha nada. Aí nós tínhamos que comprar carro de som, contratar advogados, contar com um departamento jurídico, contratar funcionário. Todo o dinheiro em termos de arrecadação, que aumenta com a adesão de todo mundo, com a refiliação de todo mundo, com o desconto assistencial, aí, fato da inexperiência, talvez, todo o dinheiro do sindicato (...) nós gastamos em 89. Quando chegou em março de 90, a gente foi fazer campanha salarial com o dinheiro normal do mês, e aí, a alimentação, porque na construção civil a turma tem que se alimentar; ônibus, uns vão pra praça Portugal, outros vão a pé. Nós temos 4 mil trabalhadores na praça Portugal, pra ir pra casa, (precisam de) vale-transporte. Então, toda greve você tem que dar pros trabalhadores irem pra casa e voltar no outro dia. Alimentação, (frisa) olhe que alimentação básica, sabe o quê que era? Pão, bolacha e rapadura era a alimentação, não tinha dinheiro pra quentinha, não”.³⁰⁹

A segunda greve geral dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza foi iniciada no dia 13 de março de 1990, após a deliberação da categoria em duas assembléias ocorridas nos dias 08 e 11 de março:

³⁰⁸ Panfleto convocatório para a Assembléia Geral dos Trabalhadores da Construção Civil, que se realizou no dia 21 de dezembro de 1989.

³⁰⁹ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

“Quase 1.500 trabalhadores na construção civil de Fortaleza decidiram na noite de ontem, após assembléia realizada na Praça Portugal, deflagrar uma greve por tempo indeterminado, a partir das 5 horas da próxima terça-feira (dia 13 de março). Eles reivindicam 65 por cento acima do piso salarial para as três categorias – profissional, meio profissional (ou ajudante) e servente -, com o que não concorda o Sindicato dos Empresários, que contempla 20 por cento para as duas primeiras e 8 por cento para os serventes”.³¹⁰

Além do reajuste, os trabalhadores reivindicam o pagamento semanal – cerca de um quarto das empresas o fazem quinzenal, de acordo com o sindicato dos trabalhadores, alimentação (melhoria no café da manhã e implementação do almoço), fim da jornada aos sábados, com inclusão das quatro horas trabalhadas nos dias da semana de trabalho, e mais 77 exigências.

A greve se desenvolve em praticamente todos os canteiros da cidade, com os piqueteiros convocando os trabalhadores a aderirem ao movimento, como nessa imagem abaixo:



Fonte: jornal *Diário do Nordeste*, 14 de março de 1990.

³¹⁰ Jornal *O Povo*, 09 de março de 1990. Os números de trabalhadores presentes são conflitantes: para ex-diretores do sindicato, esse número dado pelo jornal foi uma estimativa da polícia militar, que nessa greve atuou fortemente contra os trabalhadores e assim teria um interesse de diminuir o número de participantes; para os diretores do sindicato, as assembléias ocorridas nesta greve variavam em torno de 3 a 5 mil trabalhadores.

As acusações mútuas entre os dois lados da contenda e seus respectivos discursos tentavam angariar o apoio da categoria e da opinião pública: de um lado, a diretoria sindical dos trabalhadores denuncia os empresários de intransigência nas negociações, de querer dividir a categoria em propor aumentos diferenciados para os trabalhadores profissionais e serventes, além de intimidá-los com um “policiamento ostensivo na maioria dos canteiros de obras”,³¹¹ quando teriam ocorrido incidentes. Segundo o depoimento do diretor Jânio Vidal, teria um caso desses acontecido na Construtora Ádamo, em que “a polícia chegou empurrando todo mundo e, inclusive, fazendo disparos’. O incidente terminou com a prisão do Estudante da Escola Técnica, Valder Lima da Silva, que havia ido se solidarizar com os operários”.³¹² Já um diretor do sindicato patronal, Reginaldo Demétrio, argumenta que os operários

“têm direito a fazer greve, desde que respeitem a propriedade privada’. Segundo Reginaldo, na última terça-feira os grevistas chegaram a invadir cerca de 16 obras, quebrando material, jogando comida no chão e pressionando os trabalhadores. ‘Solicitamos a ação da polícia apenas para resguardar o patrimônio e a integridade física de quem quer trabalhar’, afirmou”.³¹³

O presidente do SINDUSCON, José Martins Soriano, denuncia a atitude dos grevistas, afirmando que

“foi surpreendido, bem como os demais empresários que atuam no setor da construção civil, com a greve dos trabalhadores. ‘Essa greve é inoportuna, pois estávamos com as negociações avançadas. Essa atitude de radicalismo prejudica os próprios trabalhadores’, afirmou. Além do mais, completa, ‘as regras econômicas serão mudadas com a posse do novo presidente da República e todos nós estamos na expectativa que dias melhores virão’”.³¹⁴

³¹¹ Jornal *Diário do Nordeste*, 19 de março de 1990.

³¹² Idem. Esse estudante era um militante do PLP, que apoiou os movimentos da categoria.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Jornal *Diário do Nordeste*, 14 de março de 1990.

A questão da quebraadeira de materiais e instalações nos canteiras é uma prática conhecida pelos trabalhadores com o código “balançar as obras”; na greve de 1990, com o sindicato dos trabalhadores desaparelhado e a recusa da patronal em negociar, as obras começaram a ser balançadas, e poderíamos cogitar se *talvez* tenha havido alguma determinação do comando de greve nesse sentido para pressionar os empresários em reabrir os canais de negociação.³¹⁵ Em que pese essa ponderação, nas greves da construção civil,

“quando ele (trabalhador) vai, que um trabalhador não pára, que as vezes a pressão do patrão, da empresa não deixa o trabalhador sair, aí o trabalhador quando vai, menino, não quer nem saber: o que vem pela frente ele leva, ele quebra mesmo! Pode notar que em qualquer greve que aconteça, em qualquer local eles vão pro confronto mesmo! Quando você vem pro piquete que o pessoal não desce, o peão dá o maior valor, e eles dizem o seguinte, quando bota um mestre ou um engenheiro, que o peão fica enfrentando ele, dá o maior valor porque eles dizem: ‘agora chegou a nossa vez de descontar o que eles fazem com a gente’. Porque ele sabe que não pode fazer na pessoa, mas faz nos equipamentos, nas coisas que têm. Aí sai levando tudo, cara”.³¹⁶

O temor provocado pelas novas experiências em balançar as obras faz com que o presidente do sindicato patronal apele aos trabalhadores para o estabelecimento do diálogo, recusando-se a negociar enquanto estes se mantiverem em greve, considerada desnecessária, já que

“o empresariado moderno está voltado para a melhoria de vida do empregado, pois numa sociedade justa não se permite a convivência com a miséria que aí está’ (...), as conquistas devem surgir através da negociação, ‘o caminho mais correto e prudente’, e que é para serem alcançadas de forma gradual. Segundo o presidente do sindicato patronal, a proposta apresentada pela sua categoria instituiu um salário de NCz\$ 4.041,00 para o auxiliar e servente, e de

³¹⁵ Ainda há ações de indenização das construtoras contra o sindicato dos trabalhadores devido a estas ações de quebraadeira havidas nas greves dos trabalhadores.

³¹⁶ Depoimento de Manuel Farias, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores, dado em 2006.

NCz\$ 5.201,10, para o pedreiro profissional. (...) Ele prossegue dizendo que o operário depende do empresariado e vice-versa e que existe junto ao empresariado, ‘uma preocupação, por sinal, em todos os segmentos da sociedade, de recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores’.³¹⁷

Outra estratégia da patronal é conceder um reajuste diferenciado para profissionais e serventes que entendemos ser uma questão não apenas econômica, mas também uma maneira de dividir a categoria. A isca não teria sido mordida pelo sindicato dos trabalhadores, que se recusaria a fazer diferenciações entre as funções:

“O sindicalista Valdênio Caminha, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, condena a postura dos empresários que insistem em fazer distinção entre o profissional (carpinteiro, pedreiro, bombeiro etc.) e o servente que, segundo ele, é tão importante no trabalho quanto aquele. ‘Ademais, a proposta dos patrões, mesmo para os profissionais e meio-profissionais, é irrisória. E para os serventes, então, nem sequer existe’.³¹⁸

Após uma semana de greve, os operários decidem suspendê-la no dia 20 de março “em virtude da nova conjuntura do País. Cerca de 600 trabalhadores da construção civil compareceram à assembléia geral que decidiu pelo fim do movimento paredista”.³¹⁹ A diretoria do sindicato dos trabalhadores avaliava que a suspensão devia-se as expectativas geradas pelo plano de ajuste econômico do governo Fernando Collor,³²⁰ e assim os

³¹⁷ Jornal *Diário do Nordeste*, 17 de março de 1990.

³¹⁸ Jornal *Diário do Nordeste*, 09 de março de 1990.

³¹⁹ Jornal *O Povo*, 21 de março de 1990.

³²⁰ O Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor, foi posto em prática um dia após a posse do presidente da República Fernando Collor de Melo. Este plano tinha em suas linhas gerais a defesa do livre mercado, a abertura para as importações, o fim dos subsídios estatais na economia, as privatizações, o enxugamento do quadro do funcionalismo do Estado – com a extinção de diversos órgãos públicos, o congelamento de preços com uma gradual liberalização destes e a livre negociação dos salários, sem a necessidade de intervenção do Estado. Estas medidas teriam por finalidade diminuir os índices de inflação medidos pelos órgãos governamentais, como o IBGE, que calculava a inflação do período compreendido entre

sindicatos dos trabalhadores e patronal aguardaram o julgamento do Dissídio Coletivo pelo Tribunal Regional do trabalho da Sétima Região. Durante o período que antecedeu o fim da greve e o julgamento, teria ocorrido um episódio que provavelmente influenciou na decisão do dissídio e que não apareceria nos documentos escritos. Quem o narra, espirituosamente, é Jânio Vidal:

“(...) a sede do TRT tava pequena e (...) uma construtora dessas tava fazendo um anexo do tribunal. Aí o piquete vinha ali, né, pelo Papicu, pela Aldeota, tal, para a praça Portugal: ‘olha lá, é uma construção!’. Tava trabalhando, o pessoal da construtora tava trabalhando na construção do anexo do Tribunal Regional do Trabalho, que era quem ia julgar o dissídio de greve e o dissídio coletivo, né, aí a turma entrou na obra: ‘Tem que parar, tá vendo não, tá todo mundo parado, é greve!’. E derrubaram o muro mesmo, o mestre e o vigia disseram que não podia entrar, aí a turma derrubou o portão, o piquete entrou, rasgaram uns sacos de cimento e algumas coisas, né, parou todo mundo na obra do tribunal. E esse é um erro, né? (risos) Quando houve a audiência de conciliação, a primeira depois da greve, uma situação constrangedora lá no TRT, porque ainda tava na greve, tava a nossa reação de criar um fato político, né, já que a coisa tava travada em 90, mas eu acho que a dose talvez foi grande, (...) eu diria até uma forma de convencimento, né, chamar a atenção, algo bem leve (risos). Mas quando a gente foi pra audiência, umas barricadas em torno do Tribunal, não tinha acesso, dois carros da polícia federal fechando as entradas, porque achavam que a gente ia pra audiência com os trabalhadores (gargalhadas) que tinham quebrado tudo, que tinham invadido a obra do anexo, agora iam invadir o Tribunal, todo mundo assustado, aquela juíza, que era a Laís (Dr. Laís Maria Rossas Freire), sabe, a mulher tremia quando

março de 1989 a março de 1990 em impressionantes 4.853%. Para evitar um alto consumo da população, promoveu-se o confisco das contas correntes, poupanças e demais investimentos que ultrapassassem 50 mil cruzeiros – moeda cujo retorno também foi uma das medidas do plano, promovendo o corte de três zeros do então Cruzado – sendo devolvidos após 18 meses. Se pensarmos que uma parte significativa dos investimentos no setor de construção é proveniente dos subsídios do Estado (particularmente nas pequenas e médias construtoras), que o confisco de investimentos (como as poupanças) impossibilita a compra de imóveis e que a abertura para as importações configura-se numa medida que provoca demissões à médio e longo prazo, então o impacto do Plano Collor no setor de construções seria realmente significativo.

falava com a gente (gargalhadas), parecia que tava falando com uns marginais, né?³²¹

O resultado sai no dia 18 de junho de 1990, e o sindicato dos trabalhadores considera-o uma derrota:

“Com muita certeza a vida dos trabalhadores não vai mudar com o resultado do dissídio 90. Mesmo porque as mudanças mais significativas só virão com uma transformação mais geral na sociedade e não apenas com o resultado de um embate de uma categoria. (...) Ficou claro que essa peleja sendo transferida para a Justiça do Trabalho, os trabalhadores teriam que lutar em duas frentes, uma contra os patrões e outra contra o Estado, e assim ficaram diminuídas as nossas chances. Os juízes não arriscaram desapontar os patrões e votaram quase sempre de acordo com a proposta dos empregadores. (...) Para o conjunto da categoria (trabalhadores em geral) o Tribunal não acolheu os pedidos de ganho real (produtividade) e reposição das perdas (plano Bresser)”.³²²

Apesar das considerações da direção sindical de que teria sido derrotada, principalmente no que concerne às causas econômicas, já que “a inflação do período foi de 80% e a gente só conseguiu 10%”,³²³ quando comparamos os resultados obtidos com aqueles do dissídio de 1989, percebemos ter havido outros ganhos: a cláusula 12^a do dissídio de 1990 estabelece que “o empregado que venha a substituir a outro de salário maior, *por qualquer motivo*, receberá salário igual ao percebido *pelo empregado substituído* (...)”.³²⁴ E um novo Parágrafo Único estabelece que uma

³²¹ Depoimento de Jânio Vidal, ex-diretor do sindicato. Quando analisamos os pareceres dos juízes no julgamento do dissídio, verificamos que a Dr. Laís Freire foi uma das que mais votou contra os interesses dos trabalhadores.

³²² Boletim informativo do sindicato dos trabalhadores da construção civil sobre o resultado do Dissídio Coletivo de 1990. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

³²³ Depoimento de Manuel Farias, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores, dado em 2006.

³²⁴ Embargos de Declaração, Omissões e Esclarecimentos nº 997/90, Processo TRT nº 276/90, homologado em 30 de julho de 1990 sobre o Acórdão nº 730/90. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza. Itálicos nossos. O sindicato dos trabalhadores ingressou com essa ação visando esclarecer alguns pontos que considerou omissos no

“substituição superior a 45 dias consecutivos, acarretará a efetivação na função (...)”. No dissídio de 1989, como vimos, não havia garantia de efetivação, e o salário igual recebido pelo novo empregado só aconteceria se o operário substituído tivesse sido demitido *por justa causa*, e o seu salário seria igual ao *menor salário dessa função*.

Os trabalhadores também ampliaram o entendimento sobre quem seriam os profissionais da categoria. Pelo dissídio de 1989, estes seriam apenas o pedreiro, o pintor, o ferreiro armador e o carpinteiro. No dissídio de 1990, acrescentou-se: bombeiro, eletricista, soldador, montador industrial, mecânico de manutenção, motorista, tratorista, almoxarife e chefe do setor pessoal de obra.³²⁵

Uma nova conquista do dissídio de 1990 seria a cláusula 21^a, configurando-se, segundo o entendimento da Justiça do Trabalho, numa “maior garantia ao trabalhador”:

“As empresas fornecerão, obrigatoriamente, comprovante de todos os pagamentos efetuados aos empregados com discriminação das horas trabalhadas e de todos os títulos que componham a renumeração, importâncias pagas e descontos, contendo identificação da empresa, constando ainda o valor do FGTS a ser recolhido”.³²⁶

Sobre os equipamentos de trabalho, estabeleceu-se um novo parágrafo, que estipula que “os empregados deverão ser treinados, na empresa, para o uso adequado do equipamento e manutenção correta do mesmo”.³²⁷ Esta proposta está em consonância com a proposta da cláusula 37^a, que discorre sobre a “automação dos meios de produção, com a implementação de novas técnicas, (onde) as empresas se obrigam, às suas

Acórdão, que não teria deixado explícito as suas cláusulas, assim como não teria definido quem seriam os profissionais e os meio profissionais da categoria.

³²⁵ Idem.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem.

expensas, a promover treinamento para que os empregados adquiram melhor qualificação em seus novos métodos de trabalho”.³²⁸

A cláusula 19^a do dissídio também institui o auxílio-funeral, pela qual, havendo o

“falecimento do empregado, a empresa pagará aos seus dependentes (...) juntamente com o saldo de salário e demais direitos rescisórios, o valor em dinheiro, correspondente a 1 salário nominal do empregado”.³²⁹

Assim, além do seguro de vida, conquista do dissídio anterior – readequado os seus valores neste para 60.000 e 30.000 em caso de morte ou invalidez, respectivamente, e reajustados mensalmente de acordo com a variação do IPC, os operários podiam contar com um auxílio em casos de acidentes nas obras, o que, dada à quantidade de suas ocorrências, era uma boa notícia.

Outras duas conquistas dos trabalhadores seriam as cláusulas 39^a e 40^a, que versam sobre a proibição na “transferência do empregado, sem sua anuência, para municípios fora do seu domicílio residencial”, e também que “as interrupções do trabalho, de responsabilidade da empresa não poderão ser descontadas ou compensadas posteriormente”, respectivamente.³³⁰

Porém, talvez a maior conquista dos trabalhadores no dissídio de 1990 tenha sido a cláusula 42^a, que versa sobre a jornada de trabalho:

“A Carga horária de 44 horas semanais será cumprida de segunda-feira a sexta-feira, mediante a compensação das horas normais de trabalho do sábado, devendo obedecer às seguintes condições:

- a) Quatro dias de nove horas de trabalho – segunda-feira a sexta-feira.
- b) Um dia de oito horas de trabalho – sexta-feira.

Parágrafo 1º: Fica instituído, nas empresas da Construção Civil de Fortaleza, o seguinte horário de trabalho: Segunda-feira a quinta-

³²⁸ Idem.

³²⁹ Idem.

³³⁰ Idem.

feira, de 7 as 11h, e de 12 as 17h; Sexta-feira, de 7 as 11h, e de 12 as 16h.

Parágrafo 2º: Sempre que o dia de sábado coincidir com feriado, não poderá haver compensação do mesmo.

Parágrafo 3º: As empresas que por necessidade de serviço precisarem trabalhar aos sábados, renumerarão as horas laboradas de acordo com os parâmetros da cláusula 14º.

Parágrafo 4º: Haverá uma tolerância mínima de 15 minutos, para justificar eventuais atrasos (sic) na chegada”.³³¹

Os operários teriam, portanto, a possibilidade de gozar todo o final de semana para si e suas famílias; além disso, se lembrarmos que um grande número mora em cidades da região metropolitana, o que os impedia muitas vezes de viajarem de volta para as suas casas, pois os engenheiros e mestres de obra obrigavam-nos a fazer horas-extras nas tardes de sábado, isso se configura numa medida, ao nosso ver, da maior importância.

Contudo, houve também derrotas importantes do movimento operário da construção civil neste dissídio: além do índice de reajuste salarial considerado pífio, pois que não seguiu as perdas acumuladas no período, outras cláusulas do dissídio de 1989 foram perdidas: o fornecimento de uniformes pelas empresas, a estabilidade de 120 dias após a licença gestante (previdenciária) para as empregadas, a eleição direta e secreta para as CIPAs e o feriado no Dia do Trabalhador na Construção Civil. Nesta última, há ao menos uma justificativa da Justiça do Trabalho: ela “não pode criar feriados. Embora esteja no Acordo Anterior, a conquista é ilegal”.³³²

A percepção de derrota que a diretoria sindical apreende na greve de 90 é relacionada também à nova conjuntura nacional e a posse do presidente Fernando Collor de Mello, a falta de dinheiro para segurá-la junto aos trabalhadores e a influência sobre o TRT com a sua obra quebrada, fato talvez de importância secundária.

Contudo, uma outra explicação essencial para a derrota dos trabalhadores estaria relacionada aos seus antagonistas de classe. Os

³³¹ Idem.

³³² Acórdão nº 730/90, Processo TRT nº 276/90, homologado no dia 18 de junho de 1990. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil.

empresários teriam aprendido com as novas experiências durante todo o ano de 1989, com a greve geral dos operários e as várias greves setorializadas daquele ano; a greve de 1990 provocou prejuízos para o empresário, aumentados inclusive quando os trabalhadores balançaram as obras, atentando contra a propriedade privada e causando a destruição de matérias primas, instalações elétricas ou algum trabalho realizado, mas a patronal teria preferido arcá-los a consentir em dar ganho de causa aos trabalhadores. A própria recusa em negociar enquanto perdurasse o movimento paredista seria uma forma de “educar” os operários para a resolução dos problemas com base no diálogo, e que a radicalidade da diretoria sindical dos trabalhadores era incosequente, produzindo apenas prejuízos para a categoria como um todo.

Essa apreensão nos parece fundamental para a revanche patronal: a sua aprendizagem com as experiências que tiveram nas relações com os trabalhadores da construção civil e seu sindicato. Sobre isso, o ex-diretor Jânio Vidal considera que na greve do ano de 1990

“nós fomos surpreendidos, porque aí a patronal tinha endurecido e a gente não tinha, a não ser a adesão, a consciência de que tinha que lutar, mas cadê a infraestrutura, cadê o transporte? Não tinha dinheiro para comprar 5 mil vales-transporte por dia. (...) A patronal se fechou mais, se preparou juridicamente, e nós íamos enfrentar o inimigo ainda mais organizado, e ninguém vislumbrou isso. (...) Uma geração (de empresários) com o Zé Martins, já entrou com esse espírito de nos enfrentar. E esse é que vai pro pau, aí pega o apoio da polícia: ‘eles vêm de novo’ – vinha mesmo, a greve tava mais forte do que em 89, só que sem estrutura, e aí quando a gente viu a resistência, os caras reprimiram demais. Aí a gente vê que a linha mudou. (...) De certa forma, eles disseram o seguinte, primeira lição deles: ‘se eles vierem de novo com a greve e a gente negociar de novo, aí a gente se desmoraliza. A patronal se debateu e não negociou’.³³³

A disputa estava empatada. O sindicato dos trabalhadores estava falido em termos financeiros: além de não ter nada em caixa, ainda contraíram

³³³ Depoimento de Jânio Vidal, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores, dado em 2006.

“empréstimos no SINTTEL (Sindicato dos trabalhadores telefônicos) e com os bancários (sindicato)”³³⁴ e amargaram a derrota de sua principal bandeira reivindicatória – o reajuste de 65%.

Já os empresários sofreram muitos prejuízos com o atraso da conclusão das obras e nos materiais e instalações destruídas pelos trabalhadores, mas saiu-se vencedor “moral e político” ao não negociar, e ainda levou de lambuja a retirada de conquistas dos trabalhadores obtidas no ano anterior, além de conceder um reajuste salarial inferior ao que eles próprios propunham no início da greve (propunham 20%, e o dissídio deu apenas 10% à categoria) no julgamento do TRT.

Para entender melhor esta mudança de linha da patronal sobre os trabalhadores (que por sua vez os obrigaria a modificar também algumas de suas estratégias), temos que analisar algumas questões relacionadas ao patronato da construção civil, pois não havia um consenso na classe sobre como tratar as questões trabalhistas. Na construção civil de Fortaleza, há uma divisão entre as grandes construtoras, de um lado, e as pequenas e médias, do outro.³³⁵ Um perfil dos donos das construtoras seria que eles se constituem na maior parte de engenheiros, mas também de militares oriundos do exército brasileiro que possuíam formação em engenharia quando estavam nessa corporação e, quando entraram para a reserva, criaram construtoras ou se tornaram diretores em outras.

Esse fenômeno teria se iniciado na época do regime militar, quando foram implementadas pelo Estado políticas de construção infraestrutural no país (pontes, viadutos, estradas, reformulação da malha urbana, edifícios etc), e assim, através de contatos que poderiam facilitar créditos através do BNH, por exemplo, incentivaria a sua entrada no setor de construção (dadas as características de rígida hierarquização nos canteiros e exploração sobre o operário da construção, este seria um lugar ideal para pessoas com uma

³³⁴ Depoimento do seu Manuel Farias, dado em 2006. Seu Manuel era o secretário de finanças do sindicato dos trabalhadores.

³³⁵ Segundo Furtado, na década de 1980 havia cerca de 80 a 90 construtoras em média no Ceará; este número é dividido pela metade constituída em grandes construtoras, e pequenas e médias na outra metade. FURTADO, Maria de A. J. *A construção da miséria: um estudo sobre os trabalhadores da construção habitacional*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1985, p. 52. O sindicato dos trabalhadores avaliava um número um pouco maior no início da década de 1990, com um pouco mais de 100 empresas, que foram progressivamente diminuindo devido à crise no setor provocada pelo Plano Collor.

mentalidade militar). Nos depoimentos de ex-diretores, eles citam alguns com essa característica, como o capitão Fujita, dono da construtora Estrela e presidente da ASSECON, ou coronel Bandeira de Melo, dono da construtora Bandeira de Melo. Segundo Mendes, havia mais oito construtoras cujos donos eram militares: Colméia, Sales Furlani, Ara, Melo, Unit, Metro, Vetor e Integral.³³⁶ E isso sem falar daquelas em que alguns diretores são militares, inclusive construtoras que atuam em vários estados, como a Andrade Gutierrez, a Odebrecht e a OAS.

Uma outra característica dos construtores, percebida nos depoimentos de trabalhadores, é um consenso de que as pequenas e médias empresas geralmente são aquelas que descumprem mais os seus direitos. No ano de 1990, nas eleições para a diretoria do SINDUSCON, foi eleito o empresário José Martins Soriano, empresário referendado justamente por esse grupo de empresas mais modestas, derrotando o então candidato a reeleição apoiado pelas grandes construtoras, Francisco Martins, responsabilizado pela derrota que os empresários tiveram na greve dos trabalhadores de 1989. Na greve do ano seguinte, a tática da patronal teria sido não negociar com os trabalhadores em greve, reforçando a vigilância nos canteiros de obras com policiais armados e seguranças contratados:

Em 90, numa obra do Pedro Mesquita, (dono) da CIPEME, foi agredido eu, o Ananias, o Eluizito e o Zé Ferreira porque a gente tava no canteiro de obras, inclusive eu levei uma coronhada que sangrou bastante. Mas era um esquema que eles tinham montado junto com a polícia civil pra prender a gente, mas quando a polícia civil chegou e viu a gente sangrando, aí resolveu deixar...”.³³⁷

³³⁶ MENDES, José Ernandi. *Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado* (1988-1991). Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1994, p. 25, nota de rodapé.

³³⁷ Depoimento de Manuel Farias, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores, dado em 2006. O episódio é confirmado pelos outros ex-diretores. De acordo com o Seu Eluizito, a obra era o atual condomínio “Segredo de Fátima”, edifício residencial que possuiu na época uma grande referência de luxo e acabamento no bairro de Fátima, e a pancada seria destinada para o ex-diretor Ananias Barbosa, e Seu Manuel interferiu e apanhou junto, “e só não bateram em mim porque eu tava dentro do carro (de som), aí eu escapei dos tapas, dos murros nesse dia por causa disso”.

Um exemplo que corrobora com a percepção que temos na problematização de relações conflitantes entre os empresários e da elaboração de novas manobras para enfraquecer o sindicato dos trabalhadores é uma contenda ocorrida entre este e o sindicato patronal. Em setembro de 1991, o SINDUSCON envia um requerimento à Justiça do Trabalho protestando contra o sindicato dos trabalhadores da construção civil por este ter dirigido um

“(...) expediente a diversas empresas (...) solicitando que se desconte do salário dos seus empregados e se recolha em favor do referido Sindicato profissional a Contribuição Assistencial. O salário é intocável. Os descontos autorizados se limitam a adiantamentos e permissões que decorrem de disposições legais ou convenção coletiva (...). A Convenção Coletiva pretendida pelo Sindicato profissional não se celebrou. Por outro lado, inexistente sentença normativa apreciando dissídio coletivo em que sejam partes os sindicatos referidas (sic). Assim, como não existe uma norma coletiva obrigando o empregador a descontar o valor da contribuição assistencial do pagamento dos empregados, a conclusão a que se chega é a de que a pretensão (...) é indubitavelmente ilegal. Em face de as empresas terem se recusado a proceder ao desconto ilegal pretendido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil este, como represália, se recusa a homologar os recibos de quitação dos trabalhadores vinculados às mesmas. A recusa em referência, como não poderia deixar de ser, vem causando prejuízo não só aos trabalhadores como às empresas, àqueles porque recebem, como atraso, as verbas rescisórias e a estas porque estão sujeitas à multa por inobservância de prazo estabelecido para homologação (...)”³³⁸

O Sindicato dos trabalhadores contra-ataca, mandando às construtoras um documento visando provocar uma divisão entre os empresários:

“A atitude de parte da Diretoria do Sindicato das Empresas em recomendar o não recolhimento da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

³³⁸ Requerimento assinado pelo presidente em exercício do SINDUSCON, Waldir Diogo de Siqueira Filho, à Diretora Vânia Elita T. de Abreu, da Divisão de Relações do Trabalho no Ceará, no dia 05 de setembro de 1991. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

DOS EMPREGADOS (...), além de uma atitude arbitrária, pois o desconto é efetuado no salário de cada trabalhador, afronta princípios elementares da liberdade e da autonomia sindical. Durante anos, lutamos contra a intervenção do governo nos Sindicatos e avançamos bastante na organização de uma sociedade livre e democrática. (...) Compete única e exclusivamente aos próprios trabalhadores, através de seus fóruns (assembléia geral), decidir sobre sua organização sindical(...). Aliás, tal atitude tem prejudicado parte das empresas, pois estas estão sujeitas à multa por inobservância do prazo estabelecido para homologação e impossibilitadas de obterem Declaração de Quitação para Concorrências, entre outras coisas. O Sindicato das Empresas assim agindo, ou não conhece os princípios elementares de liberdade e autonomia sindical (o que é pouco provável) ou está com saudades do Regime Militar que intervia nos sindicatos, pretendendo dizer o que os trabalhadores podem ou não podem fazer (...). É importante destacar ainda, a falta de sinceridade de propósitos do Presidente em exercício do Sindicato das Empresas, SR. WALDYR DIOGO DE SIQUEIRA FILHO que encaminhou ofício a DRT/INSS solicitando a homologação das rescisões dos empregados das empresas em débito, quando a sua empresa, a CONSTRUTORA WALDYR DIOGO LTDA, já havia quitado junto a Caixa Econômica Federal, rigorosamente em dia (15.08.91), o desconto assistencial dos seus empregados (...).³³⁹

Junto ao ofício, está anexado o comprovante de pagamento do desconto assistencial da construtora referida. Que considerações poderíamos fazer desta disputa?

No que se refere ao sindicato dos trabalhadores, ao invés de simplesmente endereçar o problema à Justiça do Trabalho, ele apostou também na divisão entre os empresários, provavelmente percebendo as disputas que havia entre eles. A denúncia da direção sindical é destinada aos empresários contra outros dessa categoria. É como se eles dissessem: “Olha,

³³⁹ Ofício do Sindicato dos Trabalhadores da construção civil de Fortaleza, endereçado às Empresas da Indústria da Construção Civil do Ceará no dia 19 de setembro de 1991. Arquivo do sindicato dos trabalhadores.

essa parte da Diretoria é brutal, está fora da realidade da nossa sociedade na qual avançamos no desenvolvimento mais livre e democrático em nossas relações, ao mesmo tempo em que não estaria sendo sincera com vocês, porque orienta os empresários a fazerem uma coisa, ao mesmo tempo em que eles fazem outra”. Algumas mesuras contidas no final do ofício, como “queremos nos colocar a sua inteira disposição para dirimir dúvidas, no caso em tela (sic)”, ou “subscreve-nos com os protestos de estima e distinta consideração”,³⁴⁰ faziam parte de uma deferência teatralizada, que anunciava uma mudança nas táticas para lidar com os empresários entre os anos de 1991 a 1994.

Já no que se refere ao sindicato patronal, o requerimento endereçado pelo presidente em exercício demonstra a sua deslealdade em relação ao restante da categoria, ou então estaria sendo pressionado por uma parte dela como estratégia de enfraquecimento do sindicato dos trabalhadores. Em qualquer um dos casos, o que fica evidenciado é a divisão no interior da classe patronal em lidar com o sindicato dos trabalhadores.

Portanto, essa disputa indicia uma mudança, em 1991, das estratégias de ambas as classes em disputa. As reivindicações da Campanha Salarial dos trabalhadores nesse ano são obtidas por meio de uma Convenção Coletiva de Trabalho entre os sindicatos dos trabalhadores e o patronal,³⁴¹ inclusive com alguns direitos novos adquiridos e outros retirados no dissídio de 1990, e que retornavam aos trabalhadores, não tendo ocorrido greve geral da categoria para tal êxito.

Do primeiro caso, um reajuste de produtividade, de quatro por cento, sobre a reposição salarial que acompanhou o IPC do período; uma cláusula que discorria sobre a contratação de experiência por um período não superior ao de 90 dias (como estipula a legislação), sendo que os ex-empregados não poderiam mais ser contratados dessa forma; o estabelecimento de um lanche, para o caso de trabalho extraordinário superior a duas horas extras; a obrigação das empresas de fornecer almoço nos canteiros com mais de 50

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará, e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza, assinado entre as partes envolvidas no dia oito de março de 1991, e registrado na DRT/CE com o nº 847. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

empregados, tendo, neste caso, descontado uma taxa simbólica de 10,00 cruzeiros por mês³⁴²; e a estipulação do conteúdo do café da manhã (meio pão, ou pão de milho, ou equivalente no peso mínimo de 100g, um copo de leite de 250ml ou caldo, e margarina e/ou ovo), podendo ser descontado até um (1,00) cruzeiro por mês; negociação quadrimestral entre os sindicatos.

Já sobre os direitos que retornavam estariam os uniformes para os trabalhadores e a estabilidade provisória extra de 120 dias para as trabalhadoras, após o término da licença previdenciária (licença maternidade) – somente o feriado do dia do Trabalhador da Construção Civil não foi reassegurado. Todas as outras cláusulas do dissídio de 1990 continuariam valendo, também, para o ano de 1991.

Como poderíamos entender as mudanças quanto às reivindicações negociadas pelos empresários da construção, nesse ano de 1991, quando comparadas com a indisposição dos mesmos em negociá-las no ano anterior?

Poderíamos estabelecer algumas explicações para a compreensão de tal procedimento. Apesar de acordados em convenção coletiva, as cláusulas não possuíam garantias de implementação prática, como comprovam os acidentes nos locais de trabalho em que os operários não possuíam equipamentos de segurança mínimos, e as multas pelo descumprimento de tais cláusulas, que não eram aplicadas pela Justiça do Trabalho. Muitos desses acidentes são provocados pelo manuseio de máquinas sem itens de segurança, que o sindicato dos trabalhadores retratam para denunciar os empresários, como nesta foto abaixo:³⁴³

³⁴² Para termos uma melhor projeção do impacto do desconto, esta convenção estabeleceu um piso de 18.861,62 para o profissional, 16.676,66 para o meio profissional e 14.300,00 para o servente.

³⁴³ Máquina para serrar madeira, sem a proteção para os dedos das mãos, oferecendo risco de decepamento. Foto pertencente ao arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil, tirada no ano de 1994.



As imagens que retratam as péssimas condições de higiene e de alimentação também são exemplos do descumprimento dos empresários sobre os acordos celebrados:



Alimentos de grevistas são feitos em fogão a lenha

Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*, de 15 de março de 1990.

Seu Manuel relaciona essa problemática como estratégia patronal para burlar os direitos dos trabalhadores, e cita algumas dessas manhas:

“A (construtora) Mota Machado, como ela não quer fazer picaretagem, porque ela tem uma imagem, ela não quer fazer direto, ela contrata uma pequena (construtora, terceirizando o trabalho), bota ela e o cara não vai cumprir a alimentação, a convenção, essas coisas. Ela cumpre, mas aparentemente ela tá fora, né, da questão: ‘não, a Mota Machado tá cumprindo tudo, agora quem não tá cumprindo é a pequena (construtora), a gente tem um contrato com ela, ela é que tem que cumprir’. (...) Na construtora Colméia, quando a gente passou a ter alimentação, aí (as empresas) descontavam um valor simbólico de uma refeição por dia, a metade de uma refeição

por dia durante o mês. E a Colméia tava descontando 20% (do salário do trabalhador)”.³⁴⁴

Na pesquisa da educadora Josefa Rabelo, que abordaremos adiante, ela faz um testemunho sobre as condições de trabalho nos canteiros que também corrobora para a questão do descumprimento das cláusulas dos acordos de trabalho entre os sindicatos dos trabalhadores e o patronal:

“A alimentação principal (almoço) resumia-se a um único prato: baião de dois. A famosa ‘mistura’ (enlatados diversos e ovos) era comprada através de cotas entre os trabalhadores. (...) A comida não era feita em fogões convencionais, mas em fogareiros que emprestavam um sabor de queimado aos alimentos. A refeição era servida em capacetes ou telhas (...)”.³⁴⁵

Assim, ficaria mais vantajoso convencionar as cláusulas e descumpri-las depois, evitando-se a greve, do que simplesmente não atender as reivindicações e enfrentar um movimento grevista.

Outra explicação para a mudança de atitude a partir do ano de 1991 foi a posse do governo de Fernando Collor e a implementação, no dia seguinte, do seu plano econômico, que havia trazido sérios prejuízos para o setor da construção civil não apenas de Fortaleza, mas do país inteiro. As manchetes do jornal *O Povo* no mês de março trazem uma idéia dos efeitos do plano Brasil Novo:

“Construção Civil quer mais recursos para o setor;
Paraná: 19 mil demitidos na construção civil;
Construção civil demite mais 2 mil na Bahia;
Demissões na construção civil chegam a 200 mil (no Brasil)”.³⁴⁶

³⁴⁴ Depoimento do ex-diretor sindical Manuel Farias, dado em 2006.

³⁴⁵ RABELO, Josefa Jackline. *Os Empresários e a intervenção na Educação: investigando interesses – o projeto de alfabetização dos operários da construção civil – SESI/SINDUSCON*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1997, p. 23.

³⁴⁶ Jornal *O Povo*, respectivamente nos dias 21, 22, 24 e 27 de março de 1990.

Aqui no Ceará, o jornal *O Povo* informa que “20% da categoria foi demitida”:

“(…) Valdênio Caminha (secretário-geral do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza) explica que a indústria da construção civil cearense conta com um expressivo número de pequenas e médias empresas, as quais, segundo ele, tendem a ‘quebrar’, caso não aconteça a reversão do quadro imposto pelo pacote econômico (...) (e) informa que as empresas estão demitindo 10 a 15 operários em cada canteiro de obras. (...) A suspensão dos financiamentos públicos, que afetou mais seriamente as empresas menores, e o bloqueio do capital das grandes empresas ajudaram a desenhar o quadro em que está inserida a construção civil atualmente. (...) O sindicato vai procurar a entidade patronal e as próprias empresas. Mas antes disso promove a mobilização da categoria para que o Sindicato tenha poder de barganha nas negociações (...) (salientando que) as grandes empresas têm condições de manter seus níveis de emprego inalterados”.³⁴⁷

Assim, quando comparamos esta fonte com uma outra, neste caso o índice de desemprego em Fortaleza entre os anos de 1988 a 1993, temos uma maior compreensão da situação dos trabalhadores da construção civil em Fortaleza, além de percebermos se as grandes empresas os mantiveram empregados:

SUBSETOR DE ATIVIDADES	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Ind. De Transformação	9,55	7,24	12,68	13,78	15,44	15,07
Construção Civil	9,70	7,54	13,82	18,05	21,68	20,61
Comércio	6,42	6,57	7,27	8,25	9,91	8,60
Serviços	4,72	4,49	6,68	6,57	8,24	7,67

Fonte: Pesquisa Direta – IDT³⁴⁸

³⁴⁷ Jornal *O Povo*, 29 de março de 1991.

³⁴⁸ Indicadores médios anuais de desemprego, por subsector de atividade em Fortaleza entre os anos 1988 e 2004, fornecidos pelo IDT/CE em 2005.

A subida vertiginosa do desemprego na capital do estado e na construção civil em particular demonstra a crise que a economia passava nesse momento. As demissões provocadas pelo Plano Collor, nos anos seguintes a sua implementação, provavelmente contribuíram para fazer com que os empresários preferissem resolver as contendas dos trabalhadores de forma a evitar-se o confronto direto.

Essa perspectiva pode ser percebida quanto à intencionalidade em se mudar as táticas de relacionamento para com os trabalhadores da categoria, possivelmente com uma dupla objetivação: primeiro, tentar diminuir a influência que a diretoria sindical dos trabalhadores possui junto à categoria, disputando com ela os corações e mentes dos operários através de um contra-discurso pautado no princípio de colaboração e harmonização das relações de classe; o segundo objetivo seria aumentar a produtividade do trabalho do operário da construção civil com um tratamento menos aviltante no que concerne às condições de trabalho.

Um indicativo dessa primeira estratégia está nos discursos que os presidentes das entidades empresariais (Assecon – João Batista Fujita, e SINDUSCON - José Martins Soriano Aderaldo), vinham proferindo desde a ocasião das greves de 1989 e 1990. Na greve de 1989, o presidente da Assecon, capitão Fujita, representante das grandes empresas, declarou que ela ocorria num

“(...) momento de crise generalizada (e o trabalhador) precisa garantir o emprego, trabalhar para receber os salários, (...) que ‘as conquistas dar-se-ão a cada tempo, elas são progressivas’, ao mesmo tempo em que reconhece a situação difícil que vive o trabalhador (...), a união das entidades patronais e de empregados no sentido de se buscar, através do diálogo, as soluções reclamadas (...), que se unam num trabalho conjunto entre empregadores e empregados para superar a crise com diálogo e harmonia”.³⁴⁹

Já na greve de 1990, como vimos, o presidente do SINDUSCON exortou o caminho do diálogo para resolver as pendengas entre a classe que

³⁴⁹ Jornal *O Povo*, 26 de março de 1989.

representava e os trabalhadores, estabelecendo a dependência mútua entre ambos e, portanto, a necessidade de estabelecer uma harmonia recíproca nas relações de trabalho - o que não o impediu de utilizar métodos repressivos também.

Quanto ao segundo objetivo, ele se efetiva se pensarmos que, com a crise provocada pelo Plano Collor e o conseqüente aumento do desemprego, com os problemas que isto representa no que se refere à diminuição do poder de consumo em geral, principalmente de mercadorias de alto valor agregado - como as habitações, e que esse problema é recrudescido com o confisco de poupanças que poderiam ser utilizadas para a compra delas, fazia-se necessário aumentar a produtividade do operário e diminuir os custos na produção das mercadorias imobiliárias.

É nesse sentido, pois, que gostaríamos de analisar a pesquisa da educadora Josefa Jackline Rabelo, que investigou um projeto de alfabetização dos operários da construção civil de Fortaleza, do qual teria participado como professora alfabetizadora, promovido numa parceria entre o Serviço Social da Indústria – SESI/Ce e o SINDUSCON/Ce, no período compreendido entre maio de 1991 a fevereiro de 1992.

Segundo a educadora,

“(...) a preocupação maior dos instrutores do curso (...) foi a de levantar a necessidade de que as educadoras compreendessem os objetivos das empresas (sem uma análise mais aprofundada ou crítica) e olhassem com ‘carinho’ as aspirações dos operários, tendo, no entanto, o cuidado de não trabalhar temas que pudessem suscitar confrontos. Tratava-se de camuflar os conflitos existentes nesta proposta que se baseava, segundo a Coordenação, no ‘espírito de solidariedade de classes’. Como temáticas ameaçadoras a serem, portanto, eliminadas, foram apontadas: greve, sindicalização, questões salariais e condições de vida, dentre outras”.³⁵⁰

³⁵⁰RABELO, Josefa Jackline. Op. Cit., pp. 15 e 16.

A educadora discorre sobre a participação dos professores selecionados para uma reunião na sede do Sinduscon em que estariam presentes

“(...) o presidente do sindicato das construtoras, componentes do Setor de Recursos Humanos de algumas empresas que tinham aderido ao Projeto, e um membro do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, que apresentou gráficos estatísticos relativos ao aumento de produtividade dos operários da construção do Japão, explicitando o avanço daquele país em relação ao aproveitamento do tempo e a diminuição do número de trabalhadores e do desperdício de material”.³⁵¹

Em seguida, a representante do SINDUSCON teria enfatizado

“(...) a necessidade de alfabetizar os operários do Ceará no sentido de garantir maior produtividade em menos tempo e com a diminuição do desperdício de material. Segundo esta, com incentivo dos empresários em atividades educacionais, os acidentes de trabalho também diminuiriam, devido ao fato de que, entre os trabalhadores alfabetizados, o manuseio dos equipamentos se daria de maneira mais segura e eficiente, evitando, assim, pelo menos acidentes mais graves (...) (que custaram ao país) 35 bilhões de dólares de prejuízos (...) nos últimos 20 anos”.³⁵²

A linguagem técnica, portanto, de racionalização da produção, seria a concepção norteadora desse projeto educacional, devendo ser rechaçadas quaisquer questões que tratassem de temas considerados impróprios para os interesses patronais. Além dessas intenções, as expectativas dos proprietários das construtoras em relação ao projeto de alfabetização também seriam a de

“manter um trabalhador grato à organização. Além das antigas iniciativas, como realização de festas, churrascos, distribuição de prêmios, comemorações natalinas, acrescentaram-se agora as festas

³⁵¹ Idem, p. 17.

³⁵² Idem, pp. 17 e 18.

dos concludentes das turmas de alfabetização. Todas estas artimanhas pretendem motivar o trabalhador a acreditar nas ‘boas intenções’ das empresas e dar um caráter familiar ao aspecto órfão do canteiro”.³⁵³

Assim, qualquer material do sindicato dos trabalhadores da construção civil, por motivos óbvios, deveria ser impedido no projeto. Numa experiência narrada em sua pesquisa, Rabelo nos diz que levou

“(...) para a classe o órgão de divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, ‘A Voz do Peão’. Após trabalharmos um tema referente a salário, resolvemos fixar, na sala, uma matéria desse jornal relativa a salário (...) mas fomos retaliados. O engenheiro responsável pela obra solicitou-me que evitasse divulgar o trabalho do Sindicato”.

A reprodução da estrutura hierarquizada nos canteiros de obra, tendo os engenheiros e os mestres de obra como os lugares-tenentes dos empresários, também se fazia presente desde o início do projeto, acompanhando as reuniões e o trabalho dos professores-educadores, e intervindo sempre que achassem ser necessário. E não era apenas o material do sindicato dos trabalhadores que se deveria evitar, mas qualquer material que não estivesse em consonância com a concepção política que os empresários queriam, como a tentativa de se

“trabalhar em sala de aula o poema ‘Operário em Construção’, de Vinicius de Moraes. A consequência deste ato foi a de que fui fortemente rebatida pelo engenheiro da obra que solicitou – em tom de ordem – que não trabalhasse textos de cunho político e ideológico. Caso este fato novamente se repetisse, o Projeto correria o risco de não ser aceito pelos empresários e a escola-canteiro teria suas portas fechadas”.³⁵⁴

³⁵³ Idem, p. 158.

³⁵⁴ Idem, p. 25.

A pesquisa de Josefa Rabelo, produzida a partir do seu lugar de partícipe do projeto de alfabetização promovido por entidades patronais durante o ano de 1991, corrobora para as questões que vínhamos refletindo, no que se refere a uma tentativa de mudança nas práticas relacionais que os empresários vinham procurando estabelecer nas relações com o sindicato dos trabalhadores e mesmo com a própria categoria.

Assim, os métodos habituais de tratamento, baseados na violência repressora direta, como as demissões e os embates traduzidos em ameaças e agressões físicas dentro dos canteiros de obras, não deixaram de ser um expediente comum, sendo utilizados com freqüência sempre que se julgasse necessário. O que se tentava desenvolver, ao lado dessas práticas, era a construção de outros métodos, como o atendimento das demandas dos trabalhadores, mas sem implementá-las na prática por parte de muitos empresários, ou cooptação da categoria através de projetos ou festas para os trabalhadores, ou a produção de um contra-discurso de solidariedade e harmonia de classes como um contraponto ao sindicato dos trabalhadores.

Essas táticas patronais exigiam uma reflexão dos trabalhadores e dos membros do seu sindicato. A categoria havia levado “uma cacetada na greve de 90”,³⁵⁵ tendo desde então criado outras estratégias para o seu arsenal. A primeira delas foi a aprovação em assembléia geral do aumento do valor do desconto assistencial com a instituição de um fundo de greve, com 15% de todo o dinheiro arrecadado sendo guardado como reserva.

Entre os anos de 1991 a 1994 havia uma espécie de blefe nas relações com os empresários da construção civil. O logro consistia em demonstrar força quando se estava fragilizado:

“A gente só vai pro pau de novo quando a gente se estruturar. Aí, a gente busca privilegiar a via da negociação. Em 91, 92, 93 e 94 foi greve por setor, greve por empresa e em termos gerais, que ninguém tinha dinheiro, nem estrutura era greve com dias marcados. Um dia, dois dias de paralisação, parava as obras na marra, chamava a atenção, aí a gente voltava. ‘Ó, se não negociar, a greve é por tempo indeterminado’, aquela coisa da disputa mais propagandística. Na de

³⁵⁵ Depoimento do ex-diretor Manuel Farias, dado em 2006.

91, uma nova tática, eles vieram, aí quer dizer, aquela coisa que eles não sabem das nossas posições, né? (...) Quando as negociações endureciam muito e não avançavam em nada, a gente dizia: ‘Ah, não tem acordo, não, vocês não querem acordo’. Aí a gente se levantava e ia embora. Aí, marcava a assembléia (dos trabalhadores): ‘Ó, não tem acordo, não, o cara lá, a gente vai ter que ir para a greve de novo’. Aí, marcava um dia de greve, segunda, terça-feira, conseguia parar naquele dia quase todo mundo, aí quando era na quarta, ia pra reunião de negociação (risos)”.³⁵⁶

Quando analisamos os acordos coletivos celebrados entre os sindicatos dos trabalhadores e o patronal nos anos compreendidos entre 1991 a 1994, observamos que os trabalhadores não perderam *nenhum* dos direitos contidos nas cláusulas. Na verdade, houve algumas melhorias com o aperfeiçoamento de algumas delas, e a inclusão de outras.

Do primeiro grupo, temos: ao invés de lanche, “(...) após duas horas extraordinárias, será fornecida uma refeição completa (jantar)”; no almoço, fica estipulado que “as empresas fornecerão a *todos* os seus empregados”, além de especificar o seu conteúdo: “proteína animal (bovina, suína, frango ou peixe), arroz e/ou macarrão, feijão, farinha e temperos, (ficando) terminantemente proibida a repetição da proteína animal por mais de três vezes seguidas”; além de botas, “meias, como medida de proteção individual da saúde dos trabalhadores”; sobre a água potável, “nos locais onde não haja fornecimento da água potável pela rede pública, as empresas farão análise da qualidade da água semestralmente”; sobre o seguro contra acidentes que causem morte e invalidez: “as empresas que não contratarem os respectivos seguros serão responsáveis pela cobertura dos eventuais sinistros previstos (...) (nessa) cláusula”; sobre o aviso de dispensa: “fica assegurado ao empregado demitido, durante o período em que permanecer no alojamento da empresa, o mesmo direito a alimentação que tinha antes”; sobre o atendimento de primeiros socorros, as empresas terão que “(...) promover a vacinação anti-tetânica dos seus empregados”; sobre o dia do trabalhador da construção civil, não se consegue o feriado, como em 1989, mas os “(...) empregados que não

³⁵⁶ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

tiverem faltas neste mês (terão) um abono equivalente a 2 dias de trabalho, como prêmio(...); e finalmente, o desconto assistencial passa por duas mudanças: é aumentado para

“6% do salário para os sindicalizados e 9% para os não-sindicalizados (...); aos empregados que não concordarem com o desconto acima, fica assegurado o direito de oposição ao mesmo, que deverá ser manifestado perante o Sindicato dos Trabalhadores, mediante solicitação individual; o Sindicato dos Trabalhadores protocolizará os referidos manifestos no período compreendido entre os dias 05 e 20 de cada mês do desconto e os enviará, no prazo de 3 dias úteis, as empresas, para que não efetuem o mencionado desconto”.³⁵⁷

Algumas destas cláusulas que aperfeiçoam os direitos dos trabalhadores corroboram para a nossa apreensão de que os empresários, apesar de convencioná-los, ou não os cumprem, ou tentam lograr estratégias para não dá-los integralmente. Se for preciso especificar que todos os trabalhadores terão direito ao almoço ou discorrer sobre o seu conteúdo, além de determinar exames periódicos para garantir a água potável ou determinar que as empresas que não contraíssem seguros contra acidentes pagarão o valor como se o tivessem feito, então podemos perceber as tensões cotidianas nos canteiros de obras, as disputas pelos espaços num enfrentamento diário com a patronal.

Sobre essas questões e como os trabalhadores lidavam com elas, seu Manuel nos dá alguns exemplos sobre as nossas reflexões:

“(...) Em 91 a gente assinou a convenção já garantindo (...) o almoço para aquelas empresas que tinham mais de 50 trabalhadores no canteiro de obras. Quem tinha menos não tava obrigado a fornecer a alimentação, o almoço. E aí eles começaram a fazer a picaretagem, né? Chegava aos 49 mas não botava os 50. E uma empresa tinha

³⁵⁷ Convenção Coletiva de Trabalho entre os Sindicatos dos Trabalhadores e o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, assinado no dia 15 de abril de 1994. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da categoria. As cláusulas referidas são, respectivamente: 12^a, 19^a, 22^a, 24^a, 26^a, 38^a, 41^a, 44^a e 55^a.

três obras, aí tinha 49, 49, 49... (risos de escárnio). (...) A Colméia, por exemplo, prepara de uma forma que... pra descumprir, assim, bem sutil pro trabalhador não notar: na questão da convenção o café da manhã é dois pãezinhos. 100 gramas ou dois carioquinhas que dava o mesmo valor, 100 gramas, né? O que é que ela fazia: dava um pãozinho, então ela tava descumprindo a convenção, apesar de aparentemente está cumprindo. A gente fez uma greve pra barrar, em 97, a mudança que ela tava fazendo, em vez de dar o vale-transporte, botar um ônibus e tem umas rotas, e os trabalhadores tavam reclamando muito porque os que tavam levantando muito cedo tavam chegando muito tarde, porque os que moravam mais distantes tinham que acordar mais cedo pro cara (motorista) cumprir a rota. E essa greve ficou conhecida como “a greve do um pãozinho”, porque a greve não era (somente) pra (conseguir) um pãozinho, mas dentro do bojo da greve tava o pãozinho também que ela não tava cumprindo. Aí ela cumpriu, a partir daí começou a cumprir, mas os trabalhadores foram derrotados porque não conseguiram barrar o transporte da forma como ela (construtora) tava querendo”.³⁵⁸

Outra questão que nos chama a atenção é a recusa permanente dos empresários em conceder um feriado no dia do trabalhador da construção civil. Os salários dos trabalhadores são medidos por dia; se faltarem um dia de trabalho, sem justificativa, tem descontado em seus salários uma fração de 1/30 avos; então, no dia do trabalhador da construção civil, a patronal prefere dar dois dias de abono (2/30 avos) a conceder o feriado. Isso é uma questão simbólica, o trabalhador não pode ter esse dia para si, ele poderia participar de alguma atividade lúdica e política que o fizesse refletir sobre as suas condições de trabalho, então era melhor que eles ficassem nas obras. O sindicato dos trabalhadores se obrigava, nesse caso, a fazer a sua atividade no sábado mais próximo ao dia, mas isso é proporcional a comemorar um aniversário de nascimento fora da data: tem festa, mas não é necessariamente a mesma coisa...

E por último, a questão do desconto assistencial. O aumento da taxa para 6% e a sua diferenciação com os 9% que os trabalhadores não-

³⁵⁸ Depoimento do ex-diretor Manuel Farias, dado em 2006.

sindicalizados pagariam é também uma medida para incentivar a integração dele ao sindicato. Além disso, só contribuiria quem realmente acreditasse na concepção político-sindical implementada, já que a facilitação em se opor ao desconto estaria garantida ao trabalhador, bastando que ele se dirigisse ao seu sindicato e pronunciasse seu desejo.

No período “entreguerras”, ou seja, de 1991 a 1994, quando as ações mais radicalizadas de ambas as partes eram menores - uma verdadeira “guerra de trincheiras”, os trabalhadores avançaram também na conquista de alguns novos direitos, como por exemplo “o acesso dos dirigentes sindicais às empresas (canteiros), nos intervalos destinados à alimentação e descanso, para desempenho de suas funções (...)”; Sobre o aviso prévio, duas conquistas: “No início do aviso prévio, o empregado poderá optar pela redução de duas horas no começo ou no final da jornada de trabalho” e um aumento no seu valor para os trabalhadores que tenham mais “de 2 anos de serviço, (recebendo o equivalente) a 30 dias, acrescidos de dois dias para cada ano de serviço excedente, respeitado o limite de sessenta dias”; sobre a quebra de material, “não se permite o desconto salarial por quebra de material, salvo nas hipóteses de dolo, de recusa de apresentação dos objetos danificados, ou ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada do empregado”; “o pagamento das verbas rescisórias ao empregado analfabeto deverá ser efetuado na presença de duas testemunhas, apresentadas pelo mesmo”; e também a determinação das “Empresas (que) liberarão os seus empregados, duas vezes por ano, para participarem de palestras sobre prevenção de acidentes, patrocinadas pelo sindicato profissional (...)”.³⁵⁹

A compreensão que fazemos das conquistas nesse período estaria relacionada a uma tripla questão: a preferência patronal em garantir algumas reivindicações pela via do acordo, provavelmente temendo uma greve de proporções equiparáveis a de 1990, pois apesar da “vitória moral”, o custo teria sido demasiado; o temor dos membros do sindicato dos trabalhadores numa nova derrota, que poderia desmoralizá-los perante a categoria, preferindo acumular forças junto aos trabalhadores com a promoção de greves com

³⁵⁹ Convenção Coletiva de Trabalho entre os Sindicatos dos Trabalhadores e o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, assinado no dia 15 de abril de 1994. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da categoria. As cláusulas referidas são, respectivamente: 48^a, 49^a, 53^a, 51^a e 52^a.

tempo de duração ou por empresas, além de blefes, e assim conquistando pouco a pouco algumas garantias trabalhistas; e também o próprio contexto histórico, já que o setor da construção civil ainda sofria os efeitos da crise provocada pelo plano Collor, como vimos anteriormente.

No entanto, obtivemos o conhecimento de um “quase acontecimento” que não aparecia no acordo coletivo de 1994 nem em nenhum outro documento escrito. No último ano desse período proporcionalmente menos agitado, em 1994, a greve dos trabalhadores por tempo indeterminado quase havia sido desencadeada. Nos diálogos com dois ex-diretores, eles relembriam os bastidores da campanha salarial e a assinatura do Acordo com a patronal:

“A greve de 94 quase saiu. Aquela tática de 91, 92 e 93 já tava ficando meio manjada. Aí, quando foi em 94 a gente fez um acordo já nas últimas, sabe, assim... A greve de 94 não saiu porque a direção não quis. Porque a gente achou que essa negociação, a patronal cozinhou muito, porque a greve tem um momento também, porque ela vai acumulando forças e você tem que detonar! Ou faz acordo ou detona. Ninguém agüenta fazer campanha salarial e assembléia (gesto indicando tempo prolongado), né, tem uma certa dinâmica. E aí a gente se preparou para a greve. (...) A gente já tinha montado tudinho. Aí era mais ou menos assim: (exemplifica) a gente tinha pedido 10, mas aceitava 8, tá entendendo, a nossa meta era chegar em 8. A patronal tinha oferecido 7. Ah, ninguém aceita, né? A nossa meta é 8 e com a nossa greve a gente pode chegar lá. Aí a gente tinha convocado uma assembléia, a nossa caracterização: ‘eles vão manter nos 7’. E aí nós não aceitamos mesmo, e a assembléia vai detonar a greve. Aí quando chegou na reunião, eles avançaram pra 7 e meio. Aí de certa forma nos pegou... Aí entra aquela dúvida: ‘rapaz, a gente vai fazer greve por 8, quando a gente já tem 7 e meio?’. (...) Quando o cara, dessa forma, quer evitar a greve e vai pros 7 e meio, aí a gente diz: ‘é, então a gente...’.³⁶⁰

³⁶⁰ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

Seu Manuel Farias explica também a problemática vivida pelos trabalhadores:

“A gente já tinha uma convenção que reajustava de dois em dois meses (os salários) e quando veio o plano (Real) caiu mesmo no período quando foi reajustado, né, fazia a média de quatro meses e a gente tinha reajustado mesmo no pico, então quando a gente fez a média, reajustou mais um pouco e ainda teve um reajuste de produtividade (4%, segundo a 5ª cláusula da convenção de 1994), e aí teve a universalização da alimentação (almoço e, no caso de horas extras, a janta), que era uma das maiores reivindicações da categoria. Então, a gente analisou e viu que dava pra fazer (o acordo), mas a categoria fez (votou na assembléia geral a favor do acordo), mas reclamou que tava preparada já (sorriso de orgulho), que a gente tinha preparado ela pra greve e na hora de ir pra greve a gente tinha fechado o acordo. Os trabalhadores reclamaram, mas fecharam o acordo, aceitaram que dava pra fechar. Depois continuou reclamando, assim, corretamente, né? Categoria muito boa (risos) (...) Tava correta mesmo, tava preparada desde 94 (risos)”.³⁶¹

Greve de 1995. Para os trabalhadores da construção civil de Fortaleza, não foi uma greve. Foi *A GREVE de 1995*. Conversando com qualquer operário que estivesse trabalhando na categoria nesse período, é mais que provável que ele falará dela. E com um sorriso espontâneo que imediatamente se abrirá no rosto, pela minha experiência de mais de dois anos convivendo com eles. Há um imaginário imenso sobre a greve de 95, ela se tornou um símbolo para a categoria: para os ex-diretores do sindicato, originários daquele grupo da então oposição sindical de 1988 era um ciclo que terminava. No jornal *A Voz do Peão* de novembro de 1998, a capa traz o título “10 anos de luta e conquistas: rumo ao Socialismo”.³⁶² A segunda página é dividida: metade dela é um depoimento intitulado “1988: começa uma história de luta”, do ex-secretário-geral Valdênio Caminha, e a outra, um depoimento de Manuel Farias intitulado “Greve de 95 é

³⁶¹ Depoimento do ex-diretor Manuel Farias, dado em 2006.

³⁶² Jornal *A Voz do Peão*, novembro de 1998. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

o símbolo da luta”.³⁶³ Dois marcos basilares de um período cujo sentido é percebido como uma aprendizagem contínua de reorganização dos trabalhadores.

Para alguns trabalhadores da categoria, muitos consideram que não tinham nenhum direito antes dela, tudo foi conquistado com ela:

“Eu me lembro bem mesmo da greve de 95, né, que foi uma greve, se eu não me engano de 23 dias e foi aonde nós conseguimos tudo o que nós temos hoje, nós conseguimos a partir dessa greve, tá certo, aonde a patronal não queria por hipótese alguma negociar. Depois de 23 dias eles negociaram no meio da praça Portugal, aqui na Aldeota. Foram lá pra negociar e a estória era que eles não negociavam em greve, certo?”.³⁶⁴

Outro trabalhador, ao relembrar as suas memórias, afirma que

“a greve que eu participei mesmo ativamente foi a de 95, que foi quando a gente garantiu todos os direitos que a gente tem hoje. Garantiu tudo na greve de 95: almoço, fardamento, café da manhã, garantiu trabalhar até sexta-feira. De lá pra cá a gente vem lutando só pra manter essas conquistas”.³⁶⁵

Como vimos anteriormente, esses direitos mencionados foram conquistados antes de 1995, muitos até desde 1989, e esses depoimentos foram dados por trabalhadores que estavam na categoria antes mesmo da oposição ter chegado à diretoria do sindicato. Além disso, a patronal não foi à Praça Portugal assinar a sua rendição no meio dos trabalhadores, ela assinou no seu próprio sindicato patronal.

Revisitando as reflexões de Alessandro Portelli, poderíamos entender tais memórias como uma matriz de significados das subjetividades desses trabalhadores:

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Depoimento do operário Ednilson de Freitas, dado em 2006.

³⁶⁵ Depoimento do operário Sérgio Gomes, dado em 2006.

A Praça Portugal, por exemplo: ela é um patrimônio para os trabalhadores da construção civil, um lugar enlevado de significados para eles, já que era para lá que se dirigiam nos momentos de greve e, aos milhares, juntavam suas forças, deliberavam sobre seus caminhos, desafiavam a patronal. E é este o significado quando um trabalhador afirma que ela se rendeu lá, no *seu* lugar, no meio de todos eles, subjugada pela força avassaladora do seu movimento, vingadora do cotidiano opressivo dos canteiros de obras.

E se afirmam que as suas conquistas foram obtidas nessa greve, a questão fundamental, a nosso ver, seria perceber a ênfase na demonstração da sua importância que ela teve para eles, para a vitória deles, entrando para a história como patrimônio das lutas do movimento operário da construção civil e cearense.

Por que essa greve adquire uma importância tão proeminente entre os trabalhadores da categoria?

A história dessa greve começa desde 1990, com a concepção de derrota que a diretoria do sindicato e a categoria tiveram naquele ano. Nos diálogos que fizemos, podemos perceber a relação que alguns fazem entre as duas, como por exemplo, o ex-diretor Jânio Vidal: “(...) mas a greve maior mesmo foi a de 95. Essa foi basicamente ônibus, vale-transporte, pão, rapadura e cesta básica, mas essa eu falo daqui a pouco. Aí, na greve de 90 nós fomos surpreendidos (...)”.³⁶⁶ Nesse momento da entrevista, dialogávamos sobre a greve de 1990, e a relação que ele fazia com a de 1995 era como se dissesse que nesta eles teriam se preparado melhor, contavam com uma infraestrutura adequada para o esforço de greve, tinham acumulado experiência nos embates com a patronal e não seriam mais surpreendidos por ela.

Os anos seguintes a 1990, como vimos, foram de reorganização das forças querelantes, com escaramuças mais localizadas e/ou prudentes, como dois antagonistas que se estudam e não tentam gestos mais decisivos. Esse período vai até 1994, ano em que a greve quase foi detonada, mas que a patronal manobrou e no último momento, com um indicativo de greve já

³⁶⁶ Depoimento de Jânio Vidal, dado em 2006.

decidido pela categoria nas assembléias, com o trabalho de mobilização em curso, com os trabalhadores se preparando espiritualmente para o teste de força, conseguiu evitá-la, pegando o comando de greve de surpresa, rendendo um certo sentimento de “comeu mas não gostou” na categoria, com ecos de críticas ao comando de greve.

“Quando foi em 95, a gente já tinha uma avaliação: a greve é inevitável! Já tinha um acúmulo muito grande, do ponto de vista da estrutura, político, tudo. Aí a gente chegou lá (na negociação), a gente bota no papel 10, a gente pede 9. A gente sabe que eles vão dar 7. Com medo da greve, eles podem chegar a 8. Então, você entra numa campanha salarial com a greve no horizonte (risos). Você vai pra negociação já com as baterias preparadas. Essa greve de 95 foi estrondosa por causa disso. (...) Aquela coisa também de dar o troco de 90...”³⁶⁷

“Em 95 eles foram obrigados a negociar mesmo na marra, a categoria tava com uma discussão muito forte, mas eles (empresários) não observavam isso, achavam que não iam pra greve, como a gente já tinha levado uma cacetada logo no início, em 90... (...) Então a gente trabalhou a campanha de 95. Não tinha como (não desencadear a greve), a não ser que eles dessem tudo. Como a patronal nunca vai dar (tudo) o que a gente tá pedindo, a categoria foi pra greve”.³⁶⁸

A greve se inicia em março e tem o seu desenlace no dia 20 de abril de 1995, vinte e um dias depois. Um período de três semanas de paralisação numa categoria como a construção civil é demasiadamente longo, principalmente se pensarmos que os operários recebem seus salários, via de regra, semanalmente. Comparada com as duas greves gerais anteriores, que duraram a metade desse período cada, na greve de 95 fez-se necessário desenvolver uma organização e uma disposição muito maior por parte dos trabalhadores para que isso se tornasse possível.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Depoimento do ex-diretor Manuel Farias, dado em 2006.

O fundo de greve organizado pela diretoria sindical após o movimento paredista de 1990, com 15% dos recursos do sindicato destinados para tal poupança, teria sido pra isso importante:

“(...) agora em termos de infraestrutura, nós nos preparamos, nós nos reservamos para a greve, aí fizemos uma greve com toda a infraestrutura: só tem três carros de som, o movimento sindical dá mais quatro, sete. Nós queremos 12, então aluga mais cinco. Aluguel por dia, enquanto a greve durar. Ônibus pra transportar, o cara ligava: ‘eu quero dois ônibus, aqui, no meu piquete’, certo? Vales-transporte pros trabalhadores irem e voltarem todo dia durante a greve, cinco mil por dia durante duas semanas; a turma já começava a cansar: vamos distribuir uma cesta básica. Nós tínhamos dinheiro pra distribuir cinco mil cestas básicas pros grevistas. E aí, a gente tava com 15 dias, e aí abriu a perspectiva de durar mais 15 dias, a greve depois de 30 dias, se não resolver, a greve estrangulava. Nós distribuimos cinco mil cestas básicas na segunda semana de greve. Isso propiciou uma renovação da greve na terceira (semana). (...) Nós gastamos, depois eu fiz lá, nós gastamos 350 mil dólares”.³⁶⁹



Fotos da greve de 1995: preparação das cestas básicas e a sua distribuição.
Fonte: jornal *A Voz do Peão*. Maio de 1995.

As cestas básicas foram consideradas fundamentais para a renovação do fôlego dos trabalhadores. Ao final da segunda semana, os trabalhadores

³⁶⁹ Depoimento de Jânio Vidal, dado em 2006. Esse valor é confirmado por outros diretores, mas convém uma observação: em 1995, o dólar havia sido equiparado ao real, medida indexadora tomada pelo plano real, em fevereiro de 2004.

passavam por dificuldades em relação às suas famílias: a falta do dinheiro que eles recebem semanalmente causava um sério problema para a continuação prolongada da greve. A direção do sindicato comprou e também apelou para diversas entidades para ajudar com dinheiro ou alimentos; eram toneladas deles, fazendo-se necessário um enorme esforço no trabalho de ensacá-los no segundo final de semana da greve, na sede do sindicato, e distribuí-los aos trabalhadores no início da terceira semana. Para ajudar nesse trabalho de arrecadação e montagem das cestas, havia diretores, trabalhadores, familiares, militantes de outras categorias, de partidos, estudantis... Esse é o tipo de solidariedade que provavelmente deixou os empresários desapontados.

Se a infraestrutura estava bem afinada, as redes de solidariedade também funcionaram fortemente:

“Uma das lições mais importantes que podemos tirar da nossa greve é a importância da solidariedade entre os trabalhadores. Se não fosse a ajuda que recebemos do conjunto do movimento operário, de populares, de parlamentares de esquerda, de estudantes e dos partidos progressistas a história teria sido outra. É preciso que cada companheiro perceba que os patrões trabalham unidos. Eles têm os seus governos, suas leis e seus tribunais, sua polícia para mandar nos prender e bater e seus paus mandados que estão em todos os lugares para nos fazer desistir de lutar e sonhar com uma vida melhor. É por tudo isso, que a Diretoria do nosso Sindicato faz questão de publicamente listar e agradecer a todos aqueles que contribuíram política e materialmente para a vitória do nosso movimento”.³⁷⁰

As redes de solidariedade tiveram alcance inclusive de sindicatos estrangeiros:

³⁷⁰ Jornal *A Voz do Peão*, sem número, maio de 1995. Ao lado dessa declaração pública, há uma lista daqueles que contribuíram para a greve: CUT-CE, Sind. Bancários, SINDIÁGUA, SINTSEF, MOVA-SE, SINPRECE, Comitê da Cidadania - BNB, Comitê da Cidadania - CEF, Comitê da Cidadania- BEC, Estudantes da UECE e da UFC, Restaurante Universitário da UECE, Sind. Sapateiros, Sind. Const. Civil de Campinas, Sind. Serv. Município de Limoeiro, Sind. Têxteis, Federação Nacional dos Trab. da Const. e da Madeira, CNBB-CE, Cáritas Brasileira, Pastoral Operária, Deputados Estaduais Artur Bruno, João Ananias e Mário Mamede, Deputados Federais Pimentel e Inácio Arruda, e Vereadores Rosa da Fonseca, Chico Lopes e Durval Ferraz. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

“Montevideo, Uruguay, 21 de abril de 1995. Estimados cros. Del Sindicato de Trabajadores Industria de la Construcción Civil de Fortaleza – Ceara – Brasil. Reciban ustedes nuestra más incondicional solidarid con vuestra justa lucha. El SUNCA de Uruguay los apoyará en todo lo necesario. Adelante compañeros. El siguiente es el texto de la carta enviada al Gobernador Tasso Ribeiro Jereissate. El S.U.N.C.A. de Uruguay (Sindicato Unico Nacional de la Construcción y Anexos) con 40.000 miembros, reclama au intervención inmediata para resolver las justas demandas de los trabajadores de la construcción civil que se encuentran en huelga por mejores salarios que los permitan salir de las condiciones de miseria. Mucho les costó a los trabajadores brasileños recuperar la democracia, por lo que repudiamos la salvaje represión policial que dejó como resultado 3 compañeros heridos de bala y 2 detenidos. Esta situación recuerda los peores años de la dictadura militar en Brasil (...)”.³⁷¹

A solidariedade existia através de formas inesperadas:

“Senhores Operários, Eu gostaria de poder ajudá-los muito mais. Mas sou apenas uma estudante de Direito. Quero manifestar o meu total apoio. Não desistam. Se vocês desistirem, perderão a força. Continuem na luta. O direito é de vocês. Não tenha medo. Desculpem. É apenas uma ajuda simbólica. Cond. Portinari. Reside no Condomínio Portinari em frente a Mendonça Aguiar próximo à Leonardo Mota”.³⁷²

Estas cartas evidenciavam o confronto entre os operários da construção civil e a polícia, com a ajuda de seguranças contratados para vigiar

³⁷¹ Carta enviada ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza pelo Sindicato Único Nacional de la Construcción y Anexos, assinada pelo Presidente Fabián Gadea pelo Diretor de Relações Internacionais Manuel Priagua. Reproduzida no jornal *A Voz do Peão*, sem número, maio de 1995. Arquivo do Sindicato dos trabalhadores da construção civil.

³⁷² Carta integralmente reproduzida de uma jovem que preferiu não se identificar, moradora num condomínio em frente a um canteiro de obras da construtora Mendonça Aguiar, próximo a rua Leonardo Mota, palco de um confronto violento entre policiais e grevistas. Publicada no jornal *A Voz do Peão*, sem número, maio de 1995.

os canteiros de obras. De fato, o governador do estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, tratava os movimentos sociais e sindicais com uma política de repressão e praticamente nenhum diálogo. Sua política truculenta era reconhecida por eles sendo comum à visualização de seu nome pichado nos muros da cidade com a suástica no lugar da letra “s” em seu nome, sendo responsabilizado por extinguir diversos direitos trabalhistas dos servidores públicos estaduais.

O movimento grevista já havia experimentado desse tipo de prática em 1990 e, portanto, já esperava que tal procedimento fosse utilizado novamente.



Foto da greve de 1995. Fonte: jornal *A Voz do Peão*. Maio de 1995.

O movimento ganhava proporções de radicalização de ambas as partes: se a repressão aumentava, por outro lado os operários faziam assembléias, manifestações e passeatas, além de começarem a balançar as obras, invadindo e ocupando os canteiros.³⁷³



Fotos da greve de 1995. Fonte: jornal *A Voz do Peão*. Maio de 1995.

³⁷³ Existem duas ações judiciais de destruição de propriedade privada perpetradas por 15 construtoras contra o sindicato dos trabalhadores pendentes na Justiça, ainda hoje.

Um desses confrontos ocorreu na construtora Colméia. Com a maioria dos canteiros de obras paralisados (o comando de greve avaliava a paralisação em cerca de 80%), os piqueteiros tentavam forçar a paralisação naqueles que ainda não haviam aderido ao movimento paredista, e assim, uma passeata formada por operários que trabalhavam nos canteiros da Aldeota ia se dirigindo pela Avenida Santos Dumont em direção a essa obra da Colméia; quando chegaram ao local, obviamente foram impedidos de ingressar pelos seguranças privados, que trancavam os portões pra ninguém entrar ou sair do canteiro. Os operários da construção diminuía o ritmo ou paravam o seu trabalho, enquanto a confusão se estabelecia nos portões. A tensão se elevou e os grevistas decidiram invadir a obra e balançá-la fortemente, arrebatando tudo o que viam pela frente: muros, tapumes e paredes foram ao chão, as instalações elétricas foram destruídas, os sacos de cimento foram rasgados, instrumentos de trabalho foram quebrados e a força do movimento fez com que os seguranças recuassem. Mas logo receberiam reforços: a polícia havia sido acionada e logo chegou ao local; o conflito se generalizou, já que os operários tinham que ser expulsos de dentro da propriedade. As pessoas dos prédios vizinhos corriam para as varandas ou olhavam pelas janelas, alguns gritando e incentivando os trabalhadores, outros apenas olhavam com espanto sem acreditar no que estavam vendo – provavelmente deveria ser a primeira vez que viam de forma tão explícita um conflito desses. A confusão termina com os grevistas sendo expulsos do canteiro, mas a maioria dos operários que estavam trabalhando foi embora com eles.³⁷⁴

Esse conflito teria sido filmado pela televisão Verdes Mares, que talvez tenha se interessado mais pela greve na construção civil depois de uma troca de mensagens propagandísticas pagas pelo sindicato patronal e o dos trabalhadores:

“(…) a patronal botou uma notícia na televisão. Uma matéria paga no jornal dizendo que tinha dado isso, tinha dado aquilo, os trabalhadores é que eram radicais. Aí nós pagamos uma nota lida na

³⁷⁴ Depoimento do ex-diretor do sindicato Jânio Vidal, dado em 2006, confirmados por outros ex-diretores e alguns atuais. Dois deles estavam presentes no conflito.

TV Verdes Mares, domingo à noite, antes do Fantástico. Uma nota de dois minutos, né?”.³⁷⁵

No vigésimo primeiro dia de greve, numa reunião dos sindicatos das empresas e dos trabalhadores, o Acordo Coletivo de Trabalho foi celebrado. Com um artigo intitulado “Vitória. Passamos por cima deles”, o órgão oficial do sindicato dos trabalhadores declarava:

“Vitória. Esta é a palavra e a certeza que está na cabeça de cada companheiro da construção civil em nosso estado. Não só pelas conquistas econômicas, que foram bastante significativas, mas também e principalmente porque mostramos ao conjunto dos trabalhadores que o único caminho para derrotar os patrões e seus governos (TASSO E FERNANDO HENRIQUE) é o da luta. De nada adiantou a violência dos empresários e da sua polícia que chegou a prender dois diretores do sindicato e a atirarem em diversos trabalhadores, pois nossa vontade de vencer era maior do que todas as dificuldades. A unidade da categoria e a solidariedade do conjunto do movimento operário foram fundamentais para que a greve tivesse o resultado pretendido por nós (...).”³⁷⁶

Além dos elementos citados para a vitória dos trabalhadores, há também um outro que não apareceria no discurso. Anos de experiência em lidar com os empresários e com a Justiça do Trabalho também foram de muito valia para os trabalhadores. As questões relacionadas ao blefe, à deferência teatralizada e às manobras proporcionaram uma aprendizagem que teria sido utilizada nos bastidores da greve. A questão diz respeito ao julgamento da sua legalidade, marcado na segunda semana do movimento paredista. Reunidos no comando de greve, os trabalhadores avaliavam que a Justiça decretaria a ilegalidade do movimento, e assim

“(...) qual era a tática? Adiar o julgamento. Quinta-feira à tarde, né, isso era uma terça-feira. Quinta-feira à tarde os filhos da puta vão

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Jornal *A Voz do Peão*, sem número, maio de 1995.

dizer que a greve é ilegal e isso pode fortalecer as posições patronais no sentido da repressão, da volta ao trabalho, da demissão por justa causa. Aí o Valdênio vai lá (no sindicato patronal) com um pedido dizendo que as negociações estão em curso, e a gente sugeriu que tivesse uma ata dizendo que as negociações continuam e que a gente fizesse uma ata dizendo que se avançam em alguns pontos de negociações, mas que ficou marcado novas negociações. Entregamos a cópia dessa ata – eles (empresários) não sabiam que a gente queria pra isso (risos). Aí o Valdênio foi lá, conversou com o juiz, lá, o relator: ‘Ah, a gente não tá com muita pressa pra julgar isso mesmo, não. Pra nós aqui a gente tem acompanhado e é melhor mesmo que vocês façam um acordo e tal’. Aí, na quinta-feira tá lá os advogados do sindicato patronal, a diretoria do sindicato patronal, aí o velhinho (juiz) chega e diz: ‘questão de ordem. O sindicato dos trabalhadores ingressou com um requerimento dizendo que está em curso uma negociação. Tendo em vista que é possível chegar a um acordo, estou propondo adiar o julgamento (gargalhadas)’. A greve continuou forte. Aí continuamos negociando mais uns três dias, (mas) eles não assinavam nada (risos), no final, da ata de reunião”.³⁷⁷

A greve realmente foi declarada ilegal alguns dias depois da assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho...

Assim, as conquistas obtidas na greve são de natureza econômica, já que as outras cláusulas repetiriam as do Acordo Coletivo de 1994. As conquistas dos trabalhadores foram: um aumento do piso salarial de R\$ 85,00 para R\$ 125,00, sendo que o meio-profissional multiplica esse valor por 1,25, enquanto o profissional multiplica por 1,60; o desconto dos vales transportes diminui para 3,6% em setembro e 3,0% a partir de fevereiro de 1996; e as horas extras têm um adicional para 55% sobre a hora normal (pela Lei, seria 50%).³⁷⁸

³⁷⁷ Depoimento do ex-diretor Jânio Vidal, dado em 2006.

³⁷⁸ Convenção Coletiva de Trabalho celebrada pelos sindicatos patronal e o dos trabalhadores, assinado no dia 20 de abril de 1995. As cláusulas referidas são, respectivamente: 6^º, 7^º, 21^º e 57^º. Arquivo do sindicato dos trabalhadores da categoria. Para efeitos de comparação, o salário mínimo nacional em março, quando a greve foi iniciada, era de R\$ 70,00, sendo que em maio de 1995, passou a ser de R\$ 100,00.

Os anos de experiências dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, tanto no cotidiano dos canteiros de obras como também nas relações desenvolvidas fora deles foram imprescindíveis para a sua aprendizagem política no seu mundo de trabalho.

A concepção político-sindical desenvolvida pelo sindicato dos trabalhadores encontraria eco numa categoria que estava disposta a se organizar e constituir uma práxis voltada para as suas demandas. Essa expectativa estaria relacionada com o estabelecimento de relações com outras categorias, estratégia indispensável no momento dos conflitos: as redes de solidariedade desenvolviam a idéia de pertencimento a uma classe.

Sem isso, tornava-se improvável as conquistas que foram obtidas ao longo de sua caminhada. Mas sua maior conquista, porém, foi a disposição de se tornarem os protagonistas nessa jornada.

Conclusão

Homens e mulheres constroem suas vidas no cotidiano com inteligibilidades, estabelecendo relações uns com os outros, criando e recriando significados do mundo, do tempo e de si mesmos. Suas experiências desenvolvidas dentro do contexto histórico em que estão inseridos possibilitam aprendizagens com as quais tentarão conquistar suas aspirações materiais e espirituais, num permanente refazer-se dialético. Quando desenvolvemos essa pesquisa sobre as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, eram estas as diretrizes que norteavam a nossa compreensão de tais experiências.

O trabalhador da construção civil de Fortaleza vivenciou no último quarto do século XX variadas experiências no seu mundo de trabalho a partir das peculiaridades deste: um cotidiano nos canteiros de obras opressivo e desalentador, rigidamente hierarquizado e com péssimas condições de trabalho; paradoxalmente, estas mesmas peculiaridades possibilitariam também condições para o desenvolvimento potencial de uma práxis sindical inclinada ao enfrentamento patronal como estratégia de resolução de parte de seus interesses, particularmente no que se refere às frágeis ligações trabalhistas com os empresários: afinal, ele sabe que ao término de sua parte no trabalho nas construções, ele será demitido, não importando tanto assim se ele seria um operário “padrão” do ângulo patronal ou não. Se a rotatividade no trabalho, aliada a exploração estremada a que são submetidos lhes causaria um sentimento de “peão”, também lhe permite um maior descompromisso com mestres de obras, engenheiros e empresários, personificados nas obras que balançam quando tem a oportunidade.

E a oportunidade surgiria a partir do contexto histórico da redemocratização brasileira. Depois de anos em que os movimentos sociais e sindicais tinham pouco espaço de manobra para criar táticas que viessem a conquistar reivindicações desejadas, a reorganização desses movimentos, que talvez soubessem mais o que não queriam em termos de concepções e práticas político-sociais do que apresentarem propostas mais consistentes

destas – um momento de embriagues das ideologias que caracterizaram o século passado – abria um leque de possibilidades e experiências variadas que seriam postas em andamento.

A diretoria do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza que estava à frente da entidade desde o ano de 1976, portanto, foi atropelada nesse contexto de experimentações e entusiasmos próprios dos anos 80. Isso ocorreu por dois motivos principais: primeiro, sua concepção assistencial de sindicato, aliada a práticas duvidosas de defesa dos interesses dos trabalhadores da construção civil, tal era a sua ligação com os empresários do setor; e segundo, pelo trabalho de oposição que se formou a ela, constituída de uma proposta político-sindical que, naquele momento, teria convergido com as expectativas dos trabalhadores da categoria, que se sentiram sensibilizados para os discursos radicalizados da oposição.

Esta proposta tornou-se extremamente bem aceita pelos trabalhadores porque os teria percebido como agentes protagonistas nas relações sociais desenvolvidas nos canteiros de obras, e não uma prática que os instrumentalizavam para fins político-partidários. O discurso radicalizado e a prática da ação direta contra os empresários do setor seriam entendidos com entusiasmo por uma categoria cujos direitos eram tão frágeis.

As experiências desenvolvidas pelos sujeitos desse processo, diretores sindicais e trabalhadores da base, foram capacitando-os a criarem mecanismos que aperfeiçoavam constantemente a democratização sindical, algo característico desde o período da oposição, quando se percebe como as propostas e as práticas do grupo vão se transformando com o contato maior com a categoria, no sentido de incorporá-la ao invés de simplesmente usá-la.

Nas experiências já como diretoria do sindicato, são muitos os exemplos dessa prática: nos estatutos da entidade, o primeiro (1989) procurou a democratização das relações sindicais ao estabelecer as assembleias como o poder decisório primordial e estabelecendo critérios facilitadores para a sua convocação, enquanto que no segundo (1993) instituiu-se a possibilidade da assembleia poder destituir qualquer dirigente do sindicato; as primeiras decisões de apoiar algum candidato nas eleições para o governo são tomadas pelos próprios diretores até as eleições de 1992; a partir de 1994, essa decisão teria que passar por uma assembleia da categoria; a possibilidade facilitada do

operário em obter de volta o desconto assistencial, as cláusulas das convenções, acordos e dissídios coletivos, que procuram aperfeiçoar os direitos dos trabalhadores cada vez que os empresários encontram brechas para burlá-los, todas essas experiências corroboram para o estabelecimento de relações de confiança entre a categoria e a direção sindical.

Contudo, essas experiências foram também marcadas por tensões entre os sujeitos desse processo, particularmente devido a um voluntarismo entusiástico que caracterizava os membros da direção sindical que também eram militantes do CGB/PLP, que, imbuídos da concepção de “vanguarda da classe trabalhadora”, acabava por influenciar as experiências sindicais desenvolvidas com os demais trabalhadores, e assim subestimando-os, como pudemos verificar, por exemplo, quando analisamos o projeto de educação de adultos ou a construção de atividades de lazer.

Deste modo, todas essas experiências, com seus erros e acertos, possuíram uma enorme importância nos embates com a patronal. A aprendizagem mútua entre os dois antagonistas de classe era proporcionadora de novos mecanismos de força e persuasão constantes: a cada ano utilizavam novas táticas para lograr êxito sobre o adversário utilizando-se de ataques frontais, manobras, blefes, falsa deferência, alianças com outros agentes sociais etc., quando não todo esse arsenal junto, o que parecia ocorrer cada vez que novas armas eram criadas.

Criando novas experiências, os trabalhadores construíam-se. Nesse permanente ir e vir criavam e recriavam significados e compreensões que, relacionados dialeticamente com os outros espaços sociais, davam sentidos às suas vidas:

“Acumulamos forças, ganhamos consciência e aprendemos por nossa própria experiência que tudo que poderemos conseguir deve ser fruto da nossa organização, da nossa batalha. Outras lutas virão, e temos a certeza que toda a peãozada estará de cabeça erguida e pronta para enfrentar qualquer dificuldade”.³⁷⁹

³⁷⁹ Jornal *A Voz do Peão*, sem número, maio de 1995.

Arquivos e Fontes

Durante o desenvolvimento da dissertação, pesquisamos muitas fontes que nos foram doadas por pessoas que vivenciaram experiências relacionadas ao nosso tema, ou que desenvolveram pesquisas afins; dentre elas, gostaríamos de destacar José Ernandi Mendes, que gentilmente nos forneceu o seu material (particularmente as atas emitidas pelo sindicato entre 1975 a 1986, alguns documentos da oposição sindical, em 1988, e as transcrições de depoimentos dos trabalhadores durante a realização do I Congresso, realizado em 1989), mas com um pedido: que após o término da dissertação, o material fosse doado ao sindicato dos trabalhadores. Assim, por corroborarmos com a idéia de que esse material e também os outros que pesquisamos fazem parte do patrimônio histórico dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, todos os documentos foram efetivamente doados ao referido sindicato, além de estarmos organizando o seu arquivo como uma “dívida” de gratidão pela extrema gentileza e apoio que nos foi dado durante o transcorrer da pesquisa, encontrando-se, portanto, a disposição para novas consultas.

Arquivo do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza:

Estatutos do sindicato: (1977/ 1989/ 1994).

Estatuto da Caixa Funerária: (09 de março de 1986).

Atas de reunião da diretoria: (10 de junho de 1977/ 25 de junho de 1977/ 04 de julho de 1982/ 16 de julho de 1982).

Ata de apuração da eleição para a diretoria do sindicato: (11 de novembro de 1985).

Ata de assembléia geral extraordinária: (04 de julho de 1982).

Ofício-circular emitido para as Indústrias da Construção Civil: (19 de setembro de 1990).

Ofício-circular nº 09/81 para notificação dos sócios do sindicato: (04 de setembro de 1981).

Procuração de representação de direitos de Reinaldo Barroso pelo advogado Sílvio Mota, de 20 de abril.

Notificação de expulsão de Reinaldo Barroso do quadro de associados do sindicato: (02 de agosto de 1982).

Requerimentos: (pedido de assembléia, sem data; pedido de explicações do advogado Sílvio Mota ao sindicato, em 03 de julho de 1982; do SINDUSCON para a DRT/CE, em 05 de setembro de 1991).

Processo Trabalhista protocolado na DRT/CE: (14 de outubro de 1982).

Acórdão nº 730/90, de 18 de junho de 1990.

Embargos de declaração, omissões e esclarecimentos nº 997/90, de 30 de julho de 1990.

Acordo Coletivo de Trabalho, de 01 de março de 1981.

Acordo Coletivo de Dissídio de Trabalho (Proc. 175/89, de 10 de abril de 1989).

Convenção Coletiva de Trabalho: nº 847, de 21 de março de 1991; nº 1315, de 15 de abril de 1994; e nº 1531, de 20 de abril de 1995.

Boletins informativos da “Oposição na construção civil”: nº 01, de junho de 1988; nº 02, de julho de 1988; e nº 03, de agosto de 1988.

Boletim informativo “Oposição construindo um novo sindicato” nº 04, de setembro de 1988.

Boletim informativo “Vote oposição”, de outubro de 1988.

Boletim informativo emitido pela diretoria sindical aos trabalhadores da construção civil informando sobre o resultado do dissídio de 1990.

Relatório sobre o projeto de educação popular, de 1989.

Panfletos: “Oposição construindo um novo sindicato”, de novembro de 1988; “Estamos em greve”, de março de 1990; Convocação para seminário da campanha salarial de 1990; Convocação para a assembléia geral, de dezembro de 1990; Convite para festa de São João, de 1990.

Fotos: sobre condições de trabalho e nas greves da categoria;

Jornal *A Voz do Peão*: de julho de 1989 a dezembro de 1989; agosto de 1992; maio de 1995; novembro de 1998; outubro de 2004.

Jornais³⁸⁰:

Tribuna do Ceará: (1982/1988).

O Povo: (1982/1988/1989/1990/1991/1992).

Diário do Nordeste: (1988/1989/1990).

Acervo do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/CE

Indicadores médios anuais de desemprego, por subsetor de atividade em Fortaleza entre os anos de 1988 e 2004.

Indicadores médios anuais de ocupação, por subsetor de atividade em Fortaleza entre os anos de 1988 e 2004.

Empregos formais existentes no setor da construção civil no Município de Fortaleza e divididos por: renumeração média, faixa etária, gênero e escolaridade entre os anos de 1988 e 1995.

Ocupações formais na construção civil com maior estoque de empregos no Município de Fortaleza entre os anos de 1988 e 1995.

Anuário estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Censo demográfico de Fortaleza no ano de 1991.

Participação da construção civil para a formação do PIB entre os anos de 1988 e 1991.

Depoimentos realizados por Yuri Holanda da Nóbrega

Jânio Vidal, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre os anos de 1989 a 1994.

Manuel Farias, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre os anos de 1988 e 2006.

³⁸⁰ Todos pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Raimundo Pereira de Castro, diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza desde 1988.

Eluizito Alves, ex-diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre os anos de 1988 e 1997, tendo voltado para a diretoria em 2006.

Francisco Gonzaga, diretor do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza desde 1994.

Ednilson de Freitas, Sérgio Gomes e Benedito, trabalhadores da construção civil de Fortaleza.

Depoimentos transcritos por José Ernandi Mendes

Raimundo Pereira, diretor, e Jânio Vidal e Raimundo Santiago, ex-diretores do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, dados durante o I Congresso da categoria, realizado em agosto de 1989.

Francisco Edmar, Moacir de Oliveira, João Sales, Tião, Getro, Francisco Rodrigues, Francisco Ferreira, Jonas Evânio e Francisco Glauber, trabalhadores da construção civil de Fortaleza, dados durante o I Congresso da categoria, realizado em agosto de 1989.

Gileno Sabóia, advogado do sindicato dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, dado durante a realização do I Congresso dos Trabalhadores da categoria, realizado em agosto de 1989, quando era o então advogado da entidade.

Jânio Vidal e Eluizito Alves, ex-diretores, e José Maria da Silva, trabalhador da construção civil de Fortaleza, dados em 1994.

Bibliografia

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.
- ANTUNES, RICARDO e SILVA, Maria Aparecida M. (org.) *O avesso do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição. São Paulo: Editora Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Pontes, 1995.
- _____. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1988.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- ARRUDA, Isleíde Gomes. *A mão que faz a obra: um setor em mudança e um novo cotidiano em discussão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza: 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara F. Vieira. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UnB, 1993.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara F. Vieira. 7ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.
- BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura (obras escolhidas)*. Tradução: Sergio Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- BOITO Jr, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião de escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COSTA, S. *Tendências e centrais sindicais*. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. Goiânia; São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.
- FARAH, Marta F. S. *Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança*. São Paulo: Editora ANNABLUME, 1996.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- _____ (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- FLEURY, Afonso C. C. *Organização do trabalho: uma abordagem interdisciplinar – sete casos brasileiros para estudo*. São Paulo: Editora Atlas, 1983.
- FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química – a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Ed. Annablume, 1997.
- _____. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*. São Miguel Paulista. Tese de Doutorado em História, UNICAMP. Campinas, São Paulo: 2002.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- FORTES, Alexandre [et al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

- FREITAS, Marcos Cezar. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. Tradução Paulo Fontes. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FURTADO, M. J. de A. *A construção da miséria: um estudo sobre trabalhadores da construção habitacional*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza: 1985.
- GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebatião. *CUT, por dentro e por fora*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.
- _____. *Collor, a CUT e a pizza*. São Paulo: Editoras Páginas Abertas e Escrita, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HARDMAN, Francisco F. *Nem Pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho – novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 3ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.
- _____. *A era do capital: 1848 – 1875*. Tradução Luciano Costa Neto. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- LOPES, José S. L. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª edição. Rio de edição: Editora Paz e Terra, 1978.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.
- MENDES, José Ernandi. *Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado (1988-1991)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC: Fortaleza: 1994.

MOISÉS, José Á. *Lições de liberdade e de opressão: o novo sindicalismo e a política*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ORGANISTA, José H. C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In *ultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1987.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: *Usos & abusos da História Oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____. Memória e diálogo: desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. *Revista História & Perspectivas*. Uberlândia, MG: nº 25 e 26, 2001.

_____. Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Revista Projeto História*, nº 10. São Paulo: 1993.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Revista Projeto História*, nº 14. São Paulo: 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. *Revista Projeto História*, nº 15, 1997.

RABELO, Josefa Jackline. *Os empresários e a intervenção na educação: investigando interesses – o projeto de alfabetização dos operários da construção civil – SESI/SINDUSCON*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFC. Fortaleza: 1997.

RESOLUÇÕES DO II CONGRESSO ESTADUAL DO COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA (RJ). Rio de Janeiro: s. ed., 1987.

RESOLUÇÕES DO 1º CONGRESSO DO PARTIDO DA LIBERTAÇÃO PROLETÁRIA – PLP. Rio de Janeiro: Editora SPARTAKUS, 1989.

RIBEIRO, Josiane. *Penitência e festa: as Missões do Padre Ibiapina no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2006.

RODRIGUES, I. J. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. Tese de Doutorado, USP. São Paulo: 1993.

RODRIGUES, Leôncio M. *CUT. Os militantes e a ideologia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

_____. *Um rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Polis, 1982.

SANTANA, Marco e RAMALHO, José R. (org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

SILVA, Fernando T. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade*. Tradução Denise Bottmann. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (org.): Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TUMOLO, Paulo S. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

VANNUCHI, Paulo. *História da greve de 1989*. São Paulo: Gráfica e Editora F. G., 1991.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. Tradução Maria de Jesús B. Leite. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário na década de 80*. São Paulo: Editora “Instituto José Luís e Rosa Sundermann”, 2004.